



# Plano de Desenvolvimento Turístico do **Vale do Douro**

[ Proposta Técnica ]

Plano de Desenvolvimento Turístico do  
**Vale do Douro**



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO  
DO TERRITÓRIO E AMBIENTE



MINISTÉRIO DA ECONOMIA



Portugal em Ação

## **Ficha Técnica**

### **Título**

Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro

### **Promotor**

Presidência do Conselho de Ministros

### **Encarregado de Missão**

Dr. Arlindo Marques Cunha

### **Adjunta do Encarregado de Missão**

Dra. Maria Laudomira F.G. de Jesus

### **Equipa Executiva do PDTVD**

Dra. Maria Laudomira F. G. de Jesus (Coordenação)

Dra. Célia Ramos (CCDRN)

Dr. Nuno Fazenda (CCDRN)

Eng. Ricardo Magalhães (CCDRN)

Arq. Rui Losa (CCDRN)

Dra. Isabel Ferreira de Castro (DRE-Norte)

Eng. Rodrigo Sarmiento Beires (API)

### **Contributos para a elaboração do PDTVD (CCDRN)**

DRPP – Departamento Regional de Prospectiva e Planeamento

DPDRC – Departamento de Promoção do Desenvolvimento Regional e Cooperação

DSGT – Direcção de Serviços de Gestão Territorial

GID – Gabinete de Informação e Documentação

### **Apoio logístico e operacional (CCDRN)**

GC - Gabinete de Comunicação

NI - Núcleo de Informática

CDI - Centro de Documentação e Informação

Secretariado





## NOTA DE APRESENTAÇÃO

---

*A formulação de uma estratégia de desenvolvimento de uma região tem, como primeira condição de validade, o entendimento claro dos sinais de mudança e do campo de acção que se abre, maior ou menor consoante a ambição que a determina.*

*É sabido que no caso do Douro de há muito se aspira à mudança. Ao longo das últimas décadas, várias foram as tentativas de planeamento do desenvolvimento que ganharam corpo, mas que não tiveram o impacto económico e social desejados na Região. Pese embora os seus recursos de excepção, de que o Vinho do Porto é o expoente máximo, o Douro é das regiões vinhateiras a que continua a apresentar os piores indicadores de desenvolvimento na União Europeia.*

*É neste contexto que se tem de entender a decisão política do Governo ao determinar a elaboração e execução do **Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (PDTVD)**, cuja proposta técnica se apresenta agora.*

*O valor e a singularidade mundial da sua paisagem, produtiva e natural, do seu património cultural identitário, assim como a excepcional e reconhecida qualidade dos produtos da terra, sustentam, obviamente, a base de coerência do Plano. O que nos permite assegurar uma permanente e completa compatibilidade entre o desenvolvimento do turismo e a presença dos valores patrimoniais, paisagísticos e ambientais, já que são estes que dão existência àquele.*

*O turismo é o sector capaz de transformar esse potencial numa efectiva cadeia de valores, cuja mais valia geradora de emprego, riqueza e iniciativa, reverterão para o desenvolvimento e qualificação da região.*

*O PDTVD apresenta, pela primeira vez, uma estratégia integrada de desenvolvimento turístico para o Vale do Douro, que define os grandes objectivos a perseguir, as tipologias de investimento privado a apoiar e explicita um quadro de programação dos investimentos públicos mais prioritários a realizar.*

*Assim, a estratégia de desenvolvimento delineada, e os seus Programas de Acção e Medidas constituem, antes de mais, uma estratégia de desenvolvimento regional pois que, seguramente, induzirão factores internos de promoção de um leque alargado de actividades produtivas, sociais e culturais.*

*Como **plano estratégico** foi pensado, não para gerar novas ou velhas expectativas ou protagonismos, que depressa se esfumam no tempo e no espaço, mas para ultrapassar factores críticos e crónicos que vêm condicionando a modernização e qualificação da estrutura económica, social e cultural duriense.*

*Partiu-se do princípio de ser muito maior a potencialidade a uma escala alargada – do Porto a Barca d'Alva e a Miranda – e procurou-se determinar o que é preciso de fundamental fazer e obter para se romper com uma “linha de continuidade” que tem mantido a região no limbo da estagnação relativa e que torne o Vale do Douro aberto, atractivo e mais desenvolvido.*

---

## PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO VALE DO DOURO

*É claro que não há uma fórmula perfeita de resolver, de um dia para o outro, todos os problemas e ultrapassar todas as condicionantes. Não é num ápice que se mobilizam actores públicos ou privados assim como os muitos recursos financeiros que vão ser necessários. Neste sentido, faz-se a necessária distinção entre os investimentos que se podem realizar ou iniciar no actual quadro de programação financeira e aqueles que previsivelmente só o serão em 2007.*

*Por fim, impõe-se fazer duas referências.*

*A primeira, ao empenho, competência e dedicação sem limites de toda a Equipa Executiva, coordenada pela Adjunta do Encarregado de Missão, Dra. Maria Laudomira de Jesus, que no curto espaço de quatro meses do seu mandato foi capaz de apresentar o trabalho solicitado.*

*A segunda, para os membros da Comissão de Acompanhamento, que participaram activamente no desenvolvimento dos trabalhos, com críticas, sugestões, informações e, sobretudo, com reflexões sobre o caminho a seguir. A vasta representatividade de interesses e problemáticas asseguradas pela Comissão de Acompanhamento foi o principal garante de não estarmos perante mais um “trabalho de gabinete” mas de um documento que, em larga medida, consensualiza as posições daqueles que estão no terreno e que são os principais actores do processo de desenvolvimento que se pretende levar a termo.*

*A todos muito obrigado.*

*Porto, 30 de Abril de 2004*

*O Encarregado de Missão do PTDVD*



*(Arlindo Marques Cunha)*

---

**Parecer da Comissão de Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento  
Turístico do Vale do Douro**

1. A Resolução de Conselho de Ministros n. 139/ 2003, de 29 de Agosto que determinou a elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (PDTVD), atribuiu, no seu n.º. 4, a um Encarregado de Missão, a responsabilidade da sua elaboração;
2. A mesma Resolução estabeleceu que o Encarregado de Missão fosse apoiado e tecnicamente assistido por uma Comissão de Acompanhamento, cuja composição veio a ser definida no n.º 5 da Resolução de Conselho de Ministros n.6/ 2004 (II Série) de 15 de Janeiro;
3. Mais ainda, no seu ponto 4, a RCM n.º 6/ 2004 determina que são objectivos da Comissão de Acompanhamento:
  - a) a apresentação de propostas de medidas de política e de projectos com impacte no desenvolvimento do turismo na zona em estudo;
  - b) a participação nas reuniões convocadas pelo Encarregado de Missão;
  - c) a apreciação e discussão da proposta do PDTVD.
4. No âmbito e objectivos explicitados, a Comissão de Acompanhamento, ao longo dos quatro meses em que decorreu o processo de elaboração do PDTVD , teve oportunidade, em quatro reuniões alargadas e múltiplos contactos de trabalho entre os seus membros e a Equipa Executiva, de analisar interactiva e detalhadamente, a proposta de Estratégia para o Desenvolvimento Turístico, seus pressupostos, objectivos e factores críticos do respectivo processo de execução;
5. No mesmo contexto, apreciou o quadro de medidas de política a desenvolver, os programas de acção e projectos que darão corpo, para o período 2004-2007, a um plano de investimentos públicos; apreciou, igualmente, outros projectos relevantes para o desenvolvimento turístico do Vale do Douro, a executar, previsivelmente, após 2007;

6. A Comissão de Acompanhamento entende ser fundamental para a concretização do Plano a existência de uma Estrutura de Dinamização e Acompanhamento da execução do PDTVD;
7. A Comissão de Acompanhamento, em face da proposta final do Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro que lhe foi presente, pelo Encarregado de Missão e Equipa Executiva, emite colegialmente o seu parecer favorável à aprovação do mesmo;
8. No final do processo de elaboração do PDTVD, a Comissão de Acompanhamento, destaca a oportunidade e alcance estratégico que a aprovação e a concretização deste Plano trará ao desenvolvimento económico e social do Vale do Douro.

Aprovado pela Comissão de Acompanhamento do PDTVD

4ª Reunião da CA

Carrazeda de Ansiães

30 de Abril de 2004

## ÍNDICE

<b>I. Enquadramento e Objectivos Gerais</b>	<b>1</b>
I.1 Fundamentos	1
I.2 Quadro Legal	3
I.3 Objectivos Gerais	5
I.4 Estrutura e abordagem Metodológica do Plano	7
I.5 Âmbito de Intervenção Territorial do Plano	11
<b>II. O Quadro do Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro</b>	<b>13</b>
II.1 O território	13
II.2 Demografia, Recursos Humanos e Coesão Social	34
II.3 Património e Cultura	44
II.4 Actividade económica	47
<b>III. O Turismo no Vale do Douro</b>	<b>53</b>
III.1 Oferta	53
III.2 Procura	62
III.3 Investimento turístico aprovado para o Vale do Douro no âmbito do PRIME	75
III.4 Síntese	77
<b>IV. Análise SWOT</b>	<b>79</b>
<b>V. Estratégia para o Desenvolvimento Turístico no Vale do Douro</b>	<b>81</b>
V.1 Pressupostos da estratégia	81
V.2 Tematização Turística do Vale do Douro	83
V.3 Um Cenário do Turismo no Vale do Douro	87
V.4 Objectivos do Desenvolvimento Turístico	91
V.5 Factores Críticos do Processo de Execução do PDTVD	94
<b>VI. Programas de Acção, Medidas e Projectos</b>	<b>100</b>
VI.1 Enquadramento	100
VI.2 Identificação dos Programas de Acção e Medidas	101
VI.3 Indicadores de Acompanhamento	102
VI.4 Critérios gerais de selecção dos projectos	104
Programa I - Programa de Acção para a Qualificação de Redes e Sistemas de Serviços Públicos de Suporte à Actividade Turística no Vale do Douro	107

## PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO VALE DO DOURO

Medida I.1 - Redes e sistemas de transportes rodoviários de suporte à actividade turística	108
Medida I.2 – Redes e sistemas de dinamização da actividade turístico-ferroviária	112
Medida I.3 - Canais de navegação e centros de apoio à actividade turístico-fluvial	115
Medida I.4 - Infra-estruturas aeroportuárias	118
Medida I.5 - Serviços colectivos de proximidade territorial	120
Medida I.6 - Património natural e ambiental	122
Medida I.7 – Equipamentos e Património histórico-cultural	125
Medida I.8 - Ruralidade e desenvolvimento local	128
<b>Programa II - Programa de Acção para a Iniciativa Empresarial de Qualificação e</b>	
<b>Dinamização da Oferta Turística</b>	<b>131</b>
Medida II.1 - Projectos turísticos privados estruturantes	132
Medida II.2 – Alojamento turístico tradicional, restauração e termalismo	135
<b>Programa III - Programa de Acção para a Formação em Turismo</b>	<b>137</b>
Medida III.1 - Estruturas e equipamentos de apoio à qualificação de Recursos Humanos para o Turismo	138
Medida III.2 – Formação e empregabilidade no sector	140
<b>Programa IV - Programa de Acção para o Marketing, Promoção e Animação do</b>	
<b>Destino Turístico Douro</b>	<b>143</b>
Medida IV.1 - Marketing e dinamização de acções locais e regionais de promoção e animação turística	144
Medida IV.2 - Itinerários turístico-culturais e informação/ sinalização turística	147
<b>Programa V - Programa de Acção para o Reforço da Capacidade Institucional e</b>	
<b>Cooperação</b>	<b>151</b>
Medida V.1 - Organização e desenvolvimento de produtos turísticos e cooperação	153
Medida V.2 – Dinamização e acompanhamento da execução do PDTVD	155
<b>VII. Estrutura de Dinamização e Acompanhamento do PDTVD</b>	<b>157</b>
<b>VIII. Projectos Fundamentais e Iniciativas Públicas para o Desenvolvimento Turístico do</b>	
<b>Vale do Douro (2004-2007)</b>	<b>160</b>
<b>VIII.1 Projectos Fundamentais para o Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro,</b>	
<b>para o Período 2004-2007</b>	<b>160</b>
<b>VIII.2 Iniciativas Públicas Relevantes Para o Desenvolvimento Turístico do Vale do</b>	
<b>Douro</b>	<b>166</b>
<b>Documentos Complementares do PDTVD</b>	<b>167</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>168</b>
<b>Legislação Base</b>	<b>171</b>
<b>Anexo I - Quadro de referência de Gestão Territorial</b>	<b>172</b>
<b>Anexo II - Quadros síntese dos projectos incluídos no PDTVD</b>	<b>191</b>
<b>II.1 - Projectos programados para o período 2004-2007</b>	<b>191</b>



II.2 - Outros projectos relevantes para o PDTVD	197
<i>Anexo III – Comissão de Acompanhamento</i>	202
III.1 - Composição da Comissão de Acompanhamento	202
III.2 - Cronograma de trabalhos do PDTVD	204
III.3 – Reuniões e contactos directos de trabalho entre a Equipa Executiva e membros da Comissão de Acompanhamento	205
III.4 – Fichas técnicas preenchidas pelos membros da CA	206

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 - Sistema turístico	8
Figura n.º 2 – Zona de Incidência e área de Influência do PDTVD	12
Figura n.º 3 - Relevo e Hidrografia do Vale do Douro	14
Figura n.º 4 – Temperatura      Figura n.º 5 - Precipitação	16
Figura n.º 6 – Região Demarcada do Douro	18
Figura n.º 7 – Valores patrimoniais do território	22
Figura n.º 8 - Estruturação do Território	24
Figura n.º 9 - Acessibilidades	28
Figura n.º 10 – Cais turístico fluviais do Rio Douro (proposta IPTM)	29
Figura n.º 11 - Instrumentos de Gestão do Território - Planos publicados	33
Figura n.º 12 - Instrumentos de Gestão do Território - Programa/ Planos em elaboração	33
Figura n.º 13 - Taxa de variação da população 1991/ 2001	34
Figura n.º 14 - População Residente em 2001	35
Figura n.º 15 - Densidade Populacional em 2001	36
Figura n.º 16 - Índice de envelhecimento	37
Figura n.º 17 - Taxa de Desemprego em 2001	39
Figura n.º 18 - Instituições de Ensino em Turismo	41
Figura n.º 19 - Tempos de viagem aos hospitais com serviço de urgência com base nas relações de pertença	44
Figura n.º 20 - População empregada segundo o ramo de actividade	47
Figura n.º 21 - Indicador per capita do poder de compra (índice com o valor 100 na média do país)	52
Figura n.º 22 - Distribuição dos estabelecimentos de hotelaria global no Vale do Douro, 2001	57

<b>Figura n.º 23 – Áreas de Vocação Turística</b>	<b>85</b>
<b>Figura n.º 24 - Articulação entre os diferentes níveis de objectivos</b>	<b>100</b>
<b>Figura n.º 25 - Aspectos determinantes do desenvolvimento sustentável</b>	<b>103</b>
<b>Figura n.º 26 – Estrutura de Dinamização e Acompanhamento</b>	<b>157</b>

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico n.º 1 - Distribuição do Pessoal ao Serviço nos Estabelecimentos por NUT II, 2001	40
Gráfico n.º 2 – Distribuição dos Estabelecimentos e da Capacidade de Alojamento por NUT's II, em 2001	54
Gráfico n.º 3 – Evolução do n.º de Estabelecimentos e da Capacidade de Alojamento por NUT's II, 1997-2001	55
Gráfico n.º 4 – Distribuição geográfica do n.º de Estabelecimentos e da Capacidade de Alojamento, em 2001	56
Gráfico n.º 5 – Evolução do n.º de estabelecimentos e da capacidade de alojamento no Vale do Douro	58
Gráfico n.º 6 –Distribuição dos estabelecimentos de alojamento por categorias principais, Portugal, Região do Norte e Vale do Douro, 2001	59
Gráfico n.º 7 – Distribuição dos estabelecimentos de alojamento por categorias no Vale do Douro, 2001	60
Gráfico n.º 8 – Distribuição do n.º de Estabelecimentos e da Capacidade de Alojamento no TER por NUTS II, 2001	61
Gráfico n.º 9 – Distribuição das Dormidas nos Estabelecimentos por NUTS II, 2001	63
Gráfico n.º 10 –Distribuição das Dormidas nos Estabelecimentos no Vale do Douro, 2001	64
Gráfico n.º 11 – Distribuição das dormidas de turistas nacionais e estrangeiros por NUT II	65
Gráfico n.º 12 – Distribuição das dormidas por nacionalidades , Portugal, Região do Norte e Vale do Douro, 2001	65
Gráfico n.º 13 –Taxas de Ocupação (cama líquida) por NUTS II, 2001	66
Gráfico n.º 14 – Estada Média por NUTS II, 2001	67
Gráfico n.º 15 –Distribuição das Receitas Totais por NUT II, 2001	68

<b>Gráfico n.º 16 – Distribuição dos visitantes das Caves do Vinho do Porto por nacionalidades, 2002</b>	<b>69</b>
<b>Gráfico n.º 17 –Evolução do n.º de passageiros dos passeios fluviais no Rio Douro , 1997- 2003</b>	<b>69</b>
<b>Gráfico n.º 18 – % dos turistas com motivações Vale do Douro, por principais origens</b>	<b>74</b>
<b>Gráfico n.º 19 – N.º de turistas/ ano com motivações Vale do Douro, por principais origens</b>	<b>75</b>
<b>Gráfico n.º 20 – Investimento turístico aprovado para o Vale do Douro,</b>	<b>76</b>
<b>Gráfico n.º 21 – Investimento turístico aprovado para o Vale do Douro,</b>	<b>77</b>

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela n.º 1 – Zona de incidência directa _____	11
Tabela n.º 2 – Área de influência alargada _____	11
Tabela n.º 3 - Distribuição da capacidade média de Alojamento, por estab., por NUTS II, 2001 _____	54
Tabela n.º 4 - Distribuição dos estabelecimentos de alojamento por categorias, 2001 _	58
Tabela n.º 5 – Grandezas e factos relevantes da actividade turística no Vale do Douro	77
Tabela n.º 6 – Síntese dos indicadores da Actividade Turística no Vale do Douro em 2001 _____	78
Tabela n.º 7 – Matriz de Programação – Programas de Acção e Medidas _____	101
Tabela n.º 8 - Indicadores de acompanhamento (Medida I.1 - Redes e sistemas de transportes rodoviários de suporte à actividade turística) _____	108
Tabela nº 9 - Projectos programados para o período 2004-2007 (Medida I.1 - Redes e sistemas de transportes rodoviários de suporte à actividade turística) _____	109
Tabela n.º 10 - Outros Projectos do PDTVD (Medida I.1 - Redes e sistemas de transportes rodoviários de suporte à actividade turística) _____	110
Tabela nº 11 - Indicadores de acompanhamento (Medida I.2 – Redes e sistemas de dinamização da actividade turístico-ferroviária) _____	113
Tabela n.º 12 - Projectos programados para o período 2004-2007 (Medida I.2 – Redes e sistemas de dinamização da actividade turístico-ferroviária) _____	113
Tabela n.º 13 - Outros Projectos do PDTVD (Medida I.2 – Redes e sistemas de dinamização da actividade turístico-ferroviária) _____	114
Tabela nº 14 - Indicadores de acompanhamento (Medida I.3 - Canais de navegação e centros de apoio à actividade turístico-fluvial) _____	116
Tabela n.º 15 - Projectos programados para o período 2004-2007 (Medida I.3 - Canais de navegação e centros de apoio à actividade turístico-fluvial) _____	116



Tabela n.º 16 - Outros Projectos do PDTVD (Medida I.3 - Canais de navegação e centros de apoio à actividade turístico-fluvial) _____	117
Tabela n.º 17 - Indicadores de acompanhamento (Medida I.4 - Infra-estruturas aeroportuárias) _____	118
Tabela n.º 18 - Projectos programados para o período 2004-2007 (Medida I.4 - Infra-estruturas aeroportuárias) _____	119
Tabela n.º 19 - Outros Projectos do PDTVD (Medida I.4 - Infra-estruturas aeroportuárias) _____	119
Tabela n.º 20 - Indicadores de acompanhamento (Medida I.5 - Serviços colectivos de proximidade territorial) _____	121
Tabela n.º 21 - Outros Projectos do PDTVD (Medida I.5 - Serviços colectivos de proximidade territorial) _____	121
Tabela n.º 22 - Indicadores de acompanhamento (Medida I.6 - Património natural e ambiental) _____	123
Tabela n.º 23 - Projectos programados para o período 2004-2007 (Medida I.6 - Património natural e ambiental) _____	123
Tabela n.º 24 - Outros Projectos do PDTVD (Medida I.6 - Património natural e ambiental) _____	124
Tabela n.º 25 - Indicadores de acompanhamento (Medida I.7 – Equipamentos e Património histórico-cultural) _____	126
Tabela n.º 26 - Projectos programados para o período 2004-2007 (Medida I.7 – Equipamentos e Património histórico-cultural) _____	126
Tabela n.º 27 - Outros Projectos do PDTVD (Medida I.7 – Equipamentos e Património histórico-cultural) _____	127
Tabela n.º 28 - Indicadores de acompanhamento (Medida I.8 - Ruralidade e desenvolvimento local) _____	129
Tabela n.º 29 - Projectos programados para o período 2004-2007 (Medida I.8 - Ruralidade e desenvolvimento local) _____	129

<b>Tabela n.º 30 - Outros Projectos do PDTVD (Medida I.8 - Ruralidade e desenvolvimento local) _____</b>	<b>130</b>
<b>Tabela n.º 31 - Indicadores de acompanhamento (Medida II.1 - Projectos turísticos privados estruturantes) _____</b>	<b>134</b>
<b>Tabela n.º 32 - Indicadores de acompanhamento (Medida II.2 – Alojamento turístico tradicional, restauração e termalismo) _____</b>	<b>136</b>
<b>Tabela n.º 33 - Projectos programados para o período 2004-2007 (Medida II.2 – Alojamento turístico tradicional, restauração e termalismo) _____</b>	<b>136</b>
<b>Tabela n.º 34 - Outros Projectos do PDTVD (Medida II.2 – Alojamento turístico tradicional, restauração e termalismo) _____</b>	<b>136</b>
<b>Tabela n.º 35 - Indicadores de acompanhamento (Medida III.1 - Estruturas e equipamentos de apoio à qualificação de Recursos Humanos para o Turismo) _____</b>	<b>138</b>
<b>Tabela n.º 36 - Projectos programados para o período 2004-2007 (Medida III.1 - Estruturas e equipamentos de apoio à qualificação de Recursos Humanos para o Turismo) _____</b>	<b>139</b>
<b>Tabela n.º 37 - Outros Projectos do PDTVD (Medida III.1 - Estruturas e equipamentos de apoio à qualificação de Recursos Humanos para o Turismo) _____</b>	<b>139</b>
<b>Tabela n.º 38 - Indicadores de acompanhamento (Medida III.2 – Formação e empregabilidade no sector) _____</b>	<b>142</b>
<b>Tabela n.º 39 - Projectos programados para o período 2004-2008 (Medida III.2 – Formação e empregabilidade no sector) _____</b>	<b>142</b>
<b>Tabela n.º 40 - Indicadores de acompanhamento (Medida IV.1 - Marketing e dinamização de acções locais e regionais de promoção e animação turística) _____</b>	<b>145</b>
<b>Tabela n.º 41 - Projectos programados para o período 2004-2007 (Medida IV.1 - Marketing e dinamização de acções locais e regionais de promoção e animação turística) _____</b>	<b>146</b>
<b>Tabela n.º 42 - Outros Projectos do PDTVD (Medida IV.1 - Marketing e dinamização de acções locais e regionais de promoção e animação turística) _____</b>	<b>146</b>
<b>Tabela n.º 43 - Indicadores de acompanhamento (Medida IV.2 - Itinerários turístico-culturais e informação/ sinalização turística) _____</b>	<b>149</b>

<b>Tabela n.º 44 - Projectos programados para o período 2004-2007 (Medida IV.2 - Itinerários turístico-culturais e informação/ sinalização turística)</b>	<b>149</b>
<b>Tabela n.º 45 - Outros Projectos do PDTVD (Medida IV.2 - Itinerários turístico-culturais e informação/ sinalização turística)</b>	<b>150</b>
<b>Tabela n.º 46 - Indicadores de acompanhamento (Medida V.1 - Organização e desenvolvimento de produtos turísticos e cooperação)</b>	<b>154</b>
<b>Tabela n.º 47 - Outros Projectos do PDTVD (Medida V.1 - Organização e desenvolvimento de produtos turísticos e cooperação)</b>	<b>154</b>
<b>Tabela n.º 48 - Indicadores de acompanhamento (Medida V.2 – Dinamização e acompanhamento da execução do PDTVD)</b>	<b>156</b>





## **I. Enquadramento e Objectivos Gerais**





## I. ENQUADRAMENTO E OBJECTIVOS GERAIS

### I.1 FUNDAMENTOS

**Fortes e variadas são as razões que justificam uma intervenção especial de estímulo ao desenvolvimento turístico do Vale do Douro**, e motivaram a decisão governamental de promover a sua valorização e aproveitamento. Fundamentalmente serão as seguintes:

- **O Vale do Douro reúne todas as condições para se tornar um grande referencial turístico português**, a seguir a Lisboa, ao Algarve e à Madeira, como um dos grandes rios românticos do mundo, integrador de um invulgar conjunto de valores paisagísticos, culturais e patrimoniais, designadamente no domínio vitivinícola, cultural e ambiental, dispondo de recursos e potencialidades ímpares para criar **um novo “destino turístico” em Portugal, não concorrente com nenhum dos já existentes**, e suficientemente diversificado e apelativo para atrair diversos nichos e sectores de mercado;
- Embora a Região venha a afirmar a sua **oferta turística** ao longo dos últimos anos, **está ainda muito aquém do potencial de atracção que possui**. Com efeito, a vitivinicultura duriense, a classificação do Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial, de par com as classificações, no mesmo âmbito, do Parque Arqueológico do Vale do Côa e do Centro Histórico do Porto e ainda com a criação do Parque do Douro Internacional, os cruzeiros fluviais, o Museu do Douro, Comboios Turísticos e os Comboios Históricos para fins turísticos, são ainda, francamente, insuficiente para mobilizar os investidores, agentes e operadores turísticos capazes de trazer à região uma procura significativa e sustentada;
- A preservação dos excepcionais recursos do Douro com uma oferta turística diferenciada, determinam **uma especial vocação para mercados turísticos de qualidade**, quer no mercado interno, quer no internacional, que valorizem e remunerem os recursos que o Douro tem para oferecer, **sem induzir um volume excessivo de fluxos turísticos**, que possam vir a degradar a sua frágil estrutura territorial;
- A evolução verificada nas últimas duas décadas demonstra que **sem um impulso enquadrador e estruturante** capaz de promover o aproveitamento destas potencialidades e favorecer a criação de um mínimo de “massa crítica”, que sustente

um novo “destino turístico”, com dimensão e qualidade para ser internacionalmente reconhecido, **o turismo no Douro tende para uma evolução lenta e pontual**, como tem acontecido até aqui, incapaz de gerar sinergias significativas na região e de assegurar a sua dinamização, com a agravante de ver redobrar os riscos que podem levar à sua degradação;

- O desenvolvimento do **turismo no Douro** pode tornar-se um pilar estruturante e de resultados esperados rápidos, **para dinamizar o desenvolvimento económico e social em toda a região**, com importantes efeitos indutores de estruturação, qualificação e competitividade das suas actividades produtivas;
- **Nestes termos**, os efeitos económicos e sociais que podem ser colhidos de um processo enquadrado de dinamização do desenvolvimento turístico no vale do Douro, justificam e viabilizam **um efectivo empenho do Governo em concretizar de forma acelerada um conjunto de investimentos e a operacionalização de serviços e estruturas de responsabilidade pública**, cuja falta tem impedido um desenvolvimento mais célere de toda a região duriense e tem condicionado a rentabilidade dos investimentos empresariais, sem os quais não será possível concretizar o impulso de desenvolvimento que o turismo pode ajudar a dinamizar;
- Procurando evidenciar estas fortes razões que justificam uma intervenção estimuladora do investimento turístico estruturado no Vale do Douro e do seu poderoso impacto na região, **a API – Agência Portuguesa para o Investimento, promoveu, em 2003, um conjunto de trabalhos técnicos** de análise de potencialidades, de mercados e de formulação estratégica, **que sustentaram a tomada da decisão política de valorizar o potencial turístico do Douro.**

**Em síntese, o Douro representa um dos maiores potenciais turísticos do país, justificando a elaboração de um Plano de Desenvolvimento do Turístico** que, para além de orientar o desenvolvimento deste sector na região, induza, através dos seus efeitos sinérgicos, o desenvolvimento económico e social do Vale do Douro e das regiões envolventes.

**O Turismo do Douro pode tornar-se um pilar estruturante e dinamizador do desenvolvimento económico e social de toda a Região.**

## I.2 QUADRO LEGAL

Através das **Resoluções do Conselho de Ministros n.º 139/2003, de 29 de Agosto, e n.º 6/2004, de 15 de Janeiro**, o Governo decidiu:

- **Eleger o Vale do Douro como zona de excepcional aptidão e vocação turística;**
- Determinar que sejam definidas e delimitadas áreas de protecção turística com referência ao conceito e parâmetros enunciados na RCM n.º 97/2003 de 1 de Agosto, como elemento determinante para efeitos de atracção e captação de novos projectos de investimento privado considerados estruturantes;
- **Determinar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico no Vale de Douro (PDTVD);**
- Acolher como contributos fundamentais para a elaboração deste Plano as sugestões e recomendações constantes do conjunto de documentos elaborados pela API – Agência Portuguesa para o Investimento, sob a designação de “Turismo no Vale do Douro”;
- **Consubstanciar, através deste Plano, as tipologias de investimento privado,** designadamente os projectos ditos âncora ou estruturantes, a atrair para a região, mas igualmente as políticas a desenvolver;
- **Definir um plano de investimentos públicos a concretizar no horizonte temporal 2004 -2007,** capazes de tornar as condições de contexto regional favoráveis ao investimento e ao desenvolvimento económico que se pretende promover.

Entendeu também o Governo marcar a importância e urgência que atribui a este Plano ao:

- Determinar que a coordenação da elaboração do Plano deveria ser assumida por um **Encarregado de Missão**, que pela RCM n.º 6/2004 nomeou o Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, em trabalho a desenvolver em estreita articulação com a API – Agência Portuguesa para o Investimento e, que a **Equipa Executiva** desse Plano, tivesse a participação da CCDR-N, da API e da DRE-N;
- Definir uma **Comissão de Acompanhamento** à qual atribui, nomeadamente, a responsabilidade de apresentar propostas de medidas de política e de projectos com impacto no desenvolvimento do turismo, fixando-lhe uma composição que inclui uma representação alargada dos organismos públicos com intervenção na área, bem como uma participação aberta de outras entidades relevantes;

- **Estabelecer o prazo de 30 de Abril de 2004 como data limite** para a conclusão e envio do Plano para sua aprovação pelo Governo, de modo a tornar possível a aceleração da concretização dum compromisso público capaz de viabilizar este esforço de desenvolvimento.

**O PDTVD é** um dos primeiros instrumentos que virá a dar forma à medida de “Apoio ao Desenvolvimento de Vocações Turísticas Regionais” para que aponta a estratégia nacional para o sector do turismo, definida na Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2003, de 1 de Agosto, que aprovou o Plano de Desenvolvimento do Sector do Turismo (PDST). O PDTVD será, pois, **um instrumento de planeamento do sector do Turismo no Vale do Douro**, a que o Governo entendeu dar a especial relevância de influir directamente na programação dos projectos públicos, das medidas de política e, consequentemente, dos instrumentos de apoio ao investimento económico e desenvolvimento empresarial, cujas repercussões, embora mais directamente apontadas para o horizonte 2004-2007, se irão estender num prazo mais alargado, nomeadamente, do próximo QCA.

### I.3 OBJECTIVOS GERAIS

O enquadramento em que se processa a elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico no Vale do Douro, aponta para a prossecução de diversos objectivos, que visam, genericamente, estimular e desenvolver o aproveitamento das potencialidades turísticas, através do reforço das suas estruturas, dos recursos humanos e da sua capacidade de promoção integrada, como meio de desenvolvimento económico e social do Douro e regiões envolventes.

**Assumem especial relevância**, os seguintes:

**a) Reforçar e qualificar as infraestruturas e sistemas de serviços públicos no Vale do Douro**, imprescindíveis ao favorecimento das condições de desenvolvimento económico-social, à atracção de investimentos e à rentabilização sustentada das actividades e empreendimentos turísticos em geral;

**b) Elevar a um nível e dimensão** compatíveis com as suas potencialidades, **as estruturas e actividades turísticas no Vale do Douro**, em moldes que justifiquem o esforço público aportado por este Plano, bem como o seu posicionamento nacional e internacional, como um dos grandes destinos turísticos de Portugal, vocacionado para um turismo de qualidade valorizador dos seus recursos;

**c) Atrair ao vale do Douro investimentos geradores de postos de trabalho e de riqueza**, que sejam indutores da qualificação das potencialidades turísticas do Douro, designadamente **através do apoio à instalação de projectos estruturantes e estratégicos para o turismo**, que sejam centros de mobilização dos demais recursos turísticos endógenos;

**d) Apoiar a organização e promoção turística integrada ao longo de todo o Vale do Douro** português, buscando, também, para a sua valorização, uma integração com o Duero de Castilla y León e com as demais regiões envolventes, como forma de ganhar dimensão e visibilidade no mercado internacional, assim induzindo e reforçando as sinergias que daí possam resultar para Portugal.

**e) Assegurar que o esforço de dinamização e valorização do potencial turístico do Douro será ajustado às características da Região e aos valores culturais próprios, induzindo o aproveitamento do património já edificado e a carecer de reafecção, no sentido de criar uma oferta turística específica e contribuindo decisivamente para a preservação e a valorização dos recursos e dos valores essenciais do Vale do Douro, designadamente ao nível da cultura, tradição rural e património, e da paisagem, natureza e ambiente.**

**O Plano de Desenvolvimento Turístico no Vale do Douro visa, pois, induzir um processo dinâmico de investimento que permita que o Douro se venha a tornar, até ao final da presente década, num grande destino turístico, assegurando que este novo destino se venha a posicionar de forma activa e diferenciada no mercado interno e no mercado turístico internacional.**

Para atingir estes objectivos **é forçoso que, para além das necessárias iniciativas de investimento turístico tradicional, sejam atraídos ao Douro empreendimentos turísticos significativos, com efectiva função de estruturação da oferta específica da região**, que se direccionem para os mercados de maior qualidade, disponíveis para remunerar a diferenciação que o Douro pode oferecer, e sensíveis à preservação e valorização dos valores paisagísticos, naturais e patrimoniais que caracterizam a região e que importa continuamente preservar.

**Atrair ao vale do Douro investimentos geradores de postos de trabalho e de riqueza.**



#### I.4 ESTRUTURA E ABORDAGEM METODOLÓGICA DO PLANO

Visando este Plano constituir, não só um instrumento de planeamento, mas também, um quadro de acção para o desenvolvimento turístico do Vale do Douro, assume uma estrutura que:

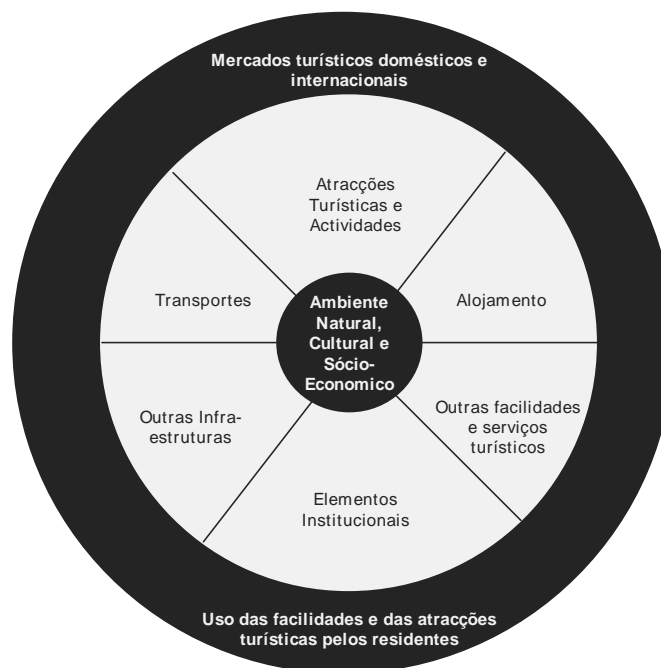
- **expressa as principais componentes e factores da envolvente territorial e sócio-económica** que condicionarão o desenvolvimento turístico do Vale do Douro;
- **afirma uma estratégia para o desenvolvimento e valorização do potencial turístico no Vale do Douro**;
- **define um conjunto de meios de intervenção (programas e medidas)** nos diferentes domínios, necessários para impulsionar a criação, dinamização e organização de recursos turísticos na região, relevantes para a organização do Douro como destino turístico;
- **afirma como prioritário um conjunto de investimentos públicos estruturantes**, da responsabilidade dos diversos sectores da Administração, com importante impacto no desenvolvimento económico e social da Região.

A elaboração deste **Plano**, acolhendo as orientações estabelecidas pelo Governo e consequentemente a linha das sugestões e recomendações dos estudos promovidos pela API para o efeito, adopta uma estrutura metodológica consonante com as orientações estratégicas e meios de intervenção específicos do desenvolvimento regional, visando a criação de um **instrumento orientador e dinamizador do desenvolvimento turístico** do Vale do Douro.

Como se sabe, os recursos (elementos naturais, culturais, histórico-patrimoniais, económicos, educativos e institucionais) constituem a principal componente da oferta, que através da sua atractividade estimulam a procura no mercado; porém, para que estes recursos possam constituir um produto turístico, terá de existir um conjunto de infra-estruturas básicas e específicas de suporte à actividade turística. Acresce que, para que o produto turístico assuma um nível de qualidade e sustentabilidade aceitável, será necessária a integração e qualificação das diferentes componentes da oferta turística.

Assim, **tendo o turismo uma natureza compósita**, a Organização Mundial do Turismo (1998) refere que **o processo de planeamento deverá considerar todas as componentes do turismo**, de forma a que este seja compreensivo e integrado, conforme demonstra a figura seguinte.

**Figura n.º 1 - Sistema turístico**



Fonte: *Inskeep* (1991)

Neste contexto, **o PDTVD assume uma perspectiva holística e sistémica para o desenvolvimento turístico no Vale do Douro**. Por via disso, não pode deixar de ser desenvolvida, neste Plano, uma **visão transversal e integrada das Medidas e Intervenções a realizar na Região**, que tem em conta, um conjunto de elementos, designadamente:

- as orientações existentes em matéria de planeamento e desenvolvimento em Turismo, nomeadamente, da Organização Mundial do Turismo;
- as directrizes e medidas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento do Sector do Turismo (RCM n.º 97/2003, de 01 de Agosto de 2003);
- o conjunto de medidas, propostas de iniciativas e investimentos públicos que se encontram definidas na RCM n.º 139/2003, de 29 de Agosto de 2003;

- os estudos da Agência Portuguesa de Investimentos para o Desenvolvimento Turístico no Vale do Douro;
- e os contributos recebidos de diversos agentes com intervenção directa e indirecta no processo de desenvolvimento turístico no Vale do Douro, especialmente, das instituições da Comissão de Acompanhamento do PDTVD.

Na elaboração do PDTVD procurou-se, para além de tanto quanto possível assegurar o necessário rigor técnico, garantir a participação dos actores mais relevantes para o desenvolvimento turístico do Vale do Douro.

**Assim, assumiu-se, como fundamental, a implementação de um processo participativo e aberto, por forma a que este Plano “espelhasse” o mais abrangentemente possível, os diferentes interesses e perspectivas.**

Nesse sentido, foram disponibilizados e utilizados, preferentemente, sistemas e plataformas de comunicação rápidas, recorrendo, nomeadamente, às tecnologias de informação e comunicação (*e-mail* e site internet).

Contudo, a maior interacção no processo de elaboração do PDTVD foi com a **Comissão de Acompanhamento**, suficientemente alargada para integrar um vasto leque de entidades com intervenção no desenvolvimento turístico do Vale do Douro. (cfr. Anexo III.1). Neste contexto, importa salientar os seguintes aspectos:

- (i) um dos seus contributos, conforme as atribuições que lhe foram cometidas pela RCM n.º 6/ 2004, de 15 de Janeiro, foi o da **apreciação e discussão dos documentos de trabalho** apresentados pela Equipa Executiva (integrada pela CCDRN, DREconomia – Norte e API), segundo um cronograma de trabalhos apresentado e aprovado na 1ª reunião dessa Comissão de Acompanhamento (cfr. Anexo III.2). Dessas reuniões, realizadas em Vila Real, Peso da Régua, Lamego e Carrazeda de Ansiães, resultaram numerosos e importantes contributos, quer apresentados oralmente, quer enviados posteriormente, através de correio electrónico;

- (ii) Para além das reuniões da Comissão de Acompanhamento, foram ainda realizadas **reuniões e contactos de trabalho** entre a Equipa Executiva do Plano e os diversos membros da Comissão de Acompanhamento (cfr. Anexo III.3);
- (iii) Foi, ainda, importantíssima a **contribuição dos membros da Comissão de Acompanhamento para a elaboração do PDTVD**, através de:
  - da **apresentação de propostas de Medidas e de Projectos**, no âmbito das competências de cada entidade, consideradas relevantes para o turismo no Vale do Douro, através do preenchimento de uma ficha técnica enviada pela Equipa Executiva para esse efeito, a todos os membros da Comissão de Acompanhamento, e, na qual eram **solicitadas até cinco prioridades** (cfr. anexo III.4);
  - do envio de **informação sobre Medidas e Projectos referidos na RCM 139/2003**, de 29 de Agosto de 2003, através do **preenchimento de uma ficha técnica**, também, enviada pela Equipa Executiva às entidades públicas que integram a Comissão de Acompanhamento (cfr. Anexo III.4).

Estes contributos foram de muita valia, não só para a definição da tipologia de projectos prioritários, das diferentes Medidas do PDTVD, mas ainda para a programação de projectos nele incluída.

**Em suma, a abertura da elaboração do PDTVD ao exterior, e especialmente, a importante colaboração dos membros da Comissão de Acompanhamento proporcionaram, não só, valiosos contributos mas, também, a validação da proposta do Plano a submeter à apreciação do Ministério da Economia**

## I.5 ÂMBITO DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL DO PLANO

É no quadro dos objectivos gerais traçados, que importa definir o âmbito territorial de intervenção do Plano de Desenvolvimento Turístico no Vale do Douro. Assim, o Plano aponta duas zonas de intervenção diferenciadas:

- **Uma zona de incidência directa** (cfr. tabela n.º 1), centrada sobre o vale do Rio Douro, principais afluentes e zonas mais características, onde se sucedem os valores excepcionais, na qual se pretendem reforçar as medidas de apoio directo a projectos com claro impacto na valorização turística da área;
- **Uma área de influência alargada** (cfr. tabela n.º 2), que contempla a região envolvente, (de manifesta conexão com os fluxos turísticos do Vale do Douro, e por onde se distribuem as infra-estruturas e serviços relevantes para esse turismo), à qual se alargarão os impactos positivos que o Plano irá induzir, nomeadamente, em termos de acessibilidades e serviços públicos.

**Tabela n.º 1 – Zona de incidência directa**

---

NUT III Douro e NUT III Tâmega e todos os demais concelhos que a norte e a sul marginam o rio Douro entre a fronteira, em Miranda e a foz, no Porto

(i.e. para além dos concelhos incluídos naquelas NUT's III, os concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro, Freixo-de-Espada-à-Cinta, Figueira de Castelo Rodrigo a nascente Gondomar, Porto, Vila Nova de Gaia e Santa Maria da Feira, a poente, acrescendo o concelho da Meda por se integrar no conceito definido para a sub-marca turístico promocional Douro)

---

**Tabela n.º 2 – Área de influência alargada**

---

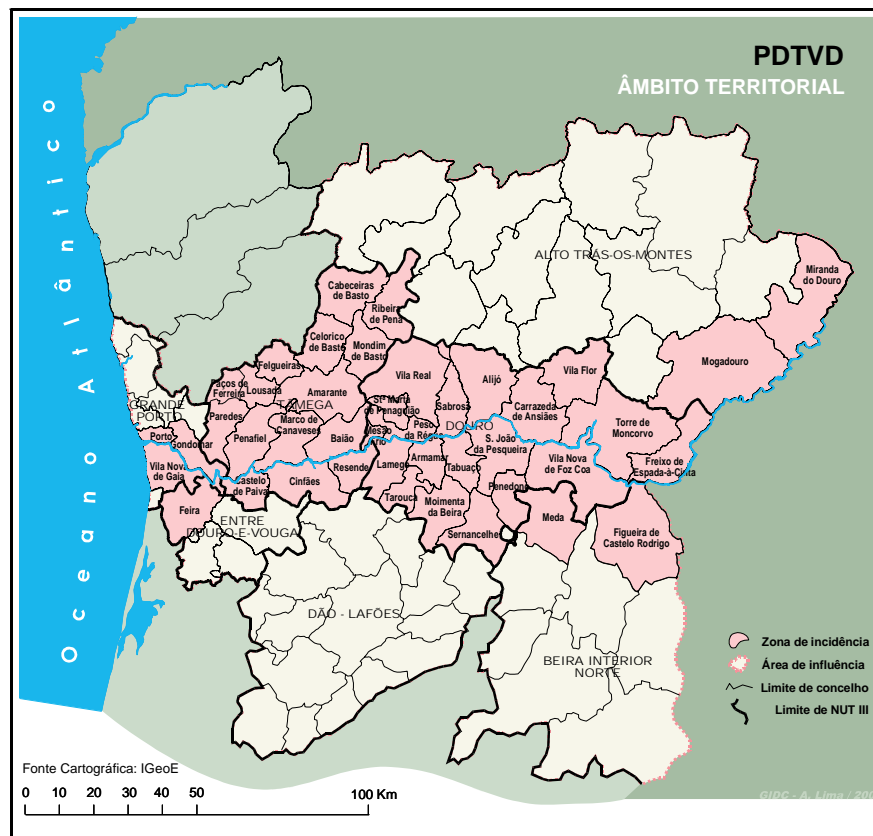
Todos os concelhos abrangidos pelas NUT's III que envolvem toda a bacia do Douro

(i.e. as NUT's III do Douro, Tâmega, Alto Trás-os-Montes, Grande Porto, Entre-Douro-e Vouga, na Região Norte e do Dão-Lafões e Beira Interior Norte na Região Centro)

---

As referidas áreas poderão ser visualizadas geograficamente no mapa seguinte:

**Figura n.º 2 – Zona de Incidência e área de Influência do PDTVD**



**Para efeitos do Plano passaremos a designar por Vale do Douro a zona de incidência directa acima referida.**



## **II. O Quadro do Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro**





## II. O QUADRO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO VALE DO DOURO

### II.1 O TERRITÓRIO

#### II.1.1 - Geografia

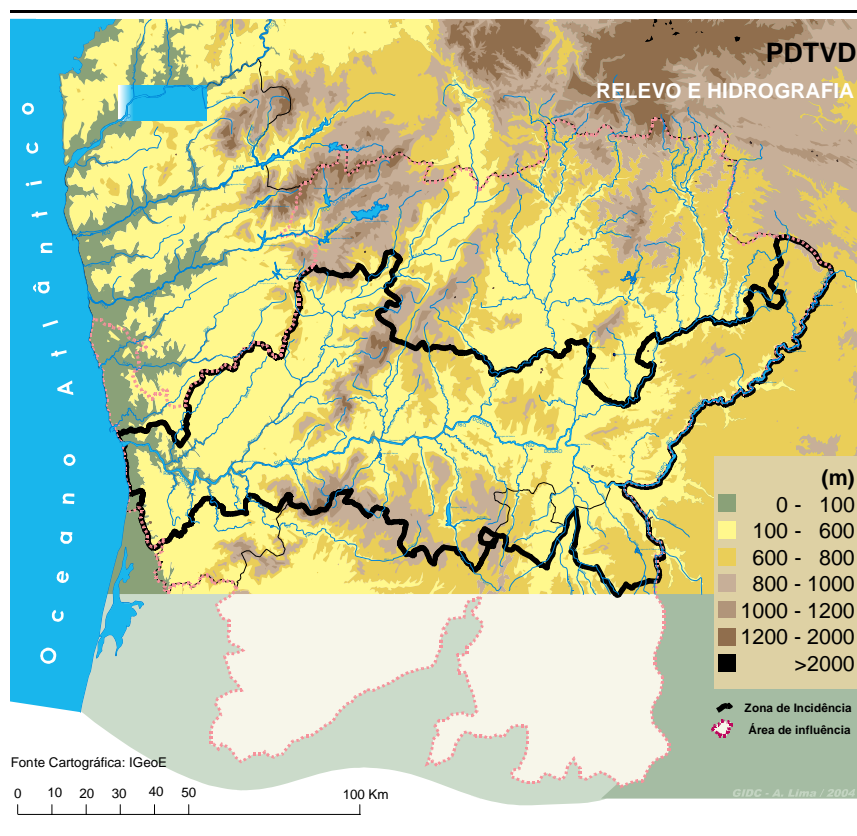
O Vale do Douro localiza-se na Região Norte de Portugal com enquadramento na bacia hidrográfica do Rio Douro. Esta bacia, considerando a sua área (cerca de 97 690 km<sup>2</sup>), ocupa o primeiro lugar na importância dos rios peninsulares. No seu percurso de 927km, desde a nascente à foz, o Rio Douro percorre cerca de 195km em território português e cerca de 135km em zona transfronteiriça de Portugal e Espanha.

##### II.1.1.1 - Relevo e Hidrografia

Para além do **profundo entalhe do Rio Douro** que é guiado por acidentes estruturais, as superfícies de aplanção bem conservadas, constituem o tema fundamental do relevo da área de influencia deste plano. A mais importante destas superfícies é a Meseta, muito bem conservada a leste dos rios Sabor e Côa. De facto, de um extremo a outro deste maciço só as montanhas, mais ou menos horizontais, quebram a regularidade destas superfícies.



Figura n.º 3 - Relevo e Hidrografia do Vale do Douro



Na parte mediana de Trás-os-Montes desenvolve-se um alinhamento de depressões merecendo realce a da Vilariça, com uma orientação N-S bem vincada. Para ocidente destas formações e com um alinhamento igualmente bem pronunciado, estende-se a linha de depressões - Régua/Verim – numa extensão superior a 100 km incluindo as bacias de Chaves, Vidago e Pedras Salgadas. Pela sua origem tectónica o seu traçado é rígido e rectilíneo e inclui associados **uma série de acidentes termais**. Da mesma origem são as ocorrências termais do vale do Douro, designadamente das águas minero-medicinais de Caldas de Moledo, Caldas de Aregos, Caldas de S. Vicente e Caldas de S. Lourenço.

O Rio Douro entra em território português sob a forma de vertentes abruptas descendo mais de 400m em cerca de 130 km. A partir daí e até à sua foz, o declive suaviza-se, reduzindo-se a 125m, em aproximadamente 200 km.

**O Rio Douro é centro de uma densa rede hidrográfica apresentando importantes afluentes:** na margens direita, os Rios Sabor, Tua, Corgo, Tâmega e Sousa e, na margem esquerda, os Rios Côa, Távora e Paiva.

Quanto á **qualidade da água**, a classificação que é possível atribuir á bacia hidrográfica do Douro é de **pouco poluída existindo alguns cursos de água com excelente qualidade** em quase todo o seu percurso. Todavia, **existem troços fluviais ou meios hídricos específicos com qualidade de água deficiente**, o que terá a ver com a inexistência ou incompleto funcionamento dos sistemas de tratamento de águas residuais.

**O regime hidrológico** deste rio é caracterizado por uma **grande irregularidade** e pela diversidade das condições hidrológicas que se verificam ao longo de toda a sua extensão. Apesar dos caudais se encontrarem já bastante regularizados, por influência das barragens, os **valores de escoamento apresentam**, por norma, **uma amplitude espacial e temporal elevada**.

Na bacia do Douro português existem, em exploração, dezanove empreendimentos hidroelétricos, oito dos quais no Rio Douro propriamente dito. Excluindo as três barragens portuguesas localizadas no trecho do Douro Internacional, as restantes cinco barragens encontram-se munidas de eclusas para barcos, convertendo **o Douro no único rio navegável do país**.

A construção das barragens e consequente formação de albufeiras, para além de possibilitarem a navegabilidade constituem **espelhos de água com funções diversificadas**, entre as quais se salientam as de amenização ambiental e de enquadramento paisagístico, as biofísicas e as lúdicas e recreativas. Contudo, devido à alteração do regime natural do rio, durante os meses secos de Verão em que os caudais provenientes de Espanha são reduzidos, **pontualmente verifica-se a alteração dos parâmetros físico-químicos e biológicos da água**, o que limita a possibilidade da sua utilização para fins recreativos de contacto directo.

### II.1.1.2 - Clima

O clima da área de influencia deste plano é fortemente afectado pela actuação conjunta de três ordens de factores:

- **a proximidade do Atlântico**, que influencia toda a vertente ocidental da cadeia montanhosa Gerês/Montemuro;
- **o relevo**, que pela sua presença remete para uma situação de interioridade/continentalidade, toda a vertente oriental da linha de alturas Peneda/Montemuro;
- **a altitude**, cuja acção as expressões Terra Quente/Terra Fria tão bem evidencia.

Figura n.º 4 – Temperatura

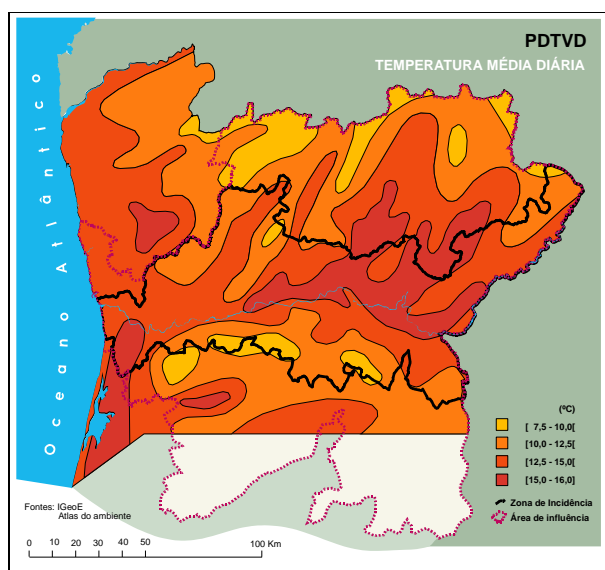
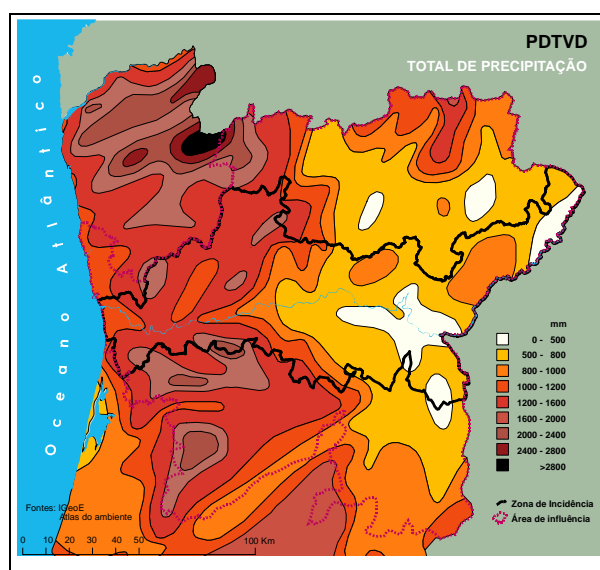


Figura n.º 5 - Precipitação



De facto, se os territórios do lado ocidental daquelas montanhas recebem sempre mais de 1200mm de precipitação total, esta não vai além dos 800mm nos territórios opostos. Para interior as chuvas diminuem, até valores próximos dos 500mm nos planaltos orientais e menores ainda, nos vales encaixados onde a influência Atlântica mal consegue penetrar.

**Os contrastes térmicos ao longo do ano acentuam-se do mesmo modo, ou seja:**

- são mais marcados na região Interior, onde **os Invernos são frios**, com temperaturas médias (meses de Dezembro e Janeiro) da ordem dos 2,5°C, **sem queda de neve** e os

**Verões são quentes e curtos** com temperaturas médias (meses de Julho e Agosto) da ordem dos 25°C. Esta situação é ainda mais marcada nas depressões e vales interiores onde, apesar dos Invernos serem menos frios que nos planaltos, as amplitudes térmicas anuais podem ultrapassar os 20°C;

- são menos distintos na vertente Atlântica que é caracterizada pela presença de temperaturas mais regulares ao longo do ano.

**As quatro estações do ano são bem marcadas** em toda a extensão da área de influencia deste plano **induzindo na paisagem e ao longo do ano, ciclos de alternância, com estéticas e atractividades muito particulares.**

#### II.1.1.3 - Coberto Vegetal e Matriz de Aproveitamento do Solo

A vegetação espontânea é, como se sabe, condicionada por variados factores naturais sendo sobretudo um reagente ao clima e à natureza dos solos.

Num território fortemente moldado pela presença humana, **o coberto vegetal encontra-se profundamente transformado e a ocupação do solo em processo de mutação.**

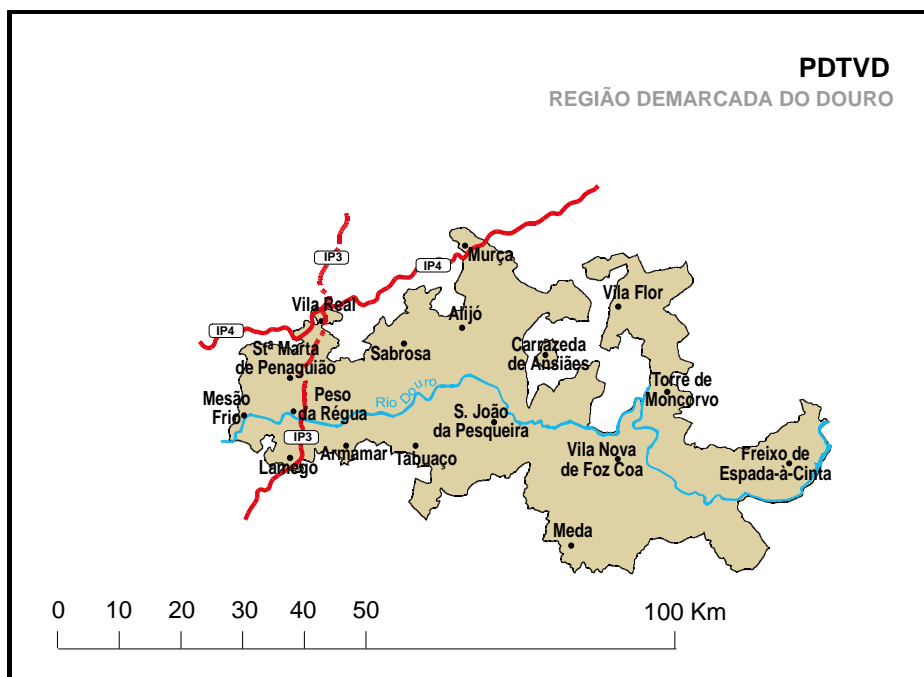
Assim, as características fundamentais da vegetação reflectem as interferências atlânticas e mediterrâneas que estiveram na sua origem, sendo certo que a acção do homem e das actividades que desenvolveu ao longo de séculos, a modificou de forma significativa. Algumas espécies foram suprimidas ou restringidas (sobretudo os carvalhos, a azinheira e o teixo), outras foram introduzidas (eucaliptos e acácias), outras levadas até aos limites da respectiva tolerância ecológica (sobreiro, pinheiro bravo, vinha e oliveira).

**A oliveira**, geralmente associada à amendoeira, dá o tom dominante à paisagem no vale médio do Tua e no vale do Côa. Ao longo dos vales dos rios Tuela, Rabaçal, Sabor e Douro a oliveira penetra muito para norte sendo o seu limite altitudinal, os 800 metros.

**A mais significativa e antiga transformação vegetal operada foi a difusão da vinha**, que também pertence ao grupo mediterrâneo, fortemente representada no Vale do Douro. A área de implantação da vinha corresponde aos xistos precâmbrios até a um limite altitudinal de 600

metros e tem evoluído de forma contínua, espelhando as diferentes épocas de exploração dos vinhedos. Incluiu a Região Demarcada do Douro, a mais antiga do mundo regulamentada, cujos limites foram definidos pelo Marquês de Pombal em 1756.

Figura n.º 6 – Região Demarcada do Douro



#### II.1.1.4 - Esboço Paisagístico do Vale do Douro

Pelas suas características físicas, climáticas e socioculturais **o Rio Douro e suas margens configuram uma paisagem com um cariz específico** que a individualiza da restante área de influencia deste plano, justificando uma referencia aos valores paisagísticos e características cénicas aí presentes. De tais características resulta uma pluralidade de cenários, que se vão formatando ao longo do rio, sendo fortemente determinados pelos padrões do povoamento e pela matriz de aproveitamento dos recursos naturais disponíveis. Ao longo do vale do Douro é possível referenciar os seguintes trechos de paisagem:

- **O Vale do Douro do Porto a Entre-os-Rios** - Neste primeiro trecho **a paisagem é marcada pelos núcleos antigos das cidades do Porto e Vila Nova de Gaia**, com um valor cultural e social determinante, tendo o primeiro destes núcleos merecido a classificação de Bem Cultural, pela UNESCO. O povoamento dissemina-se por



significativas manchas agrícolas com tendência para a densificação da implantação urbano-industrial, reflectindo já algumas situações de total adulteração dos valores paisagísticos. Só a partir da barragem de Crestuma/Lever se revela o carácter mais rural da paisagem, coexistindo a dispersão do povoamento com as actividades agro-silvo-pastoris constituindo motivo de atracção recreativa e contemplativa. Para montante, as elevadas pendentes não permitem a manutenção de sistemas agrícolas, dominando a ocupação florestal. De realçar **a espectacularidade dos relevos com maciços rochosos**, que constituem verdadeiros promontórios de observação do Vale do Douro, contribuindo para a manutenção de alguma qualidade da paisagem. Na proximidade de Entre-os-Rios as actividades de extracção e depósito de areias marcam negativamente a paisagem, constituindo intrusões com significado.

- **O Vale do Douro de Castelo e Paiva a Mesão Frio** - Neste trecho a floresta é substituída pela agricultura de socalcos, dando origem a uma policultura quase que suspensa em pequenas parcelas agricultadas. **A substituição dos sistemas naturais pelos sistemas agrícolas dão um cunho humanizado à paisagem** reduzindo-lhe o seu carácter natural, **mas nem por isso diminuindo o seu valor cénico**. A tendência verificada nos últimos anos, remete-nos para uma situação de aumento da dispersão do povoamento, na qual se identificam localizações de segunda residência.
- **O Vale do Douro Vinhateiro** - De uma maneira geral, este trecho corresponde à Região Demarcada do Douro, no seu desenvolvimento ao longo do rio. Como já se disse, foram as condições de solo e clima que determinaram as grandes linhas de uso e de estruturação desta paisagem. **A construção dos socalcos, como forma de superar os declives e a escassez de solo e água, permitiu a instalação dos vinhedos e dão uma tônica imperativa á paisagem**. O socalcamento é diversificado e distingue-se do existente no trecho a que nos referimos anteriormente, uma vez que, se destina exclusivamente à exploração vitícola e não possui bordadura, apresenta grandes extensões e geometrias mais uniformes e manifesta um polimorfismo muito particular que é testemunho de várias épocas de exploração vinícola (mortórios, socalcos tradicionais pré e pós filoxera, vinha ao alto, vinha em patamares). O povoamento é concentrado em núcleos de pequena e média dimensão e o casario das “quintas” pontua esta paisagem.

A singularidade da expressão da cultura da vinha, que se estende para norte e para sul, ao longo das linhas de água mais importantes, **a par da presença de elementos construídos** como sejam os muros de suporte em pedra, as escadarias e outros elementos do património vernacular, bem como os assentos de lavoura e os pequenos bosques das quintas vinhateiras, **cria uma paisagem de excelência**, reconhecida pela UNESCO, como património da humanidade com o estatuto de *Paisagem Cultural Evolutiva e Viva*. À excelência das formas junta-se a grandiosidade do esforço humano e a tranquilidade subjacente ao meio ambiente dá um cunho emocional próprio, donde resulta uma paisagem cultural, viva e de elevado valor cénico e identidade. **Algumas intrusões visuais**, ligadas sobretudo á deposição clandestina de resíduos sólidos de natureza diversificada, ao abandono de veículos e embarcações e á implantação de construções dissonantes e em locais desapropriados, **revelam-se altamente impactantes nesta paisagem de elevada susceptibilidade**, impondo medidas de contenção desses processos a par da recuperação das áreas já degradadas.

- **O vale do Douro de S. João da Pesqueira ao Pocinho** - A diferenciação deste trecho liga-se com o reforço das características mediterrânicas associadas a uma certa continentalidade. **Os socacos quase desaparecem e a amendoeira e a oliveira ganham expressão, distribuindo-se ao longo das encostas** em proporções muito semelhantes. Ganha peso a paisagem ajardinada, pelo regular compasso entre árvores e videiras, que assentam sob um relevo vigoroso mas já modelado nos seus contornos originais. De onde a onde emergem matas de arvoredado mediterrâneo, alguns campos de cereal e nos locais mais abrigados, os laranjais. A extracção de inertes abandonadas e as pedreiras activas, revelam-se como as actividades com mais impactos negativos.
- **O Vale do Douro Internacional** - Neste trecho as condições climatéricas agravam-se e a precipitação atinge os valores mais baixos do país. Já não há lugar para as culturas arbóreas e arbustivas. **O solo, sob relevos que se acentuam progressivamente, reveste-se com flora espontânea e matas aromáticas**. Para o fim deste trecho apinham-se os *caos de blocos* e as penedias. **Este habitat torna-se favorável ao abrigo e refúgio da avifauna selvagem**. É uma **paisagem que surpreende pela espectacularidade dos cenários**, mas também pelo sossego e até mistério que o seu isolamento transmite. Isolamento que engrandece ao mesmo tempo que protege.



Ao longo de todo o rio Douro, é pois possível a constatação de um mosaico paisagístico diversificado, que a presença repetida das albufeiras reforça, potenciando o desenvolvimento de usos associados ao turismo, recreio e lazer. **A variedade e singularidade dos cenários** que é possível identificar, **ao longo de um curto percurso**, configura-se como um **recurso estratégico** para o desenvolvimento turístico do Vale do Douro.

**Uma paisagem de excelência, reconhecida pela UNESCO, como património da humanidade com o estatuto de *Paisagem Cultural Evolutiva e Viva***

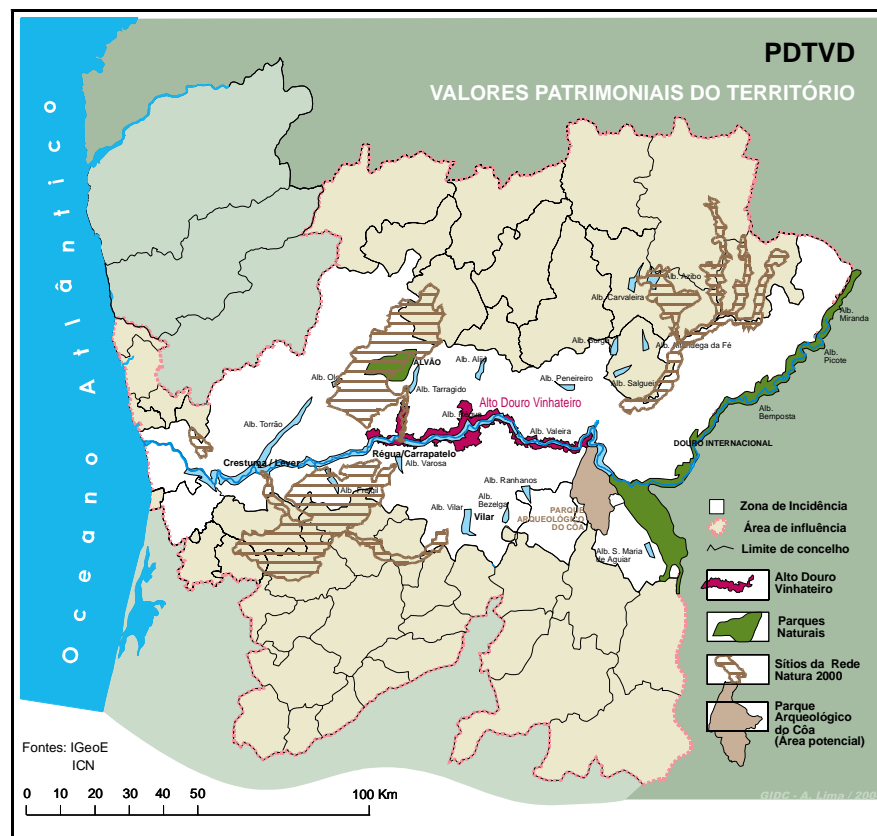
#### II.1.1.5 - Valores Patrimoniais do Território

A diversidade natural do território, a par de uma presença humana antiga, produziram um conjunto significativo **de áreas de elevado valor que constituem exemplos notáveis de articulação entre o suporte natural e o trabalho dos homens**, enquanto elementos de um conjunto ecológica e culturalmente valioso.

Trata-se de zonas que, pelas suas características intrínsecas, **constituem espaços de elevado valor biofísico, científico, cultural e/ou estético, com vulnerabilidades e funções diferenciadas** e, por isso, **com vocações específicas de conservação e valorização**. As amostras mais representativas dos valores a que aludimos encontram-se já inventariadas e mesmo classificadas, com estatutos ajustados à singularidade e representatividade das diferentes áreas, constituído pelos: Parque Natural do Alvão; Parque Natural de Montesinho; Parque Natural do Douro Internacional; Parque Arqueológico do Côa e Alto Douro Vinhateiro.

**A variedade e singularidade dos cenários que é possível identificar, ao longo de um curto percurso, configura-se como um recurso estratégico para o desenvolvimento turístico do Vale do Douro.**

Figura n.º 7 – Valores patrimoniais do território



## II.1.2 - O Sistema Urbano

### II.1.2.1 - Estruturação Urbana

A espacialização das dinâmicas demográficas mais recentes observadas no Vale do Douro remete-nos para uma abordagem do sistema urbano, como lógica de organização territorial.

Da análise efectuada, tendo em conta a densidade populacional por freguesia, emerge o seguinte:

- **Posição polar da Área Metropolitana do Porto**, incluindo os núcleos centrais das principais cidades e os seus prolongamentos, facilmente reconhecíveis ao longo dos

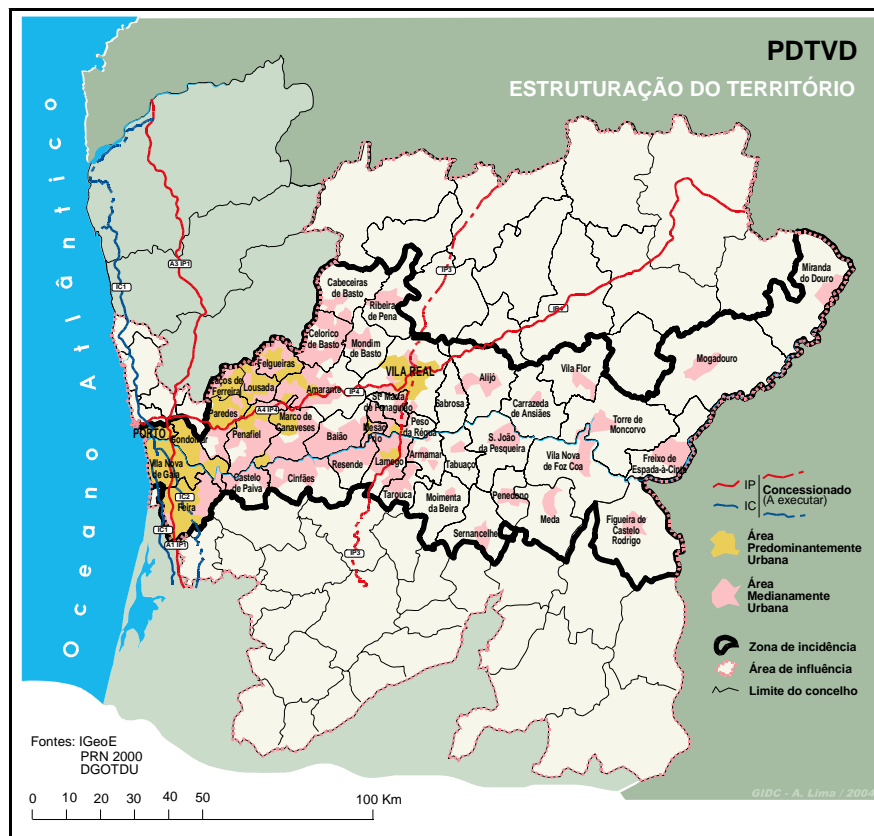
Vales do Sousa e do Baixo Tâmega, que constituem áreas predominantemente urbanizadas.

- **Configuração de uma mancha urbana que se alinha a partir de Vila Real**, passando por **Régua, Lamego**, com continuidades, a Norte para Chaves e a Sul para Viseu. Este alinhamento constitui uma zona de transição entre o litoral e o interior, elegendo o eixo Vila Real /Régua/Lamego como um importante elemento de estruturação do território;
- Para além destas áreas, prefigura-se uma **miríade de pequenos núcleos**, correspondentes às freguesias sede de concelho, sem ou com muito frágil carácter polarizante, entre os quais não se percebe a relação funcional nem sentido de estruturação;
- Ressalta, de forma muito clara, que **a estruturação urbana existente assenta em dois eixos viários principais o IP4, o IP3 e um eixo ferroviário desde o Porto ao Pocinho.**

Este sistema relaciona-se com o espaço envolvente de forma igualmente contrastante:

- Ou sob a forma de ramificações complexas e instáveis, quer sob o ponto de vista da dimensão como da organização, como acontece a partir da AMP e seus prolongamentos, em direcção às freguesias ribeirinhas dos Rios Douro e Tâmega, com um cunho de mediamente urbanizadas;
- Ou com o espaço rural propriamente dito, incluindo áreas de povoamento muito escasso, como acontece nos concelhos do trecho superior do Tâmega e em todos os outros para além do eixo Vila Real/Lamego.

Figura n.º 8 - Estruturação do Território



O potencial urbano do Vale do Douro é perceptível através do modelo de ocupação do território, cuja tendência parece reforçar o sentido da evolução da última década – **crescimento e consolidação das áreas centrais** (A.M.P. e eixo Vila Real/Régua/Lamego) já robustas sob o ponto de vista demográfico e urbano a par da **manutenção de alguma concentração urbana, em áreas estruturalmente débeis**.

Na ordem do dia colocam-se pois, **medidas generalizadas de requalificação urbana** que este plano também deverá ajudar a promover visando, em primeira mão, a recuperação dos imóveis, o tratamento dos espaços públicos, a infraestruturação.

### II.1.2.2 - Serviços Colectivos e Infra-estruturas Urbanas

A dotação de serviços colectivos segue, em grande medida, a lógica funcional do sistema urbano que acabamos de referenciar aproveitando, como é obvio, os benefícios das economias de escala e da sustentabilidade dos investimentos.

**É nos principais centros urbanos que se encontram sediados os principais equipamentos e serviços, públicos e privados, na área da saúde, ensino, cultura e desporto,** bem como os Serviços Públicos e Administração Pública Territorial.

Para além das **idades da Área Metropolitana do Porto** que concentram um grande número de estabelecimentos, prestando serviços diferenciados e de todas as escalas, emerge a cidade de **Vila Real** também com um número significativo e estabelecimentos e de diversidade de funções urbanas, seguindo-se-lhe **Lamego e Peso da Régua**.

As restantes sedes de concelho prestam serviços elementares, mais básicos e menos diversificados.

Relativamente aos **níveis de atendimento domiciliário do abastecimento de água** a situação geral é **bastante favorável** verificando-se, no entanto, ainda **situações de carência em alguns concelhos**. Na verdade, apesar do progressivo aumento da taxa de cobertura de abastecimento de água, dada a dispersão do povoamento, verificam-se carências nos concelhos da NUTIII do Tâmega, onde o nível de atendimento médio atinge o valor de 40%. Salvo raríssimas excepções a restante área do Vale do Douro apresenta um nível de atendimento que varia entre os 95% e os 100%.

**A evolução nos níveis de atendimento domiciliário na rede de drenagem e tratamento de águas residuais é também bastante positiva, registando-se, no entanto, também baixos níveis de atendimento,** principalmente na NUTIII do Tâmega onde se verifica um valor médio de 29,5% para a drenagem e de 24,6% para o tratamento. A NUTIII Douro apresenta o melhor valor médio para a drenagem, com cerca de 78%, apresentando o tratamento apenas 29%.

A cobertura da área de incidência deste plano pelos sistema multimunicipal de captação, tratamento e abastecimento de água do Sul do Grande Porto e multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro deverão assegurar a boa gestão dos sistemas, encontrando-se em curso e/ou em projecto um conjunto significativo de obras.

Por sua vez, **a evolução dos sistemas de recolha de resíduos sólidos é bastante favorável**, verificando-se, mais uma vez, baixos níveis de atendimento em alguns concelhos da NUTIII do Tâmega (da ordem dos 45%).

Toda a área do Vale do Douro encontra-se coberta por sistemas multimunicipais ou intermunicipais de tratamento de resíduos sólidos. Não obstante esta situação **subsistem alguns problemas de deposição ilegal de resíduos de proveniências várias**, ao longo das principais vias e nas margens dos cursos de água. Estes problemas têm a ver com a inexistência de sistemas de gestão integrada de resíduos que ofereçam alternativas de deposição e tratamento dos vários tipos de resíduos, bem como com a baixa predisposição e sensibilidade ambiental das populações residentes, aliada a uma certa resistência á adopção dos “novos serviços” de recolha de resíduos.

### II.1.3 - Redes e Sistemas de Transportes

- No domínio das infra-estruturas rodoviárias, o Vale do Douro conta com **uma grande via estruturante que é o IP4**, que liga a Área Metropolitana do Porto a Vila Real, Bragança e à fronteira de Quintanilha. Contudo, pode dizer-se que **as ligações transfronteiriças e consequente ligação à Europa por transporte rodoviário são ainda deficientes**, do mesmo modo que o são as redes complementares de ligação.

Efectivamente, verifica-se que **o IP4 detém um estrangulamento entre Amarante e Vila Real**, consequência de parte do percurso se desenvolver num traçado demasiado sinuoso para um IP e ao facto de se estender parcialmente a uma cota superior a 700 metros o que o sujeita ao aparecimento de gelo em determinadas alturas do ano. Por outro lado, **não está ainda executada a rede complementar**, através da concretização do IC2/IC24 que ligará o IP4 -

Campo - a S. João da Madeira, do IC35 que ligará Penafiel (IP4) a Sever do Vouga (IP5) e do IC26 que ligará Amarante (IP4) a Trancoso (IP2).

**Das restantes vias transeuropeias estruturantes (IP3, IP2 e IC5), falta ainda concluir vários itinerários.** Assim, pode-se dizer que o acesso ao Vale do Douro encontra-se deficitário, verificando-se que **a mobilidade inter e intra regional é um forte constrangimento**, na medida em que as vias que nos aproximam da área-destino estão ainda em execução e/ou em projecto:

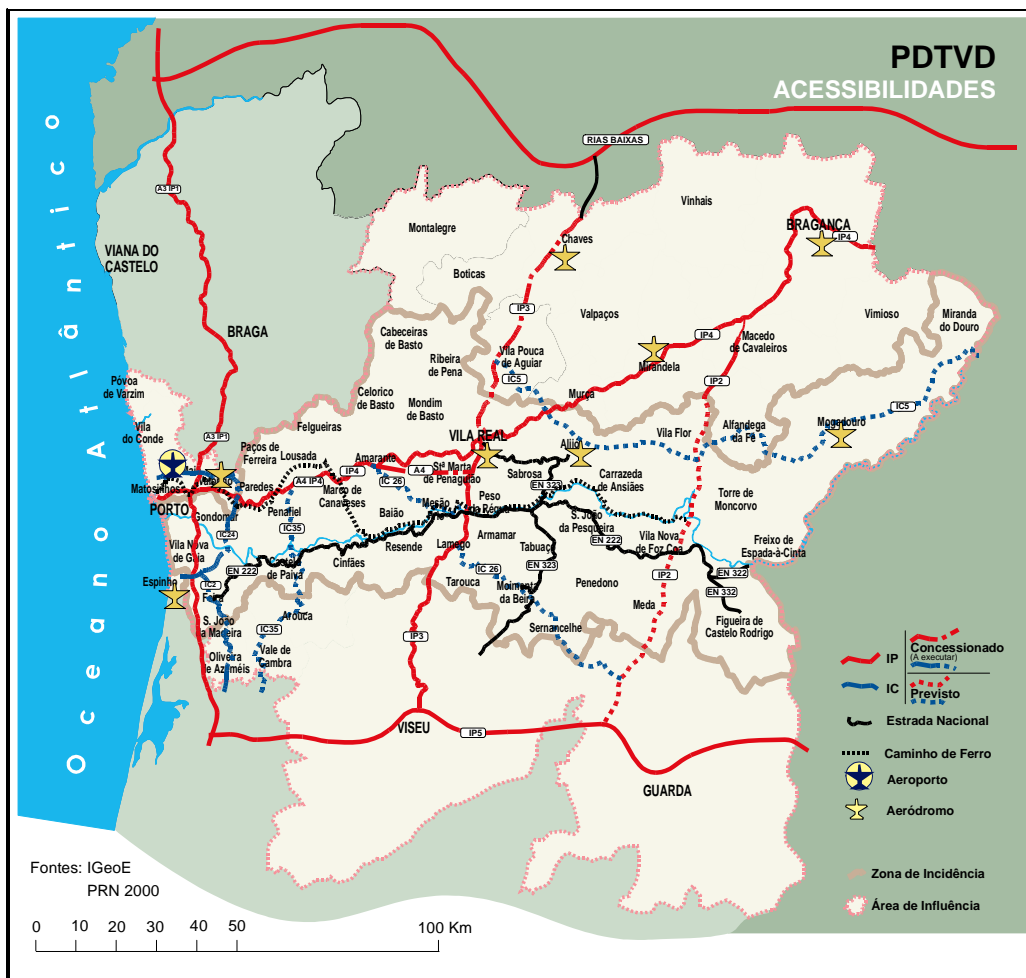
- No caso do IP3, que atravessa de Norte a Sul o interior da região, no corredor Tarouca/Chaves (Rias Baixas), apenas está concluído o pequeno troço entre Tarouca e Peso da Régua, estando em conclusão a construção do troço entre a Régua e Vila Real;
- Relativamente ao IP2, que atravessará de Norte a Sul o corredor interior raiano da Região, através da ligação de Foz Côa a Bragança - Rias Baixas, falta ainda a construção de extensos troços;
- Quanto ao IC5, que atravessará toda a Região entre a Área Metropolitana do Porto, Guimarães, Vila Pouca de Aguiar, Murça, Vila Flor, Alfandega da Fé, Mogadouro e Miranda do Douro, só foi executado um pequeno troço rodoviário entre o IP1 e Guimarães, com perfil de auto-estrada A7, estando em curso a construção do troço Guimarães/Vila Pouca de Aguiar.

Simultaneamente, as vias (EN's e EM's) que, capilarmente, permitem a **circulação interna**, carecem de uma **requalificação substantiva**.

**Das restantes vias transeuropeias estruturantes (IP3, IP2 e IC5), falta ainda concluir vários itinerários...**

**O acesso ao Vale do Douro encontra-se deficitário**

Figura n.º 9 - Acessibilidades



- O transporte aéreo é alicerçado no aeroporto internacional do Porto, de grande interesse estratégico, e complementado por dois aeródromos regionais, cuja vocação no contexto do sistema nacional de transportes não é ainda clara. O Aeroporto Internacional do Porto registou, em 2002, cerca de 2.6 milhões de passageiros e 41 000 aviões, encontrando-se em curso um projecto de desenvolvimento do aeroporto que permitirá uma expansão da sua capacidade para um movimento de 6 milhões de passageiros por ano. É também importante assinalar que a curto prazo o aeroporto ficará servido pelo Sistema de Metro Ligeiro.

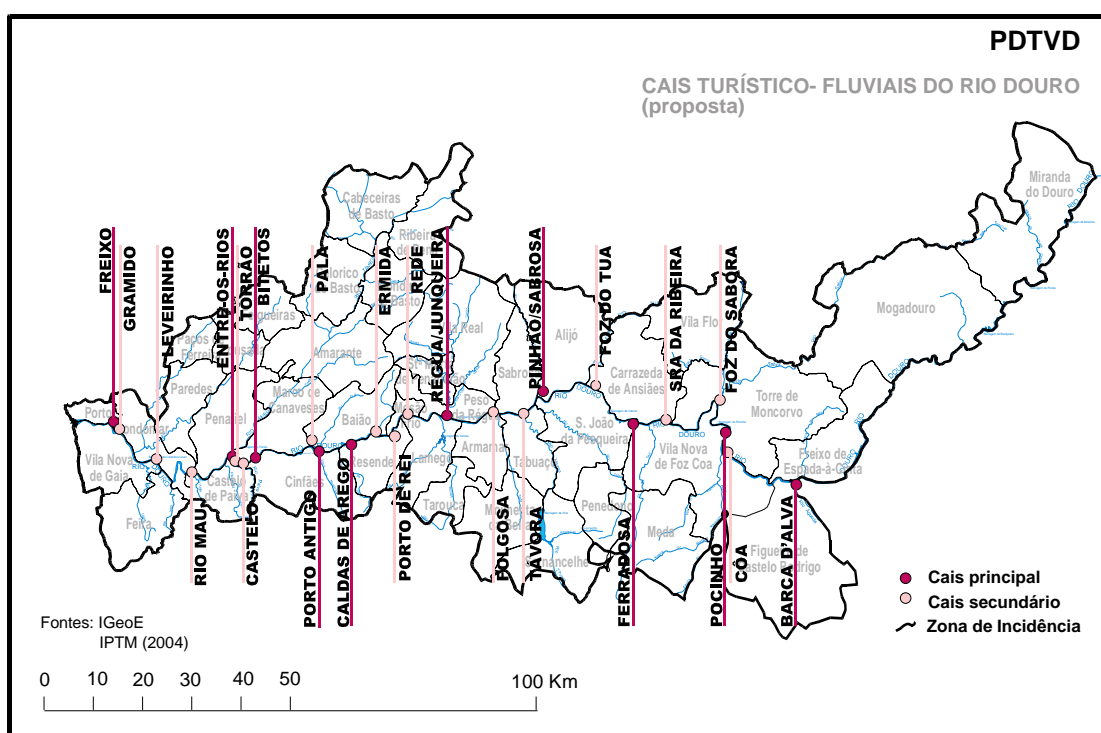
Torna-se, contudo, fundamental estudar e definir a estratégia para uma rede de aeródromos regionais.



- O Vale do Douro é ainda servido por transporte ferroviário, através de uma única linha que tem traçado ao longo do Rio Douro e que liga o Porto ao Pocinho. A partir da linha do Douro mantêm-se pequenos ramais (Tâmega, Corgo e Tua), cuja tendência de desactivação deve ser apreciada em termos, quer de serviço turístico, quer de serviço às populações.

- A via navegável do Douro desenvolve-se numa extensão aproximada de 210 km, entre a cidade do Porto e a confluência do Rio Douro com o Rio Águeda, junto à fronteira, sendo considerada uma via navegável comercial com características internacionais modernas. Ao longo deste percurso dispõe de estruturas de apoio à navegação turística e comercial, bem como serviços básicos para as embarcações. Actualmente estão em fase de projecto, ou de execução várias obras com o objectivo de acolher os turistas fluviais e qualificar as zonas urbanas ribeirinhas.

Figura n.º 10 – Cais turístico fluviais do Rio Douro (proposta IPTM)



#### II.1.4 - Ordenamento do Território

A abordagem **das questões do ordenamento do território prendem-se com três ordens de razões:**

- A constatação que a valorização e competitividade do turismo no vale do Douro depende, em grande medida, da base territorial que o sustentará, procurando-se integrar a estratégia sectorial com os atributos e vocações do território a que se acabou de fazer referência;
- A transformação da matriz de uso e ocupação do solo que o incremento das actividades turísticas e recreativas induzirá, sendo certo que no Vale do Douro o estabelecimento do limite aceitável dessa transformação aconselhará a definição de critérios e metodologias de prevenção, minimização, acompanhamento e monitorização das acções a desenvolver;
- Os instrumentos de gestão territorial, bem como a articulação a implementar entre os diferentes níveis de planeamento, como forma de operacionalizar os projectos de investimento turístico.

Pelos recursos e valores do território que identificamos conclui-se que o Vale do Douro se configura como uma área com significativo potencial de desenvolvimento turístico. Pelos mesmos motivos, o ordenamento do território detém um papel estratégico relevante como instrumento nuclear de sustentabilidade das intervenções. Nestes termos, **o ordenamento do território deve assumir-se como quadro de referência** para uma estratégia de intervenção quer da administração pública, quer dos agentes privados, ao nível do enquadramento das potencialidades existentes e da garantia de salvaguarda e valorização dos valores territoriais mais significativos.

**O ordenamento do território detém um papel estratégico relevante como instrumento nuclear de sustentabilidade das intervenções.**

**Deve assumir-se como quadro de referência para uma estratégia de intervenção quer da administração pública, quer dos agentes privados.**

A formalização do ordenamento do território, através da elaboração e aprovação de planos, tem vindo a ser fundamentalmente desenvolvida pelo âmbito local. Todos os concelhos da área

de intervenção, á imagem da região, têm Plano Director Municipal (PDM) eficaz. O único Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território aprovado à luz do D.L. n.º 380/99, de 22 de Setembro é o Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (PIOT-ADV).

Verifica-se, também, que a quase totalidade dos PDM se encontra a perfazer os dez anos de vigência, não incorporando a vocação turística, nem a classificação de espaços destinados ao acolhimento dessa actividade.

**Pelos valores e recursos presentes é a envolvente do Douro que tem merecido maior atenção** por parte da Administração Central existindo aprovado o Plano Especial de Ordenamento das Albufeiras da Régua e Carrapatelo e encontrando-se em elaboração o Plano Especial de Ordenamento da Albufeira de Crestuma/Lever.

Não poderemos deixar de referir que, em 1991 foi publicado o primeiro Plano Regional de Ordenamento do Território do país - o PROZED, plano que tem incidência, na Zona Envolvente do Douro e que identifica, pela primeira vez, as áreas de maior valor paisagístico e estabelece um regime de protecção e valorização dessas mesmas áreas, pondo a tónica na paisagem duriense como um exemplo extraordinário da intervenção humana na natureza. Decorridos dez anos sobre a sua publicação constata-se que os princípios que preconizou ganham corpo e dimensão no PIOT-ADV confirmando a sustentabilidade desses mesmos princípios.

Os planos em elaboração, a par do lançamento dos processos de revisão dos PDM, dão nota que um novo ciclo de ordenamento está em curso, com uma dimensão mais alargada, impondo a necessária articulação entre os diferentes planos, a integração das diferentes dimensões da análise e dos objectivos a alcançar, em suma, **o compromisso recíproco de coordenação das intervenções e de compatibilização das respectivas opções.**

Neste contexto, a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Turismo no Vale do Douro (PDTVD) deverá, como é obvio, **articular as opções de política sectorial com a disciplina consagrada nos demais instrumentos de gestão territorial aplicáveis.**

**O Plano de Desenvolvimento do Turismo no Vale do Douro (PDTVD) deverá, como é obvio, articular as opções de política sectorial com a disciplina consagrada nos demais instrumentos de gestão territorial aplicáveis.**

Para além dos diferentes âmbitos, referência especial deverá merecer também a diferente natureza jurídica dos vários instrumentos de gestão territorial. Na verdade **apenas os planos especiais de ordenamento do território (PEOT) e os planos municipais de ordenamento do território (PMOT) vinculam directamente os particulares.**

Esta especificidade, diferenciando os planos de cariz mais estratégico dos de cunho normativo, introduz uma ordem no sistema de gestão do território elegendo o **PDM como a interface entre o sistema de ordenamento e o cidadão.**

Embora o PDTVD não se encontre formatado como um Plano Sectorial, este Plano tem como objectivo **estabelecer a estratégia, a programação e a concretização das medidas de desenvolvimento turístico para o Vale do Douro**, sendo, aos PMOT que caberá, em definitivo, **acautelar**, sob o ponto de vista da localização das actividades no território, a concretização desse plano, definindo os **parâmetros de ocupação e de utilização do solo**, para os fins relativos à localização e distribuição das actividades turísticas garantido, simultaneamente, **níveis de ocupação e de utilização do solo adequados à salvaguarda e valorização dos recursos e valores do território**, que em extreme garantirão a sustentabilidade dos investimentos.

Não obstante a sucessão dos planos de ordenamento do território e a multiplicação das servidões e restrições de utilidade pública que se sobrepõem no território, o que é certo é que **a convergência prática de instrumentos não tem correspondido a uma ajustada distribuição dos usos e actividades no território**, sendo ainda frequentes e altamente impactantes a ocorrência de tipologias construtivas inadequadas á morfologia dos solos e visibilidade das parcelas. Isto é, **o problema que se coloca em matéria de ordenamento do território não se resolverá apenas pela via regulamentar/formal, colocando-se na ordem do dia as práticas de planeamento em curso, o âmbito e os termos em que decorre a gestão do território.**

Figura n.º 11 - Instrumentos de Gestão do Território - Planos publicados

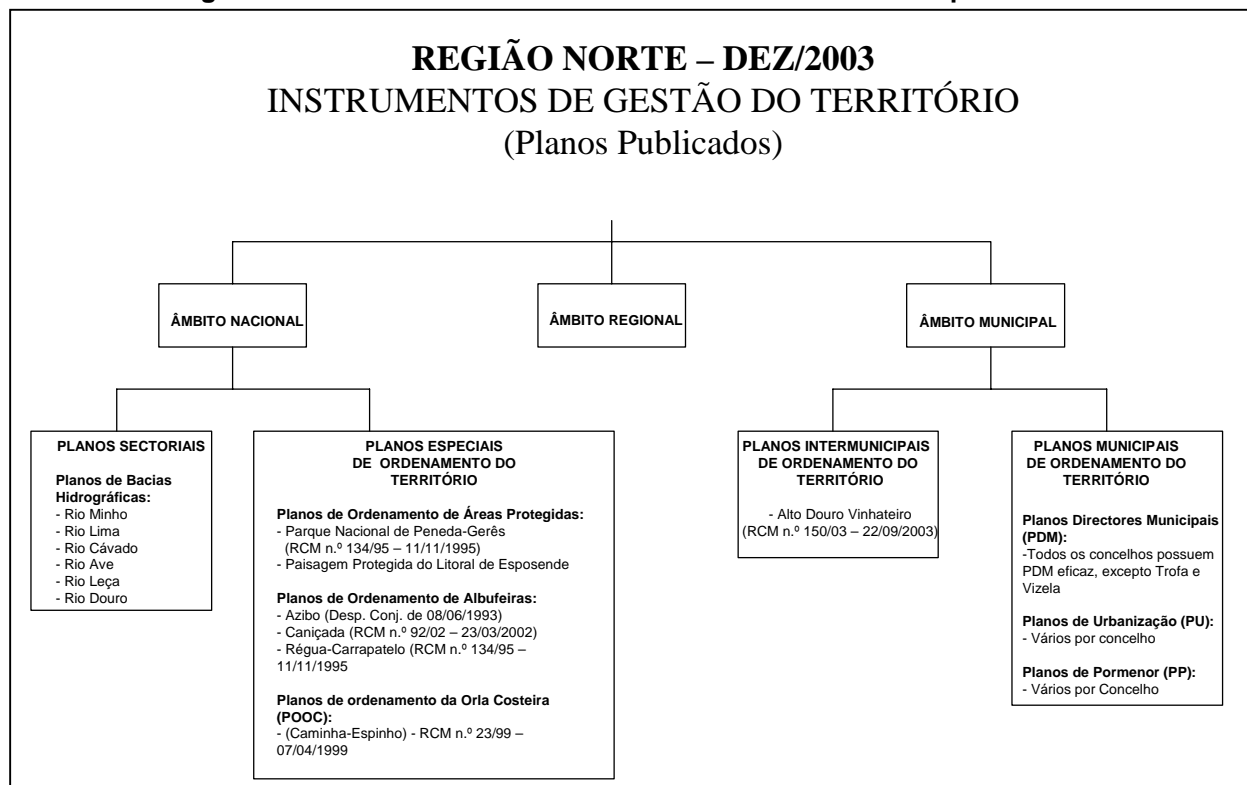


Figura n.º 12 - Instrumentos de Gestão do Território - Programa/ Planos em elaboração

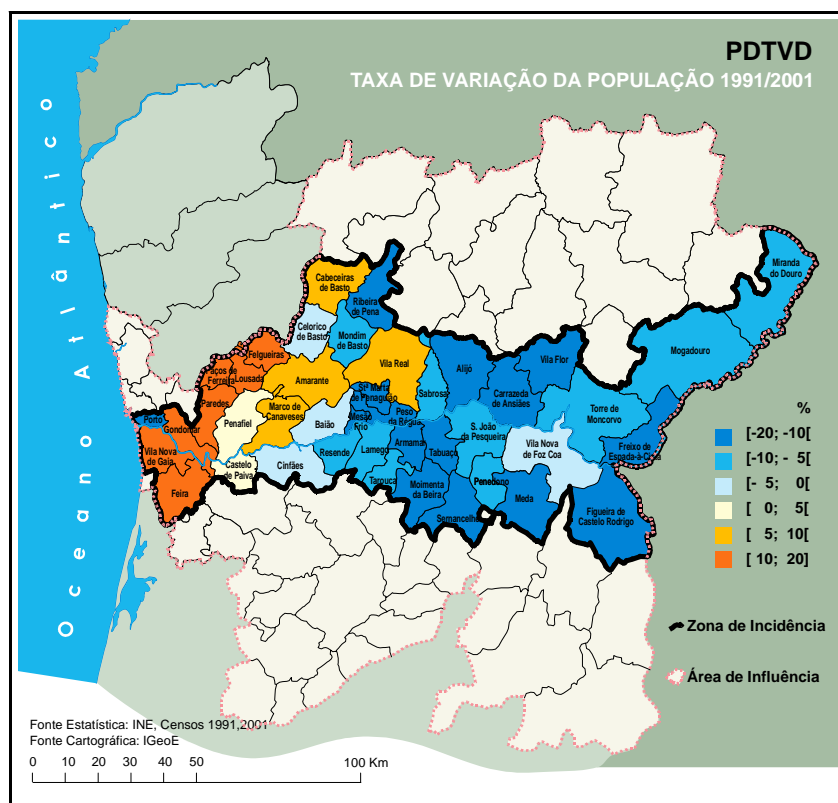


## II.2 DEMOGRAFIA, RECURSOS HUMANOS E COESÃO SOCIAL

### II.2.1 - Demografia

O Vale do Douro, entre 1991 e 2001, registou um acréscimo populacional de aproximadamente 2,5%, apresentando, neste último ano, uma população residente de 1.621 mil habitantes. Contudo, como é possível observar na figura seguinte, **este crescimento não se reflectiu de forma homogénea por todo o território**. Assim, enquanto que os municípios das NUTS III do Tâmega, Entre Douro e Vouga e Grande Porto registam um acentuado aumento da população (com excepção da cidade do Porto), no Interior, pelo contrário, verifica-se um forte decréscimo dos residentes em todos os concelhos. Relativamente a estes últimos, salienta-se que as NUTS III do Douro, Alto Trás-os-Montes e Beira Interior apresentaram uma diminuição da população de, respectivamente, 7,1% , 5,1% e 2,7%.

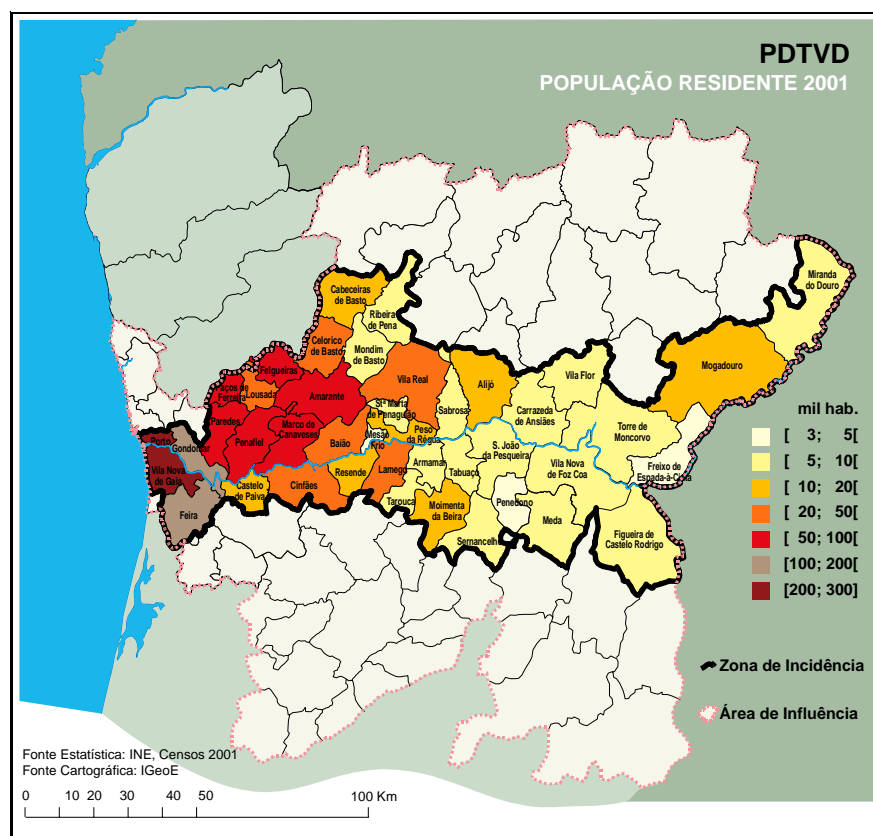
Figura n.º 13 - Taxa de variação da população 1991/ 2001



Esta dualidade na evolução da população, que se tem verificado, também, um pouco por todo o país, reflecte, entre outros factores, a **manutenção de um processo de migração para o litoral** que, no entanto, tem sido **menos acentuado nos últimos anos** em virtude de alguma maior atractividade das cidades médias do interior e de outros núcleos estruturantes do sistema urbano regional (com particular saliência para as sedes de concelho).

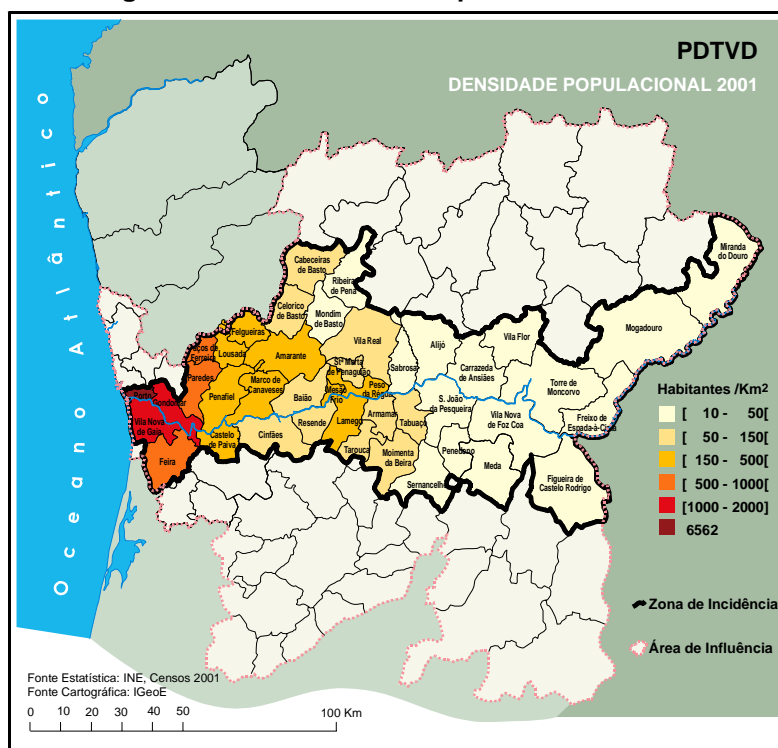
A figura seguinte apresenta a distribuição da população residente em 2001, sendo possível observar que, como resultado do referido processo de migração interna, **a população se encontra concentrada nos concelhos mais próximos do litoral, destacando-se as cidades de Porto e Vila Nova de Gaia**, que são as únicas onde o número de residentes excede o limiar dos 200.000 habitantes.

Figura n.º 14 - População Residente em 2001



Ainda, no que concerne à concentração da população, se atendermos aos valores da densidade populacional nos concelhos do Vale do Douro, a diferença entre o litoral e o interior torna-se, ainda, mais evidente. De facto, verifica-se que enquanto a média da densidade populacional dos concelhos das NUTS III do Douro, Alto Trás-os-Montes e Beira Interior se situa, em 2001, entre 28 a 54 hab/km<sup>2</sup>, na NUTS III do Tâmega o número médio de habitantes por km<sup>2</sup> é de cerca de 210 e no Grande Porto, este mesmo indicador, atinge os 1.547 hab/km<sup>2</sup>. A figura seguinte, que representa a densidade populacional do Vale do Douro no contexto da Região do Norte, permite visualizar, de forma mais clara, este contraste.

Figura n.º 15 - Densidade Populacional em 2001



No que respeita à análise da população por grupos etários na área de incidência do PDTVD, verifica-se que, em termos globais, apresenta uma distribuição idêntica à observada para a Região do Norte, com cerca de 32% de jovens e 15% de idosos. Contudo, mais uma vez, um estudo das disparidades intra-regionais permite identificar que, embora NUTS III do Tâmega registe um peso da população jovem relativamente elevado (cerca de 37%, dos quais 56% têm idade inferior a 15 anos), à medida que nos vamos aproximando do interior do território, a

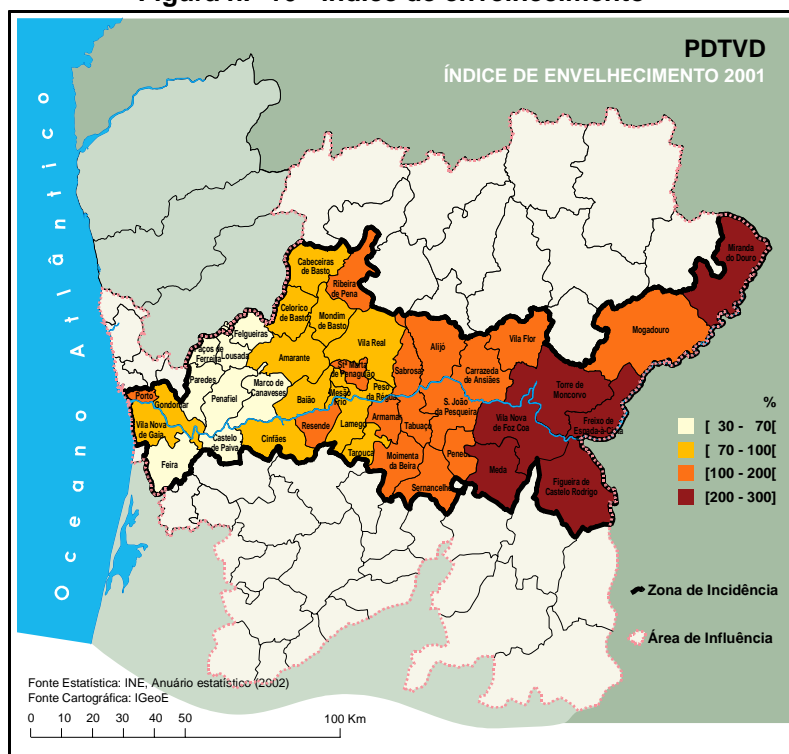


situação inverte-se, verificando-se que nos concelhos das NUTS III do Douro e Alto Trás-os-Montes a proporção de idosos ultrapassa a média da Região do Norte (situando-se, respectivamente, nos 20% e 223%).

**A área de incidência do PDTVD com cerca de 32% de jovens e 15% de idosos.**

Assim, se, por um lado, o elevado número de jovens na zona do Tâmega pode ser decisivo para a dinamização do crescimento desta área e constituir, em si mesmo, um factor positivo em termos de desenvolvimento turístico desta sub-região, o progressivo envelhecimento dos concelhos do interior, aliado aos movimentos migratórios referidos anteriormente, não podem deixar de constituir um ponto fraco do processo de dinamização do Vale do Douro, em particular, se tivermos em consideração que a área do PDTVD que integra as NUTS III do Douro e Alto Trás-os-Montes é, provavelmente, uma das que maior potencial a nível turístico detém. A figura seguinte permite evidenciar este panorama actual do Vale do Douro **em matéria de envelhecimento**, podendo-se observar que **o menor valor do índice se verifica em torno do Grande Porto (nos concelhos da área do Tâmega), em contraste com a zona do Douro Interior**, onde o valor do índice de envelhecimento ultrapassa, mesmo, os 200.

**Figura n.º 16 - Índice de envelhecimento**



## II.2.2 - Educação, Formação profissional e Emprego

Analisando com detalhe um conjunto de indicadores educativos, verificamos que **o Vale do Douro tem registado um aumento acentuado das taxas de frequência** da educação pré-escolar e das taxas de escolarização nos ensinos básico, secundário e superior.

**No entanto**, o Vale do Douro apresenta, ainda, algumas insuficiências em matéria de escolarização, o que se reflecte, também, nas camadas mais jovens da população. De facto, apesar da evolução positiva referida anteriormente, **continua a registar-se um baixo índice de escolarização da população jovem, em especial na NUTS III do Tâmega**, onde ocorrem, com frequência, situações de saída precoce do sistema educativo. Neste contexto, salienta-se que os efeitos conjugados da quebra da natalidade, das migrações e da dispersão do povoamento, em especial nas NUTS Tâmega e Douro, têm levado a uma contínua e acentuada diminuição do número de crianças, o que gera **problemas graves ao nível da eficiência e da qualidade do serviço educativo prestado**.

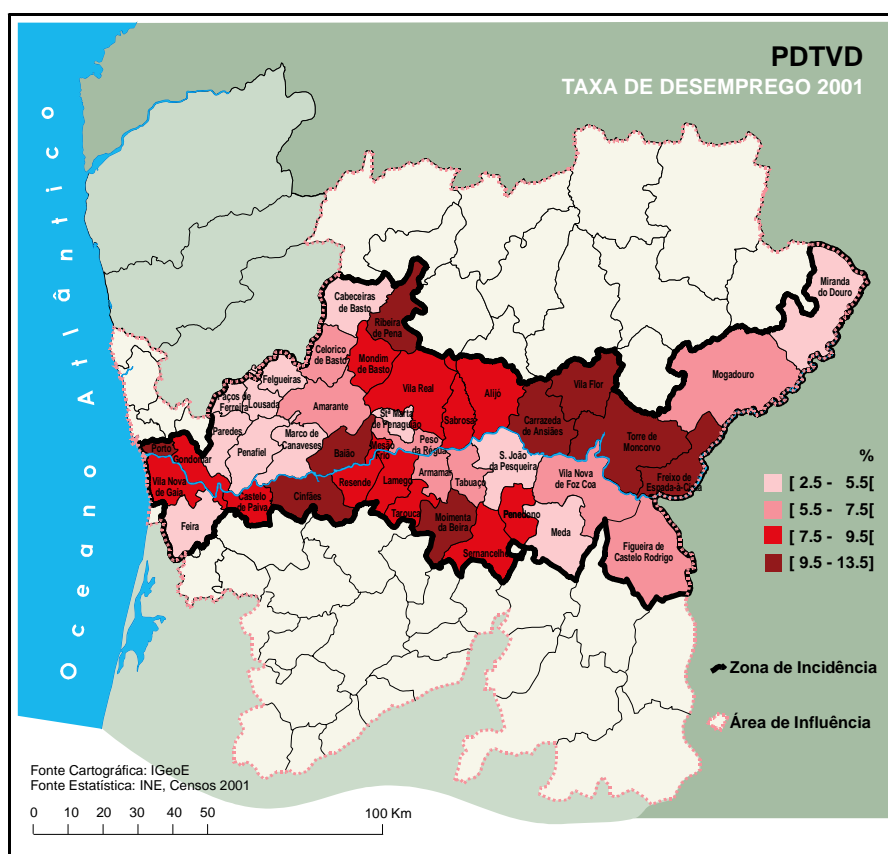
Também ao **nível da qualificação da mão-de-obra são identificados alguns constrangimentos**, nomeadamente no que se refere à insuficiente resposta dos instrumentos de formação de activos e dos dispositivos de reconhecimento de competências, especialmente entre os menos escolarizados e os que trabalham nos sectores primário e secundário. Em 2001, no grupo etário dos 25-29 anos, a percentagem da população residente com, pelo menos, **o ensino secundário completo, é de 47 % no Grande Porto, 18% no Tâmega e 33% no Douro** (as médias regional e nacional são, respectivamente de 34% e 43%).

Por outro lado, existe uma **dificuldade de fixação da população jovem que detém formação mais elevada, verificando-se que esta dificuldade aumenta nos espaços do interior**, com menos oferta de emprego mais qualificado na administração pública, na gestão de empresas ou na ciência e tecnologia. O declínio desta população jovem dificulta ainda, a transmissão inter-geracional das competências (saberes) necessárias ao desenvolvimento de actividades tradicionais, muitas vezes de carácter mais artesanal, que poderiam ter um papel importante na criação de emprego. Em diversos graus, é um problema que afecta toda a região, no contexto nacional e no espaço ibérico europeu.

Apesar de tudo, regista-se como factor positivo a **consolidação de uma rede de instituições de formação superior, de investigação científica e tecnológica e de interface** com as actividades económicas e sociais com realce para o desenvolvimento de algumas dinâmicas de excelência. Esta rede tem o seu pólo central no **Porto** e um pólo em afirmação em **Vila Real**.

No que concerne ao **mercado de emprego**, propriamente dito, regista-se uma **taxa de actividade, ainda, relativamente baixa no interior do território** (os valores da taxa de actividade variam entre 51% no Grande Porto e 39% no Douro), ao mesmo tempo que se verifica um crescimento dos indicadores de desemprego na generalidade das NUTS III que englobam o Vale do Douro. Relativamente a esta última questão, a exemplo do que ocorre em todo o país, dada a conjuntura económica, observa-se que as taxas de desemprego têm vindo a assumir valores elevados, em especial no Grande Porto e no Douro.

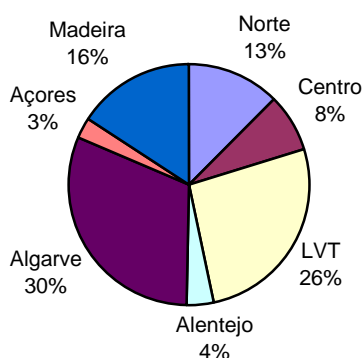
Figura n.º 17 - Taxa de Desemprego em 2001



Em particular, **o sistema de emprego e de formação na área do turismo tem revelado algumas fragilidades, apesar de algumas melhorias nos últimos anos.** Em termos de pessoal ao serviço nos estabelecimentos da hotelaria global, 13% do total nacional está empregue na Região do Norte e destes 47% no Vale do Douro. Importa salientar, aqui, a **forte concentração deste emprego nos concelhos do Porto e Vila Nova de Gaia.** De facto, se retirarmos estes dois concelhos, apenas 10,8% do total de pessoas ao serviço nos estabelecimentos na Região do Norte pertence ao Vale do Douro.

**O sistema de emprego e de formação na área do turismo tem revelado fragilidades**

**Gráfico n.º 1 - Distribuição do Pessoal ao Serviço nos Estabelecimentos por NUT II, 2001**

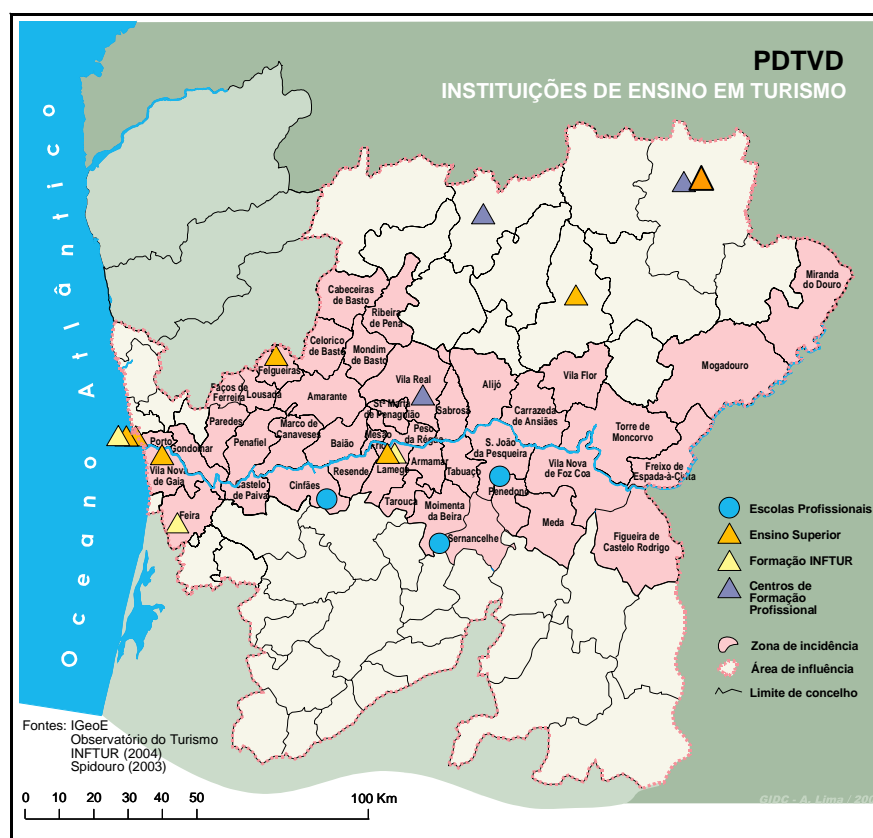


Fonte: INE (2002)

Como acontece, em geral, em todo o país e apesar das melhorias verificadas nos últimos anos, **o sistema de emprego no sector do turismo no Vale do Douro continua a revelar significativas debilidades estruturais**, designadamente, resultantes (i) da existência de um forte recurso a mão-de-obra indiferenciada e semi-qualificada; (ii) da elevada percentagem de postos de trabalho com maiores níveis de exigência exercidos por trabalhadores com baixos níveis de qualificação; (iii) dos elevados níveis de rotatividade, desemprego sazonal, escassez de mão-de-obra na época alta; (iv) do baixo nível na qualidade do emprego (más condições de trabalho e perspectivas de carreira pouco atractivas).

Por fim, como se pode verificar na figura seguinte, a oferta de formação na área do turismo é relativamente escassa ou mesmo inexistente na maioria dos concelhos do Vale do Douro.

Figura n.º 18 - Instituições de Ensino em Turismo



Fonte: Observatório do Turismo, INFTUR (2004), Spidouro (2003)

## II.2.3 - Saúde

O Vale do Douro reflecte no seu espaço um conjunto de problemas, já suficientemente diagnosticados para a Região do Norte, no que respeita à desigual distribuição dos recursos e dos resultados no domínio da saúde, quer ao nível da oferta de cuidados, da procura e utilização de serviços quer, mesmo, dos indicadores sanitários. Existe um **desequilíbrio, na distribuição de equipamentos, recursos humanos e serviços, entre os concelhos da área do Grande Porto e os concelhos que envolvem o rio Douro desde Castelo de Paiva até Miranda do Douro**. Esta situação tem raízes marcadamente estruturais, sendo nesta área que,

já em meados da década de 90, se situavam os concelhos mais problemáticos em termos de indicadores de saúde (ORS Trás-os-Montes e Alto Douro -1991).

Estamos perante um território que apresenta grandes diferenças em termos da sua evolução demográfica, económica e social. **Os concelhos do interior**, com reduzida dinâmica populacional, rápido envelhecimento da população, incipiente desenvolvimento económico e elevados constrangimentos na acessibilidade aos serviços e bens públicos, não têm conhecido significativos investimentos em saúde, tornando-os **pouco atractivos à localização de médicos e de outros profissionais do sector**. Existe uma dimensão óptima da população, potencialmente utilizadora de cuidados de saúde mais especializados, abaixo da qual não está assegurada a utilização eficiente da capacidade instalada, condicionando os investimentos em unidades mais diferenciadas.

**No que respeita aos cuidados de saúde primários**, porque mais frequentes e respondendo normalmente a situações clínicas de menor urgência, são assegurados pelos Centros de Saúde e respectivas extensões, cuja área de influência é de índole local. Na área do Vale do Douro, existe pelo menos um Centro de Saúde por concelho, que assegura os cuidados de Clínica Geral. A dotação de recursos humanos, as condições das suas infra-estruturas e equipamentos disponíveis e a acessibilidade das populações a cada um dos centros de saúde, é bastante diversa. Em geral, **são os concelhos a montante do Rio Douro que se apresentam pior posicionados**. À medida que se caminha em direcção ao Grande Porto a situação vai melhorando, em relação a algumas das variáveis acima referidas, em particular na dotação de pessoal de saúde.

No que respeita à **oferta de cuidados diferenciados**, quer ao nível do internamento quer dos serviços complementares de diagnóstico e terapêutica, e não considerando os hospitais do Grande Porto, esta é assegurada por quatro unidades hospitalares: Vila Real-Peso da Régua, Amarante, Hospital do Vale do Sousa e Lamego. Estes hospitais prestam cuidados de saúde em valências com um nível de diferenciação baixo e intermédio, como são o exemplo da Medicina, Cirurgia Geral, Pediatria, Obstetrícia e Ortopedia, sendo, no entanto, diversa a posição que cada um deles ocupa na hierarquia funcional da rede de referência hospitalar.

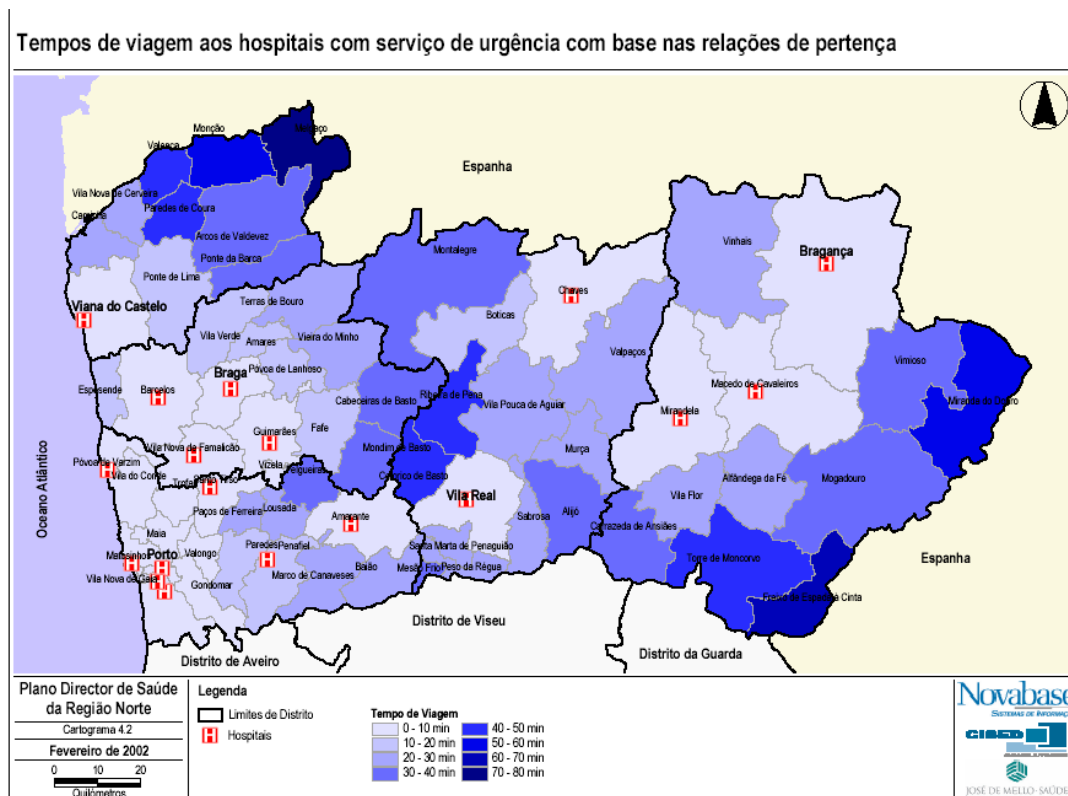
Podendo considerar-se que a capacidade instalada é suficiente, para aquele nível de cuidados, existe um **grave problema de acessibilidade aos serviços hospitalares disponíveis, em particular, aos que prestam cuidados de carácter urgente e emergente**. Na área do Vale do Douro Norte estão situados os concelhos que apresentam os tempos de viagem mais longos de toda a Região Norte, no acesso aos cuidados de urgência e emergência (Cfr. Figura n.º 14). Uma análise prospectiva sobre a evolução das condições de acessibilidade não indicia que venham a ocorrer, a médio prazo, mudanças significativas.

Perante o quadro genericamente descrito, e não sendo de esperar acréscimos muito significativos nos serviços de saúde, actualmente, existentes na rede local e regional, nomeadamente resultantes da construção de novas unidades, esperando-se, pelo contrário, uma tendência para se concentrarem recursos, face à escassez actual e futura de pessoal médico, deverá ser reforçado o investimento nas infra-estruturas de transporte, nas vias de comunicação e nas novas tecnologias de informação.

**Qualquer estratégia de desenvolvimento para o Vale do Douro, exige, assim, que esteja assegurado o transporte rápido de doentes, em particular em situação de urgência/emergência, para os hospitais existentes na área, incluindo os do Grande Porto, quer por via terrestre quer por via aérea.** A prestação de cuidados com carácter menos urgente, para além de exigir, de igual forma, a melhoria das condições transporte e de comunicação, **deverá aproveitar o potencial permitido pelas novas tecnologias de informação**. Em síntese, o objectivo principal, no domínio da saúde, deverá ser o de melhorar a acessibilidade e de flexibilizar as condições de oferta de serviços, de acordo com as necessidades actuais e futuras, perante a forte rigidez das principais variáveis de decisão existentes no sector.

**Qualquer estratégia de desenvolvimento para o Vale do Douro, exige que esteja assegurado o transporte rápido de doentes, em particular, em situação de urgência/emergência, para os hospitais existentes na área, incluindo os do Grande Porto, quer por via terrestre quer por via aérea.**

Figura n.º 19 - Tempos de viagem aos hospitais com serviço de urgência com base nas relações de pertença



## II.3 PATRIMÓNIO E CULTURA

Nos últimos anos, o Vale do Douro viu reconhecida a significativa riqueza do seu património cultural, arquitectónico e paisagísticos com a atribuição do estatuto de “Património Mundial da Humanidade” às gravuras pré-históricas do Vale do Côa, ao centro histórico da Cidade do Porto e ao Alto Douro Vinhateiro. O reconhecimento da UNESCO transformou-se, então, num cartão de visita do Vale do Douro, para além de ter trazido uma maior notoriedade à região e desencadeado um conjunto de investimentos na valorização do território e na sua promoção turística.



Neste sentido, é importante ter em consideração que o **Vale do Douro detém um outro conjunto de valências culturais e patrimoniais, tais como os vestígios arqueológicos de diferentes períodos**, nomeadamente, nos concelhos de Vila Real, Murça, Amarante, Marco de Canavezes, Baião, Cinfães e Resende, que, muitos deles, foram alvo de trabalhos de investigação, conservação e divulgação financiados no âmbito do anterior QCA, sendo que os outros têm encontrado um espaço de promoção e reabilitação junto dos actuais programas operacionais. Neste âmbito, podemos destacar, entre outros, o projecto de “Qualificação da Área Envolvente dos Monumentos da Rota Medieval “ da Associação de Municípios do Vale Douro Sul (Medida 2.1 do ON) ou o projecto do “Santuário de Panóias” (Medida 3.9 do ON), que engloba a reabilitação de um lugar central de peregrinação, onde se realizaram cerimónias sacrificiais há mais de 2000 anos, e que é um raro exemplo desta tipologia na Península Ibérica.

Ainda no que concerne ao **património construído com valor arquitectónico**, para além dos solares (sobretudo em Basto), existe um conjunto de edifícios associados a figuras ilustres (casa de Eça de Queiroz em Baião, Casa de Serpa Pinto em Cinfães, Palácio de Mateus em Vila Real, Casa de Teixeira de Pascoaes em Amarante), monumentos de valor histórico, em que se destacam o Convento de S. Gonçalo em Amarante, o Castelo de Arnóia em Celorico de Basto e o Mosteiro de S. Miguel de Refojos, bem como uma rede de aldeias com elevado valor patrimonial, como é o caso das Aldeias Vinhateiras - Barcos (Tabuaço), Favaios (Alijó), Provesende (Sabrosa), Ucanha (Tarouca) e Salgados (Tarouca) - e de miradouros. Este vasto património não poderá deixar de integrar um conjunto de roteiros culturais susceptível de uma significativa valorização no plano turístico.

Em termos de **património natural**, é de destacar que a variedade e riqueza de todo este espaço geográfico (cujos principais valores patrimoniais forma já referidos no capítulo do “Território”) que, aliado ao **património rural, ao artesanato e às tradições culturais**, constitui um "acervo" único para a implementação de intervenções integrada na área da ecomuseologia e ecoturismo.

Na perspectiva de análise dos **equipamentos culturais**, e, em primeiro lugar, em matéria de espaços museológicos, destaca-se, como grande museu estruturante, com uma oferta cultural de âmbito regional e nacional, o Museu Nacional Soares dos Reis (recentemente remodelado,

com uma ala de exposições temporárias), e, ainda, um outro espaço, já com uma dimensão internacional, vocacionado para a Arte Contemporânea, que é o caso do Museu de Serralves (que tem conhecido um grande dinamismo em termos de oferta cultural durante os últimos anos). Fora da Área Metropolitana do Porto, salienta-se, devido à sua dimensão regional, o Museu Amadeo de Sousa Cardoso em Amarante. Ainda em fase de projecto, mas concebido como uma estrutura polinucleada, destaca-se o Museu do Douro, que se pretende que venha a constituir um espaço de divulgação e conhecimento, por excelência, da realidade subjacente ao “Douro Património Mundial”.

Relativamente à **oferta cultural ao nível das artes e espectáculos**, verifica-se a existência de uma realidade dual. Por um lado, a jusante do Rio Douro e na sua foz, inserida na Área Metropolitana do Porto, existe um conjunto importante de equipamentos culturais, tais como, o Teatro Nacional de S. João, Teatro Rivoli, Auditório Nacional Carlos Alberto e Coliseu do Porto, que consubstancia uma procura e oferta cultural sem paralelo no restante espaço do Vale do Douro. Aí, a oferta é bastante menos expressiva, havendo, no entanto, que salientar o recentemente inaugurado Teatro Municipal de Vila Real, integrado numa rede de equipamentos culturais definida pelo Ministério da Cultura a nível das capitais de distrito. Neste contexto, o Programa Operacional da Região do Norte 2000-2006 apoiou, também, a construção de alguns equipamentos que se prevê que venham a desempenhar um papel de destaque na dinâmica cultural das cidades e espaços envolventes onde se inserem, como são o caso do Conservatório de Música de Vila Real e da Casa da Música, no Porto.

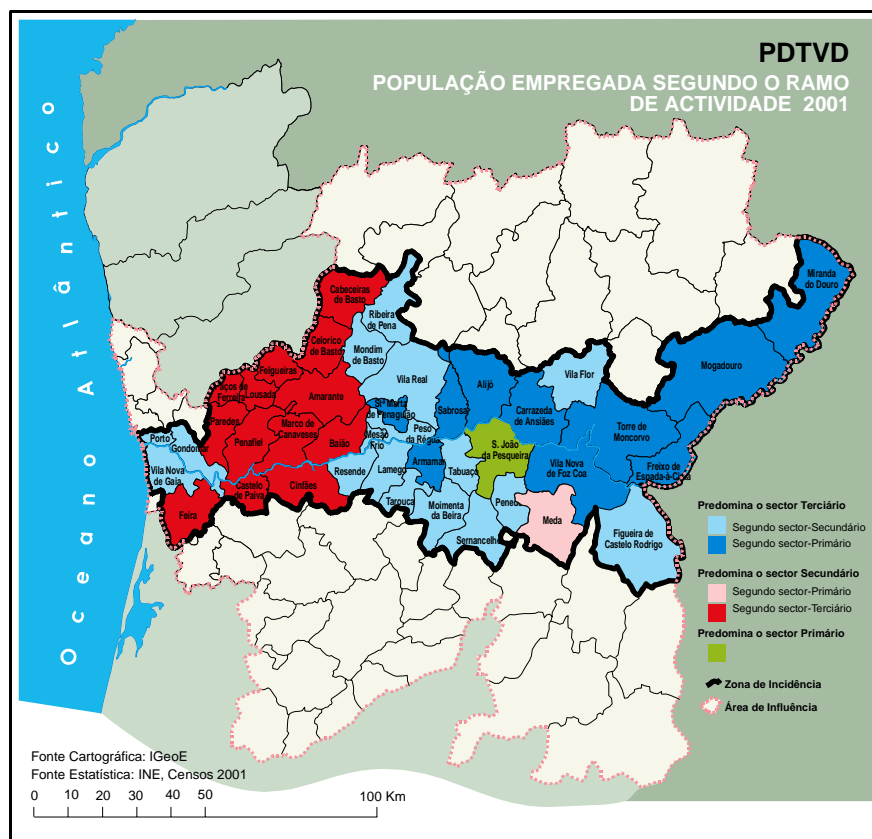
Por último, no que respeita a **eventos de âmbito artístico e cultural**, verifica-se que o Vale do Douro tem já um conjunto de produções que constituem um marco no panorama regional ou, mesmo, nacional, tais como, o Fantasporto, o Festival Intercéltico, o Festival de Jazz do Porto e o Festival Internacional da Casa de Mateus. No interior do Vale do Douro, existem, igualmente, diversas iniciativas mais ligadas ao património religioso e etnográfico, traduzidas em festas, feiras e romarias, que têm um papel importante na dinamização sócio-económica desses locais mais rurais. Contudo, também aqui, há grandes margens de progresso na qualificação e na promoção de eventos culturais, pelo investimento na concertação de esforços, na estabilização de quadros de apoio financeiro, na complementaridade de iniciativas e de programação e na divulgação adequada.

## II.4 ACTIVIDADE ECONÓMICA

À semelhança do referido em sede de análise demográfica, a economia do Vale do Douro apresenta uma estrutura bastante heterogénea ao longo do seu território, com diferentes perfis de especialização e estados de desenvolvimento. Neste âmbito, e embora o desempenho económico dependa de vários factores, pretendemos proceder a uma análise da economia deste espaço regional centrada na os aspectos relativos à estrutura.

Deste modo, como é possível observar no mapa seguinte, verifica-se que o **sector terciário predomina na maior parte dos concelhos do Vale do Douro, com excepção dos municípios da NUTS III do Tâmega e do Entre Douro e Vouga.**

Figura n.º 20 - População empregada segundo o ramo de actividade



Trata-se do resultado de um processo de **terciarização, muitas vezes, mais relativo do que absoluto**, assente em serviços dominados pelas actividades de distribuição, hotelaria e restauração, a que corresponde um perfil de especialização orientado especialmente para a procura final e de apoio à distribuição. Por outro lado, em termos de oferta de serviços intermédios, observa-se que na maior parte dos concelhos da área de intervenção, esta é dominada por um conjunto de actividades vocacionadas para satisfazer as necessidades básicas das empresas, muitas das quais surgem como uma forma de dar resposta a imperativos regulamentares, como é o caso dos serviços jurídicos, contabilísticos e fiscais.

Neste âmbito, a **Área Metropolitana do Porto destaca-se como excepção, com uma oferta mais diversificada e especializada nos serviços às empresas de nível superior**. Trata-se de um dos espaços mais competitivos do Vale do Douro, com cerca de 56% da população empregada nos serviços, concentrando um conjunto de actividades de grande valor acrescentado e que poderão ter um papel importante no suporte ao desenvolvimento de actividades turísticas no Vale do Douro. Aqui, segundo Meira e Delgado (1999), estão localizados os serviços de apoio à empresa de carácter mais inovador e os fornecedores mais especializados, atraídos pelas melhores condições existentes nesta NUTS III ao nível das infra-estruturas de transporte e de comunicações e, em particular, no que concerne à oferta em termos de mão-de-obra qualificada.

No que respeita às **NUTS III do Douro e Alto Trás-os-Montes** onde, conforme foi referido, a maior parte da população está empregada no sector terciário, esta situação deve-se, muito, a uma **grande dependência do sector público administrativo**.

Nas **NUTS III do Tâmega e Entre Douro e Vouga**, por sua vez, **cerca de 75% do emprego está ligado à indústria**, ocupando, assim, o **secundário** um lugar de destaque na estrutura económica destes sub-espços regionais. Neste contexto, e apesar de algumas das suas empresas, nomeadamente as que estão concentradas em sectores tradicionais, necessitarem de melhorar a sua competitividade, existe um **conjunto de clusters** que tem ou, pelo menos, pode vir a ter um papel importante no processo de desenvolvimento da economia regional, tais como:

- o *cluster* da indústria do calçado e artefactos semelhantes, que se concentra, essencialmente, em duas áreas: o eixo Oliveira de Azemeis/S.J.Madeira/Feira/Gaia e o eixo Guimarães/Felgueiras (que, no seu conjunto, representam mais de 68% do volume de vendas nacional do sector);
- o *cluster* da indústria da cortiça, que tem uma enorme tradição e concentração no concelho da Feira, representando cerca de 40% do volume de vendas do ramo a nível nacional;
- o *cluster* da indústria do mobiliário, com uma forte tradição e concentração no eixo Paços de Ferreira/Paredes;
- e, por fim, o *cluster* da indústria do automóvel, que tem emergido com elevado dinamismo no eixo Oliveira de Azeméis/S.J. Madeira.

No entanto, e para que estes *clusters* se possam continuar a afirmar no panorama regional ou, mesmo, nacional, será importante um maior investimento, sobretudo, ao nível da cooperação no tecido empresarial e sócio-profissional da região. De facto, continua a verificar-se que as estratégias empresarias traduzem, com frequência, um certo grau de individualismo e algum défice de solidariedade entre os agentes económicos, o que tende, sem dúvida, a contribuir para que, muitas vezes, não se registem acréscimos significativos de competitividade da economia regional.

**No que respeita ao sector primário**, é interessante verificar que em alguns concelhos da NUTS III do Douro, bem como em Mogadouro e Miranda do Douro (que pertencem ao Alto Trás-os-Montes), a agricultura apresenta-se como o segundo sector mais importante, em termos de população empregada. Neste âmbito, destaca-se que **o Vale do Douro é fortemente marcado pela vitivinicultura** (os concelhos da NUTSIII do Douro são responsáveis por 85% da produção de VLQPRD – Vinho Licoroso de Qualidade Produzido na Região Demarcada), sendo o **Vinho do Porto**, mais do que o Vinho Verde, não só a imagem de marca deste espaço regional como um dos elementos estruturantes do espaço, da paisagem, da economia e da sociedade duriense. Uma outra cultura que ocupa uma posição importante no contexto regional (e, também, nacional) é a **olivicultura**, que atinge forte expressão nos concelhos do Douro Superior e Norte e na Terra Quente Transmontana, salientando-se, ainda, que o Douro é o maior produtor de azeite de qualidade a nível nacional.

Em termos de **produção pecuária**, assinala-se a importância da **ovicultura**, que se centra em dois produtos: a **carne e os queijos**, verificando-se, ainda, que a caprinicultura tem registado uma evolução positiva nos últimos anos, reflectindo-se no aumento do respectivo efectivo regional. Já a produção de leite tem pouca expressão na região, desenvolvendo-se essencialmente nos vales submontanos, na Terra Quente e Douro Superior.

Ainda em relação à agricultura do Vale do Douro, mas numa análise mais global e prospectiva, podemos referir que, apesar de emergirem algumas unidades mais especializadas em resultado de um esforço regional importante em matéria de reconversão tecnológica e cultural (nomeadamente na área da vitivinicultura), a estrutura produtiva é, ainda, dominada por pequenas explorações agrícolas familiares por conta própria. Este tipo de unidades tende, com frequência, a assumir estratégias empresarias minimizadoras do risco, que se traduzem na adopção de sistemas policulturais (embora estes sistemas possam, em função dos diversos contextos sociais e edafo-climáticos, ter uma maior especialização na área da vitivinicultura, pecuária extensiva ou floresta) em que as decisões de produção e consumo nem sempre são independentes. Neste sentido, existe uma reduzida margem de manobra para que os acréscimos de competitividade deste tipo de sistemas de agricultura se concretizem por via da intensificação cultural. Assim, o processo de ajustamento tecnológico e estrutural da agricultura do Vale do Douro terá que assumir, muito provavelmente, as seguintes vias possíveis:

- **a extensificação cultural**, através do próprio abandono da terra agrícola (como se tem verificado, sobretudo, na última década) e/ou aumento da superfície florestal nas áreas mais afectadas pelo êxodo agrícola e aumento da pecuária extensiva baseada em pequenos ruminantes e raças autóctones. A este propósito vale a pena sublinhar o papel que poderá ter o sector florestal no desenvolvimento da região desde que se promova o estudo e o reordenamento das áreas com aptidão florestal (de forma a potenciar o uso múltiplo e a criar condições para a diminuição dos fogos florestais), o melhoramento dos povoamentos de pinheiro bravo, a instalação de novos povoamentos silvícolas adequados às potencialidades locais, a pastorícia e a caça;

**Vale a pena sublinhar o papel que poderá ter o sector florestal no desenvolvimento da região desde que se promova o estudo e o reordenamento das áreas com aptidão florestal**

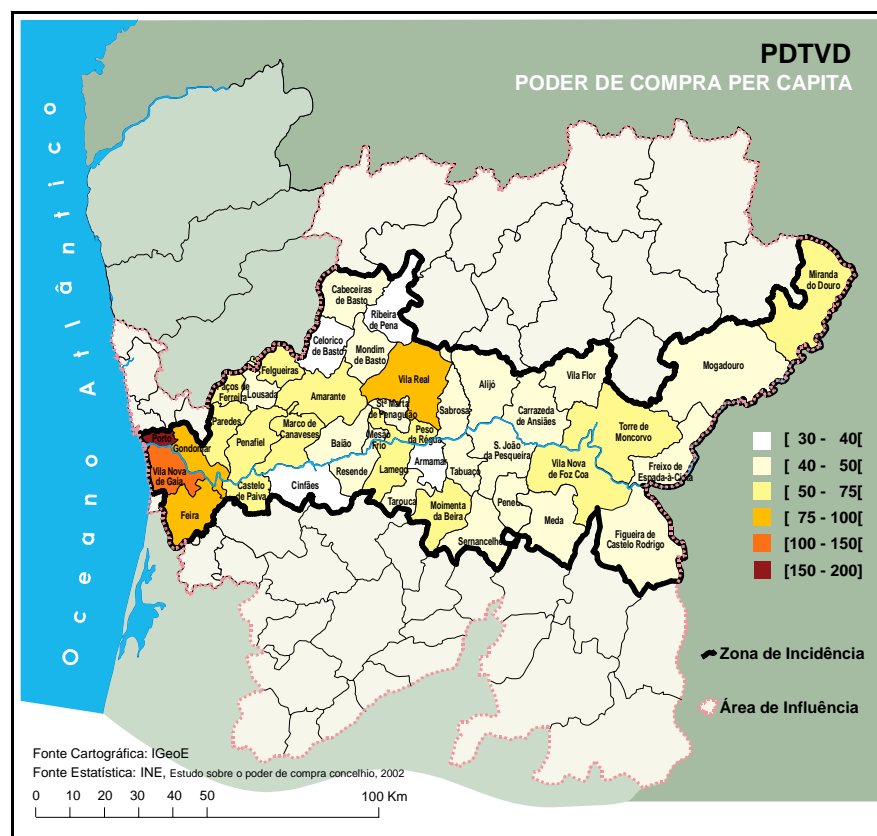
- na ausência de condições de intensificação ou extensificação, ter-se-á que entrar numa **fase do desenvolvimento agrário regional que deverá assentar em transformações de natureza mais qualitativa da produção e na sua valorização comercial**. Esta estratégia de qualidade está muito dependente do esforço a desenvolver em matéria de extensão agrícola e rural, devidamente articulada com a formação e a investigação, da existência de unidades de transformação e comercialização que permitam ganhos de competitividade no mercado doméstico e externo e da organização da acção colectiva dos agentes económicos no sentido de promover e proteger a qualidade em todos os estádios da cadeia produtiva (em particular, em produtos de qualidade, como sejam, DOP – Denominação de Origem Protegida e Agricultura Biológica, etc.).

Por último, o Vale do Douro revela, ainda, a existência de um conjunto de problemas transversais que não poderão deixar de ser consideradas quando se equaciona, no seu conjunto, a competitividade da economia regional e, em particular, o investimento no desenvolvimento turístico desta região.

A primeira, já enunciada no âmbito da análise da temática “Educação, Formação profissional e Emprego”, está relacionada com **o baixo nível de qualificação da mão-de-obra regional** (conforme referido, a maior parte da população empregada no Vale do Douro têm um nível de instrução inferior ao 2º ciclo do ensino básico). Assim, o desenvolvimento económico e, especificamente, turístico da Região deverá passar, cada vez mais, pela preparação básica e específica dos seus recursos humanos, associada, como se entende, à criação de empregos suficientemente atractivos que permitam fixar os activos mais qualificados.

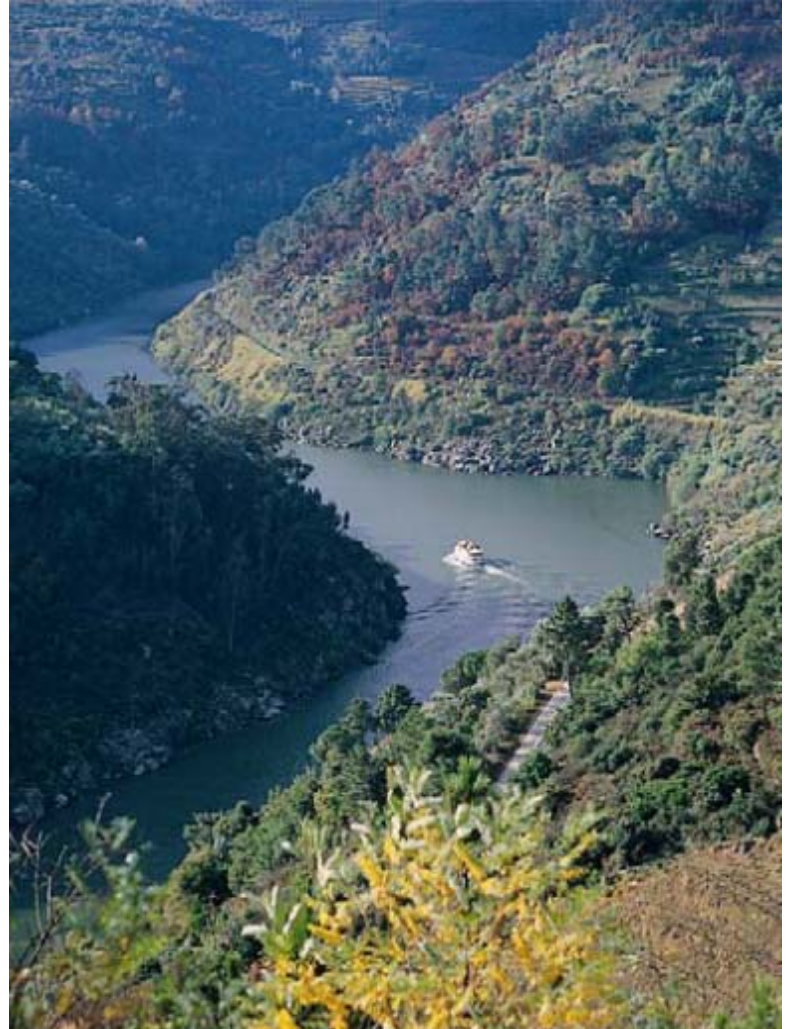
Uma outra questão, de âmbito mais geral, prende-se com o facto de **a maior parte dos concelhos que integram este território apresentar um nível de poder de compra relativamente reduzido**. Deste modo, segundo o Indicador per capita do Poder de Compra Concelhio, apenas 3 concelhos do Vale do Douro (Porto, Vila Nova de Gaia e Vila Real), registam valores iguais ou superiores ao valor médio observado na Região do Norte, sendo que a NUTS III do Tâmega apresenta um indicador que corresponde apenas a 62% da média do poder de compra regional.

Figura n.º 21 - Indicador per capita do poder de compra (índice com o valor 100 na média do país)



Como se pode observar no mapa anterior, **só o Porto e Vila Nova de Gaia apresentam um indicador superior à média do poder de compra nacional**, salientando-se, ainda, a existência de diversos concelhos nas NUTSIII do Tâmega e do Douro para os quais o valor deste indicador é inferior a metade da média nacional.





### **III. O Turismo no Vale do Douro**



### III. O TURISMO NO VALE DO DOURO

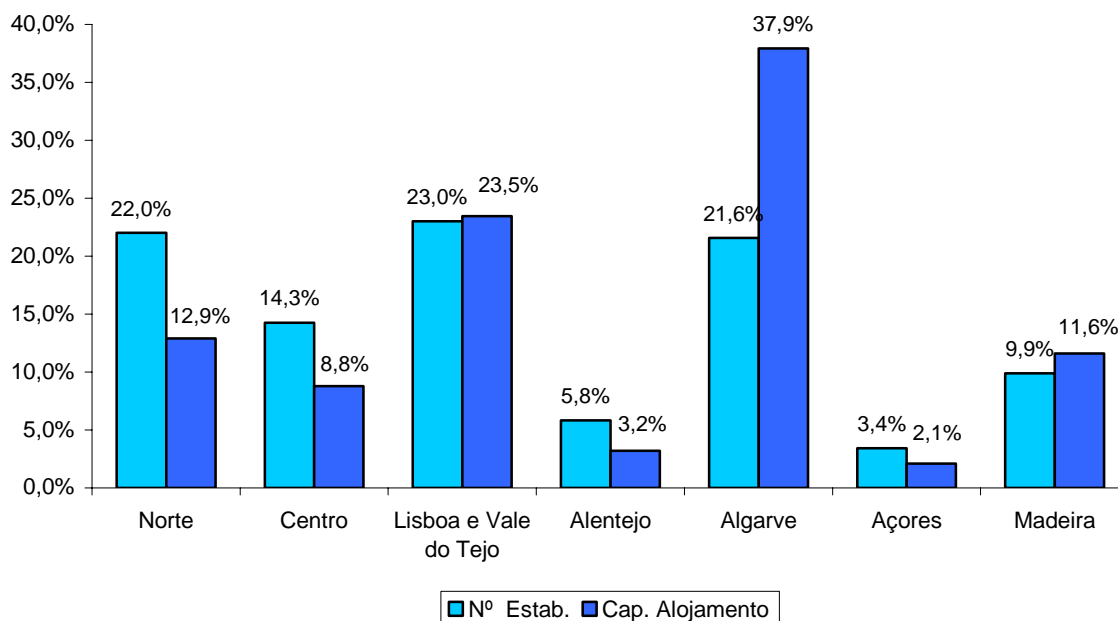
Pretende-se, neste capítulo, efectuar uma breve síntese, com o carácter mais prospectivo possível, da actividade turística no Vale do Douro. Não se pretende, naturalmente, substituir aqui os estudos especificamente elaborados para este efeito pelo BPI (2003), Deloitte Consulting & NEOTURIS (2003) e SPIDOURO (2003). Mas, pelo contrário, sistematizar algumas das suas principais conclusões e, sempre que possível, complementá-las com informação de natureza quantitativa.

Por outro lado, o “**Douro**” (não o Vale do Douro conforme se encontra geograficamente delimitado neste Plano) constitui uma **sub-marca da marca turístico-promocional “Porto/Norte de Portugal”** e, assim sendo, importa contextualizar esta análise do Vale do Douro no âmbito da respectiva NUTS II. Deste modo, torna-se importante, começar por caracterizar a própria Região do Norte do ponto de vista turístico. Neste processo de sistematização de toda a informação quer de carácter qualitativo. quer de carácter quantitativo procurar-se-á, através de uma breve análise de mercado, encontrar nos determinantes da oferta e da procura, algumas das singularidades de que se poderá revestir o produto turístico do Vale do Douro. Para que, a partir daí, se possa configurar uma estratégia de intervenção para o PDTVD.

#### III.1 OFERTA

Se começarmos por comparar, em termos meramente quantitativos, os estabelecimentos na hotelaria (considerada globalmente) por NUTS II (Cfr. gráfico n.º 2 ), verificamos que 22% se localizam na Região do Norte – que ocupa, assim, o segundo lugar, logo a seguir a Lisboa e Vale do Tejo e à frente, mesmo, do Algarve. No entanto, se efectuarmos essa comparação por NUTS II no que à capacidade de alojamento diz respeito, registamos que, neste caso, a Região do Norte ocupa a terceira posição, com 12,9%, atrás quer do Algarve (37,9%) quer de Lisboa e Vale do Tejo (23,5%).

**Gráfico n.º 2 – Distribuição dos Estabelecimentos e da Capacidade de Alojamento por NUT's II, em 2001**



Fonte: INE (2002)

Desde já, podemos concluir que a dimensão média dos estabelecimentos na Região do Norte é significativamente mais baixa à média nacional. De facto, a Região do Norte é a segunda região com menor dimensão média dos estabelecimentos no conjunto de todas as NUTS II (Cfr. tabela n.º 3). Assim, a capacidade média nacional é de 128 camas por estabelecimento enquanto que na Região do Norte não ultrapassa as 75 camas.

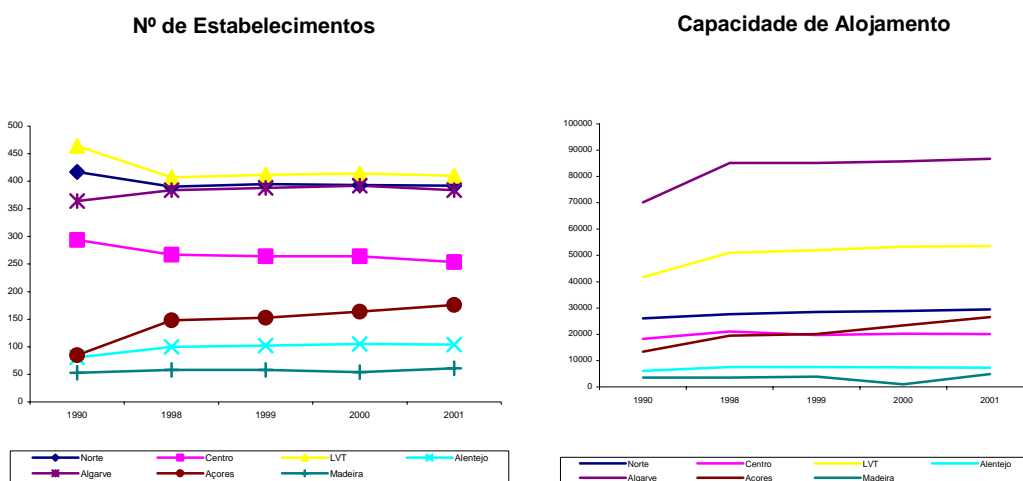
**Tabela n.º 3 - Distribuição da capacidade média de Alojamento, por estab., por NUTS II, 2001**

	Cap. Alojamento Média por Estab.
<b>Total</b>	128,4
<b>Continente</b>	127,8
Norte	75,3
Centro	79,1
LVT	130,8
Alentejo	70,4
Algarve	225,9
Açores	78,9
Madeira	150,8

Fonte: INE (2002)

Numa análise *time series*, regista-se, na Região do Norte, uma certa estagnação do número de estabelecimentos que é, pelo menos parcialmente, compensada pelo acréscimo da capacidade de alojamento (2,4% só entre 2000 e 2001 e 1,1% no período 1990-2001). A evolução em termos nacionais não é muito distinta, registando-se um crescimento médio do número de alojamentos de -0,3% entre 2000 e 2001 e de 0,1% de 1990 a 1991 e uma taxa média de crescimento da capacidade de alojamento mais favorável de 2,6% e 2,2%, respectivamente.

**Gráfico n.º 3 – Evolução do n.º de Estabelecimentos e da Capacidade de Alojamento por NUT's II, 1997-2001**

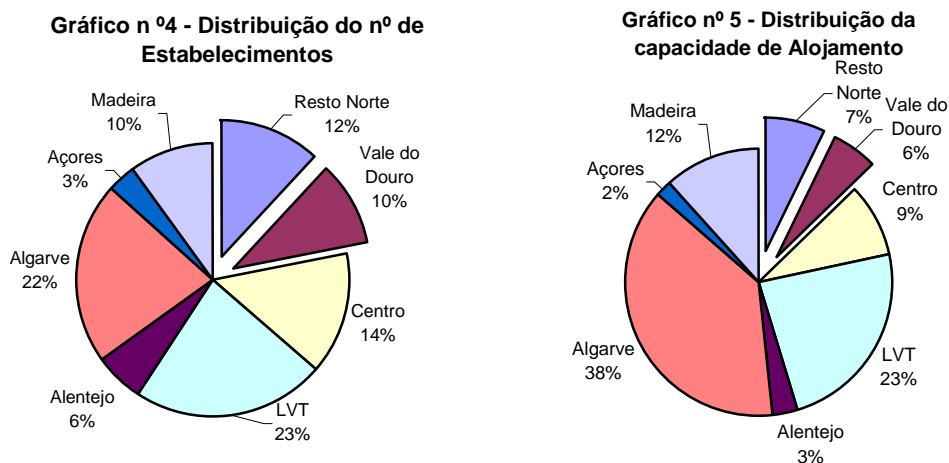


Fonte: INE (2002)

A situação da Região do Norte acaba, depois, por ser reproduzida numa escala territorial mais reduzida no Vale do Douro (o que, em bom rigor, seria expectável tendo em consideração que o Vale do Douro integra a própria Região do Norte). Deste modo, **o Vale do Douro detinha, em 2001, cerca de 180 estabelecimentos – 10% do total nacional - com uma capacidade de alojamento de 13.319 camas<sup>1</sup> - 6% do total nacional - que correspondem, respectivamente, a 45,9% e 45,1% do total da Região do Norte.**

<sup>1</sup> Por motivos de segredo estatístico a capacidade total dos estabelecimentos não é conhecida para 3 concelhos incluídos no Vale do Douro. Se admitirmos que a capacidade dos estabelecimentos presentes nestes concelhos (6) é igual à capacidade média por estabelecimento na Região do Norte, então podemos admitir que para além destas 13.319 camas existem mais 452 camas no Vale do Douro o que perfaz um total de camas 13.771.

**Gráfico n.º 4 – Distribuição geográfica do n.º de Estabelecimentos e da Capacidade de Alojamento, em 2001**

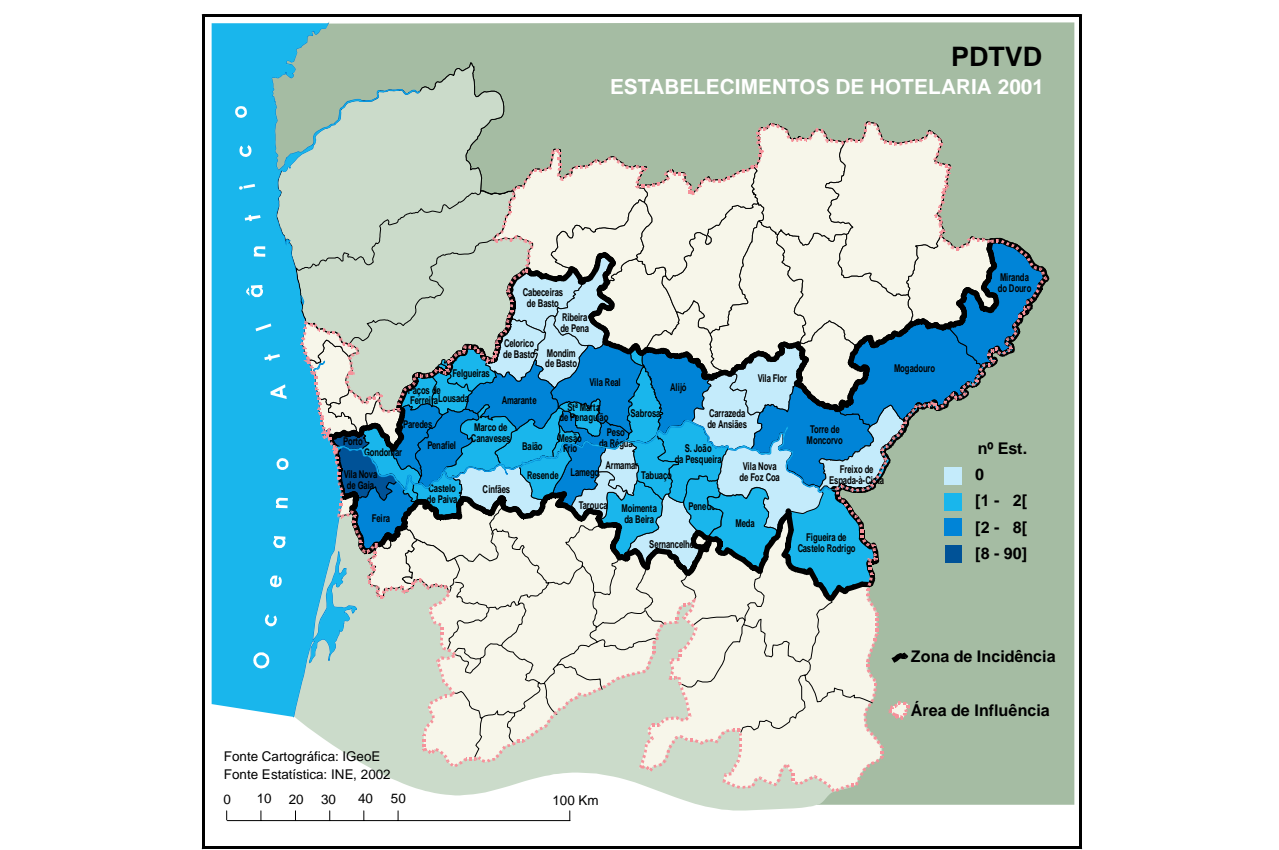


Fonte: INE (2002)

No entanto, se aos totais de estabelecimentos e capacidade de alojamento retirarmos os dados dos dois concelhos do litoral (Porto e Vila Nova de Gaia), estes valores descem, respectivamente, para 18,9% e 11,5%. Com efeito, existe uma oferta muito pouco homogénea do ponto de vista territorial, com uma elevada concentração de estabelecimentos nas áreas litorais do Vale do Douro, em particular no Porto e em Vila Nova de Gaia (Cfr. figura n.º 20). De salientar, ainda, que em doze concelhos mais do interior do Vale do Douro não existe qualquer tipo de estabelecimento.

Também no Vale do Douro a capacidade média de alojamento por estabelecimento é relativamente baixa, quando comparada com a média nacional, apesar de no período 1997-2001, ter aumentado de 71,6 para 73,99 camas por estabelecimento.

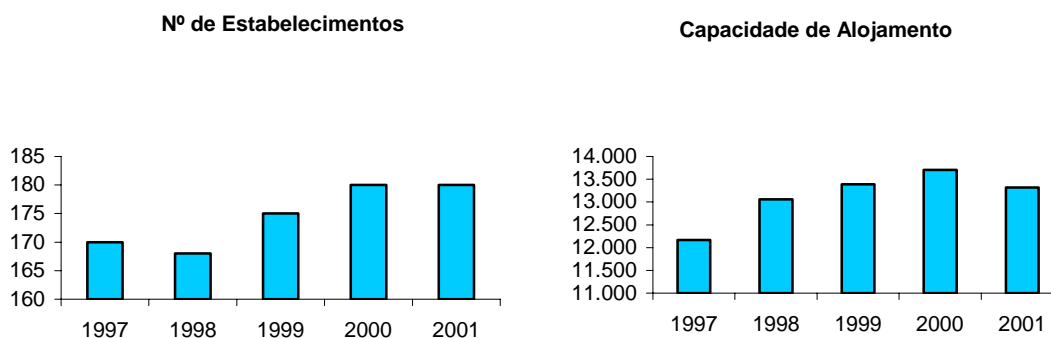
**Figura n.º 22 - Distribuição dos estabelecimentos de hotelaria global no Vale do Douro, 2001**



Fonte: INE (2002)

**A evolução da oferta no Vale do Douro, em termos de número de alojamentos e capacidade é, em tudo, semelhante à registada também na Região do Norte no seu conjunto. Assim, entre 1997 e 2001, o número de estabelecimentos aumentou de 170 para 180 estabelecimentos (1,2% ao ano) e a capacidade de alojamento de 12.167 para 13.319 camas (9,5% ao ano).**

Gráfico n.º 5 – Evolução do n.º de estabelecimentos e da capacidade de alojamento no Vale do Douro



Fonte: INE (2002)

Somos, assim, levados a concluir que a Região do Norte e, em particular, **o Vale do Douro** **apresentam uma capacidade de alojamento pouco satisfatória**. Insuficiência esta que é **mais agravada nas categorias superiores**, sendo, mesmo a Região do Norte uma das regiões do país com maior número de pensões (sobretudo de terceira categoria) e albergarias. Em contrapartida, em 2001, existiam apenas seis hotéis de cinco estrelas, cinco dos quais localizados no concelho do Porto.

Tabela n.º 4 - Distribuição dos estabelecimentos de alojamento por categorias, 2001

	Total Geral	Hóteis						Hóteis-Apartamentos					Ap. Tur	Ald Tur	Mot	Pou	Est	Alb	Pensões		
		Total	*****	****	***	**	*	Total	*****	****	***	**							1º	2º	3º
Portugal	2408	497	40	137	219	101	0	747	1	58	50	11	145	33	18	47	80	52	61	351	377
Continente	2150	427	32	105	193	97	0	684	0	35	35	8	126	33	18	45	56	46	49	300	366
Norte	392	100	6	27	39	28		3		1	2		4	1	5	12	19	14	13	89	132
Centro	254	82	1	8	54	19		5		1	4		2		5	8	11	3	8	70	60
LVT	410	154	16	40	67	31		14		9	2	3	1	2	2	6	15	13	18	79	106
Alentejo	104	17		2	9	6		7		2	4	1	4			16	2	8	4	22	24
Algarve	384	74	9	28	24	13		49		22	23	4	115	30	6	3	9	8	6	40	44
Açores	61	23		8	12	3		7		1	4	2	2				2	1	2	18	6
Madeira	176	47	8	24	14	1		35	1	22	11	1	17			2	22	5	10	33	5

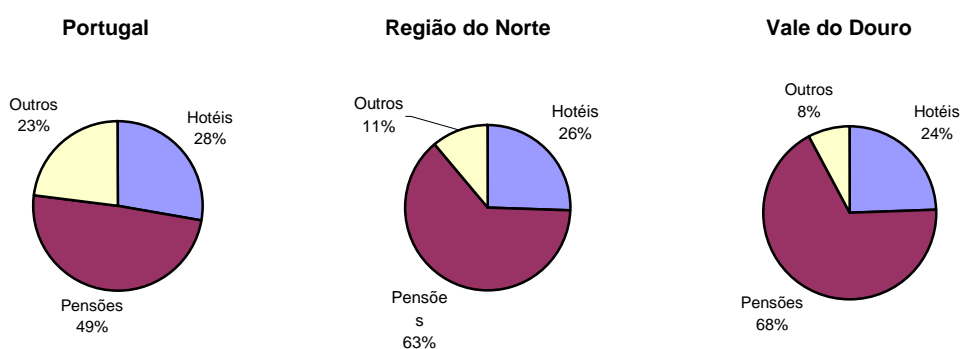
Fonte: INE (2002)

Mais uma vez, o Vale do Douro reproduz, a uma escala mais restrita, a situação da Região do Norte, sendo ainda mais acentuado o peso das pensões (**as pensões asseguram 68% da**



**oferta de alojamento no Vale do Douro**, enquanto que a nível nacional este tipo de oferta representa cerca de metade do total de alojamentos disponíveis).

**Gráfico n.º 6 –Distribuição dos estabelecimentos de alojamento por categorias principais, Portugal, Região do Norte e Vale do Douro, 2001**

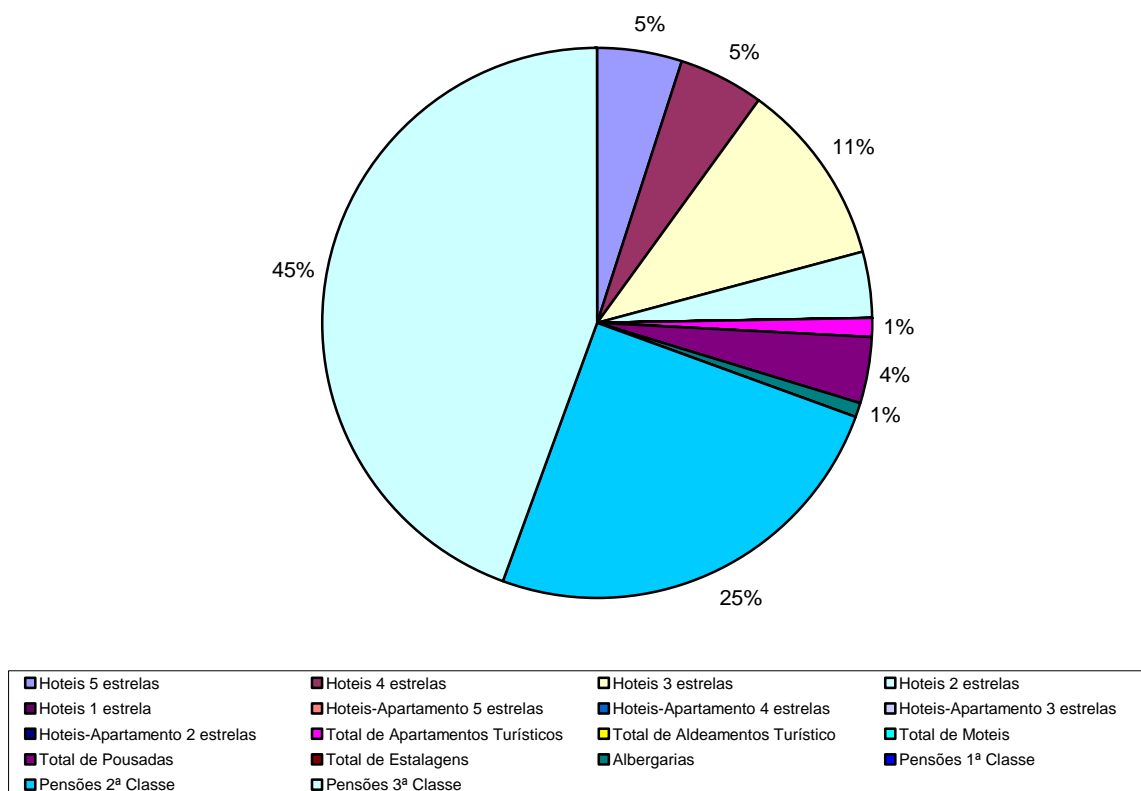


Fonte: INE (2002)

**Na região do Vale do Douro, por outro lado, existem apenas cinco hotéis de cinco estrelas, todos no concelho do Porto**, sendo 45% e 25% do total da oferta assegurada por pensões, respectivamente, de terceira e segunda categoria.



Gráfico n.º 7 – Distribuição dos estabelecimentos de alojamento por categorias no Vale do Douro, 2001

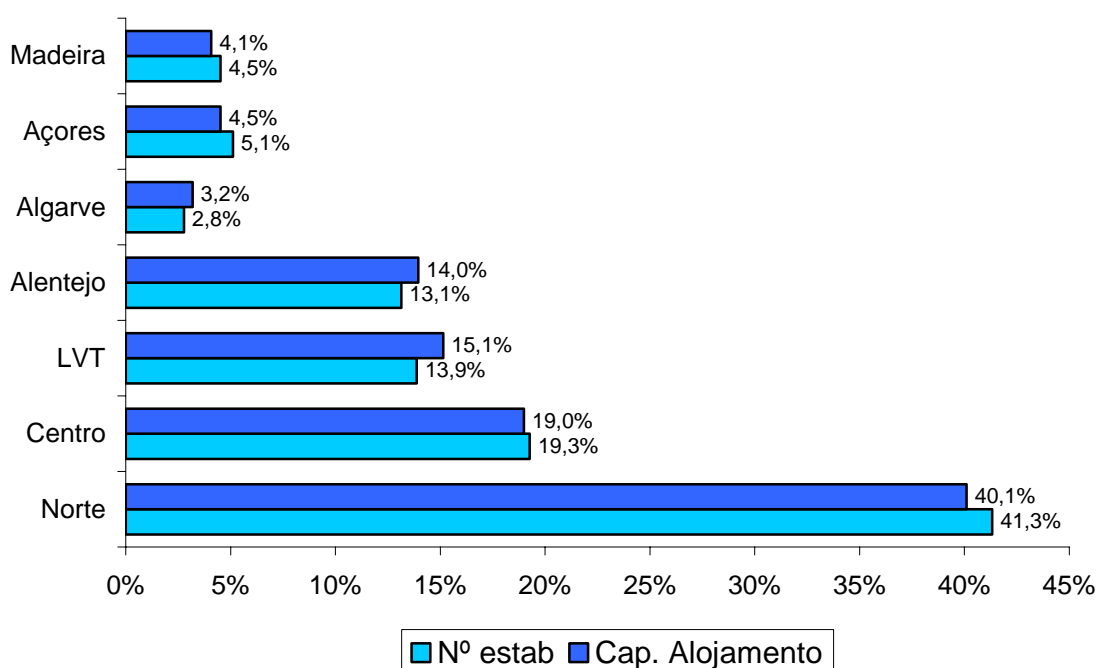


Fonte: Marktest (2000)

Esta estrutura da oferta não pode deixar de ter, desde logo, conexão com o tipo de turistas que a Região do Norte e, especificamente, o Vale do Douro são capazes de captar, nomeadamente no que concerne ao seu poder de compra e, conseqüentemente, no que respeita à receita média. Com uma oferta concentrada, no essencial, em categorias inferiores dificilmente se poderá orientar os diversos níveis do *marketing-mix* da região para públicos-alvo da classe alta ou média-alta.

Ainda nesta análise mais quantitativa da oferta, importa referir, por último, a importância do alojamento em unidades de **Turismo em Espaço Rural** (TER), onde a Região do Norte apresenta um lugar de destaque (Cfr. gráfico n.º 8). Verifica-se que, no contexto nacional, a Região do Norte representa 41,3% (283 estabelecimentos) do número de estabelecimentos TER e 40,1% (6.476 camas) da capacidade de alojamento.

**Gráfico n.º 8 – Distribuição do n.º de Estabelecimentos e da Capacidade de Alojamento no TER por NUTS II, 2001**



Fonte: INE (2002)

Quanto à sua distribuição regional, este tipo de estabelecimentos situam-se preferencialmente nas NUTS III do Minho-Lima (33,6%), Tâmega (22,6%) e Douro (12%). Todavia, no seu conjunto, **o Vale do Douro apresenta 107 estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural** – a que corresponde 15,6% e 37,8% do total, respectivamente, nacional e da Região do Norte, com uma capacidade de 901 camas <sup>2</sup> (cerca de 14% e 35% do total respectivamente, nacional e da Região do Norte).

**O Vale do Douro apresenta 107 estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural**

<sup>2</sup>Mais uma vez, por motivos de segredo estatístico a capacidade total dos estabelecimentos não é conhecida para 4 concelhos incluídos no Vale do Douro. Se admitirmos que a capacidade dos estabelecimentos TER presentes nestes concelhos (5) é igual à capacidade média por estabelecimento na Região do Norte, então podemos admitir que para além destas 901 camas existem mais 46 camas no Vale do Douro o que perfaz um total de 947 camas.

Passando, agora, para a análise de aspectos mais qualitativos da oferta turística e, tendo em consideração que, apesar da diversidade de atractivos, agentes e operadores, o produto turístico do Vale do Douro acaba, neste momento, por se ressentir de um nível de complexidade baixo, que se repercute na sua capacidade concorrencial, importa identificar as principais valências turísticas que constituem as suas imagens fortes e que afirmam a sua vocação enquanto destino turístico de excelência (BPI, 2003):

- O VINHO - região do Vinho do Porto, dos vinhos do Douro, bem como das suas tradições;
- O RIO - um rio navegável e abundante de águas;
- A PAISAGEM - a paisagem natural e a paisagem talhada pelo Homem;
- A SEGURANÇA, TRANQUILIDADE e BEM ESTAR - a segurança, o silêncio, o ambiente despoluído, o clima ameno, a gastronomia;
- A NATUREZA - região preservada pela vocação rural, dispondo, ainda, de redutos em estado selvagem intocados pela mão humana;
- A HISTÓRIA E O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO - a pré-história, a história do nascimento de dois países, as tradições e o património arquitectónico;
- PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE - o Alto Douro Vinhateiro, o Centro Histórico do Porto, a Arte Rupestre do Vale do Côa;

Assim, visando o PDTVD a estruturação de uma oferta turística com forte vinculação territorial e, por isso, centrada sobre estas imagens fortes/valências, não poderá deixar de, em termos mais operacionais, assentar nos temas, culturas e recursos turísticos de cada uma das zonas mais impressionantes do Vale do Douro.

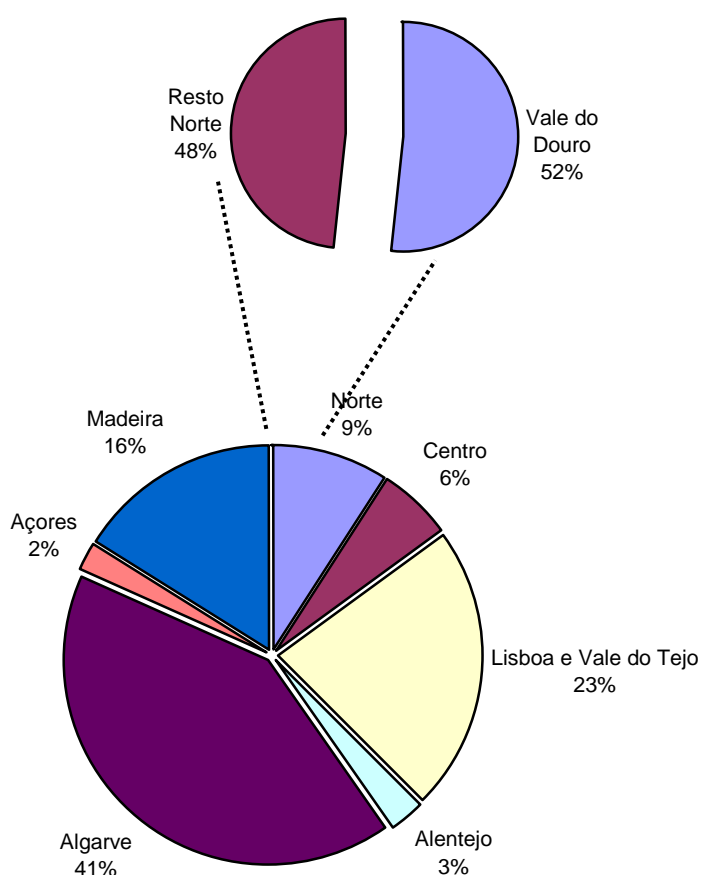
### III.2 PROCURA

Conforme é possível verificar (Cfr. gráfico n.º 9), a Região do Algarve é responsável por 41% das dormidas totais nos estabelecimentos de hotelaria (considerada globalmente), seguindo-se a Região de Lisboa e Vale do Tejo (23%) e a Região da Madeira (16%). **A Região Norte aparece, assim, em quarto lugar em número de dormidas nos estabelecimentos de hotelaria com 9%.**

A evolução, entre 2000 e 2001, do número de dormidas registadas na hotelaria foi, particularmente, negativa quer no conjunto do território nacional (-0,7%) quer na Região do Norte (-1,1%). Contudo, se analisarmos um período mais alargado (1990-2001) verificamos que a situação é bastante diversa, tendo-se registado uma taxa média de crescimento do número de dormidas a nível nacional de 3,2%, embora, também aqui, a Região do Norte apresente um desempenho não tão positivo (apenas mais 2%).

**Em 2001, por sua vez, cerca de 52% do número de dormidas na Região do Norte efectuaram-se no Vale do Douro, ou seja, 5% do total nacional.**

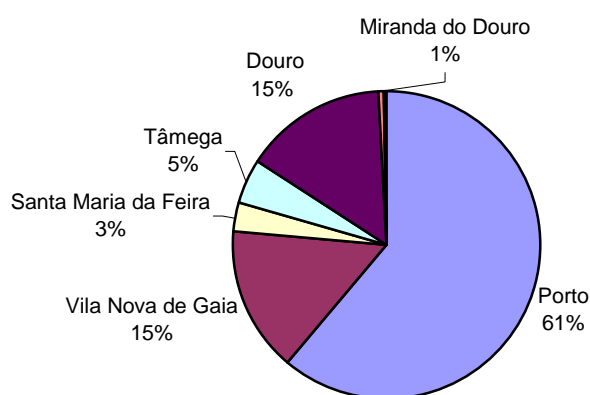
**Gráfico n.º 9 – Distribuição das Dormidas nos Estabelecimentos por NUTS II, 2001**



Fonte: INE (2002)

No entanto, em paralelo (e como seria de esperar) com o que acontece com a oferta de alojamento, verificamos que **existe uma elevada concentração de dormidas nos concelhos do Porto e de Vila Nova de Gaia**, os quais, em conjunto, são responsáveis por 76% do número de dormidas no Vale do Douro (Cfr. gráfico n.º 10).

**Gráfico n.º 10 –Distribuição das Dormidas nos Estabelecimentos no Vale do Douro, 2001**

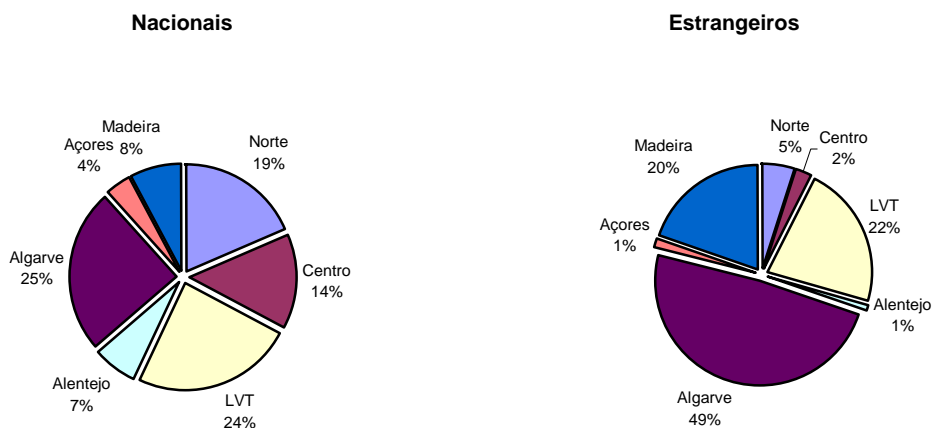


Fonte: INE (2002)

Numa apreciação mais desagregada, verificamos, igualmente, que a NUTS II que apresenta um maior número de dormidas de turistas nacionais é o Algarve (25% do número dormidas), seguido por Lisboa e Vale do Tejo (24%) e da Região do Norte (19%). Já no que aos turistas estrangeiros diz respeito, estes procuram, predominantemente, o Algarve – que, no contexto nacional, assegura cerca de 49% do número de dormidas de turistas estrangeiros.

**A Região do Norte, em 2001, captou, apenas, 5% do número de dormidas de turistas estrangeiros.**

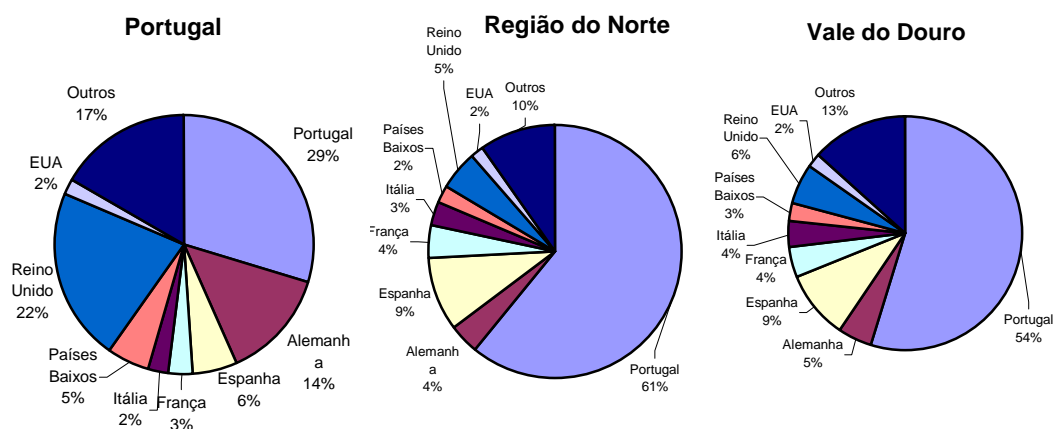
Gráfico n.º 11 – Distribuição das dormidas de turistas nacionais e estrangeiros por NUT II



Fonte: INE (2002)

Deste modo, no que respeita à **origem (nacionalidades) das dormidas** em Portugal, o **mercado nacional representa 29% do total**, enquanto que na Região do Norte esta dependência de turistas nacionais é mais acentuada (61%). No Vale do Douro, esta dependência, embora ainda muito significativa, é, apesar de tudo, menor (54%).

Gráfico n.º 12 – Distribuição das dormidas por nacionalidades , Portugal, Região do Norte e Vale do Douro, 2001

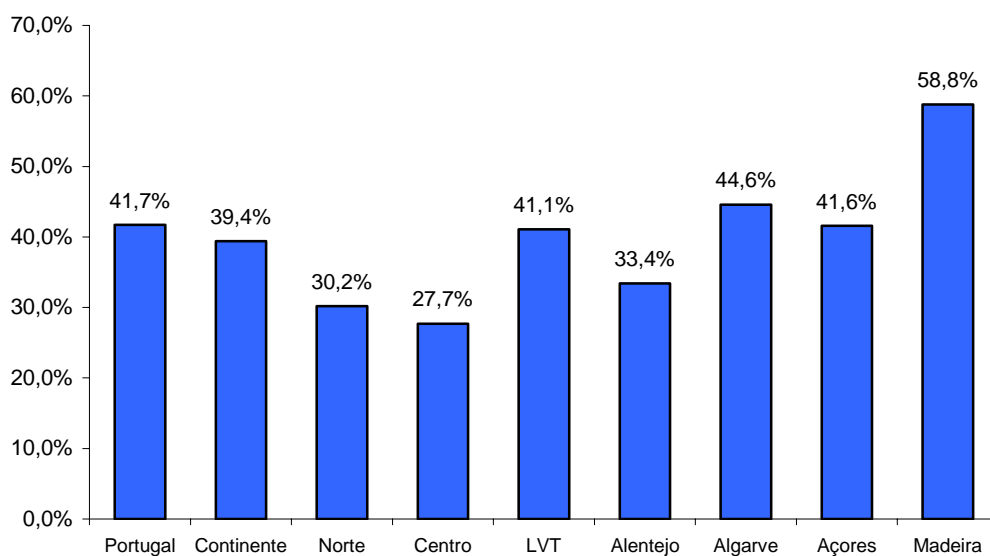


Fonte: INE (2002)

Em matéria de visitantes estrangeiros, importa analisar, no contexto do País, a Região do Norte e o Vale do Douro, os principais mercados emissores. Assim, como **principais mercados, em dormidas de turistas em todos os meios de alojamento, surge o Reino Unido, a Alemanha e a Espanha** que lideram com, respectivamente, 22%, 14% e 6% do número total. Estes três mercados, no seu conjunto, representam quase cerca de metade do total das dormidas de estrangeiros em Portugal. No que respeita quer à Região do Norte quer ao Vale do Douro, os principais mercados externos são a Espanha, o Reino Unido e a Alemanha, que representam no Norte, respectivamente, 9%, 5% e 4% e no Vale do Douro, respectivamente, 9%, 6% e 5%.

No que concerne às **taxas de ocupação**, medida em termos de cama líquida na hotelaria, a Região do Norte apresenta um valor de 30%, que se situa um pouco abaixo da média nacional (42%).

**Gráfico n.º 13 –Taxas de Ocupação (cama líquida) por NUTS II, 2001**



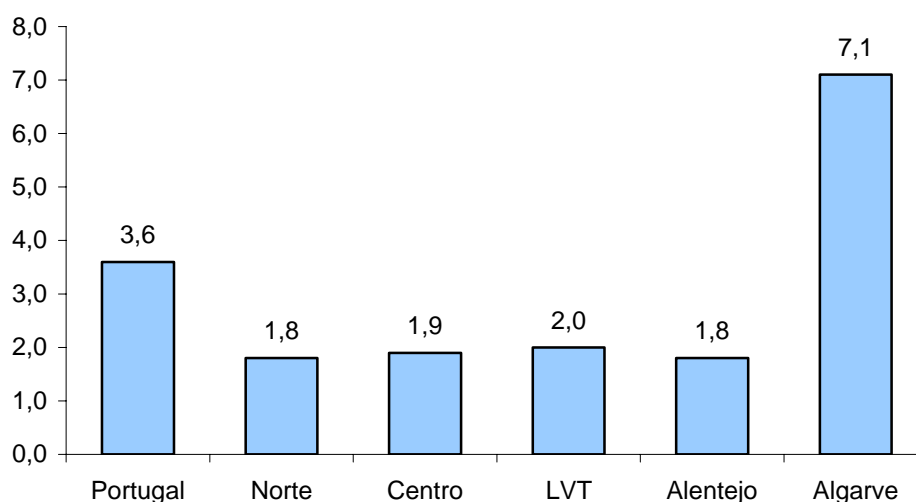
Fonte: INE (2002)



No Vale do Douro, a taxa de ocupação varia entre os 43,6% de Santa Maria da Feira e os 1,3% de Santa Marta de Penaguião. Em termos médios, utilizando os valores dos concelhos<sup>3</sup> das NUTS III que não integram na totalidade o Vale do Douro e os dados das duas NUTS III “Douro” e “Tâmega”, a taxa de ocupação na zona de incidência do PDTVD (que ronda os 26,3%) é inferior, quer à média nacional, quer à média da Região do Norte.

No que à **estada média** diz respeito, verifica-se que o valor na Região do Norte (1,8 dias) é significativamente inferior ao nacional (3,6 dias). Para o Vale do Douro, este indicador tem, ainda, um valor mais baixo, ficando-se por 1,5 dias, embora na NUT III Douro seja ligeiramente superior (1,6 dias).

Gráfico n.º 14 – Estada Média por NUTS II, 2001



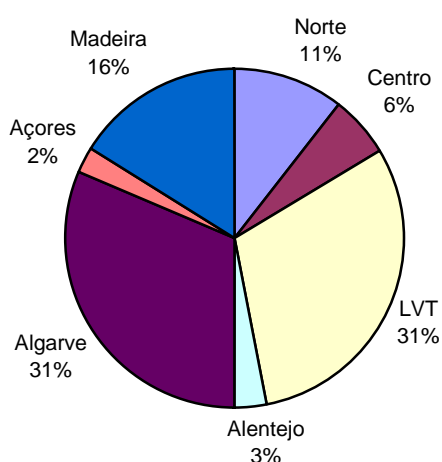
Fonte: INE (2002)

**Por outro lado, a Região do Norte, em 2001, contribuiu com 11% do volume total de receitas dos estabelecimentos hoteleiros em Portugal, sendo o Vale do Douro responsável por 57 % dessas receitas regionais.**

<sup>3</sup> Nem todos os dados concelhios, pelas razões anteriormente evocadas, são conhecidos.

Todavia, à semelhança do que se passa com outras variáveis analisadas anteriormente, também aqui se regista uma forte concentração nos concelhos do Porto e de Vila Nova de Gaia, que representam cerca de 80% das receitas do Norte de Portugal.

**Gráfico n.º 15 –Distribuição das Receitas Totais por NUT II, 2001**

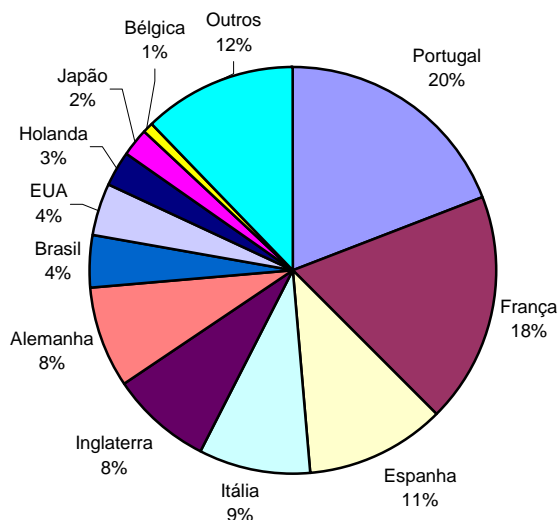


Fonte: INE (2002)

Por último, nesta análise mais quantificada importa destacar, pela sua excelência, um ou outro **produto turístico do Vale do Douro**, como são o caso das “**Caves do Vinho do Porto e os “Passeios Fluviais”**”.

As **visitas às caves do vinho do Porto** têm registado um crescimento sustentado, estimando-se que em 2002 cerca 600 mil pessoas as tenham visitado. Tratam-se, sobretudo, de visitantes nacionais e franceses, que em conjunto representam uma quota de 37%, seguindo-se, embora a alguma distância, espanhóis, italianos, ingleses e alemães (que asseguram cerca de 10% destas visitas).

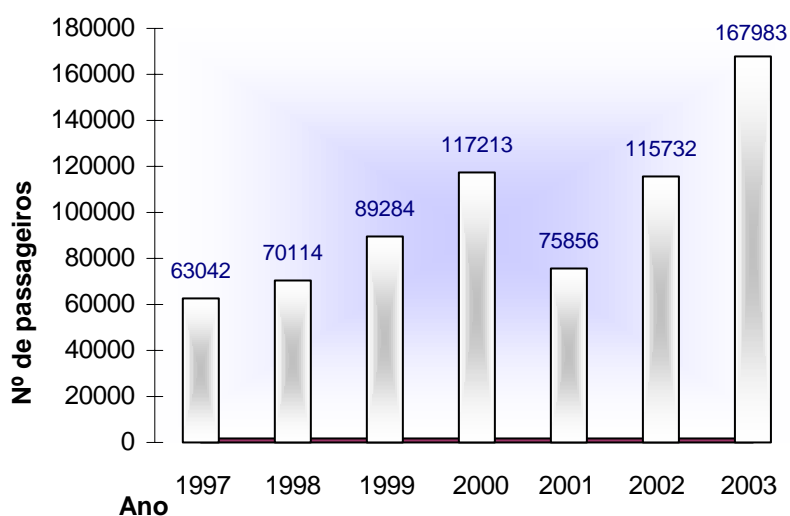
Gráfico n.º 16 – Distribuição dos visitantes das Caves do Vinho do Porto por nacionalidades, 2002



Fonte: AEVP (2003)

O número de passageiros dos **passeios fluviais** no Rio Douro tem, por sua vez, vindo a crescer, tendo-se registado, por exemplo, um acréscimo de 63.042 passageiros registados em 1997 para, aproximadamente, 106.000 só até 30 de Agosto de 2003.

Gráfico n.º 17 –Evolução do n.º de passageiros dos passeios fluviais no Rio Douro , 1997- 2003



Fonte: RTDS/GAI

Passando, agora, a uma análise de carácter prospectivo e com o objectivo de se aferir da viabilidade/attractividade da oferta dos principais produtos turísticos e, assim, se analisar os segmentos de mercado com maior potencial de procura para a oferta turística do Vale do Douro, **foram objecto de estudo, os seguintes produtos e/ou motivações e segmentos de mercado** (Deloitte Consulting & NEOTURIS, 2003):

- **Produtos turísticos/ motivações** – “Cruzeiros fluviais”, “Turismo náutico”, “Enoturismo/Gastronomia/Quintas”, “*Short breaks*”, “*Fly and drive*”, “Circuitos (grupos)”, “Aventura/Ecoturismo/Natureza”, “Saúde/Spa/Golfe”, “Caça e Pesca”, “Cultura”, “Descanso/Fim de Semana”, “Congresso, Conferências e Seminários (CCS)” e “Incentivos/Eventos”;
- **Segmentos de mercado** – “Individuais e casais maduros”, “Individuais e casais reformados”, “Famílias”, “Jovens profissionais” e “Outros Jovens”.

Deste estudo sobre os diversos **produtos/motivações**, emergem como **principais conclusões**:

- Os Cruzeiros Fluviais e Enoturismo são os dois produtos/motivações com maior interesse para o destino em termos de potencial de crescimento (nível de despesa e atractividade global);
- Os short-breaks, apesar de apresentarem um potencial de crescimento e atractividade interessante, têm também como característica o facto de serem um produto altamente sazonal (fim de semana);
- O Golfe e o SPA são, geralmente, atractivos do ponto de vista do desenvolvimento deste destino mas não encontram no Douro a atractividade suficiente para se constituírem como produtos/motivações âncora (open-resorts);
- A motivação de descanso/fim de semana, apesar de implicar um nível de despesa ainda baixo, representa um produto com elevado potencial de crescimento e atractividade para o destino;
- Ao nível dos produtos de negócios destaca-se a elevada atractividade de CCS (Congressos, Conferências, Seminários) para o Vale do Douro, embora essa atractividade não se revele da mesma forma em todas as localizações;

- Os produtos / motivações de Incentivos e Eventos de Pequena Dimensão (ex. lançamento de produtos) têm menor sensibilidade ao preço mas um potencial de crescimento reduzido vs. CCS.

Ainda, como **principais resultados** desse estudo, em termos dos **segmentos da procura** mais relevantes para o Vale do Douro, apontam-se:

- Os individuais e casais maduros e sem filhos, a par dos jovens profissionais, constituem dois segmentos interessantes para o Vale do Douro, devido ao seu potencial de crescimento em volume e despesa e à sua baixa sazonalidade;
- Os individuais e casais reformados, embora apresentem uma sazonalidade anual e semanal baixa e um elevado potencial de crescimento, não detêm, ainda, um poder de compra que se possa reflectir numa menor sensibilidade ao preço;
- As famílias correspondem a um segmento de procura interessante muito embora sejam altamente sensíveis ao preço e o nível de despesa possa ser baixo; neste caso, a sazonalidade é mais marcada;
- Os “outros jovens” correspondem a um segmento não muito interessante para os investidores do sector do turismo e para o próprio desenvolvimento do destino no curto/médio prazo.

Por último, numa análise mais detalhada dos **mercados emissores de turistas** para Portugal, resultam, em síntese, as seguintes principais conclusões que maior repercussões poderão implicar no que à definição da estratégia de desenvolvimento turístico do Vale do Douro diz respeito (SPIDOURO, 2003; Deloitte Consulting & NEOTURIS, 2003).

Em primeiro lugar, em termos do **mercado nacional**, vale a pena salientar que:

- a) As áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto serão as principais origens dos turistas nacionais;
- b) O turismo de fim de semana é muito mais intenso em Lisboa que no Porto (cerca de três vezes mais), o que pode significar que o mercado de proximidade será o que menos irá frequentar o alojamento e animação;

- c) A sazonalidade estival está consolidada ou em agravamento, concentrando-se em Agosto cerca de 2/3 das férias dos portugueses, o que significa que o mercado nacional não será o motor do equilíbrio de funcionamento turístico no Douro, antes acentuando picos de procura com as repercussões negativas que isso acarreta;
- d) O relativo equilíbrio de férias na praia (50%) e em ambiente não urbano e/ou litoral (40%) é um aspecto que se revela positivo para o Douro;
- e) As principais preferências intrínsecas do mercado português, sendo Descanso (72%); Praia (42%); Paisagem (30%); Encontro com pessoas de outras regiões (27%); Divertimento e espectáculos (26%); Vida social (14%); Museus e monumentos (13%); Gastronomia (9%), vão ao encontro das características da oferta Douro, excepto no que respeita à praia (parecendo-nos que tal factor por não existir na zona deve ser substituído pelas albufeiras e actividades associadas);
- f) Sendo a população activa aquele segmento que regista a maior percentagem de gozo de férias e conjugando este facto com o baixo poder de compra da população reformada, não será de contar com uma ocupação na época baixa e média pelo turismo de terceira idade nacional;

A construção de uma nova oferta – **um novo destino Douro** – poderá beneficiar em muito da compreensão das tendências de procura do **mercado espanhol**. Assim:

- a) Em termos de motivações a procura incide, sobretudo, nos locais históricos e naturais, pelo que o Douro tem capacidade de responder quase na totalidade a este tipo de preferências;
- b) A proximidade relativa, critério bem valorado pelo mercado espanhol, é sem dúvida um dos maiores pontos fortes;
- c) Será necessário trabalhar muito este mercado, de modo a aumentar a permanência de visita no Douro;
- d) Os hotéis e hotéis-apartamentos são os tipos de alojamento preferidos, pelo que deverá ser essa a componente essencial dos empreendimentos turísticos a criar.

Quanto aos **mercados europeus**:

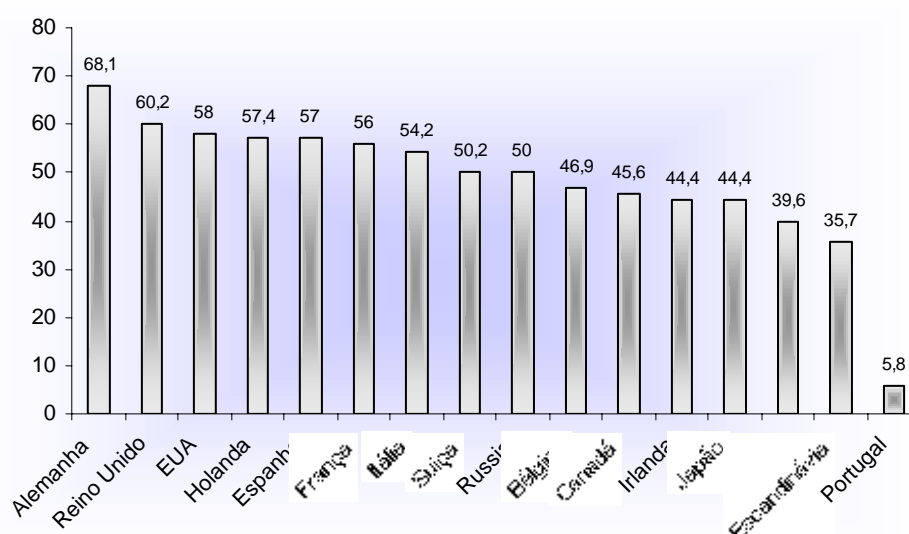
- a) 50% dos turistas europeus escolhem o destino pela paisagem – O Douro, com destaque para o Alto Douro Vinhateiro Património Mundial e as Arribas do Douro, é, nesta matéria manifestamente forte (quer em qualidade intrínseca, quer em diversidade);
- b) 45% pelo Clima – O Douro possui um clima mediterrânico e meias estações muito agradáveis que importa realçar na comunicação;
- c) 35% pelo preço do alojamento e da viagem – O Douro não pode deixar de ser competitivo;
- d) 30% pelo interesse histórico – O património mundial da UNESCO tem muito a oferecer, desde o Douro Internacional até à Foz, apresentando uma elevada diversificação (Cidades, Paisagens, Arqueologia, etc.);
- e) 30% pela qualidade ambiental – a qual ainda é significativa no Douro, sobretudo nos parques e reservas naturais;
- f) 25% por permitir uma mudança completa dos hábitos – O Douro é suficientemente diferente e único, uma excepção na Europa;
- g) 20% por ser seguro, com boa gastronomia e gente acolhedora – O Douro responde de forma satisfatória a estes critérios;
- h) 40% do Mercado Europeu não opta pela praia como destino de férias, o que poderá beneficiar o aumento da procura no Douro.

**Finalmente, em termos de mercados intercontinentais, o Douro terá que criar a sua própria imagem como destino turístico, explorando a sua associação com produtos de referência mundial como o Vinho do Porto ou os valores classificados como património mundial.**

E, neste domínio, a apresentação do Douro como uma região envolvendo uma carga histórica forte, bem associada a valores monumentais e culturais, poderá possibilitar alguns ganhos de notoriedade nestes mercados, especialmente se associada a produtos específicos em forte expansão como o golfe, cruzeiros fluviais ou observação da natureza e vida selvagem.

Em conclusão, dos mercados emissores que se poderão dirigir a Portugal, estima-se que exista uma percentagem importante de turistas que viajam por motivações consistentes com as principais características do Vale do Douro. Portugal tem, portanto, já estabelecidos os canais de distribuição com mercados potenciais importantes para a o Vale do Duro, ainda que esta região não seja a principal motivação da procura de Portugal por parte daqueles mercados.

**Gráfico n.º 18 – % dos turistas com motivações Vale do Douro, por principais origens**



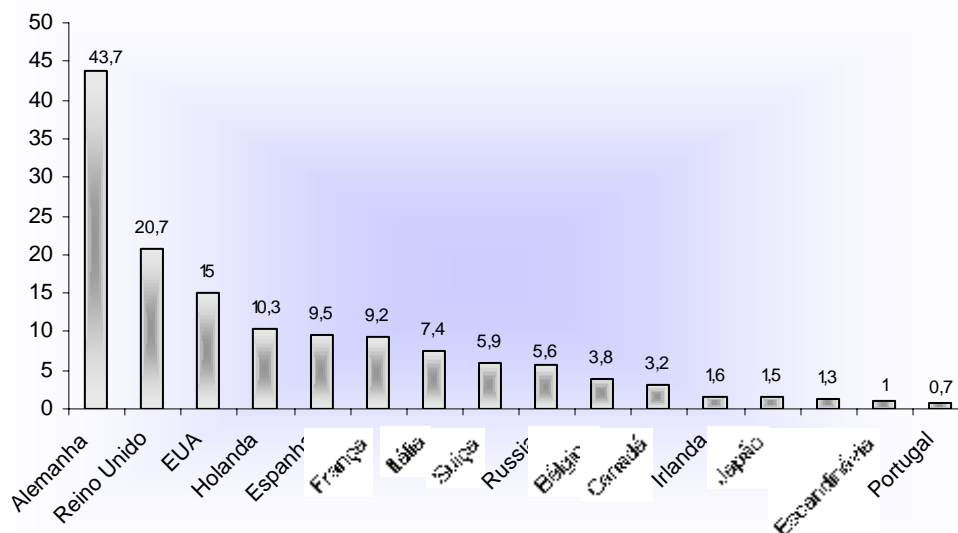
Fonte: Deloitte Consulting/Neoturis (2003)

É significativo, igualmente, verificar que os países em que é maior a proporção de turistas que viajam de acordo com as motivações referidas, são também aqueles onde esses mesmo turistas dão maior importância ao produto Vinho do Porto como recurso turístico.





Gráfico n.º 19 – N.º de turistas/ ano com motivações Vale do Douro, por principais origens



Fonte: Deloitte Consulting/Neoturis (2003)

Dentro desta lógica, poder-se-á dizer, que os produtos turísticos existentes e a criar no Vale do Douro se enquadram nas motivações de **cerca de 46% da procura potencial dos principais mercados emissores** (cerca de 140 milhões de turistas). Essa procura dirigir-se-á aos diversos e múltiplos destinos turísticos existentes a nível mundial desde que a oferta satisfaça as suas motivações. A capacidade de cada um desses destinos para captar uma quota parte dessa procura dependerá, em última análise, da dimensão e da qualidade da respectiva oferta, da sua competitividade (relação preço/qualidade) e da eficácia do seu marketing e promoção.

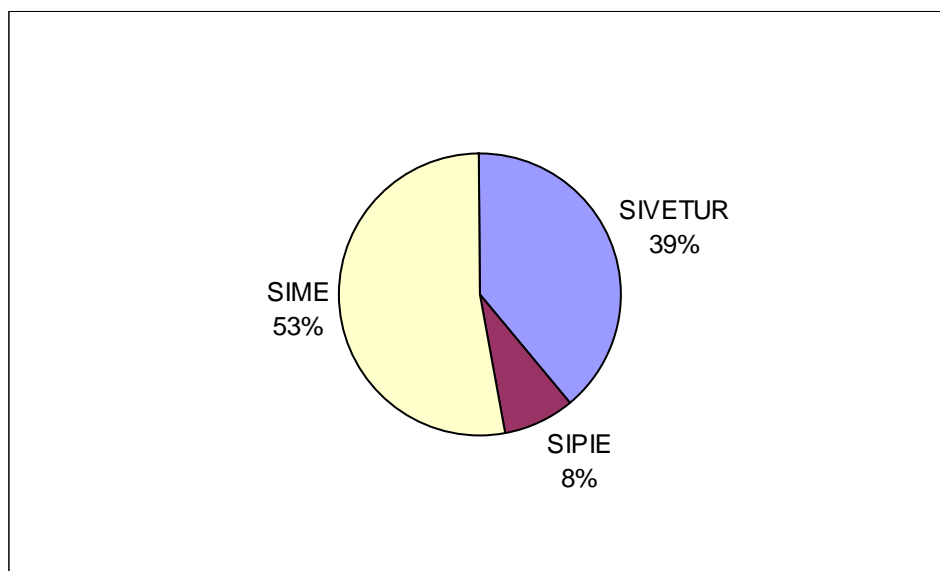
### III.3 INVESTIMENTO TURÍSTICO APROVADO PARA O VALE DO DOURO NO ÂMBITO DO PRIME

No âmbito do PRIME (Programa de Incentivo à Modernização da Economia – III QCA) visa este ponto identificar, de forma sumária, o investimento turístico aprovado, para o Vale do Douro (até à data) nos seguintes Sistemas de Incentivos:

- SIPIE – Sistemas de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais;
- SIME – Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial;
- SIVETUR – Sistemas de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica.

Da análise efectuada, verificou-se que, o Vale do Douro registou, até à data, um total de investimento aprovado de 97.219 mil euros, distribuído pelos três sistemas, do seguinte modo.

**Gráfico n.º 20 – Investimento turístico aprovado para o Vale do Douro,  
por Sistemas de Incentivos**

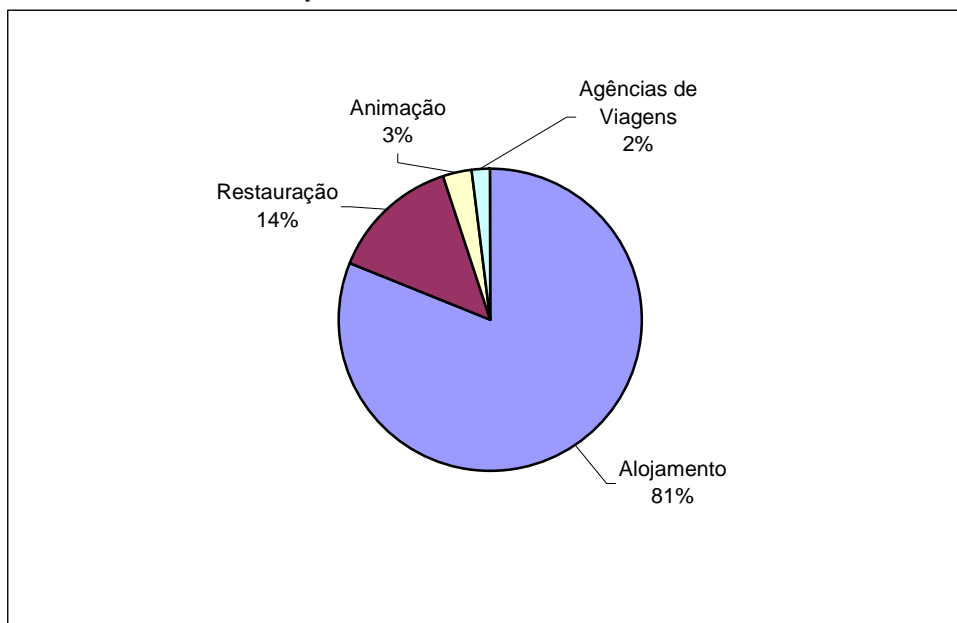


Fonte: Sistema de Informação do Prime (25/04/2004)

O investimento aprovado para o Vale do Douro representou cerca de 40% do investimento aprovado para a Região do Norte. A este investimento foi atribuído um incentivo de 40.696 mil euros.

Cerca de 81% do investimento aprovado no Vale do Douro foi para o sector de Alojamento, seguido da Restauração (14%) e, por último para os sectores de Animação e de Agências de Viagens (respectivamente, 3% e 2%).

**Gráfico n.º 21 – Investimento turístico aprovado para o Vale do Douro,  
por Sistemas de Incentivos**



Fonte: Sistema de Informação do Prime (25/04/2004)

#### III.4 SÍNTESE

Tendo em consideração a análise da procura e da oferta turística do Vale do Douro e do investimento turístico aprovado, no âmbito do PRIME, para esta Região, importa, agora, efectuar uma síntese dos principais indicadores de desempenho desta actividade. Pretende-se, a partir desta sistematização de informação, estabelecer os indicadores de impacto do PDTVD, para que, desta forma, se possa vir a efectuar, mais tarde, uma avaliação do grau de sucesso ou insucesso relativo deste Plano.

**Tabela n.º 5 – Grandezas e factos relevantes da actividade turística no Vale do Douro**

GRANDEZAS E FACTOS RELEVANTES DA ACTIVIDADE TURÍSTICA NO VALE DO DOURO
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Vale do Douro com cerca de 10% do total da oferta de alojamento nacional (em estabelecimentos) representa “apenas” 5% de dormidas em hotelaria;</li> <li>• O Vale do Douro concentra, “apenas” 6% do total da capacidade de alojamento (n.º de</li> </ul>

**GRANDEZAS E FACTOS RELEVANTES DA ACTIVIDADE TURÍSTICA NO VALE DO DOURO**

camas) nacional. Este valor indicia um número médio de camas por estabelecimento relativamente baixo;

- Cerca de 38% da oferta de unidades TER da Região do Norte localizam-se no Vale do Douro, ou seja, cerca de 16% do total nacional;
- No Vale do Douro as pensões constituem 68% do número total da oferta de alojamento neste destino;
- Os hotéis representam apenas 24% do número total de alojamentos disponíveis no Vale do Douro e 15% destes hotéis são de duas e três estrelas;
- Os hotéis de 5 estrelas e a maioria dos hotéis de 4 estrelas do Vale do Douro estão concentrados nos concelhos do Porto e de Vila Nova de Gaia;
- 76% do número total de dormidas no Vale do Douro concentra-se no Porto (61%) e em Vila Nova de Gaia (15%);
- 54% das dormidas registadas no Vale do Douro são de turistas nacionais;
- A taxa de ocupação nos estabelecimentos hoteleiros no Vale do Douro (26,3%) é inferior à média nacional e à média da Região do Norte;
- A estada média dos turistas no Vale do Douro (1,5 dia) é, também, inferior à média nacional e à média da Região do Norte;
- Alguns produtos característicos do Vale do Douro, nomeadamente, as “Caves do Vinho do Porto” e os “passeios fluviais no Rio Douro” têm registado importante crescimento da procura nos últimos anos;
- O investimento aprovado, no âmbito do PRIME, para o Vale do Douro representou cerca de 40% do investimento aprovado para a Região do Norte, do qual, 81% se dirigiu ao sector do alojamento.

**Tabela n.º 6 – Síntese dos indicadores da Actividade Turística no Vale do Douro em 2001**

<i>Indicadores</i>	VD	% Portugal	% RN
Nº de Estabelecimentos de Hotelaria Global	180	10	45,9
Capacidade de Alojamento (camas)	13.319	6	45,1
nº Estabelecimentos TER	107	15,6	37,8
Capacidade TER (camas)	901	13,9	34,7
Dormidas	1.570.833	5	52
Dormidas de Nacionais	866.549	8,7	46,9
Dormidas de Estrangeiros	704.284	3	58,8
Taxa de Ocupação Média	26,30%	41,7	30,2
Estada Média (dias)	1,5	3,6	1,8



## **IV. Análise SWOT**



## IV. ANÁLISE SWOT

Do diagnóstico efectuado sobre a matriz territorial e socio-económica e sobre a actividade e o potencial turístico do Vale do Douro, foi possível elaborar a análise SWOT que a seguir se apresenta, na qual se sumariam os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças que impendem sobre o desenvolvimento turístico desta Região.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>👍 Rio Douro, canal navegável para a dinamização do turismo fluvial e cenário de um grande rio já reconhecido como eixo turístico-fluvial;</li> <li>👍 Património Natural e Paisagístico, expresso na sua qualidade e diversidade de recursos naturais, designadamente nos Planaltos Montanhosos e no Douro (Exemplos: Parque Natural do Douro Internacional e Parque do Alvão);</li> <li>👍 Património Histórico e Cultural, conferido no estatuto de Património Mundial do Centro Histórico do Porto, do Alto Douro Vinhateiro e das Gravuras de Foz-Côa, nalgumas cidades e vilas patrimoniais (Lamego, Moncorvo, Freixo e Miranda) e na forte densidade que se verifica por toda a região de património classificado - monumentos religiosos e museus, que vêm confirmar uma forte identidade regional;</li> <li>👍 Imagem internacional do Vinho do Porto e mais recentemente dos Vinhos do Douro e Verdes;</li> <li>👍 Diversidade do artesanato regional;</li> <li>👍 Oferta gastronómica com reconhecida qualidade, variedade e tipicidade;</li> <li>👍 Cultura Popular manifestada em eventos de carácter tradicional (por ex. romarias, folclore e procissões);</li> <li>👍 Hospitalidade característica dos Durienses;</li> <li>👍 Eventos culturais exposições e concertos musicais;</li> <li>👍 Localização geográfica privilegiada do Porto (enquanto “porta principal” de entrada para o Vale do Douro), encontrando-se a meio de duas sub-regiões com consideráveis níveis populacionais (Lisboa e litoral da Galiza ligados por Auto-Estrada);</li> <li>👍 Oferta de Shopping (Porto);</li> <li>👍 Destino com segurança.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>👎 Dificuldade e morosidade nos grandes eixos de acesso e circulação no Vale do Douro;</li> <li>👎 Incapacidade na fixação de visitantes na região, reflectindo-se na baixa taxa de ocupação e estada média (taxas de ocupação: Vale do Douro 26.3% Vs. Norte 30.2% e 42.2 Portugal 41.7%; estada média: Vale do Douro 1.5 vs. Norte 1.8 e Portugal 3.6 dias, INE 2002);</li> <li>👎 Forte dependência do turismo doméstico;</li> <li>👎 Estrutura hoteleira tradicional sem evolução significativa, resultando em alguns casos, especialmente no interior do Vale do Douro, no envelhecimento e degradação das estruturas e equipamentos hoteleiros;</li> <li>👎 Reduzida oferta de alojamento e de qualidade pouco satisfatória (com excepção para a cidade do Porto, onde estão os 5 hotéis de 5* existentes no Vale do Douro – 68% da oferta de alojamento no Vale do Douro é de Pensões, 24% de hotéis e 8% respeita a outro tipo de estabelecimentos – INE, 2002);</li> <li>👎 Falta de recursos humanos qualificados no sector, tendo implicações a vários níveis, designadamente, na engenharia e concepção do produto turístico, prestação de serviços de informação turística, hotelaria e restauração;</li> <li>👎 Agentes turísticos que trabalham com o Porto e Norte de Portugal demonstram pouca sensibilidade para motivações/ segmentos de mercado com apetência para produtos alternativos (por exemplo, turismo activo, turismo verde), ou para produtos de difícil ou lenta operacionalização;</li> <li>👎 Actividade de <i>Incoming</i> ainda pouco desenvolvida;</li> <li>👎 Dificuldades de coordenação entre os agentes que operam o compósito turístico, sobretudo, no que respeita à gestão, organização e desenvolvimento de produtos turísticos;</li> <li>👎 Dificuldade em captar e/ou fixar fluxos turísticos originados pelo tráfego turístico fluvial e pelos <i>packages</i> centrados no Porto e Lisboa;</li> <li>👎 Tecido empresarial do Turismo denota reduzida capacidade técnica e de gestão;</li> <li>👎 Má, quando não ausência, de sinalização turística específica;</li> <li>👎 Carência de redes telemáticas da oferta turística;</li> <li>👎 Maior preocupação com a componente de marketing e promoção turística, descurando a vertente pré-produto, i.e., organização, plan. e estruturação da oferta turística.</li> </ul>

## PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO VALE DO DOURO

Oportunidades	Ameaças
<p>☺ De acordo com a OMT prevê-se um significativo crescimento da indústria turística nos próximos 20 anos;</p> <p>☺ Mercado turístico revela novos padrões de consumo e motivações, privilegiando destinos que ofereçam experiências diversificadas e com elevado grau de autenticidade e qualidade ambiental (Cultura, Património, Natureza, Gastronomia, Desporto...);</p> <p>☺ Novos produtos turísticos fortemente ligados ao território (enoturismo, comboios turísticos, comboios históricos do Douro, actividades turístico - fluviais e animação turística no Rio Douro);</p> <p>☺ Reconhecimento político e mobilização inter-institucional na definição do Vale do Douro como uma "zona de excepcional aptidão e vocação turística" e promover a concretização do Plano de Desenvolvimento Turístico para esta Região;</p> <p>☺ Oportunidade de se estruturar um eixo de Património Mundial, integrador do Douro e <i>Douro</i>, que se estenda do Porto (Centro Histórico)/Alto Douro Vinhateiro/Património Arqueológico do Vale do Côa/Centro Histórico de Salamanca;</p> <p>☺ A preparação do IV Quadro Comunitário de Apoio e do PROT-TMAD que permitirá estruturar apoios e dinâmicas de forma ajustada aos objectivos de desenvolvimento turístico;</p> <p>☺ Existência de vários incentivos e apoios financeiros, podendo, desta forma, contribuir para a qualificação e desenvolvimento do turismo na região, aos mais diversos níveis, designadamente em investimentos estruturais que beneficiarão a criação de infra-estruturas de suporte ao sector;</p> <p>☺ Oportunidades para uma maior articulação em projectos turísticos estruturantes entre sector público/ privados e associativos, designadamente pela concessão a privados da exploração de estruturas públicas desaproveitadas ou de serviços públicos que careçam de impulso;</p> <p>☺ Rotas e circuitos turísticos, poderão contribuir para a constituição de produtos turísticos alternativos, combinados e com elevados padrões de qualidade e diversidade, contribuindo para a estruturação geográfica dos vários elementos turísticos, evitando a dispersão da oferta turística;</p> <p>☺ Possibilidade de prática de Desportos (designadamente, caça, pesca, desportos radicais, parapente, desportos náuticos, entre outros); Rotas e Circuitos (nomeadamente, Rota do vinho do Porto, Rota do Românico e Rota de Cister) e acções complementares de apoio à actividade turística (Rede e Miradouros, Caminhos Durienses);</p> <p>☺ Aeroporto Francisco Sá Carneiro em forte expansão, com investimentos programados para passar de uma capacidade de 3 para 6 milhões de passageiros/ano numa primeira fase (ANA 2001);</p> <p>☺ Novas imagens de marca da Região, integrada numa estratégia de Marketing para o Porto e Norte de Portugal;</p> <p>☺ Intenções de investidores privados em promover a instalação de empreendimentos turísticos estruturantes, no Vale do Douro, com expresso apoio de, uma entidade para dinamizar e estimular o investimento estruturante no País e, em particular, também para o Vale do Douro (API);</p> <p>☺ Processo de reorganização dos actores institucionais, designadamente, no que respeita à revisão da Lei Quadro das Regiões de Turismo, aumentando as possibilidades de intervenção em rede;</p>	<p>⊗ Dificuldades de natureza concorrencial de Portugal, enquanto destino Europeu, face à procura gradual por outros destinos, nomeadamente, do Mediterrâneo Norte;</p> <p>⊗ Perda de oportunidades na atracção de promotores e investimentos turísticos a favor de outras regiões;</p> <p>⊗ Perda de competitividade relativamente a destinos/ regiões concorrenciais, com a mesma tipologia de oferta, podendo resultar num decréscimo na quota de mercado da Região Norte de Portugal;</p> <p>⊗ Dificuldade em afirmar o destino turístico Douro nos principais mercados internacionais, dada a sua dimensão relativa;</p> <p>⊗ Fragilidades ao nível da concertação estratégica regional e pulverização de actuações, impedindo uma actuação em rede e de escala no contexto do processo de globalização;</p> <p>⊗ Persistência dos principais estrangulamentos ao nível das redes e sistemas de serviços públicos de suporte à actividade turística, nomeadamente em acessibilidades intra-regionais (em estado pouco satisfatório), ordenamento paisagístico e qualidade ambiental, traduzidas em algumas disfunções ambientais ao longo do Vale do Douro;</p> <p>⊗ Efeito de "túnel" por parte das grandes vias de transporte, atravessando o território, sem no entanto lhe aceder convenientemente;</p> <p>⊗ Insuficiente territorialização de alguns dos mecanismos de apoio financeiros na área do Turismo;</p> <p>⊗ Persistência dos obstáculos de natureza jurídico - formal e burocrática na aprovação e licenciamento de projectos de investimento turístico;</p> <p>⊗ Baixos níveis de sensibilização das populações para as oportunidades do Turismo;</p> <p>⊗ Envelhecimento da população e declínio demográfico, sobretudo nos agrupamentos de concelhos transfronteiriços.</p>





## **V. Estratégia para o Desenvolvimento Turístico no Vale do Douro**



## V. ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO VALE DO DOURO

A estratégia para o desenvolvimento turístico do Vale do Douro visa maximizar a exploração económica do potencial turístico da região, apoiando a criação de novas estruturas e serviços que valorizem a oferta, de modo a ultrapassar, de forma célere, as limitações constatadas, sem perda da sustentabilidade ambiental.

A sua definição processa-se a partir de um conjunto de pressupostos que enquadram a evolução do turismo no Vale do Douro e que condicionam e motivam opções estratégicas de fundo. Com base naqueles pressupostos e na tematização turística do território do Vale do Douro, dando força às afirmações mais relevantes para cada uma das zonas de vocação turística, formula-se um cenário do turismo no Vale do Douro, que desejavelmente se afirme como consensual, mesmo que ambiciosa e optimista, de modo a ficar claro o rumo a seguir, sem o qual nenhuma estratégia será consequente.

### V.1 PRESSUPOSTOS DA ESTRATÉGIA

**A - A oportunidade que, no presente, se coloca ao Douro é excepcional e dificilmente se repetirá.** Na verdade, conjugam-se dois importantes factores capazes de dinamizar o desenvolvimento turístico do Vale do Douro: a vontade política, traduzida num compromisso público de concretização de medidas e investimentos essenciais para o desenvolvimento turístico e a facilitação de atracção de investidores privados através da API;

**B - A sustentabilidade é condição *sine-qua-non* do desenvolvimento turístico do Vale do Douro,** em termos ambientais, da “paisagem cultural evolutiva e viva”, e de uma dinâmica económica e social mobilizadora, exigindo um equilíbrio entre o uso activo do território e a sua capacidade de acolhimento, que assegure a preservação do património natural, cultural e ambiental;

**C - O PDTVD deve ser capaz de induzir um processo dinâmico de desenvolvimento turístico**, pelo que, para além de orientações globais ou específicas, importam os projectos a concretizar em tempo útil;

**D - A oferta turística do Vale do Douro tem de crescer.** Efectivamente, ainda que o turismo venha crescendo ao longo das duas últimas décadas, não atingiu o ponto crítico de sinergia necessária a uma generalizada rentabilização das unidades existentes e a sua oferta está longe de corresponder ao declarado valor turístico potencial e mediático que o Douro tem vindo a ganhar no mercado nacional, e, lentamente, também nalguns nichos de mercado europeu e intercontinental;

**E - A oferta existente tem que reforçar o seu nível de qualificação e profissionalismo**, o que é mais urgente ao nível das competências dos recursos humanos do que das estruturas, reforçando o nível profissional dos trabalhadores das unidades de restauração e alojamento, a preparação dos empresários, e, mais ainda, dos embrionários agentes de animação;

**F - É imprescindível concentrar os fluxos turísticos, favorecendo a sua organização por motivações diferenciadas**, como única forma de permitir a viabilidade e rentabilização de estruturas turísticas atractivas de qualidade que se pretende implantar, em face da reduzida dimensão dos volumes de turistas envolvidos;

**G - É necessário reforçar a organização, complementaridade e integração da oferta turística do Douro.** A pequena dimensão das unidades turísticas instaladas ao longo no Douro e a inexistência de articulações entre elas, tem sido um das principais razões da dificuldade em induzir e viabilizar na região novas estruturas de animação e uma organização consistente de novos produtos e serviços e turísticos, designadamente, circuitos turísticos organizados, quintas visitáveis, provas e concursos ou leilões de vinhos, turismo activo, visitas a parques e percursos e interpretação da natureza;

**I - É imprescindível a resolução das dificuldades e morosidades burocráticas que a Administração impõe aos investidores**, ajustando as práticas de planeamento e dos instrumentos de ordenamento para ao desenvolvimento de áreas de vocação turística e

encontrando metodologias simplificadas que, protegendo os interesses públicos, permitam definir, com rapidez, as condições de concretização dos empreendimentos;

**J - Verifica-se, de forma latente, uma procura imobiliária de segunda residência de inserção rural**, nas encostas do Douro, nas margens das suas albufeiras, nas aldeias mais características, cuja resposta do lado da oferta carece de ser organizada e que muito ganhará com a sua proximidade a um pólo de oferta turística organizada;

**K - Existe uma receptividade pública para investir na criação e qualificação de estruturas turísticas de iniciativa pública** (cais fluviais, linhas e comboios históricos, museus e parque temáticos, etc.), cuja gestão, seguramente, muito ganharia com o estabelecimento de parcerias do tipo “concepção – construção - concessão da exploração” com empresas privadas especializadas que assumam a sua gestão;

**L - O desenvolvimento turístico do Vale do Douro, exige a criação de uma estrutura dinamizadora da execução do Plano**, com efectivo poder de influência e articulação, que assegure o reforço da capacidade institucional através da cooperação entre os agentes públicos e privados.

Importa por fim lembrar que a vontade de estimular o turismo no Vale do Douro, assenta na percepção de que este constitui um invulgar potencial de interesse económico, capaz de motivar e remunerar muitos e bons investimentos e iniciativas dinamizadoras privadas e mesmo públicas. Mas, esse objectivo assenta também no pressuposto de que essa dinamização será um fortíssimo pilar da melhoria das condições de vida na região, bem como do crescimento da economia nacional, compensando, assim, o esforço público que lhe será atribuído nos próximos anos.

## V.2 TEMATIZAÇÃO TURÍSTICA DO VALE DO DOURO

**O desenvolvimento da oferta turística do Vale do Douro deverá assentar numa tematização do território** que integre os seguintes vectores:

- Uma afirmação turística integrada, característica de todo o Vale do Douro;
- Uma série cadenciada de zonas de vocação turística diferenciadas ao longo do rio;

- Um conjunto de empreendimentos turísticos âncora, de natureza privada e pública;
- Uma tipologia de estruturas turísticas características do Douro.

Assim, o reforço, qualificação e profissionalização da oferta turística e a eficácia da promoção do destino turístico Douro, implica as seguintes **opções estratégicas**:

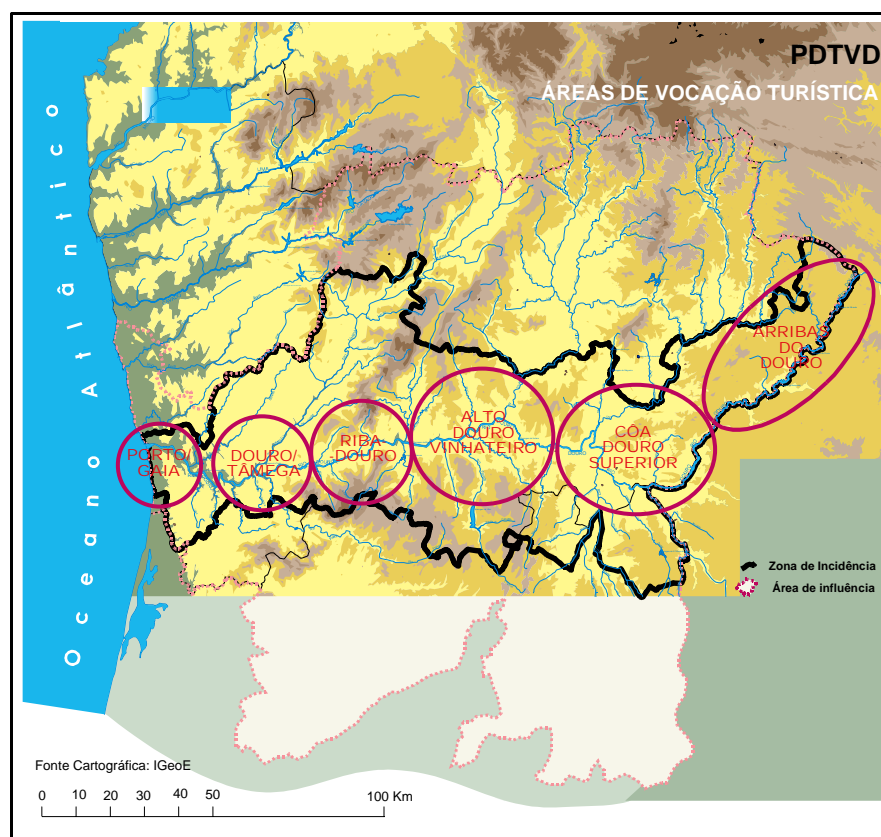
**A - O reconhecimento de que, para lá das divisões e afirmações regionais que retalham a região duriense, o potencial turístico do Vale do Douro ganhará um valor redobrado se a sua estratégia:**

- Assumir a escala de integração da oferta da Fronteira até à Foz, incluindo no mesmo quadro as dimensões de ruralidade e naturalidade da paisagem de montante, até à capacidade da atractividade/centralidade urbana do Porto, como principal porta de entrada de fluxos turísticos;
- Reconhecer e valorizar a dominância, mas não o exclusivo do Porto, do Vinho do Porto e do Alto Douro Vinhateiro, como referências essenciais para o mercado, nas suas diferentes valências;
- Visar o enquadramento do turismo duriense, logo que a sua oferta tenha volume e consistência para rivalizar com os seus vizinhos, no âmbito mais lato do DOURO-DUERO, explorando, então sim, o seu grande e diferenciador potencial internacional como “Um Destino – Dois Países – Uma Região”

**B - A opção por proceder à territorialização das temáticas de atracção**, de modo a conseguir concentrar fluxos, viabilizando estruturas de qualidade, o que aconselha a definição das seguintes zonas e vocações turísticas:

- **ARRIBAS DO DOURO** - oferece o tema da Natureza e Tradições Rurais
- **CÔA - DOURO SUPERIOR** - afirma a Arqueologia, a Arte e a Caça
- **ALTO DOURO VINHATEIRO** - centro das Quintas, do Vinhos e da Paisagem Cultural
- **RIBA – DOURO** - oferece as Cidades, as Serras e o Património
- **DOURO - TÂMEGA** - explora os Solares, o Vinho Verde e os Rios
- **e PORTO - GAIA** – principal porta de entrada, o Centro Histórico, as Caves de Gaia e o Baixo Douro

Figura n.º 23 – Áreas de Vocação Turística



Fonte: API 2003 (adaptado)

A criação para o Vale do Douro de **Área (s) de Protecção Turística**, tal como previstas no Plano de Desenvolvimento do Sector do Turismo, deverá também ter em conta esta estrutura diferenciada e tematizada ao longo do Vale do Douro, integrando-as numa **estratégia coesa de marketing e promoção para todo o Vale do Douro**, e mais tarde para todo o Douro-Duero.

**C - A opção por atrair e apoiar declaradamente a instalação de um conjunto de empreendimentos turísticos estruturantes, de natureza privada e pública:**

- **projectos turísticos privados estruturantes**, de grande dimensão relativa e dotados estruturas de animação relevante, em particular, sob a forma de complexos turísticos

“open-resorts”, que se diferenciam por disporem de diferentes tipos de alojamento turístico e pólos de animação externa.

- **equipamentos turístico-culturais estruturantes, de natureza pública**, que promovam os patrimónios mais marcantes do Douro, operacionalizando os principais recursos turísticos de base da região, onde se concentram os grandes afluxos da animação turística;

**D – A adopção de uma postura de fomento da progressiva instalação e qualificação de uma tipologia própria de estruturas e unidades turísticas específicas do Vale do Douro**, de modo a que se favoreçam condições para que possam oferecer operacionalidade permanente, rentabilidade, e afirmação diferenciadora, através de:

- Um Itinerário Turístico Principal, a estruturar para cada zona temática, definido como um percurso onde, numa fase inicial e aceitando com realismo a escassez de meios, se concentram os esforços de qualificação da envolvente e das estruturas e das unidades turísticas, procurando induzir a concentração dos fluxos turísticos inicialmente sempre escassos, de modo que, ao menos ao longo desse itinerário, seja possível rentabilizar unidades de qualidade;
- Pólos de Animação Turística específicos da zona onde se inserem, preparados para oferecer em permanência os serviços de animação turística, que é razoável esperar encontrar, mas que actualmente não existem;
- Centros de Serviços Turísticos onde, por um esforço publicamente dirigido e apoiado, se procurará oferecer, de forma concentrada, em cada zona, os diversos serviços e alternativas de animação e ofertas complementares do Douro;
- Uma série de Grandes Eventos Turísticos anuais regulares, um em cada zona, com declarada visibilidade nacional e internacional, como elementos essenciais da estratégia de marketing promocional.

O que podemos observar ao longo do Douro, é que, **sem esta concentração de temáticas e esforços, o Douro tende para a diluição de esforços e a dispersão dos fluxos da procura**, não permitindo que o turista frua, nem que os residentes beneficiem do desenvolvimento económico que o turismo poderá proporcionar. O caso do eixo marcante do rio navegável, sendo ainda o único eixo em que a rentabilização das estruturas parece afirmar-se, ao fim de



quase duas décadas de desenvolvimento contínuo, vem confirmar a vantagem da concentração temática e estratégica para que aponta o Plano.

**O que podemos observar ao longo do Douro, é que, sem concentração de temáticas e esforços, o Douro tende para a diluição de esforços e a dispersão dos fluxos da procura.**

### V.3 UM CENÁRIO DO TURISMO NO VALE DO DOURO

Para definir a estratégia a adoptar no Plano de Desenvolvimento do Turismo no Vale do Douro, importa construir o **cenário de um Vale do Douro turisticamente desenvolvido**, como um destino de referência de Portugal, claramente implantado no mercado internacional.

No intuito de esboçar esse cenário, propomos que nos situemos no horizonte dos próximos dez anos, entre 2010 e 2015, e que olhemos para **o que é imperioso que, entretanto, aconteça** no Vale do Douro.

**A – O Turismo no Vale do Douro terá que se afirmar no mercado interno e o “Douro – Duero, um destino, dois países, uma região”, terá que ganhar visibilidade como um novo destino turístico no mercado internacional**, nomeadamente como um dos grandes rios românticos da Europa (a par do Loire, do Reno e do Danúbio), multifacetado, com regiões produtoras de excelentes vinhos, com uma assinalável diversidade de ecossistemas e de excepcionais valores patrimoniais, alguns deles inscritos na Lista do Património Mundial, com uma excelente oferta em termos de alojamento e de animação nas vertentes do turismo de natureza e cultural, do turismo gastronómico e enoturismo, mas também de turismo activo e de aventura e, na periferia do Vale do Douro, do turismo de saúde e bem estar e do turismo de golfe.

Para que tal seja realidade é imperiosa a aposta do Estado no investimento em acessibilidades rodoviárias, ferroviárias, fluviais e aéreas, nos equipamentos de saúde, nos equipamentos de educação e de formação profissional e nos equipamentos culturais, a par de criação de um programa de estímulo ao investimentos, de modo a captar a adesão dos investidores locais e exteriores à região e das autarquias, que, terão que assumir com empenhamento a

necessidade de qualificar o meio ambiente, os espaços públicos e a criação de estruturas e os serviços com capacidade de atracção para a região.

Importa que esta dinâmica de animação regional contagie as populações locais, que também irão sentindo a necessidade e as vantagens de, no seu quotidiano, preservarem o meio ambiente, aderindo ao programa de resíduos, em suas casas, nos cafés ou nas vinhas, reintroduzindo as cores e os materiais regionais na reconstrução das suas habitações, ganhando auto-estima e procurando valorizar a recepção dos visitantes, vendendo-lhes serviços ou apenas contando-lhes a sua história, memória colectiva da relação entre o Homem e os elementos naturais, hostis à fixação humana, de como criaram e recriam permanentemente a sua paisagem cultural evolutiva e viva assim inscrita na Lista do Património Mundial da UNESCO, ou rica de valores naturais e rurais ainda vivos.

Paralelamente, é previsível que se observe o retorno à região de famílias há décadas ou gerações emigradas e imigradas nas grandes cidades e a chegada de investidores que serão atraídos por esta dinâmica regional com capacidade de projecção e de atracção mundial de fluxos turísticos.

**B – A dimensão da oferta turística terá que crescer, qualificando-se,** designadamente no domínio do alojamento diversificado.

Alguns grupos de investidores nacionais e estrangeiros, deverão lançar um conjunto limitado de grandes empreendimentos turísticos, do tipo *open resorts*, arquitectónica e paisagisticamente muito bem implantados e espaçados ao longo do vale, com grande capacidade hoteleira e de alojamento complementar do tipo habitações turísticas, com interesse imobiliário, colocando o Douro nos mercados internacionais de qualidade e assegurando, em permanência, a operacionalização da animação turística da região, viabilizando uma série de pólos de animação externa na zona envolvente.

Por outro lado, promovendo a concentração da oferta imobiliária-turística nestes empreendimentos, a região responderá a uma reforçada procura de habitações turísticas de segunda residência, que tornarão o Douro um foco de atenção permanente dos média nacionais, começando a estender-se a Espanha, evitando com este efeito ordenador de

concentração da imobiliária turística nestes empreendimentos e nas aldeias da região, a dispersão daquelas habitações, degradando a paisagem.

Uma série de hotéis de charme com dimensões entre os 30 e 60 quartos cada, terão de tornar-se uma referência do Douro, instalando-se ao longo do vale, quase sempre em edifícios recuperados, de elevado valor patrimonial, erudito ou vernacular, desfrutando de um magnífico enquadramento paisagístico, intimista, porque se irão instalar em Quintas ou aldeias vinhateiras recuperadas.

Em algumas vilas deverá assistir-se ao aparecimento de estalagens que as autarquias irão ajudando a promover, bem como de alojamento de aldeia, nas aldeias vinhateiras, históricas e centros rurais, mais característicos e recuperados, constituindo uma rede de base de alojamento dos constantes fluxos de turistas do mercado interno alargado que percorrerão o Douro.

Com o regresso de inúmeras famílias ao Douro, deverá assistir-se ao aumento da oferta de turismo em espaço rural nas Quintas e património mais característico da região, constituindo fortes pólos de atracção turística.

**C – A animação turística terá de ganhar estrutura** multiplicando-se de forma profissionalizada, sustentada pelo crescimento de fluxos nacionais e internacionais, declaradamente integrada com a componente de restauração e valorizando o que de mais característico tem o Douro.

**Uma série de estruturas turísticas âncora, promovidas pela iniciativa pública, reforçarão a atractividade turística do Vale do Douro como são o caso do Museu do Douro na sua particular estrutura polinuclear distribuída por toda a região, do Parque Natural do Douro Internacional, do Museu do Côa, dos Comboios Turísticos e Históricos do Douro e um vasto conjunto de eventos lúdicos e culturais integrados numa programação onde se encontra do melhor que se apresentará em Portugal.**

A generalidade das Quintas com o seu casario perfeitamente recuperado, abrirão as portas das suas adegas e vinhedos e estarão preparadas e acolherão diariamente dezenas de visitantes

de todas as nacionalidades, com elevado poder de compra, adquirindo directamente uma apreciável parte dos vinhos e produtos da região.

Um significativo conjunto de restaurantes terão que valorizar e afirmar a gastronomia regional, ao longo de todo o Douro, em perfeita harmonia com os vinhos produzidos na região e a ruralidade das regiões envolventes. Impõe-se que a região passe também a dispor de um conjunto de pólos de animação rural e de natureza junto dos principais recursos, contando com centros de interpretação e percursos ligados à vitivinicultura, onde os visitantes poderão passear ao longo das vinhas, sendo permanentemente incitados à observação, à curiosidade, à emoção e à sensibilidade de melhor conhecer e compreender a civilização da vinha e do vinho, mas, também, junto dos parques naturais e das suas arribas, das suas aldeias mais características, dos rios bucólicos de águas puras ou dos magníficos planos de águas das albufeiras.

Para um público mais jovem será fundamental a existência de uma oferta diversificada de desportos náuticos e de montanha, e de animação aérea, associada a uma capacidade de alojamento juvenil.

A região disporá assim de uma densa malha de circuitos temáticos organizados, em geral para pequenos grupos, com motivações diversas - desde o turismo da natureza, turismo cultural e patrimonial, turismo activo e mesmo radical -, em percursos e actividades conduzidas por motivadores guias e animadores turísticos.

Duas novas valências turísticas de estadia média longa, sobretudo nas unidades hoteleiras dos aldeamentos turísticos e no complexo termal do Alto Tâmega irão começar a ganhar consistência: os programas de saúde e bem-estar, normalmente acompanhados por um corpo clínico e terapeutas profissionais que assegurarão acompanhamento médico a diversos tratamentos terapêuticos, incluindo terapias alternativas, e uma pequena rede de campos de golfe, e outras facilidades de entretenimento e lazer, tais como, ténis, *bowling* na relva, tiro com arco, passeios de bicicleta e a cavalo.

Este cenário que, regressados ao presente, nos surge como demasiado optimista, será, no entanto, concretizável se forem, desde já, criadas as condições necessárias ao

desenvolvimento turístico do Vale do Douro. O PDTVD deverá constituir o quadro orientador de iniciativas públicas e privadas no processo desse desenvolvimento.

#### V.4 OBJECTIVOS DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Sinteticamente, podemos definir como grande objectivo do Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro,

### **TORNAR O VALE DO DOURO UM DESTINO TURÍSTICO DE REFERÊNCIA** **ATRAVÉS DE UM PROCESSO DINÂMICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

A concretização deste objectivo global conseguir-se-á através de uma estratégia consistente que instale um processo e uma dinâmica nesse sentido.

É, pois, necessário que a estratégia a seguir consiga, simultaneamente:

- assegurar a concretização das medidas e projectos públicos indispensáveis, ao suporte do desenvolvimento;
- atrair investimentos turísticos e dinamizar a organização de novos serviços e produtos;
- mobilizar e assegurar a formação dos recursos humanos necessários;
- dar coerência e força à afirmação da imagem do Douro como destino turístico;
- promover a articulação das instituições e dos seus meios de cooperação.

O seu êxito exige que rapidamente sejam alcançadas condições de operacionalidade, num padrão de elevada qualidade e condições de eficácia, sob pena de não conseguir gerar e sustentar os dinamismos e sinergias que, simultaneamente, são necessários para este surto acelerado de desenvolvimento turístico. Neste quadro, a concretização do objectivo global do PDTVD envolve a prossecução dos seguintes objectivos estratégicos:

**A - Reforçar a Infra-Estruturação do Território e dos Serviços** indispensáveis à dinamização da oferta turística, completando ou melhorando as redes e sistemas de serviços públicos necessários para o efeito, permitindo maior fluidez de circulação e segurança de estadia na área, bem como a instalação e operacionalidade das estruturas públicas de

declarada vocação e interesse turístico. Convém ter presente que o território estruturado e os seus recursos turísticos de base, usufruíveis e com facilidade de acesso, conjuntamente com as unidades turísticas, fazem um único corpo de oferta turística da região, o que é particularmente pertinente no caso do Douro e muito relevante para o turismo de qualidade;

**B - Dinamizar, Qualificar e Crescer a Oferta Turística**, de iniciativa privada, de modo a que se consiga, a médio prazo, alcançar uma dimensão e qualificação da oferta turística capaz de tornar o Douro visível e interessante no mercado interno e nos mercados turísticos internacionais, bem como atrair um fluxo regular de turismo de segmentos de qualidade, capazes de melhor apreciar e remunerar a sua oferta;

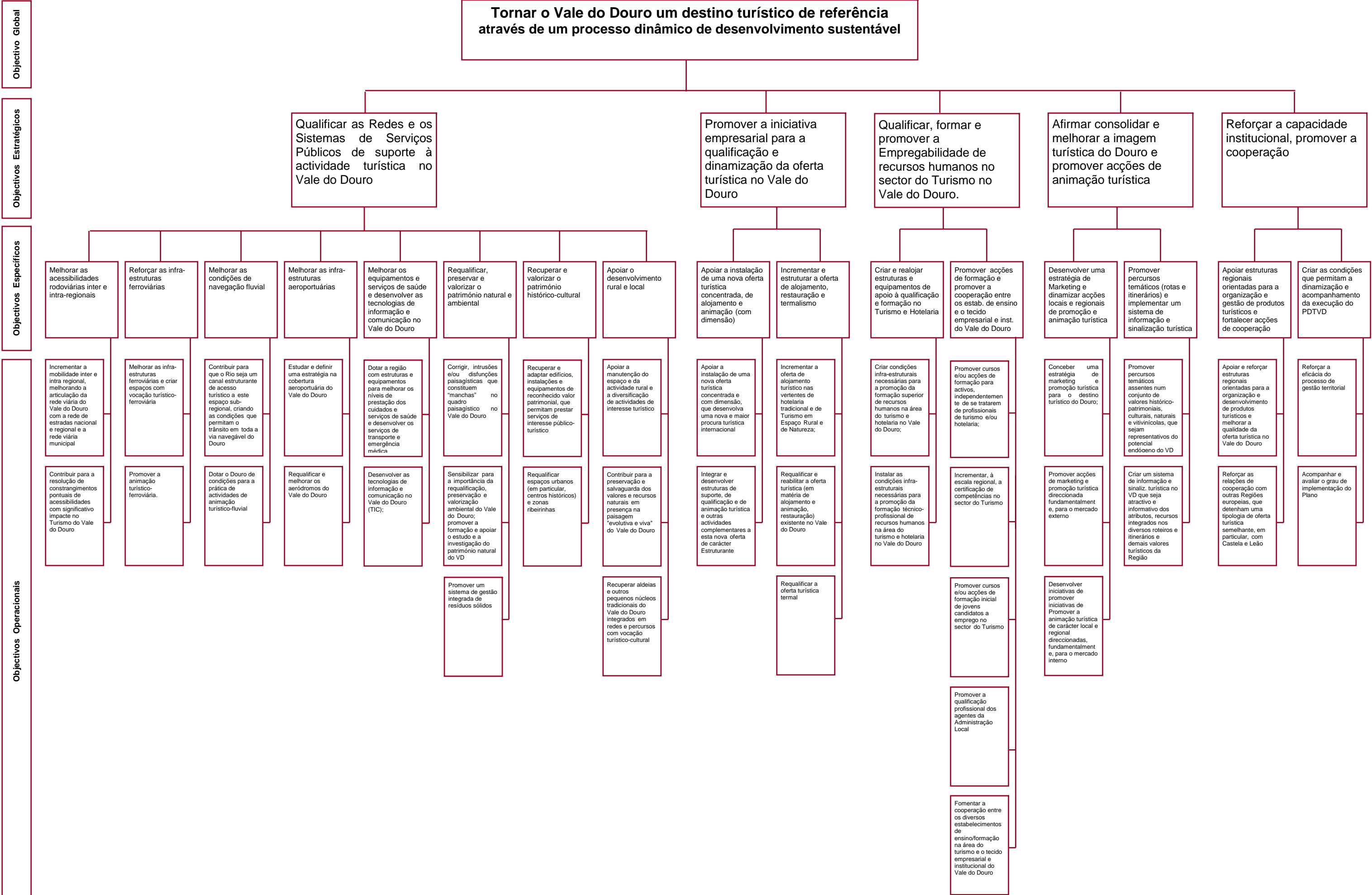
**C - Qualificar e Formar Recursos Humanos** vocacionados para o turismo, que multiplicando a capacidade de emprego e a realização pessoal dos residentes, será factor crucial do sucesso do desenvolvimento e qualificação turística e um dos elemento-chave da absorção pela região das mais-valias de desenvolvimento sócio-económico que o turismo pode trazer;

**D - Consolidar e Afirmar a Imagem do Destino Turístico Douro**, integradora de todas as valências turísticas que caracterizam e ocorrem ao longo do vale do Douro, desde a foz até à fronteira e, logo que possível, no eixo estrutural do destino Douro-Duero, promovendo a organização e gestão dessa oferta e promovendo uma estratégia integrada de marketing para o Destino Turístico Douro;

**E - Reforçar a capacidade institucional do Vale do Douro e promover a cooperação**, no domínio do turismo, promovendo a articulação e desenvolvendo acções concretas de cooperação com as regiões envolventes e afins. A dinamização e o acompanhamento da execução do PDTVD exigirá mesmo a criação de uma estrutura de missão com capacidade para assegurar a contínua mobilização das instituições públicas e privadas, induzindo um processo e uma dinâmica de desenvolvimento turístico que se torne sustentada.

A concretização destes objectivos estratégicos exige que, em relação a cada um deles, sejam definidos objectivos específicos, os quais, por sua vez devem integrar os respectivos objectivos operacionais. A árvore de objectivos que a seguir se apresenta permite a sua visualização sintética.

Objectivos do PDTVD



## V.5 FACTORES CRÍTICOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO DO PDTVD

O sucesso do PDTVD dependerá dos termos em que se processar a sua execução, podendo apontar-se, desde já, os seguintes factores críticos:

- A adopção de **um processo específico de gestão territorial** do Vale do Douro para efeitos turísticos, que concilie a preservação e a valorização da paisagem, seus valores patrimoniais e princípios de ordenamento e ambiente, com uma célere e eficaz resposta das entidades competentes sobre os projectos de investimento e os planos que os enquadrem;
- A instalação de uma efectiva **capacidade de dinamização e acompanhamento dos projectos e medidas de desenvolvimento turístico, no Vale do Douro**, tanto de responsabilidade pública como privada;
- **A concretização do conjunto de medidas e investimentos públicos considerados fundamentais, para o período 2004-2007, com a decisão governamental de assegurar o seu enquadramento financeiro.**

Passemos, pois, a explicitar cada um destes factores críticos, indispensáveis ao cumprimento dos objectivos do Plano.

### V.5.1 - Processo de Gestão do Território

É justo reconhecer o papel que este Plano também pode desempenhar, enquanto **garante de um equilíbrio entre desenvolvimento do turismo e a salvaguarda dos recursos do Vale do Douro**, não devendo deixar de eleger as diferentes dimensões do Ordenamento do Território e do Ambiente, como componentes estratégicas de inegável relevância.

De facto, **a prossecução do desenvolvimento turístico** numa região detentora de singulares valores naturais e culturais, mas com fortes vulnerabilidades e assinalável fragilidade ecológica e paisagística, **será tanto melhor sucedida, quanto melhor se conseguir articular a preservação da paisagem e o ordenamento do território, com a valorização dos recursos endógenos.**



Passando o desenvolvimento turístico do Douro, entre outras apostas, pela instalação de novos empreendimentos em espaço rural, bem como pela reconversão de alguns dos já concretizados, **verifica-se**, no entanto, **que o processo de aprovação e licenciamento de projectos turísticos é**, hoje, **dificultado por razões diversas**, entre as quais se relevam:

- A frequente **debilidade da qualidade técnica dos projectos**, nomeadamente nos domínios conceptual e estético, associada à também frequente inexistência de uma adequada perspectiva de integração paisagística;
- **O desajustamento desses projectos com os instrumentos de gestão do território**, dado que boa parte dos Planos Directores Municipais (PDM), encontrando-se a perfazer os dez anos de vigência, não incorporam, ainda, nos respectivos zonamentos, a vocação turística entretanto afirmada e assumida, nem prevêm espaços particularmente destinados ao acolhimento das actividades turísticas e recreativas;
- A complexidade dos procedimentos a que muitos dos projectos estão obrigados: **nos processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)**, em função da sua dimensão; ou do **Reconhecimento de Interesse Público (RIP)**, indispensável para qualquer ocupação de áreas classificadas como a Reserva Ecológica Nacional (REN), consagrada com um âmbito demasiado lato e sem a devida regulamentação;
- A dispersão e segmentação de pareceres que se traduzem num processo penoso e desintegrado, assente num frágil diálogo e articulação entre a Administração, projectistas e promotores, o qual se traduz, tantas vezes, numa grande **morosidade dos procedimentos em matéria de licenciamento**.

Neste contexto, **a prossecução dos objectivos do Plano impõe que se definam os princípios, as directrizes e a metodologia subjacentes à localização, instalação e desenvolvimento de espaços turísticos**, compatibilizando a consolidação das áreas urbanas das aldeias e da qualidade do espaço rural em geral, com a instalação dos novos investimentos estruturantes e, também, com os investimentos de reabilitação, expansão e melhoria de qualidade dos empreendimentos existentes.

Com esse fim e para suportar a gestão eficaz do Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, é urgente dotar a Administração de **ferramentas de planeamento e gestão mais adequadas, no tempo e no espaço:**

- para os **empreendimentos que venham a surgir no âmbito dos perímetros urbanos existentes não será necessário encarar especiais mecanismos de agilização**, porquanto o sistema de planeamento municipal dispõe de instrumentos aptos a responder, em tempo oportuno;
- **diferente terá de ser o procedimento quando as intervenções tenham incidência fora dos perímetros urbanos** definidos nos Planos Directores Municipais (PDM) em vigor.

Na verdade e na situação actual, será frequente, que sobre os terrenos onde se pretendam instalar novas actividades, nomeadamente turísticas ou recreativas, incidam diversas figuras de protecção como a RAN, a REN, zonas reservadas de albufeiras, áreas de valor patrimonial classificadas, áreas da Rede Natura, parques ou reservas naturais e áreas do Património Mundial do Alto Douro Vinhateiro e do Parque Arqueológico do Côa.

Há, portanto, que encontrar a **sede concertada** para que a Administração possa apreciar e decidir sobre essas pretensões.

Assim, há que **agilizar os procedimentos de autorização e licenciamento** e ponderar, conjugadamente, oportunidades, condicionantes e soluções.

- **para o caso dos projectos de maior impacto, é necessário, como princípio metodológico, a inserção dos projectos estruturantes em Planos de Pormenor.** Desse modo, e com estes Planos, permitir-se-á o enquadramento das necessárias transformações de uso do solo, de modo a inserir devidamente aqueles empreendimentos, como novos elementos marcantes da paisagem, cujo impacte visual terá de ser absorvido devidamente. que importa controlar.

Importa, por isso, **ajustar a metodologia e o processo de elaboração e aprovação destes Planos de Pormenor** à dinâmica que se pretende induzir no Vale do Douro.

Neste sentido, propõe-se, no quadro da legislação em vigor, o seguinte:

- A criação de uma “**Comissão de Gestão Territorial**” cuja composição reúna as entidades que garantam o **acompanhamento integrado e comum** da elaboração e aprovação de projectos e de Planos de Pormenor (PP) nos termos da lei.

Na prática a essa Comissão será acometida a tarefa de **emissão conjunta de um parecer final** no processo de apreciação.

Essa “Comissão de Gestão Territorial”, por congregar no seu seio as entidades necessárias a uma apreciação articulada, acompanhará, de forma mais operacional e célere, a elaboração daqueles projectos e planos, garantindo a resolução antecipada de eventuais conflitos suscitados por interesses e abordagens atomizadas e sectoriais; No diploma legal da criação desta Comissão deverão ficar definidas as suas atribuições, competências e composição;

- **A consagração de um quadro de Procedimentos de Gestão do Território** para o desenvolvimento do turismo no Vale do Douro, que **deverá ser integrado nos diversos instrumentos de ordenamento do território**, em elaboração, nomeadamente, no PROT de TMAD. Igualmente, deverá este quadro de procedimentos, a estabelecer para o Vale do Douro, ajustar-se ao que vier a ser definido para a(s) Zona (s) de Protecção Turística prevista (s) no Plano de Desenvolvimento para o sector do turismo.

#### II.5.2 - Capacidade de Dinamização e Acompanhamento de Projectos e Iniciativas de Desenvolvimento Turístico

A concretização de um plano necessita, quase sempre uma entidade que lidere essa execução, dinamizando e acompanhando as várias iniciativas e projectos, públicos e privados.

No caso do PDTVD, o processo da sua execução será bastante exigente. Não só em virtude da qualidade e celeridade que se pretende impor, mas também, pela multiplicidade das entidades envolvidas.

Necessário se torna pois reforçar o tecido institucional e o quadro técnico afecto ao turismo no Vale do Douro, dotando-o de uma estrutura organizativa, capaz de, com êxito, levar a cabo esse processo.

Essa necessidade é, ainda, mais pertinente, quanto é limitado o prazo fixado pelo Governo, entre 2004 e 2007, para a implementação da estratégia e de boa parte dos projectos preconizados por este Plano.

**A essa Estrutura deverá caber a função de coordenar e dinamizar a execução do Plano, e colaborar na atracção de investimentos para a Região e no envolvimento das populações e agentes locais, na dinâmica de organização regional para o turismo.**

Para o bom exercício dessas funções, necessário será, pois, que dela façam parte:

- um Conselho de Turismo do Douro, integrado por entidades públicas, associativas e empresariais que constitua o fórum de apreciação sistemática e de acompanhamento do desenvolvimento turístico do Vale do Douro;
- uma Comissão de Gestão do Território nos termos referidos no ponto anterior.

Assim, para garantir a concretização dos objectivos do Plano, **propõe-se a criação de uma Estrutura de Dinamização e Acompanhamento do PDTVD**, cujo modelo se apresenta no capítulo VII.

#### **V.5.3 - A concretização do conjunto de iniciativas e projectos públicos considerados fundamentais, no período 2004-2007**

De forma excepcional, o Governo determinou no número 8 da RCM n.º 139/2003, de 29 de Agosto de 2003 que pretende “promover, após a aprovação deste Plano, as iniciativas legislativas necessárias à assunção do compromisso de investimentos públicos considerados fundamentais para o apoio ao desenvolvimento turístico do Vale do Douro no horizonte temporal de 2004 a 2007”.

Os trabalhos desenvolvidos para a elaboração deste Plano visaram, pois, identificar, em colaboração com as entidades da sua Comissão de Acompanhamento, o conjunto de programas, medidas e projectos públicos para o período 2004-2007.

Porém, dado que o processo de desenvolvimento turístico do Vale do Douro determinará um período temporal bastante alargado, cabendo ao PDTVD orientar a tomada de decisões, nomeadamente públicas, nele foram também integrados outros projectos considerados relevantes para o desenvolvimento turístico no Vale do Douro, embora com provável desenvolvimento pós 2007.

Desse conjunto de medidas e projectos, foram extraídos, os **projectos fundamentais para o apoio ao desenvolvimento turístico no Vale do Douro no horizonte temporal 2004-2007.**

O facto de se definirem os projectos considerados fundamentais para esse período, não prejudica que muitos outros projectos, referidos nos diversos programas de acção sejam, também, muito relevantes para o desenvolvimento turístico do Vale do Douro, designadamente, alguns daqueles que excedem o horizonte temporal de 2007.







## **VI. Programas de Acção, Medidas e Projectos**

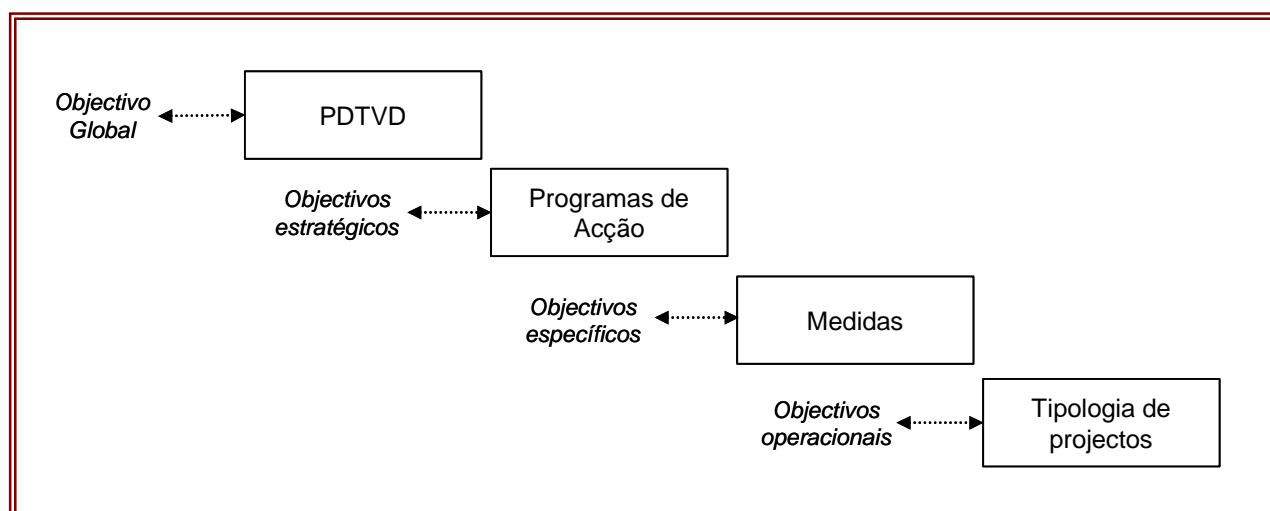
## VI. PROGRAMAS DE ACÇÃO, MEDIDAS E PROJECTOS

### VI.1 ENQUADRAMENTO

A execução e materialização da estratégia contemplada neste Plano passa, necessariamente, pela implementação de Projectos articulados em Programas. Os Programas constituem, assim, um instrumento de execução da estratégia do Plano, ou seja, os programas contêm diversas Medidas complementares que visam, no seu conjunto, atingir um objectivo, previamente, definido.

**A estrutura esquemática do PDTVD segue de forma aproximada a metodologia adoptada pela Comissão Europeia, articulando, os objectivos estratégicos, específicos e operacionais, respectivamente, com os Programas de Acção, as Medidas e as tipologias de projectos.**

**Figura n.º 24 - Articulação entre os diferentes níveis de objectivos**



Fonte: Adaptado de Comissão Europeia (2000) – documento de trabalho n.º 3, “Indicadores de acompanhamento e avaliação, uma metodologia indicativa”



## VI.2 IDENTIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS DE ACÇÃO E MEDIDAS

Em termos instrumentais, a árvore de objectivos, anteriormente apresentada, materializa-se, em sede de programação, na seguinte estrutura de Programas de Acção e Medidas.

Tabela n.º 7 – Matriz de Programação – Programas de Acção e Medidas

PROGRAMAS DE ACÇÃO	MEDIDAS
I - Programa de Acção para Qualificação de Redes e Sistemas de Serviços Públicos de suporte à actividade turística no Vale do Douro	Medida I.1 - Redes e sistemas de transportes rodoviários de suporte à actividade turística
	Medida I.2 - Redes e sistemas de dinamização da actividade turístico-ferroviária
	Medida I.3 - Canais de navegação e centros de apoio à actividade turístico-fluvial
	Medida I.4 - Infra-estruturas aeroportuárias
	Medida I.5 - Serviços colectivos de proximidade territorial
	Medida I.6 - Património natural e ambiental
	Medida I.7 – Equipamentos e Património histórico-cultural
	Medida I.8 - Ruralidade e desenvolvimento local
II - Programa de Acção para a iniciativa empresarial na qualificação e dinamização da oferta turística no Vale do Douro	Medida II.1 - Projectos Turísticos Privados Estruturantes
	Medida II.2 – Alojamento turístico tradicional e termalismo
III - Programa de Acção para a Formação em Turismo	Medida III.1 - Estruturas e equipamentos de apoio à qualificação de recursos humanos para o Turismo
	Medida III.2 – Formação e empregabilidade no sector
IV - Programa de Acção para o Marketing, Promoção e Animação do destino turístico Douro	Medida IV.1 – Promoção e animação turística
	Medida IV.2 - Itinerários turístico-culturais - informação e sinalização turística
V - Programa de Acção para o reforço da capacidade institucional e cooperação	Medida V.1 - Organização e desenvolvimento de produtos turísticos e cooperação inter-regional
	Medida V.2 – Execução, acompanhamento e avaliação do PDTVD

Assim, os cinco Programas de Acção, contemplam Medidas e Projectos, que visam a concretização dos objectivos estratégicos subjacentes a cada Programa de Acção, e que, no

seu conjunto, prosseguem de forma coerente, articulada e sustentada o objectivo global do PDTVD: “ Tornar o Vale do Douro um Destino Turístico de Referência”

**Procura-se, assim, através de uma estratégia de base regional, estruturada por Programas de Acção e Medidas, garantir, tanto quanto possível, que os projectos de natureza pública e privada a realizar nessa Região se encontrem devidamente articulados e enquadrados com objectivos estratégicos que sustentam essa mesma estratégia.**

Desta forma, ao pretender-se articular o investimento público e privado, assente numa estratégia previamente estabelecida, i.e., sob uma determinada *umbrella* estratégica, procura-se, também, **assegurar uma maior eficácia e eficiência na utilização dos recursos públicos e, paralelamente, garantir que os investimentos privados a realizar sejam competitivos e sustentáveis para os investidores e para o Vale do Douro.**

### VI.3 INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

A utilização de indicadores de desenvolvimento sustentável é indispensável na aferição das medidas de política e monitorização do progresso (ENDS, 2002), constituindo, assim, uma **ferramenta necessária para a implementação e acompanhamento de políticas de desenvolvimento**, nomeadamente, no sector turístico, ou seja, «os indicadores de desenvolvimento sustentável, são, presentemente, não apenas necessários, mas indispensáveis para fundamentar as tomadas de decisão aos mais diversos níveis e nas mais diversas áreas» (DGA, 2000).

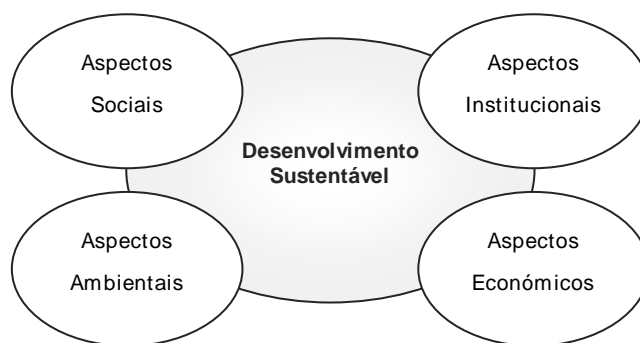
Neste contexto, o PDTVD, enquanto instrumento de planeamento para o desenvolvimento turístico do Vale do Douro, apresenta, em cada Medida um conjunto de indicadores que visam, precisamente, permitir um acompanhamento e avaliação (no âmbito da Estrutura de Dinamização e Acompanhamento do PDTVD) dos projectos e acções a implementar nesta Região. Pretende-se, assim, através de um processo de monitorização, analisar e verificar, por via de indicadores, se as medidas e os projectos de desenvolvimento turístico estão a ser implementados e se, de facto, estes convergem para os objectivos estabelecidos no presente

Plano e, assim, concretizam o objectivo global do PDTVD - "Tornar o Vale do Douro um destino turístico de referência através de um processo dinâmico desenvolvimento sustentável".

Como se sabe, não existe um conjunto de indicadores perfeitos e a sua eficiência depende dos fins a que se destinam. Pois, os indicadores devem adaptar-se a cada realidade, definindo claramente os objectivos e o modo como os alcançar (Manning, 1999). Não obstante, e seguindo as orientações do Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDS/ONU) os indicadores apresentados ao longo do PDTVD, têm em conta quatro categorias de aspectos:

- os aspectos institucionais (compreendendo a estrutura e funcionamento das instituições, quer clássicas, de natureza mais estatal, quer as organizações não governamentais (ONG's) e as empresas;
- os aspectos económicos (ao nível micro e macro);
- os aspectos sociais e,
- os aspectos ambientais (DGA, 2000).

**Figura n.º 25 - Aspectos determinantes do desenvolvimento sustentável**



Fonte: Adaptado de Gouzee et al., 1995

De acordo com a figura anterior, pode-se constatar que os objectivos estratégicos do PDTVD e os seus Programas de Acção (cfr. Figura n.º 25), cruzam-se, no seu essencial, com os quatro aspectos fundamentais para a promoção de um desenvolvimento turístico sustentável.

#### VI.4 CRITÉRIOS GERAIS DE SELECÇÃO DOS PROJECTOS

Pretende-se, com este ponto, apresentar, de forma sumária, os critérios gerais estabelecidos no processo de selecção dos projectos incluídos ou a incluir nas Medidas que constituem os diferentes Programas de Acção do PDTVD.

Relativamente aos projectos incluídos em cada uma das Medidas deste Plano, no seu ponto “Programação”, distinguem-se duas situações:

- (i) os “Projectos programados para o período 2004-2007” e,
- (ii) “Outros projectos relevantes para o PDTVD”.

(i) Quanto aos **“Projectos programados para o período 2004-2007”** constituíram critérios da sua integração os seguintes:

- os que foram indicados por entidades públicas da Comissão de Acompanhamento como prioritários e cuja programação para o período 2004-2007 está prevista nas suas actividades;
- os que, indicados como prioritários por outros membros da Comissão de Acompanhamento, se encontram aprovados e com financiamento assegurado.

(ii) No que respeita aos **“Outros Projectos relevantes para o PDTVD”**, foi inserido um alargado conjunto de projectos assim considerados, face aos objectivos do Programa de Acção e respectiva Medida do PDTVD, cujos critérios de integração foram os seguintes:

- os que se encontram definidos na RCM 139/ 2003, de 29 de Agosto de 2003, mas não estão ainda programados pelas entidades competentes;
- os indicados nos documentos da API ou por outros membros da Comissão de Acompanhamento, cuja execução não foi ainda programada, designadamente por não estar ainda assegurado o necessário financiamento;

Destes dois conjuntos de projectos, foram extraídos aqueles, cuja execução ou início de execução, no período 2004-2007, se considera essencial, os quais integram o quadro **“projectos fundamentais para o desenvolvimento turístico do Vale do Douro, para o período 2004-2007”**.

Contudo, uma vez que as Medidas apresentadas não são fechadas, poderão, no âmbito do processo de implementação do Plano, vir a ser concretizados novos projectos, desde que enquadrados nos objectivos e critérios gerais de selecção do PDTVD.

Neste contexto, **sem prejuízo das condições de acesso, dos critérios de selecção/ preferência e dos aspectos normativos estabelecidos nos diferentes instrumentos de financiamento e aprovação a que os diversos projectos estão sujeitos em sede de candidatura, apresentam-se os critérios gerais de selecção para os projectos a concretizar no âmbito do PDTVD:**

- (i) **Conformidade:** investimentos em conformidade com o âmbito e objectivos do Programa de Acção e da Medida;
- (ii) **Quantificação:** investimentos que contribuam de forma significativa para a concretização de metas estabelecidas segundo indicadores de acompanhamento e execução dos projectos;
- (iii) **Emprego:** investimentos que visem a criação significativa de emprego líquido e/ ou a salvaguarda de postos de trabalhos existentes;
- (iv) **Dinamização da economia local:** investimentos que demonstrem um impacto significativo para a dinamização da economia local e a sua ligação com a criação de emprego;
- (v) **Montagem institucional** - investimentos cuja execução promova a criação e a consolidação de parcerias entre público e privado na prossecução de fins de interesse geral;
- (vi) **Articulação e complementaridade:** investimentos que promovam uma articulação e complementaridade com outros projectos/ programas de desenvolvimento;

(vii) **Inovação:** projectos que demonstrem iniciativas inovadoras e com efeitos demonstrativos;

(viii) **Viabilidade económica:** investimentos com viabilidade económico-financeira demonstrada, quando aplicável;

(ix) **Sustentabilidade ambiental:** investimentos que prevejam mais valias ambientais e, assim, contribuam para promoção de um desenvolvimento turístico ambientalmente sustentável.

**Para além destes "critérios gerais de selecção dos projectos" são apresentados em cada Medida do PDTVD (mais concretamente, nos pontos - "tipologia de projectos prioritários" e "aspectos institucionais e normativos para o desenvolvimento da Medida") alguns critérios específicos de selecção.**

Conforme atrás referido, em cada uma das Medidas do PDTVD, são identificadas **questões de natureza institucional, legislativa e/ ou normativa** que condicionarão a capacidade de desenvolvimento dos projectos nela integrados. Algumas dessas questões envolverão a tomada de iniciativa pública, a diversos níveis, variando essa iniciativa desde a simples recomendação até à disposição legal.

Nas páginas seguintes, apresentam-se os Programas de Acção e as respectivas Medidas do PDTVD, cuja respectiva ficha define, os objectivos operacionais, a tipologia de projectos prioritários, os aspectos institucionais e normativos para o seu desenvolvimento, os indicadores de acompanhamento e a programação de projectos.

Visando proporcionar uma **perspectiva global** dos projectos integrados no Plano, foram construídos os seguintes quadros síntese (cfr. anexo III):

- Projectos programados para o período 2004-2007;
- Outros projectos relevantes para o PDTVD.

# **I – Programa de Acção para a Qualificação de Redes e Sistemas de Serviços Públicos de Suporte à Actividade Turística**







**PROGRAMA I - PROGRAMA DE ACÇÃO PARA A QUALIFICAÇÃO DE REDES E SISTEMAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SUPORTE À ACTIVIDADE TURÍSTICA NO VALE DO DOURO**

***Enquadramento e objectivos***

O presente Programa de Acção visa **qualificar as Redes e os sistemas de serviços públicos de suporte à Actividade Turística**. Assim, pretende-se criar as condições básicas para que, face aos diversos recursos turísticos que o Vale do Douro detém, esta região possa assistir a um processo de desenvolvimento turístico assente em padrões de qualidade e sustentabilidade.

Neste contexto, este Programa contempla um conjunto de objectivos específicos que se materializam, em sede de programação, em diversas Medidas:

- **melhorar as acessibilidades rodoviárias inter e intra-regionais** (*Medida I.1 - Redes e sistemas de transportes rodoviários de suporte à actividade turística*);
- **reforçar as infra-estruturas ferroviárias, recuperando e reabilitando a linha do Douro e seus ramais, criando/recuperando espaços com vocação turístico-ferroviária e promovendo a animação turístico-ferroviária** (*Medida I.2 - Redes e sistemas de dinamização da actividade turístico-ferroviária*);
- **melhorar as condições de navegação fluvial** (*Medida I.3 - Canais de navegação e centros de apoio à actividade turístico-fluvial*);
- **melhorar as infra-estruturas aeroportuárias** (*Medida I.4 - Infra-estruturas aeroportuárias*);
- **melhorar os equipamentos e serviços de saúde e desenvolver as tecnologias de informação e comunicação no Vale do Douro** (*Medida I.5 - Serviços colectivos de proximidade territorial*);
- **requalificar, preservar e valorizar o património natural e ambiental** (*Medida I.6 - Património natural e ambiental*);
- **recuperar e valorizar o património histórico-cultural** (*Medida I.7 – Equipamentos e Património histórico-cultural*);
- **apoiar o desenvolvimento rural e local** (*Medida I.8 - Desenvolvimento rural e local*).

**Medida I.1 - Redes e sistemas de transportes rodoviários de suporte à actividade turística**

**Objectivos operacionais**

- (i) **incrementar a mobilidade inter e intra regional, melhorando a articulação da rede viária do Vale do Douro com a rede de estradas nacional e regional e a rede viária municipal** (reforçando o fecho e funcionalidade da rede viária com maior valia turística e regional);
- (ii) **contribuir para a resolução de constrangimentos pontuais de acessibilidades com significativo impacte no Turismo do Vale do Douro.**

**Tipologia de projectos prioritários**

- (i) eixos rodoviários e/ ou lanços estruturantes de acesso à Região (Itinerários Principais) bem como variantes urbanas de núcleos com dificuldades de atravessamento e que representem, também, uma mais valia do ponto de vista turístico;
- (ii) fecho de malhas viárias e de acesso a pontos de interesse sócio-turístico ou económico a valorizar, i.e., acessos a locais inseridos nos itinerários turístico-culturais, praias fluviais e pólos turísticos estruturantes.

**Aspectos institucionais e normativos para o desenvolvimento da Medida:**

- No âmbito desta Medida, os projectos serão considerados de acordo com o estabelecido nos “Critérios Gerais de Selecção dos Projectos” (Cfr. Capítulo VI).

**Indicadores de acompanhamento**

**Tabela n.º 8 - Indicadores de acompanhamento (Medida I.1 - Redes e sistemas de transportes rodoviários de suporte à actividade turística)**

Medida	Designação do Indicador	Quantificação			
		2004	2005	2006	2007
Medida I.1 - Redes e sistemas de transportes rodoviários de suporte à actividade turística	N.º de troços rodoviários intervencionados/ concluídos	2	5	3	2

# PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO VALE DO DOURO

## Programação

**Tabela nº 9 - Projectos programados para o período 2004-2007 (Medida I.1 - Redes e sistemas de transportes rodoviários de suporte à actividade turística)**

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)	Estimativa do investimento (milhares euros)	Ponto de situação	Execução de obra	
					Início	Fim
IP 2 – Vale Benfeito – Ponte do Sabor	IEP	MOPTH	1320 (Projecto)	Projecto a lançar (2004-2005)	2006	2008
IP 2 – Ponte do Sabor – Pocinho - Trancoso	IEP	MOPTH	750 (Estudo)	Estudos a lançar (2004-2005)	2007 (obra a lançar)	
IP 2 – Trancoso – Celorico	IEP	MOPTH	35.000 (Obra)	Projecto em curso	2005	2007
IP3 – Nó do IP5 – Castro Daire Sul	IEP	MOPTH	-	Obra em curso	2003	2005
IP3 – Régua – Vila Real (IP4)	IEP	MOPTH	-	Obra em curso	-	2004
IP 3 – Vila Real – (IP4) Fortunho	IEP	MOPTH	-	Projecto em curso	2004	2005
IP 3 – Fortunho – Vila Pouca de Aguiar – Pedras Salgadas – Chaves (fronteira)	IEP	MOPTH	-	Projecto em curso	2005	2007
IP 4 – Ponte internacional de Quintanilha e acessos	IEP	MOPTH	16.600 (Obra)	Obra a lançar	2004	2006
IP4 - Amarante – Vila Real (IP3)	IEP	MOPTH	260 (Estudo)	Estudos em curso (2004-2005)	2005 (concessão a lançar)	
IC 5 – Vila Pouca de Aguiar – IP4 – Alijó	IEP	MOPTH	625 (Estudo)	Estudo a lançar (2004-2007)	Obra a lançar após 2007	
IC 5 –IP 4 (Alijó) – IP 2 Nozelos	IEP	MOPTH	1.700 (Projecto)	Projecto a lançar (2004-2005)	Obra a lançar em 2007	
IC 5 – IP2 – Nozelos – Miranda do Douro (estudos e projectos)	IEP	MOPTH	580 (Estudo)	Elab. Estudos e projectos (2004-2006)	-	-
IC 26 – Lamego (IP3) – Trancoso (IP2) – (estudo, projecto e obra)	IEP	MOPTH	596 (estudos)	Est. e Projecto (2004-2005)	2006	-

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO VALE DO DOURO**

IC 35 – Penafiel (IP4) – Entre-os-Rios	IEP	MOPTH	198 (Projecto)	Projecto concurado	2006	2008
Variante à E.N. 220 – ligação de Torre de Moncorvo ao IP2	IEP	MOPTH	11.165 (Obra)	Obra em curso	2003	2005
Variante à E.N. 222 – Beneficiação – Arnelas (Km1,700) – Barragem de Crestuma/ Lever (Km 11,750)	IEO	MOPTH	2.670 (Obra)	Obra concurada	2004	2005
E.N. 222 – Ponte do Arda – EM 504	IEP	MOPTH	-	Obra concurada	2004	2006
E.N. 222 – Benef. Cinfães - Resende	IEP	MOPTH	-		2003	2004
E.N. 222 – Castelo de Paiva – limite do concelho (Variante à EN 108)	IEP	MOPTH	25.500 (Obra)	Em curso	2002	2004
E.N. 222, 332 – Beneficiação, Vila Nova de Foz Côa – Figueira de Castelo Rodrigo (obra)	IEP	MOPTH	7.126	Obra a lançar	2004	2005
E.N. 321 – 2 – Baião – Ponte da Ermida (projecto)	IEP	MOPTH	-	Elab. Projecto	-	-
E.N. 321 –1- Soalhães - Baião	IEP	MOPTH	9.500 (Obra)	Obra concurada	2004	2006
E.N. 322 – variante entre o IP 3 e São Martinho de Anta (projecto)	IEP	MOPTH	116	Elab. Projecto (2004)	-	-
Ponte do Pinhão (obra de beneficiação)	IEP	MOPTH		Em curso	-	-

**Tabela n.º 10 - Outros Projectos do PDTVD (Medida I.1 - Redes e sistemas de transportes rodoviários de suporte à actividade turística)**

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)
IP2 – Portelo – Bragança (estudos, projecto, obra)	IEP	MOPTH
IC 26 – Amarante - Régua	IEP	MOPTH
IC 5 – IP2 – Nozelos – Miranda (obra)	IEP	MOPTH
IC 34 – Vila Nova Foz Côa – Barca d’ Alva (Revisão do traçado e avanço da obra)	IEP	MOPTH
E.N. 211 – Beneficiação Marco de Canaveses – Mosteiró (L.D. Viseu)	IEP	MOPTH
E.N. 221 – Figueira de Castelo Rodrigo – Barca d’ Alva – Freixo de Espada à Cinta	IEP	MOPTH
E.N. 222 – Crestuma – Lever - Castelo de Paiva (projecto e obra)	IEP	MOPTH

## PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO VALE DO DOURO

E.N 222 – Ponte das Bateiras – V.N. Foz Côa (beneficiação)	IEP	MOPTH
E.N. 222 – Régua – Pinhão (Resolução dos pontos de derrocada – projecto e obra)	IEP	MOPTH
E.N. 222 – Variante entre Covide e Canede	IEP	MOPTH
E.N. 222 – 2 – Resende - Bigorne	IEP	MOPTH
IC 26 – Amarante – Régua	IEP	MOPTH
E.N. 212 – Barragem da Valeira - Parambos	IEP	MOPTH
E.N. 212 – Tua – Valeira – S. João da Pesqueira (beneficiação)	IEP	MOPTH
Prolongamento da EN 226 - 2 (entre o IP 3 e S. João da Pesqueira)	IEP	MOPTH
E.N. 321 – Baião – Ponte da Ermida (obra)	IEP	MOPTH
E.N. 322 – IP 3 (Vila Real) – S. Martinho de Anta (obra)	IEP	MOPTH
E. N. 322 – 2 – Resende – Montemuro (projecto e obra)	IEP	MOPTH
E.N. 108 – Beneficiação – E.N. 211 – L.D. Porto/ Vila Real	IEP	MOPTH
E.N. 108 – Ponte de Ermida – Mesão Frio – Régua (projecto e obra)	IEP	MOPTH
Variante à E.N. 211 – Quintã - Mosteiró	IEP	MOPTH
E.R. 226-2 – Armamar – Tabuaço	IEP	MOPTH
E.N. 212 – Carrazeda de Ansiães – S. João da Pesqueira	IEP	MOPTH

**Medida I.2 – Redes e sistemas de dinamização da actividade turístico-ferroviária**

***Objectivos operacionais***

- (i) **melhorar as infra-estruturas ferroviárias, recuperando e reabilitando a linha do Douro e seus ramais e criando/recuperando espaços com vocação turístico-ferroviária;**
- (ii) **promover a animação turístico-ferroviária.**

***Tipologia de projectos prioritários***

- (i) projectos que visem a recuperação e reabilitação de troços ferroviários (quer para fins de natureza mais turística, quer, em casos muito particulares, para tráfego interurbano) e de edifícios, equipamentos e património ferroviário para fins turísticos alojamento, animação, percursos, etc.);
- (ii) projectos de animação turístico-ferroviária que assegurem, sobretudo, a gestão e desenvolvimento de produtos concretos/específicos.

***Aspectos institucionais e normativos para o desenvolvimento da Medida:***

- No âmbito desta Medida, os projectos serão considerados de acordo com o estabelecido nos “Critérios Gerais de Selecção dos Projectos” (Cfr. Capítulo VI).
- Deverão ser operacionalizadas de forma regular/ fretada, circulações de tipo interidades na linha do Douro;
- Deverá ser constituída a Agência dos Comboios Históricos do Douro para fins turísticos com a contratualização, numa lógica de serviço público de: concessão da operação ferroviária de serviço de comboios históricos na linha do Douro (acima da Régua) e seus ramais (CP/ REFER/ Emp. Man. de Equip. Ferrov. SA/ IPTM/ CCDRN/ Municípios/ R. Turismo);
- Deverá ser assegurado um processo de ligação ferroviário directa do Aeroporto Francisco Sá Carneiro à Linha do Douro, através de uma utilização conjugada com o Metro do Porto;
- Deverá ser estabelecida uma orientação política para opção de aproveitamento turístico da linha do Pocinho – Barca d’ Alva;
- Criação de uma bolsa para o relançamento e concessão de patrimónios ferroviários desactivados das linhas do Douro, Tâmega, Corgo, Tua e Sabor.

**Indicadores de acompanhamento**

**Tabela nº 11 - Indicadores de acompanhamento (Medida I.2 – Redes e sistemas de dinamização da actividade turístico-ferroviária)**

Medida	Designação do Indicador	Quantificação			
		2004	2005	2006	2007
Medida I.2 – Redes e sistemas de dinamização da actividade turístico-ferroviária	N.º de troços ferroviários da linha do Douro intervencionados/ recuperados para fins turísticos	-	3	1	-

**Programação**

**Tabela nº 12 - Projectos programados para o período 2004-2007 (Medida I.2 – Redes e sistemas de dinamização da actividade turístico-ferroviária)**

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)	Estimativa do investimento (milhares de euros)	Ponto de situação	Execução da obra	
					Início	Fim
Intervenção na linha do Douro – Caíde – Marco	REFER	MOPHT	61.388	Prep. de concurso	2004	2006
Reabilitação do troço Régua – Pocinho	REFER	MOPHT	6.900 (PIDDAC 2004)	-	2004	-
Reabilitação da linha do Tua – Mirandela	REFER	MOPHT	1000 (PIDDAC 2004)	-	2004	-
Reabilitação da linha do Corgo	CP/ REFER	MOPHT	60	-	2004	2005-
Requalificação urbana da área da Ponte D. Maria Pia	REFER/ CM's Porto e Gaia	MOPHT	256	em estudo	-	-
Programa “Estações com Vida” – Reestruturação da Estação da Régua e envolvente	Invesfer/ REFER	MOPHT	-	-	2004	2004
Recuperação 8 carruagens para fins turísticos	CP	MOPHT	720	Em curso	2004	-
Estação e Cais de Gatão	C.M. de Amarante	MOPHT	250	Em curos	-	-
Recuperação da “Estação do Arco de Baúlhe”	C.M. de Cabeceiras de Basto	MOPHT	137	Em curso	-	-

**Tabela n.º 13 - Outros Projectos do PDTVD (Medida I.2 – Redes e sistemas de dinamização da actividade turístico-ferroviária)**

<b>Projectos (Designação)</b>	<b>Entidade (s) Promotora (s)</b>	<b>Ministério (s) envolvido (s)</b>
Construção e instalação do núcleo Museológico Ferroviário do Douro (integrado no futuro Museu Ferroviário Nacional)	-	-
Intervenção na linha do Douro – Marco - Régua	REFER	MOPTH
Construção de uma Ecopista entre Moncorvo e Carviçais	Autarquias/ REFER	MOPTH
Recuperação da Ponte Metálica de Peso da Régua	C.M. Peso da Régua	MOPTH
Projecto de aproveitamento turístico da linha Pocinho-Barca d'Alva	REFER/ CP	MOPTH
Operacionalização dos Comboios turísticos de carácter temático “ e dos Comboios Históricos do Douro	CP	MOPTH



### Medida I.3 - Canais de navegação e centros de apoio à actividade turístico-fluvial

#### *Objectivos operacionais*

- (i) **contribuir para que o Rio seja um canal estruturante de acesso turístico a este espaço sub-regional, criando as condições que permitam o trânsito em toda a via navegável do Douro**, desde a foz até ao porto espanhol de Veja Terron, dos navios com a maior dimensão possível (desde que compatíveis com as dimensões das eclusas), de forma a permitir a dinamização do porto de Pocinho e a utilização desta via para todo o tipo de transporte de e para Castela e Leão;
- (ii) **dotar o Douro de condições para a prática de actividades de animação turístico-fluvial**, envolvendo, nomeadamente, o melhoramento e reforço dos equipamentos e infra-estruturas de apoio à actividade turístico-fluvial, desportiva e recreativa, a instalação de novas estruturas junto de pólos turísticos ou eixos viários de relevante potencial turístico.

#### *Tipologia de projectos prioritários*

- (i) intervenções que visem o rompimento de pontos críticos do canal navegável do Douro e qualificação dos seus portos mais estruturantes;
- (ii) projectos de melhoramento de cais fluviais já existentes, construção de pequenos cais fluviais e fluvinas, de pistas de remo, de plataformas de acostagem de embarcações de recreio e de pólos turísticos fluviais.

#### *Aspectos institucionais e normativos para o desenvolvimento da Medida:*

- No âmbito desta Medida, os projectos serão considerados de acordo com o estabelecido nos “Critérios Gerais de Selecção dos Projectos” (Cfr. Capítulo VI).
- Deverá ser adaptada a regulamentação das actividades fluviais no Douro e nas águas interiores às actividades turísticas e à navegação nocturna;
- Deverá ser elaborada regulamentação da navegação nas albufeiras do Douro Internacional, incluindo, a definição da entidade gestora, em articulação com as autoridades espanholas;
- Criação de um quadro de regulamentação para a sinalização turístico-fluvial.

**Indicadores de acompanhamento**

**Tabela nº 14 - Indicadores de acompanhamento (Medida I.3 - Canais de navegação e centros de apoio à actividade turístico-fluvial)**

Medida	Designação do Indicador	Quantificação			
		2004	2005	2006	2007
Medida I.3 - Canais de navegação e centros de apoio à actividade turístico-fluvial	N.º de projectos de pequenos cais fluviais/fluvinas/ portos e pólos construídos/recuperados	3	1	2	1

**Programação**

**Tabela n.º 15 - Projectos programados para o período 2004-2007 (Medida I.3 - Canais de navegação e centros de apoio à actividade turístico-fluvial)**

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)	Estimativa do investimento (milhares de euros)	Ponto de situação	Execução da obra	
					Início	Fim
Expansão e beneficiação dos Portos de Fluviais de Sardoura e Lamego	IPTM	MOPHT	3.000	Em curso	2004	2004
Construção do Pólo Fluvial do Freixo	IPTM	MOPHT	1.690	Em curso	-	2004
Cais e Marina de Caldas de Aregos	IPTM	MOPHT	1.450	Em curso	2004	2004
Constr. do Cais fluvial da Folgosa - Armamar	IPTM	MOPHT	1.000	Em concurso	2005	2005
Construção do Cais Fluvial de Porto Carvoeiro	IPTM	MOPHT	1.000	-	2005	2006
Construção do cais fluvial de Entre-os-Rios e reabilitação da marginal	IPTM	MOPHT	2.000	-	2005	2006
Cais fluvial de Bernardo - Resende	IPTM	MOPHT	750	Em projecto	-	-
Requalificação e ampliação do Cais da Rede	IPTM	MOPHT	1.500	Em projecto	2006	2007
Constr. do Cais fluvial da Foz do Torto	IPTM	MOPHT	500	Em projecto	2005	2005
Cais fluvial de Bagauste/ Pista de Remo - Lamego	IPTM	MOPHT	750	Em projecto	-	-
Constr. do Cais fluvial na Foz do Côa	IPTM	MOPHT	2.150	-	2005	2007
Constr. do Cais do Pocinho (2ªfase)	IPTM	MOPHT	1.000	-	2005	2006

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO VALE DO DOURO**

Requalificação do Cais do Castelo	IPTM	MOPHT	750	-	2005	2006
Ampl. do Cais fluvial de Barca d' Alva	IPTM	MOPHT	250	-	2005	2005
Estruturas flutuantes em Ribeira de Murça – V. N. Foz Côa	IPTM	MOPHT	50	Adjudicação	-	-
Cais de Freixo de Numão	IPTM	MOPHT	150	Em Projecto	-	-
Constr. do cais fluvial/ fluvina da Foz do Távora	IPTM	MOPHT	690	Projecto/ obra	-	-
Barra do Douro (melhoria das acess. das cond. de seg. da barra do Douro)	IPTM	MOPHT	26.000	Em curso	2004	2006
Aprofundamento do canal de navegação junto à foz dos rios Tua e Sabor	IPTM	MOPHT	20.000	Elaboração de estudos	2006	2008
Rede de comunicações e de segurança em VHF ao longo da via navegável	IPTM	MOPHT	1.380	Em conclusão	-	2004
Geodouro/teledouro/SGI (Sistema de localização, vigilância e gestão da navegação ao longo da via navegável)	IPTM	MOPHT	500	Em curso	-	-

**Tabela n.º 16 - Outros Projectos do PDTVD (Medida I.3 - Canais de navegação e centros de apoio à actividade turístico-fluvial)**

<b>Projectos (Designação)</b>	<b>Entidade Promotora</b>	<b>Ministério (s) envolvido (s)</b>
Pista de Foz Sabor	IPTM	MOPHT

## Medida I.4 - Infra-estruturas aeroportuárias

### *Objectivos operacionais*

- (i) estudar e definir uma estratégia na cobertura aeroportuária do Vale do Douro
- (ii) requalificar e melhorar os aeródromos do Vale do Douro

### *Tipologia de projectos prioritários*

- (i) estudo e definição da estratégia a adoptar na cobertura aeroportuária do Vale do Douro, com vista a assegurar, nessa rede, a existência de condições de segurança para a navegação aérea, inclusive nocturna, estacionamento de aeronaves e acolhimento de passageiros.
- (ii) intervenções que visem requalificar os aeródromos do Vale do Douro, podendo envolver, nomeadamente, a ampliação e modernização de pistas (com serviços operacionais e de segurança e alfândega), de plataformas de estacionamento das aeronaves, do terminal de passageiros e, do ajustamento da sinalização e das vias de acesso e estacionamento rodoviário;

### *Aspectos institucionais e normativos para o desenvolvimento da Medida*

- No âmbito desta Medida, os projectos serão considerados de acordo com o estabelecido nos “Critérios Gerais de Selecção dos Projectos” (Cfr. Capítulo VI);
- Estando prevista a entrada em vigor de um Regulamento de Certificação de Aeródromos estabelecendo novos e mais exigentes critérios de certificação, haverá necessidade de se preverem investimentos, em especial, nas áreas de qualificação de meios humanos e de melhoria de equipamentos e de serviços de apoio;

### *Indicadores de acompanhamento*

**Tabela nº 17 - Indicadores de acompanhamento (Medida I.4 - Infra-estruturas aeroportuárias)**

Medida	Designação do Indicador	Quantificação			
		2004	2005	2006	2007
Medida I.4 - Infra-estruturas aeroportuárias	N.º de projectos de reforço das infra-estruturas aeroportuárias	-	3	-	1

**Programação**

**Tabela nº 18 - Projectos programados para o período 2004-2007 (Medida I.4 - Infra-estruturas aeroportuárias)**

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)	Estimativa do investimento (milhares de euros)	Ponto de situação	Execução	
					Início	Fim
Requalificação do Aeródromo de Vila Real (projecto e obra)	C.M. Vila Real	MOPTH	3.750	Em curso	2004	2007
Requalificação do aeródromo de Bragança (projecto)	C. M. de Bragança	MOPTH	-	Adjudicado	2004	2005
Aérodromo da Chã (Alijó) 1ª fase	C.M. Alijó	MOPTH	-	Em curso	2004	-
Conclusão do Aeródromo de Mogadouro	C.M. Mogadouro	MOPTH	-	Em curso	2004	-

**Tabela nº 19 - Outros Projectos do PDTVD (Medida I.4 - Infra-estruturas aeroportuárias)**

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)
Estudo da Rede de Aeródromos secundários do Vale do Douro	-	MOPTH
Melhoramento do Aeródromo de Chaves	C.M. Chaves	MOPTH
Melhoramento do Aeródromo de Mirandela	C.M. de Mirandela	MOPTH

### **Medida I.5 - Serviços colectivos de proximidade territorial**

#### ***Objectivos operacionais***

- (i) **Dotar a região com estruturas e equipamentos para melhorar os níveis de prestação dos cuidados e serviços de saúde e desenvolver os serviços de transporte e emergência médica;**
- (ii) **Desenvolver as tecnologias de informação e comunicação no Vale do Douro (TIC);**

#### ***Tipologia de projectos prioritários***

- (i) reforço de infra-estruturas e equipamentos para a prestação de cuidados de saúde (incluindo, serviços complementares de análises e diagnósticos de saúde), nas unidades de saúde hospitalar de âmbito regional e local (designadamente, nos Hospitais de Vila Real, Lamego, Macedo de Cavaleiros, Bragança e Chaves) e melhoramento dos serviços de emergência médica, nomeadamente, através da criação de redes e serviços operacionais de resposta a urgências e desenvolvimento da operacionalidade dos heliportos dos Hospitais de Vila Real, Lamego, Macedo de Cavaleiros e Bragança;
- (ii) apoio a projectos que, pelo uso das TIC contribuam, nomeadamente, para (i) o uso da tele-medicina para melhoria dos meios de diagnóstico, da prestação de serviços de saúde e da cobertura geográfica e eficácia dos serviços de saúde; (ii) o aumento da acessibilidade à sociedade de informação (criação de "montras/portais digitais" e de espaços públicos de acesso à internet); (iii) a modernização do tecido económico e o aumento da competitividade das empresas turísticas; (iv) disponibilização, em formato digital, de conteúdos de interesse público, turístico e cultural e (v) estender a todo o Vale do Douro, a cobertura da Rede de Telemóveis, como elemento relevante de segurança e conforto.

#### ***Aspectos institucionais e normativos para o desenvolvimento da Medida***

- No âmbito desta Medida, os projectos serão considerados de acordo com o estabelecido nos "Critérios Gerais de Selecção dos Projectos" (Cfr. Capítulo VI);
- Recomendação como prioritária da extensão a todo o Vale do Douro da Rede de Telemóveis.

**Indicadores de acompanhamento**

**Tabela n.º 20 - Indicadores de acompanhamento (Medida I.5 - Serviços colectivos de proximidade territorial)**

Medida	Designação do Indicador	Quantificação			
		2004	2005	2006	2007
Medida I.5 - Serviços colectivos de proximidade territorial	N.º de projectos de melhoria da prestação dos serviços de saúde e emergência médica desenvolvidos	Logo que apurado sectorialmente o n.º. de projectos a serem desenvolvidos neste domínio			

**Programação**

**Tabela n.º 21 - Outros Projectos do PDTVD (Medida I.5 - Serviços colectivos de proximidade territorial)**

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)
Serviços de transporte de emergência médica no Douro	Direcção Geral dos Hospitais	Ministério da Saúde
Reforço dos Equipamentos e serviços dos Hospitais de Vila Real, Lamego; Macedo e Bragança	-	Ministério da Saúde
Portal turístico do Vale do Douro	-	MCES/ MCOTA

## Medida I.6 - Património natural e ambiental

### *Objectivos operacionais*

- (i) **corrigir intrusões e/ ou disfunções paisagísticas que constituem “manchas” no quadro paisagístico do Vale do Douro** decorrentes, nomeadamente, da deposição clandestina de resíduos sólidos ao longo das vias de comunicação, nas linhas de água e zonas de talude, da existência de sucatas abandonadas (como embarcações, veículos e electrodomésticos) e de explorações de inertes abandonadas;
- (ii) **sensibilizar** os agentes regionais e locais, as populações residentes e os turistas **para a importância da requalificação, preservação e valorização ambiental** do Vale do Douro; **promover a formação** profissional em artes e ofícios relacionados com obras de carácter vernacular; **apoiar estudos e inventários** sobre o património natural, vernacular e construído do Vale do Douro;
- (iii) **promover um sistema de gestão integrada de resíduos sólidos;**

### *Tipologia de projectos prioritários*

- (i) intervenções que visem a recuperação de depósitos clandestinos de resíduos sólidos (urbanos, indiferenciados, de construção, de demolição e utensílios domésticos fora de uso), a remoção e desmantelamento de embarcações e veículos abandonados (sucatas pesadas), a recuperação e limpeza das margens do rio Douro (sem distinção do tipo de resíduos em causa) e, ainda, acções de recuperação das explorações abandonadas de inertes (pedreiras) e escombreyras;
- (ii) dinamização de campanhas de informação e sensibilização relativas à problemática ambiental e da preservação do património natural; acções de formação profissional, designadamente, para canteiros, construtores de muros de xisto, calçadas e edificação de carácter vernacular; estudos e inventários do património natural vernacular e construído do Vale do Douro;
- (iii) projectos que visem a implementação de um sistema de gestão integrada de resíduos sólidos na Região;



**Aspectos institucionais e normativos para o desenvolvimento da Medida:**

- No âmbito desta Medida, os projectos serão considerados de acordo com o estabelecido nos “Critérios Gerais de Selecção dos Projectos” (Cfr. Capítulo VI);
- Deverá ser criado um sistema de verificação e controlo da qualidade da água do Douro.

**Indicadores de acompanhamento**

**Tabela n.º 22 - Indicadores de acompanhamento (Medida I.6 - Património natural e ambiental)**

Medida	Designação do Indicador	Quantificação			
		2004	2005	2006	2007
Medida I.6 - Património natural e ambiental	N.º de intervenções de remoção de depósitos de resíduos	2	2	2	2
	N.º de intervenções de remoção de elementos metálicos (desmantelamento de embarcações e veículos abandonados - sucatas pesadas)	1	1	1	1
	N.º de intervenções de recuperação vegetal e enquadramento paisagístico dos depósitos, após a sua limpeza	-	1	1	-
	N.º de intervenções de recuperação de locais de deposição e/ ou exploração de inertes (pedreiras)	-	1	2	-
	N.º de campanhas de informação e sensibilização ambiental lançadas	1	-	-	-

**Programação**

**Tabela n.º 23 - Projectos programados para o período 2004-2007 (Medida I.6 - Património natural e ambiental)**

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)	Estimativa do investimento (milhares de euros)	Ponto de situação	Execução	
					Início	Fim
Eliminação das dissonâncias ambientais do Douro	CCDRN/CM's	MCOTA	1.500	Estudos concluídos	2004	2007
Sistemas de Abastecimento de Água em alta (NUT Douro)	Águas de TMAD	MCOTA	125.000	em execução	2004	2007
Sistemas de Tratamento de Águas Residuais (NUT Douro)	Águas de TMAD	MCOTA	72.000	em execução	2004	2007

Tabela n.º 24 - Outros Projectos do PDTVD (Medida I.6 - Património natural e ambiental)

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)
Centro de interpretação e animação das Arribas do Douro	PNDI	MCOTA
Centro de interpretação e animação do Parque do Alvão	P.N. Alvão	MCOTA

## Medida I.7 – Equipamentos e Património histórico-cultural

### *Objectivos operacionais*

- (i) **construir, recuperar e adaptar edifícios, instalações e equipamentos de reconhecido valor patrimonial, que permitam prestar serviços de interesse público-turístico** (quer aos residentes, quer, mais especificamente, aos próprios turistas) e recuperar património arqueológico;
- (ii) **requalificar espaços urbanos** (em particular, centros históricos) **e zonas ribeirinhas.**

### *Tipologia de projectos prioritários*

- (i) projectos que visem a recuperação de espaços com elevado valor patrimonial para a promoção de actividades turístico-culturais e a reabilitação e dinamização de edifícios junto de pólos e/ou eixos de potencial turístico relevante, podendo, envolver, nomeadamente, estudos e inventários;
- (ii) acções de recuperação de centros históricos, centros de comércio tradicional, espaços urbanos de carácter excepcional e com forte identidade e zonas ribeirinhas de maior sensibilidade em termos ambientais, podendo contemplar, designadamente, estudos e inventários.

### *Aspectos institucionais e normativos para o desenvolvimento da Medida*

- No âmbito desta Medida, os projectos serão considerados de acordo com o estabelecido nos “Critérios Gerais de Selecção dos Projectos” (Cfr. Capítulo VI).
- Deverão, ainda, ser preferencialmente considerados as iniciativas de investimentos que assegurem a valorização de património de reconhecido interesse histórico-cultural e, simultaneamente, favoreçam o aparecimento de actividades económicas e/ou de animação turística.
- Constituição da Fundação do Museu do Douro;

**Indicadores de acompanhamento**

**Tabela n.º 25 – Indicadores de acompanhamento (Medida I.7 – Equipamentos e Património Histórico-cultural)**

Medida	Designação do Indicador	Quantificação			
		2004	2005	2006	2007
Medida I.7 – Equipamentos e Património histórico-cultural	N.º de Projectos de recuperação e valorização do Património Histórico-Cultural desenvolvidos/ iniciados	8	-	-	-

**Programação**

**Tabela n.º 26 - Projectos programados para o período 2004-2007 (Medida I.7 – Equipamentos e Património Histórico-cultural)**

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)	Estimativa do investimento (milhares de euros)	Ponto de situação	Execução	
					Início	Fim
Museu do Douro – Aquisição da Casa da Companhia	-	M. Cultura	1.500	Em curso	2004	2004-
Museu do Douro (instalação do núcleo central)	-	M. Cultura	7.500	-	2004	2006
Museu do Côa (elab. de est. projectos)	-	M. Cultura	-	Estudos e projectos	2004	2006
Estudo de levantamento/ inventário do edificado português do Vale do Douro	Dir. Reg. Ec. Norte	M. Economia	207	-	2004	2004
Recuperação do Castro do Monte Móznio – 3ª fase	C.M. Penafiel	M. Cultura	2.000	2ª e 3ª fase	2004	2005
Mosteiro de S. João de Tarouca	IPPAR	M. Cultura	-		2004	-
Mosteiro de Salzedas	IPPAR	M. Cultura	-	-	2004	-
Igreja de Ferreirim	IPPAR	M. Cultura	-	-	2004	-
Castelo de Mogadouro	IPPAR	M. Cultura	-	-	2004	-
Estaç. Arq. (castelo) de Freixo de Numão	IPPAR	M. Cultura	-	-	2004	-
Requalif. de zonas ribeirinhas de Entre os Rios e respectivo casco histórico	C.M. Penafiel/	MCOTA	4.000	-	-	2006
Instalação do Museu das Minas do Pejão	C.M. Castelo de Paiva/U. Aveiro	M. Cultura	34.482		2004	2005

Tabela n.º 27 - Outros Projectos do PDTVD (Medida I.7 – Equipamentos e Património Histórico-cultural)

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)
Programa de Acção do Museu do Douro	Museu do Douro	Ministério da Cultura
Rede polinuclear de Museus do Douro	Museu do Douro	Ministério da Cultura
Auditório do Museu do Douro (recuperação do Teatrinho italiano da Régua)	IVP/ Museu do Douro	MADRP/ Ministério da Cultura
Museu do Côa (construção e instalação)	Parque Arqueológico do Côa	Ministério da Cultura
Parque Arqueológico do Côa - Programa de Animação Côa (Passeio fluviais, Percursos de Observação da Natureza/ requalificação do núcleo de Cidadelhe)	Parque Arqueológico do Côa	Ministério da Cultura/ MCOTA
Centro de Recepção Vínica de Solar do Vinho do Porto – 2ª fase	IVP	MADRP/ MCOTA
Escavação e musealização da Villa Romana da Fonte do milho	-	Ministério da Cultura/ MCOTA
Recuperação do Teatro Ribeiro da Conceição em Lamego	C.M. Lamego	Ministério da Cultura
Museu da Moto Histórica do Douro	Fundação Museu da Moto histórica do Douro	Ministério da Cultura
Centro de Artes Graça Morais	C.M. de Vila Flor	Ministério da Cultura
Recuperação da 2ª e 3ª alas do Mosteiro de santo André em Ancede	C.M. de Baião	Ministério da Cultura
Museu de Amarante	C.M. de Amarante	Ministério da Cultura
Inventário do Património Natural, Vernacular e Construído do Alto Douro Vinhateiro	GTI	MCOTA
Requalificação da zona ribeirinha do Rio Pinhão	C.M. Alijó	MCOTA

**Medida I.8 - Ruralidade e desenvolvimento local**

***Objectivos operacionais***

- (i) apoiar a manutenção do espaço e da actividade rural e a diversificação de actividades de interesse turístico;
- (ii) contribuir para a preservação e salvaguarda dos valores e recursos naturais em presença na paisagem "evolutiva e viva" do Vale do Douro;
- (iii) recuperar aldeias e outros pequenos núcleos tradicionais do Vale do Douro integrados em redes e percursos com vocação turístico-cultural;

***Tipologia de projectos prioritários***

- (i) apoiar, nos termos da RCM 139/2003, através da Acção 7, da Medida AGRIS, nomeadamente, projectos de recuperação e valorização do património rural, do padrão tradicional da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural; e da Acção 1, da Medida AGRIS, projectos de diversificação de actividades de interesse turístico;
- (ii) estabelecimento, nos termos da RCM 139/2003, de um Plano zonal para o Alto Douro Vinhateiro que contemple, como incentivo à preservação dos valores ambientais e culturais, a concessão de apoios correspondentes à perda de rendimento ou sobrecustos com a manutenção do sistema tradicional de vinhas pré-filoxénicas, do mosaico tradicional (onde ponderam a manutenção do sistema de vinha tradicional em socalcos pós-filoxéricos, o olival e amendoal tradicionais, os citrinos e a cereja); e dos bosquetes e matas integrados em explorações agrícolas;
- (iii) projectos de recuperação e revitalização integrada de aldeias e outros centros rurais, nomeadamente, "Aldeias Vinhateiras" e "Aldeias Históricas".

***Aspectos institucionais e normativos para o desenvolvimento da Medida***

- No âmbito desta Medida, os projectos serão considerados de acordo com o estabelecido nos "Critérios Gerais de Selecção dos Projectos" (Cfr. Capítulo VI).

**Indicadores de acompanhamento**

**Tabela n.º 28 - Indicadores de acompanhamento (Medida I.8 - Ruralidade e desenvolvimento local)**

Medida	Designação do Indicador	Quantificação			
		2004	2005	2006	2007
Medida I.8 - Ruralidade e desenvolvimento local	Implementação de um Plano Zonal para o Alto Douro	-	1	-	-
	N.º de Aldeias Vinhateiras recuperadas	-	-	2	3
	N.º de planos de intervenção para áreas rurais	-	-	12	-

**Programação**

**Tabela n.º 29 - Projectos programados para o período 2004-2007 (Medida I.8 - Ruralidade e desenvolvimento local)**

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)	Estimativa do investimento (milhares de euros)	Ponto de situação	Execução	
					Início	Fim
Plano Zonal do Alto Douro Vinhateiro	DRATM	Ministério Agricultura	83.340	Proposta	2005	2009
Planos de intervenção de Fonte de Arcada, N.R. Raia, Valtorno, Vale da Teja, Serra Preta, O Paiva mais vivo, Bruçó, Linhares, Seixo de Manhoses/ Nabo, Sabor, Fonte Longa e Vilares da Vilariça)	Diversos	Ministério Agricultura/ DRATM	6.109	Em execução	2004	2005
Planos de intervenção da Serra da Aboboreira, Planalto da Lameira, Terras de Xisto, Aldeia de Travassos, Quintandona	Diversos	Ministério Agricultura/ MCOTA/ DRAEDM	3.616	-	2004	2006
Aldeias Vinhateiras do Douro (Ucanha, Salzedas, Provesende, Favaíós, Barcos)	Diversos	MCOTA	12.500	Em curso	2003	2007

Tabela n.º 30 - Outros Projectos do PDTVD (Medida I.8 - Ruralidade e desenvolvimento local)

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)
Projecto Estratégico para a Serra da Cabreira	C.M. de Vieira do Minho/ C.M. Cabeceiras de Basto/ DRAEDM e outros	Ministério Agricultura/ MCOTA
Valorização do potencial endógeno da sub-Região do Paiva (vinho, gastronomia e artesanato)	Adega Coop. de Castelo de Paiva/ DRAEDM e outros	Ministério Agricultura/ MCOTA





## **II – Programa de Acção para a Iniciativa Empresarial de Qualificação e Dinamização da Oferta Turística**



**PROGRAMA II - PROGRAMA DE ACÇÃO PARA A INICIATIVA EMPRESARIAL DE QUALIFICAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA**

***Enquadramento e objectivos***

O presente programa de Acção visa contribuir para um dos grandes objectivos estratégicos do PDTVD e que se centra, essencialmente, através do estabelecimento de Medidas de estímulo à captação do investimento privado, **promover a iniciativa empresarial para a qualificação e dinamização da oferta turística no Vale do Douro**, designadamente, em matéria de alojamento e animação turística. Desta forma, pretende-se criar condições para se aumentar, nomeadamente, (i) o volume de fluxos turísticos; (ii) o n.º de dormidas; (iii) a permanência média; (iv) o gasto médio por turista e, por conseguinte, o volume total de receitas turísticas na Região.

Neste contexto, a concretização dos objectivos anteriormente referidos, passam pela criação de medidas de apoio ao investimento privado. Assim, o PDTVD, assume, neste Programa de Acção, dois tipos de investimento privado, que sendo distintos, são ambos importantes e complementares entre si. Ou seja, tendo em conta que é determinante aumentar a capacidade de alojamento na Região, nomeadamente, através da criação de pólos estruturantes que permitam acolher um maior número de turistas e, por outro lado, é igualmente importante requalificar e reabilitar a oferta já existente ou outra a criar, o presente Programa apresenta os seguintes objectivos específicos:

- **apoiar a instalação de uma nova oferta turística concentrada, de alojamento e animação (com dimensão)**, estimulando uma nova e maior procura turística e funcionando como elementos âncora de valorização dos principais produtos turísticos do Vale do Douro (*Medida II.1 - Projectos Turísticos Privados Estruturantes*);
- **incrementar e estruturar a oferta de alojamento, restauração e termalismo** (*Medida II.2 - Alojamento turístico tradicional, restauração e termalismo*).

## Medida II.1 - Projectos turísticos privados estruturantes

### *Objectivos operacionais*

- (i) apoiar a instalação de uma nova oferta turística concentrada e com dimensão, de elevada qualidade e sustentabilidade, que desenvolva uma nova e maior procura turística internacional, funcionando como elemento âncora de valorização dos principais produtos turísticos do Vale do Douro;
- (ii) integrar e desenvolver estruturas de suporte, de qualificação e de animação turística e outras actividades complementares a esta nova oferta de carácter estruturante.

### *Tipologia de projectos prioritários*

- (i) projectos turísticos privados estruturantes, de grande dimensão relativa e dotados estruturas de animação relevante, em particular, sob a forma de complexos turísticos “open-resorts”, ou que se diferenciam por disporem de diferentes tipos de alojamento turístico e pólos de animação externa;
- (ii) programas de dinamização da zona envolvente desses projectos estruturantes, que contemplem a construção/beneficiação dos acessos, o reforço das infra-estruturas e dos serviços territoriais de base, a qualificação ambiental, os pólos de animação externa e o lançamento de eventos de relevância turística.

No Vale do Douro, existem intenções de investimento, neste tipo de projectos, apresentados à API, nomeadamente, dos seguintes promotores, Golfe e Clube de Campo do Castelo de Numão (48M€ - 212 postos de trabalho), Douro Marina Hotel SA (26M€ - não incluindo o investimento no campo de golfe de 18 buracos – 140 postos de trabalho); e na área de influência do PDTVD, um projecto da VMPS – Águas e Turismo SA – UNICER (42M€ - 217 postos de trabalho – dos quais 112 são novos).

### *Aspectos institucionais e normativos para o desenvolvimento da Medida*

- No âmbito desta Medida, os projectos serão considerados de acordo com o estabelecido nos “Critérios Gerais de Selecção dos Projectos” (Cfr. Capítulo VI).
- Os projectos turísticos estruturantes, em matéria de alojamento e atracção, deverão:

- a) envolver um investimento superior ao fixado para os projectos turísticos estruturantes na RCM 98/2003, de 1 de Agosto (15 milhões de euros, embora em alguns casos possa ser inferior);
- b) direccionar-se predominantemente para o mercado internacional, tendo em vista uma procura de qualidade e, em termos gerais, com poder de compra alto ou médio-alto;
- c) assegurar a rentabilização e exploração profissional das estruturas de alojamento, restauração, animação turística e eventos, contribuindo para a atenuação da sazonalidade turística;
- d) oferecer uma capacidade total de alojamento acima dos 100 quartos, nas diferentes modalidades (em que, pelo menos 50% da oferta de alojamento deverá ser na modalidade de hotelaria), devendo, no entanto, esta capacidade de alojamento ser equacionada em função das características do meio envolvente;
- e) induzir, em termos globais, a criação de pelo menos 100 postos de trabalho;
- f) iniciar a sua actividade de exploração até ao final do ano de 2010;

A especificidade do turismo no Vale do Douro deve acautelar a possibilidade de surgimento a projectos que, não cumprindo a totalidade do estabelecido nas alíneas anteriores, não deixam de ser, efectivamente, estruturantes, nos moldes da sua caracterização prevista na referida RCM 98/2003, os quais poderão, também, ser apoiados no âmbito da presente Medida.

- Sem prejuízo da legislação em vigor e das condições e das regras que venham a ser estabelecidas nos contratos de investimento a ser celebrados entre a API e os promotores de cada um dos projectos turísticos estruturantes, nos termos do Regime Contratual de Investimento, definido no Programa para a Produtividade e Crescimento da Economia, **salienta-se, ainda, o seguinte conjunto de outros aspectos institucionais e normativos:**
  - a) Apoio e acolhimento aos investidores – será determinante o trabalho da API na atracção e acolhimento de investidores e o apoio no relacionamento destes com as diversas entidades da Administração Pública Central e Local, nos termos das suas atribuições;
  - b) Apoio ao encontro de locais e patrimónios para a implantação dos projectos estruturantes, para cuja agilização se propõe a criação de uma bolsa de relançamento de património e estruturas desactivados de interesse turístico;

- c) Atribuição prévia de utilidade turística e de declaração de interesse para o turismo – nos termos da RCM 139/2003, deverá ser atribuído o reconhecimento de utilidade turística e de declaração de interesse para o turismo, a título prévio, aos empreendimentos estruturantes integráveis no PDTVD que, no respeito pelos requisitos legais, (i) se enquadrem nos objectivos do Plano, (ii) cumpram as características e condições definidas para este tipo de projectos e (iii) em relação aos quais a API se pronuncie favoravelmente;
- d) Definir um quadro de procedimentos específicos de gestão do território para o desenvolvimento do turismo no Vale do Douro, que estabeleça, de forma mais célere, as condições de implantação dos projectos estruturantes, assegurando a qualidade ambiental e de inserção destes projectos, recorrendo, em particular para áreas fora de perímetros urbanos, a Planos de Pormenor.
- e) Estabelecimento de Contrato de Investimento – deverá ser celebrado um "Contrato de Investimento" entre cada Investidor, o Estado (API ou outros) e as Autarquias, no qual serão assumidos e definidos os compromissos a estabelecer entre as diversas partes.

**Indicadores de acompanhamento**

**Tabela n.º 31 - Indicadores de acompanhamento (Medida II.1 - Projectos turísticos privados estruturantes)**

Medida	Designação do Indicador	Quantificação			
		2004	2005	2006	2007
Medida II.1 - Projectos turísticos privados estruturantes	N.º de contratos de investimento celebrados entre cada Investidor e o Estado	1	2	2	-
	Volume de investimento estruturante efectuado (em milhões de euros)	15M€	30M€	30M€	-
	N.º de postos de trabalho criados	100	200	200	-
	N.º de pólos turísticos criados	1	2	2	-
	N.º de camas instaladas (capacidade de alojamento total)	300	600	600	-

**Medida II.2 – Alojamento turístico tradicional, restauração e termalismo**

***Objectivos operacionais***

- (i) incrementar a oferta de alojamento turístico nas vertentes de hotelaria tradicional e de Turismo em Espaço Rural e de Natureza;
- (ii) requalificar e reabilitar a oferta turística, (em matéria de alojamento, animação e restauração) existente no Vale do Douro;
- (iii) Requalificar a oferta turística termal.

***Tipologia de projectos prioritários***

- (ii) apoio a projectos de criação de alojamento turístico em hotelaria tradicional (essencialmente, hotéis), de unidades de TER, nas suas diversas modalidades (designadamente, Turismo Rural, Agro-Turismo, Turismo de Habitação e Turismo de Aldeia e Hotéis Rurais); de Casas de Natureza (nas modalidades previstas no Programa Nacional do Turismo Natureza) e Campismo;
- (iii) criação, nos termos da RCM 139/2003, do Programa Especial de Requalificação e Reabilitação da Oferta de Alojamento, Restauração e Animação;
- (iv) apoio a projectos de recuperação e requalificação de estâncias termais.

***Aspectos institucionais e normativos para o desenvolvimento da Medida***

- No âmbito desta Medida, os projectos serão considerados de acordo com o estabelecido nos “Critérios Gerais de Selecção dos Projectos” (Cfr. Capítulo VI);
- Os projectos que se enquadram nesta Medida devem, também, ser abrangidos por um quadro de procedimentos específicos de gestão do território para o desenvolvimento do turismo no Vale do Douro;
- No âmbito do acompanhamento dos programas de apoio financeiro ao investimento no Turismo, estão a ser promovidas, em tempo útil, as necessárias diligências para a revisão do SIVETUR e do Regime dos Protocolos Bancários;
- A concepção e implementação (que deverá iniciar-se até ao final de 2004) do Programa Especial de Requalificação e Reabilitação da Oferta de Alojamento, Restauração e Animação será englobada no quadro dos sistemas de incentivo financeiro aplicáveis, do Instituto de Turismo Portugal.

- Por último, nos termos da RCM n.º 97/2003, deverá ser revista a lei de bases do Termalismo.

**Indicadores de acompanhamento**

**Tabela n.º 32 - Indicadores de acompanhamento (Medida II.2 – Alojamento turístico tradicional, restauração e termalismo)**

Medida	Designação do Indicador	Quantificação			
		2004	2005	2006	2007
Medida II.2 – Alojamento turístico tradicional e termalismo	N.º de acções apoiadas resultantes do Programa Especial de Requalificação e Reabilitação da Oferta de Alojamento e Animação	A apurar aquando do lançamento deste programa			

**Tabela n.º 33 - Projectos programados para o período 2004-2007 (Medida II.2 – Alojamento turístico tradicional, restauração e termalismo)**

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)	Estimativa do investimento (milhares de euros)	Ponto de situação	Execução	
					Início	Fim
Programa Especial de Requalificação e Reabilitação da oferta de alojamento e animação existente	ITP	Ministério Economia	-	em estruturação	2004	-

**Tabela n.º 34 - Outros Projectos do PDTVD (Medida II.2 – Alojamento turístico tradicional, restauração e termalismo)**

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)
Recuperação e revitalização das Termas de S. Lourenço	C.M. Carrazeda de Ansiães/ parceiros	Ministério da Saúde/ MCOTA/ Ministério Economia
Recuperação das Termas de S. Vicente	C.M. Penafiel	M. Saúde/ MCOTA/ M. Economia





### **III – Programa de Acção para a Formação em Turismo**



**PROGRAMA III - PROGRAMA DE ACÇÃO PARA A FORMAÇÃO EM TURISMO**

***Enquadramento e objectivos***

Constatando-se a fraqueza dos factores de ruptura susceptíveis modificar as premissas que sustentam a actual estrutura do emprego do Vale do Douro, impõe-se lançar um conjunto criterioso de projectos que, pelo seu carácter demonstrativo e estruturante, possam alargar a empregabilidade e qualificar os recursos humanos desta Região. Assim, é estratégico apostar na qualificação dos recursos humanos e promover a empregabilidade do tecido produtivo e dos sectores de base social da região, designadamente no Turismo, mediante o apoio a acções e projectos que contribuam para melhorar a capacidade de resposta das instituições regionais de ensino técnico, profissionalizante e superior, com vista a qualificar os recursos humanos da Região de forma mais atenta e dinâmica às necessidades de emprego.

Assim, tendo em conta que: (i) um dos vectores de desenvolvimento estratégico da Região é o sector do Turismo; (ii) a Região carece de recursos humanos qualificados na área do Turismo e Hotelaria; (iii) os Recursos Humanos são um "pressuposto" fundamental na qualidade dos serviços turísticos visa este Programa de Acção, **qualificar, formar e promover a empregabilidade de recursos humanos no sector do Turismo no Vale do Douro.**

A concretização deste objectivo estratégico passa pela concretização dos seguintes objectivos específicos (e correspondentes Medidas):

- **criar e realojar estruturas e equipamentos de apoio à qualificação e formação no Turismo e Hotelaria** (*Medida III.1 - Estruturas e Equipamentos de apoio à qualificação de recursos humanos para o Turismo*);
- **dinamizar acções de formação e promover a cooperação entre os estabelecimentos de ensino e o tecido empresarial e institucional da Região** (*Medida III.2 - Formação e empregabilidade no sector*).

### Medida III.1 - Estruturas e equipamentos de apoio à qualificação de Recursos Humanos para o Turismo

#### *Objectivos operacionais*

- (i) criar as condições infra-estruturais necessárias para a promoção da formação superior de recursos humanos na área do turismo no Vale do Douro;
- (ii) instalar as condições infra-estruturais necessárias para a promoção da formação técnico-profissional de recursos humanos na área do turismo no Vale do Douro;

#### *Tipologia de projectos prioritários*

- (i) instalação de estruturas para formação e aperfeiçoamento de quadros superiores na área do turismo;
- (ii) projectos de construção de edifícios e equipamentos (escolas, núcleos, centros) para a qualificação e formação de profissionais na área do turismo e hotelaria, bem como para a o reconhecimento, validação e certificação de competências escolares e profissionais.

#### *Aspectos institucionais e normativos para o desenvolvimento da Medida*

- No âmbito desta Medida, os projectos serão considerados de acordo com o estabelecido nos “Critérios Gerais de Selecção dos Projectos” (Cfr. Capítulo VI).

#### *Indicadores de acompanhamento*

**Tabela n.º 35 - Indicadores de acompanhamento (Medida III.1 - Estruturas e equipamentos de apoio à qualificação de Recursos Humanos para o Turismo)**

Medida	Designação do Indicador	Quantificação			
		2004	2005	2006	2007
Medida III.1 - Estruturas e equipamentos de apoio à qualificação de Recursos Humanos para o Turismo	N.º de Escolas de Hotelaria e Turismo criadas	-	-	1	-
	N.º de núcleos escolares de Hotelaria e Turismo construídos/ instalados	1	2	-	-
	N.º de centros de formação e aperfeiçoamento para quadros superiores na área do Turismo criados	1	-	-	-

**Programação**

**Tabela n.º 36 - Projectos programados para o período 2004-2007 (Medida III.1 - Estruturas e equipamentos de apoio à qualificação de Recursos Humanos para o Turismo)**

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)	Estimativa do investimento (milhares de euros)	Ponto de situação	Execução da obra	
					Início	Fim
Construção da nova Escola de Hotelaria e Turismo do Porto (projecto e obra)	INFTUR	M.Economia/MCOTA	5.000	Elab. projecto (2004)	2005	2006
Construção do novo Núcleo Escolar de Lamego	INFTUR	M.Economia/MCOTA	5.721	Em adjudicação	2004	2005
Criação e instalação do Centro de Formação e aperfeiçoamento para quadros superiores na área do Turismo em Lamego	INFTUR	M.Economia/MCOTA	-	-	-	2004
Abertura do núcleo escolar de Trás-os-Montes (incluindo um centro de reconhecimento, validação e certificação de competências escolares e profissionais)	INFTUR	M.Economia/MCOTA	275	Em adjudicação	2004	2004

**Tabela n.º 37 - Outros Projectos do PDTVD (Medida III.1 - Estruturas e equipamentos de apoio à qualificação de Recursos Humanos para o Turismo)**

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)
Realojamento do núcleo existente de Formação em Hotelaria e Turismo de Santa Maria da Feira	INFTUR	M.Economia
Escola Superior de Hotelaria, Restauração e Turismo do Porto	Instituto Politécnico do Porto	Ministério da Ciência e Ensino Superior

### Medida III.2 – Formação e empregabilidade no sector

#### **Objectivos operacionais**

- (i) **promover cursos e/ou acções de formação para activos**, independentemente de se tratarem de profissionais de turismo e/ou hotelaria;
- (ii) **incrementar, à escala regional, a certificação de competências no sector do Turismo**;
- (iii) **promover cursos e/ou acções de formação inicial** de jovens candidatos a emprego no sector do Turismo;
- (iv) **promover a qualificação profissional dos agentes da Administração Local**, desenvolvendo as competências e aptidões técnico-profissionais em domínios chave das atribuições das autarquias em matéria de turismo;
- (v) **fomentar a cooperação entre os diversos estabelecimentos de ensino/formação na área do turismo e o tecido empresarial e institucional do Vale do Douro.**

#### **Tipologia de projectos prioritários**

- (i) concepção e implementação, nos termos da RCM 139/2003, de um Programa Especial de Requalificação de Activos [na área do turismo e hotelaria], que deverá contemplar diversos projectos individuais, devidamente, articulados/integrados. Este Plano assentará em oito grandes áreas de formação (“Turismo”, “Alimentação e Bebidas”, “Alojamento”, “Qualidade e Segurança”, “Direcção e Gestão”, “Línguas Estrangeiras”, “Recursos Humanos” e “Tecnologias de Informação e Comunicação”) e cinco tipologias (“Qualificação”, “Reconversão”, “Aperfeiçoamento”, “Reciclagem e Actualização” e “Especialização”);
- (ii) acções de apoio ao reconhecimento, validação e certificação de competências para o sector do Turismo, nomeadamente, no quadro do Sistema Nacional de Certificação Profissional;
- (iii) apoio a projectos de formação inicial de jovens candidatos a emprego no sector do Turismo nos itinerários de (i) “Formação para a Gestão” (através dos cursos de Qualificação Inicial e de Especialização Tecnológica em “Técnica e Gestão Hoteleira” e “Técnicas e Gestão de Turismo” e (ii) “Formação para a Qualificação Inicial e Escolar”, (através de cursos profissionais de “Alojamento Hoteleiro”, “Cozinha”, “Restaurante/ Bar” e “Turismo” e em outras áreas formativas (nomeadamente, “Guia-

- Intérprete Regional”, “Golfe”);
- (iv) concepção e implementação, nos termos da RCM 139/2003, de um Programa de Formação dos Funcionários da Administração Local do Vale do Douro, designadamente nas áreas do (i) licenciamento e análise de projectos de investimento, (ii) planeamento e promoção turística, (iii) informação e animação turística e (iv) turismo cultural e de natureza;
  - (v) projectos que visem, designadamente, a criação de bases de dados, sobre a oferta de formação e emprego existente na Região, nas áreas do turismo – bolsa de trabalho turístico para o Vale do Douro, o apoio a estudos sobre as dinâmicas turísticas na Região, a realização de seminários/ *workshops* sobre Turismo, Educação e Emprego (envolvendo as instituições de ensino, as empresas turísticas e outros agentes institucionais do sector).

<b><i>Aspectos institucionais e normativos para o desenvolvimento da Medida</i></b>
---

- No âmbito desta Medida, os projectos serão considerados de acordo com o estabelecido nos “Critérios Gerais de Selecção dos Projectos” (Cfr. Capítulo VI);
- A elaboração do Programa Especial de Requalificação de Activos e do Programa de Formação dos Funcionários da Administração Local será da responsabilidade do INFTUR, que deverá estar concluída até ao final do primeiro semestre de 2004. Esta entidade será, ainda, responsável em exclusivo pela realização das acções de formação inicial e de activos e certificação de competências.

**Indicadores de acompanhamento**

**Tabela n.º 38 - Indicadores de acompanhamento (Medida III.2 – Formação e empregabilidade no sector)**

Medida	Designação do Indicador	Quantificação			
		2004	2005	2006	2007
Medida III.2 – Formação e empregabilidade no sector	Criação de um Programa Especial de Requalificação de Activos	1	-	-	-
	N.º de profissionais no activo abrangidos pelo Programa Especial de Requalificação de Activos	1100	1100	1200	800
	N.º de formandos abrangidos pelo projecto de formação inicial	388	430	498	683
	Criação de um Programa de Formação dos Funcionários das autarquias do Vale do Douro	-	1	-	-
	N.º de funcionários abrangidos pelo Programa de Formação para as autarquias do VD	-	405	-	-
	N.º de pedidos de certificação profissional	40	150	200	500

**Programação**

**Tabela n.º 39 - Projectos programados para o período 2004-2008 (Medida III.2 – Formação e empregabilidade no sector)**

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)	Estimativa do investimento (milhares de Euros)	Ponto de situação	Execução	
					Início	Fim
Programa Especial de Requalificação de Activos	INFTUR	M.Economia/MCOTA	2550	Em estruturação	2004	2008
Programa de Formação dos funcionários das autarquias do Vale do Douro	INFTUR	M.Economia/MCOTA	774	Em estruturação	2005	2008
Projecto de Qualificação Inicial	INFTUR	M.Economia	18.510	-	2004	2008
Projecto de Certificação Profissional para o sector do Turismo	INFTUR	M.Economia	98	-	2004	2008
Formação Profissional em Enoturismo	Associação dos Aderentes da RVP	MCOTA	140	-	2004	2004





#### **IV – Programa de Acção para o Marketing, Promoção e Animação do Destino Turístico Douro**



**PROGRAMA IV - PROGRAMA DE ACÇÃO PARA O MARKETING, PROMOÇÃO E ANIMAÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO DOURO**

***Enquadramento e objectivos específicos***

Atendendo a que, o sucesso de qualquer área destino (turístico) passará, obrigatoriamente, pela elaboração e implementação de uma estratégia de Marketing e, pela dinamização de acções de promoção, comunicação e animação, visa este Programa - Programa de Acção para o Marketing, Promoção e Animação do Destino Turístico Douro - contribuir para o desenvolvimento de uma abordagem coordenada de promoção do destino, **que afirme, consolide e melhore a imagem turística do Douro**, quer no mercado estrangeiro, quer no mercado nacional e, simultaneamente, **promover, à escala local, acções de entretenimento e animação turística.**

Pretende-se, assim, através de uma Estratégia de Marketing e de acções de relações públicas e promoção turística, direccionadas para os segmentos de mercado alvo estimular a presença do Destino Turístico Douro nos principais mercados e nichos de mercado, de forma a contribuir positivamente para o posicionamento do Douro como um destino turístico de qualidade e distinto. Por outro lado, pretendendo-se proporcionar aos visitantes do Vale do Douro uma experiência "viva" e enriquecedora, visa este Programa, promover, também, iniciativas de informação e animação turística.

Assim, a materialização do objectivo estratégico deste Programa de Acção consubstancia-se nos seguintes objectivos específicos:

- **desenvolver uma estratégia de Marketing e dinamizar acções locais e regionais de promoção e animação turística** (*Medida IV.1 – Marketing e dinamização de acções locais e regionais de animação turística*)
- **promover percursos temáticos (rotas e itinerários) e implementar um sistema de informação e sinalização turística** (*Medida IV.2 - Itinerários turístico-culturais - informação e sinalização turística*)

**Medida IV.1 - Marketing e dinamização de acções locais e regionais de promoção e animação turística**

***Objectivos operacionais***

- (i) concepção de uma estratégia de marketing e promoção turística para o Destino Turístico Douro e implementação de acções de marketing e promoção turística direccionada, fundamentalmente, para o mercado externo;
- (ii) promoção de iniciativas de promoção e animação turística e cultural de carácter local e regional;
- (iii) desenvolvimento de uma campanha de imagem corporativa e de sensibilização da Região do Douro, por forma a promover o envolvimento das populações em torno dos objectivos do PDTVD e promover a excelência turística.

***Tipologia de projectos prioritários***

- (i) concepção e implementação, nos termos da RCM 139/2003, do Programa Especial de Dinamização e Promoção do Destino Turístico Douro (2004-2006), envolvendo a dinamização de acções de marketing e promoção turística;
- (ii) iniciativas de promoção e animação turística e cultural, promovidas, sobretudo, por entidades locais e regionais, incluindo, designadamente, a elaboração de estudos; a promoção de produtos regionais (através da concepção e edição de material promocional e da organização e participação em feiras); a animação turístico-fluvial, cultural e desportiva (agenda cultural, percursos turísticos, roteiros turístico-culturais, organização de eventos de animação, como festivais, provas desportivas, feiras temáticas, fóruns e/ ou salões de turismo);
- (iii) Desenvolvimento de uma campanha de imagem corporativa e de sensibilização da Região do Douro, por forma a promover o envolvimento das populações em torno dos objectivos subjacentes ao PDTVD; e ainda a criação e atribuição, nos termos da RCM 139/2003, de “Prémios de Excelência Turística”, cuja definição e regulamentação deverá ser da responsabilidade do Ministério da Economia.

**Aspectos institucionais e normativos para o desenvolvimento da Medida**

- No âmbito desta Medida, os projectos serão considerados de acordo com o estabelecido nos “Critérios Gerais de Selecção dos Projectos” (Cfr. Capítulo VI);
- A elaboração do Programa Especial de Dinamização e Promoção do Destino Turístico Douro (2004-2006) será da responsabilidade de uma parceria constituída pelo ITP e ADETURN, em colaboração com as Regiões de Turismo, que deverá estar concluída até ao final do primeiro semestre de 2004;
- O lançamento da campanha promocional da imagem corporativa da Região do Douro será da responsabilidade da estrutura de dinamização e acompanhamento do PDTVD, assessorada pelo ITP e ADETURN;
- Por último, as iniciativas nesta Medida deverão ter em consideração as directrizes definidas na Estratégia de Marketing do Instituto do Turismo de Portugal (ITP) e da Marca Portugal Turismo, bem como da Estratégia de Marketing do Porto e Norte de Portugal (ADETURN), respeitando, designadamente, a Marca e sub-marcas turístico-promocionais;
- Deverá ser reconhecida pelo CEPT (Conselho Estratégico de Promoção Turística) a sub-marca Douro/ Vale do Douro para efeitos de promoção turística internacional.

**Indicadores de acompanhamento**

**Tabela n.º 40 - Indicadores de acompanhamento (Medida IV.1 - Marketing e dinamização de acções locais e regionais de promoção e animação turística)**

Medida	Designação do Indicador	Quantificação			
		2004	2005	2006	2007
Medida IV.1 - Marketing e dinamização de acções locais e regionais de promoção e animação turística	Implementação de um Programa especial de Dinamização e Promoção do Destino Turístico Douro	1	-	-	-
	N.º de acções de marketing e promoção desenvolvidas no âmbito do Programa especial de Dinamização e Promoção do Destino Turístico Douro	A apurar aquando do lançamento do Programa em apreço			

**Programação**

**Tabela n.º 41 - Projectos programados para o período 2004-2007 (Medida IV.1 - Marketing e dinamização de acções locais e regionais de promoção e animação turística)**

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)	Estimativa do investimento (p/ 2,5 anos) (milhares de euros)	Ponto de situação	Execução	
					Início	Fim
Contratação de uma Agência de Relações Públicas e criação de um “Clube de Amigos do Douro”	ITP/ADETURN	Ministério Economia	600	Em preparação	Jul 04	Dez 06
Acções de mediatização	ITP/ADETURN	Ministério Economia	220	Em preparação	Set 04	Set 06
Campanha de comunicação e produção de materiais	ITP/ADETURN	Ministério Economia	2.400	Em preparação	Jul 04	Dez 06
Lançamento de produtos	ITP/ADETURN	Ministério Economia	50	Em preparação	Jul 04	Dez 06
Eventos (animação turística)	ITP/ADETURN/ outros	Ministério Economia/ Cultura e outros	230	Em preparação	Jul 04	Dez 06
Imagem corporativa e de sensibilização da Região do Douro (criação, divulgação e prémios)	EDA do PDTVD	MCOTA	100	Em preparação	Jul 04	Out 06-

**Tabela n.º 42 - Outros Projectos do PDTVD (Medida IV.1 - Marketing e dinamização de acções locais e regionais de promoção e animação turística)**

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)
Promoção de compra de casa de férias (imobiliária turística – 1 ou 2 vip's por mercado)	-	-
Filme (longa metragem) com actores conhecidos	-	-
Promoção dos Vinhos e do Enoturismo na Bacia do Douro	Ass. Ad. RVP	MCOTA
Programação cultural do Solar do Vinho do Porto	IVP/ M. Douro	MCOTA
Festa das Vindimas com evento internacional	IVP	MCOTA
Programa de Animação turístico-fluvial	IPTM/ Clubes Fluviais	MOPHTH

**Medida IV.2 - Itinerários turístico-culturais e informação/ sinalização turística**

***Objectivos operacionais***

- (i) **promover percursos temáticos (Rotas e Itinerários) assentes num conjunto de valores histórico-patrimoniais, culturais, naturais e vitivinícolas, que sejam representativos do potencial endógeno do Vale do Douro;**
- (ii) **criar um sistema de informação e sinalização turística no Vale do Douro (que, complementando os investimentos já realizados neste domínio), seja atractivo e fortemente informativo dos atributos e recursos integrados nos diversos roteiros e itinerários e demais valores turísticos da Região.**

***Tipologia de projectos prioritários***

- (i) projectos de consolidação das Rotas já existentes ou em organização (das quais se destacam, a Rota do Vinho do Porto; a Rota do Azeite de Trás-os-Montes; a Rota das Vinhas de Cister) e de dinamização de outras Rotas/Percursos/Itinerários que poderão vir a ser, também, implementadas na Região, nomeadamente, associadas às temáticas (i) dos Vinhos do Douro & *Duero*, das suas Marcas e Quintas e (ii) da Ruralidade, Tradições e Sabores do Douro (incluindo acções de, por exemplo, recuperação de espaços para a instalação de enotecas – enoturismo, de centros de recolha e venda de produtos regionais, de miradouros – “Rede de Miradouros”, e de caminhos com forte vocação turística -“Caminhos Durienses”, a elaboração de estudos e a dinamização de iniciativas promocionais das diversas Rotas/Percursos/Itinerários);
- (ii) concepção e implementação, nos termos da RCM 139/2003, de um "Programa Especial de Informação e Sinalização Turística no Vale do Douro" que deverá incluir diversos projectos individuais, devidamente, articulados. Este Programa deverá definir o sistema geral de informação e sinalização turística a implementar e, mais concretamente, a tipologia de meios a instalar, que poderão ser, nomeadamente, placas de informação generalista sobre a Região; placas de informação pontual sobre os vários pólos ou recursos turísticos; placas apelativas para a Região (a localizar nos eixos principais que lhe dão acesso ou são circundantes, ou nas entradas desta); quiosques multimédia (a localizar nos principais centros urbanos) e centros de informação/ interpretação.

***Aspectos institucionais e normativos para o desenvolvimento da Medida:***

- No âmbito desta Medida, os projectos serão considerados de acordo com o estabelecido nos “Critérios Gerais de Selecção dos Projectos” (Cfr. Capítulo VI).
- A elaboração do “Programa Especial de Informação e Sinalização Turística no Vale do Douro”, da responsabilidade das Regiões de Turismo e das Câmaras Municipais envolvidas, deverá obedecer às directrizes resultantes do processo de reforma da sinalização Rodoviária e Turística, nos termos do Plano de Desenvolvimento do Turismo (RCM n.º 97/2003, de 01 de Agosto), do Despacho 749/2003/SET e dos critérios definidos para os pólos de interesse turístico (pólos urbanos de 1º e 2º nível e pólo de 3º nível - recursos); Por outro lado, os eventuais projectos individuais de sinalização turística que se enquadrem neste Programa deverão, naturalmente, integrarem-se e não colidirem com outros sistemas de sinalização turística já existentes ou em preparação e, os meios de informação e sinalização turística (placas, quiosques multimédia, etc.) deverão ser concebidos com elevados padrões de qualidade e construídos com materiais resistentes e integrados na envolvente, com perspectivas de manutenção e degradação mínimas.
- Tendo em vista a desejável uniformização da sinalética turística ao longo do Vale do Douro-Duero, o Programa anteriormente referido, deverá, ter em consideração os trabalhos que se encontram a ser desenvolvidos pela Junta de Castela e Leão, em matéria de sinalização turística;
- Deverá ser criada a regulamentação da sinalização turístico-fluvial.



**Indicadores de acompanhamento**

**Tabela nº 43 - Indicadores de acompanhamento (Medida IV.2 - Itinerários turístico-culturais e informação/ sinalização turística)**

Medida	Designação do Indicador	Quantificação			
		2004	2005	2006	2007
Medida IV.2 - Itinerários turístico-culturais e informação/ sinalização turística	Concepção do Programa Especial de Informação e Sinalização Turística do Vale do Douro	1	-	-	-
	N.º de projectos de informação e sinalização turística apoiados	1	-	-	-
	N.º de caminhos verdes/ durienses criados e estruturados	1	3	3	3
	N.º de Miradouros recuperados	2	3	3	3

**Programação**

**Tabela n.º 44 - Projectos programados para o período 2004-2007 (Medida IV.2 - Itinerários turístico-culturais e informação/ sinalização turística)**

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)	Estimativa do investimento (milhares de euros)	Ponto de situação	Execução	
					Início	Fim
Programa Especial de Informação e Sinalização Turística do Vale do Douro	CM's / Regiões de Turismo	Ministério Economia	-	em elaboração	2004	-
Rota do Românico do Vale do Sousa – Conservação, Salvaguarda e Valorização	Comunidade urbana do Vale do Sousa	MOPTH/ MCOTA/ M.Economia/ Ministério da Cultura	2.245	-	-	2005
Estudo para a dinamização turística e cultural da Rota do Românico do Vale do Sousa	CCDRN	MCOTA/ M. da Cultura	20	2ª fase	2004	2004
Implementação do estudo para a dinamização turística e cultural da Rota do Românico do Vale do Sousa	Comunidade urbana do Vale do Sousa	MCOTA/ M.Cultura e Economia	249	A aguardar resultados do estudo	2004	-

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO VALE DO DOURO**

Execução dos Caminhos Durienses	Autarquias	MCOTA	320	Estudos concluídos	2004	2006
Execução da Rede de Miradouros	Autarquias	MCOTA	3.600	Estudos concluídos	2004	2006
“Viajar com” – Caminhos da literatura	Del. Reg. Cultura Norte	Ministério da Cultura	190	Em conclusão	2002	2004
Show-Room da Rota do Vinho do Porto	Associação dos Aderentes de RVP	Ministério Economia	262	-	2004	2004
Encontros de música da Casa de Mateus	Fundação da Casa de Mateus	Ministério da Cultura	-	Em curso	-	-

**Tabela n.º 45 - Outros Projectos do PDTVD (Medida IV.2 - Itinerários turístico-culturais e informação/sinalização turística)**

<b>Projectos (Designação)</b>	<b>Entidade Promotora</b>	<b>Ministério (s) envolvido (s)</b>
Sinalização rodoviária do Alto Douro Vinhateiro – Património Mundial	GTI	Ministério Economia/ MOPTH
Estruturação e sinalização do Parque do Douro Internacional (construção de uma rede de miradouros, percursos pedestres e sinalização)	PNDI	MCOTA
Sinalização turístico-fluvial	IPTM	MOPTH
Rota de Cister	-	-
Rota do Românico no Douro – Património Mundial	C.M's / Região de Turismo Douro Sul	-



**V – Programa de Acção para o  
Reforço da Capacidade  
Institucional e Cooperação**



**PROGRAMA V - PROGRAMA DE ACÇÃO PARA O REFORÇO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO**

***Enquadramento e objectivos***

O quadro institucional da estrutura turística do Vale do Douro evidência um conjunto de estrangulamentos na organização e gestão do Turismo na Região. Debilmente organizados, os agentes turísticos, desta Região, controlam de forma pouco eficaz a cadeia de valor do turismo. Na realidade, a falta de massa crítica, a reduzida estruturação dos produtos turísticos (resultante da necessária interligação das várias componentes do produto) e as dificuldades de coordenação entre os agentes que actuam nos vários níveis do produto compósito, constituem, de algum modo, obstáculos ao desenvolvimento turístico da Região. A revisão da lei quadro das Regiões de Turismo (cfr. previsto na RCM 97/ 2003, de 01 de Agosto) poderá, contribuir para uma maior eficácia da organização institucional do Turismo no Vale do Douro.

Atendendo, ainda, ao cenário de globalização económica e cultural actual, no qual as fronteiras deixaram de ter significado, a implementação de qualquer estratégia de desenvolvimento regional, não poderá deixar de ter, obviamente, em conta os territórios geograficamente mais próximos que, estabelecendo com eles forças de concorrência, podem, no entanto, estabelecer formas de cooperação inter-regional, com vista à promoção de sinergias e ganhos entre Regiões.

Neste contexto, visa este Programa de Acção, essencialmente, **reforçar a capacidade institucional e promover a cooperação**, envolvendo, nomeadamente, (i) o reforço da capacidade organizativa e de gestão de produtos turísticos (ii) o desenvolvimento de elementos identificativos para a promoção turística inter-regional, através da criação de uma imagem de marca especialmente reconhecida no conjunto ibérico e nos principais mercados emissores (Douro - *Duero* - Um destino, Dois Países, Uma Região). Por outro lado, uma vez que a gestão e promoção do turismo não assenta apenas no território, mas antes nos produtos turísticos, importa, também, promover relações de cooperação com outras Regiões transeuropeias, que detenham uma tipologia de oferta semelhante. Por último, este Programa, contempla ainda, a criação de condições necessárias que permitam a execução, monitorização e avaliação do PDTVD.

Assim, constituem objectivos específicos deste Programa os seguintes:

- **apoiar estruturas regionais orientadas para a organização e gestão de produtos turísticos e fortalecer acções de cooperação transfronteiriça e transeuropeia** (*Medida V.1.- Organização e desenvolvimento de produtos turísticos e cooperação inter-regional*)
- **criar as condições que permitam a dinamização, acompanhamento da execução do PDTVD** (*Medida V.2 – Dinamização e acompanhamento da execução do PDTVD*)

**Medida V.1 - Organização e desenvolvimento de produtos turísticos e cooperação**

***Objectivos operacionais***

- (i) **apoiar e reforçar estruturas regionais orientadas para a organização e desenvolvimento de produtos turísticos e melhorar a qualidade da oferta turística no Vale do Douro;**
- (ii) **reforçar as relações de cooperação com outras Regiões europeias**, que detenham uma tipologia de oferta turística semelhante, em particular, com Castela e Leão, criando uma imagem de marca especialmente reconhecida no conjunto ibérico e nos principais mercados emissores (Douro - *Duero* - Um destino, Dois Países, Uma Região);

***Tipologia de projectos prioritários***

- (ii) iniciativas de criação de estruturas/entidades responsáveis pela organização, gestão e desenvolvimento de produtos turísticos específicos;
- (iii) acções de cooperação interregional à escala europeia envolvendo, nomeadamente, o estabelecimento de um Programa Promocional integrado do Douro-*Duero*; a formatação de pacotes e rotas turísticas integradas em termos temáticos e/ou geográficos (por exemplo, através da realização de estudos; da elaboração de guias e/ ou pacotes turísticos), o intercâmbio cultural; a promoção de iniciativas em matéria de ensino, formação profissional; e a troca de informação e experiências (Fóruns, Seminários, *Workshops*, etc.) e a dinamização de acções de animação turística conjuntas (designadamente, através da realização de eventos e/ou feiras).

***Aspectos institucionais e normativos para o desenvolvimento da Medida***

- No âmbito desta Medida, os projectos serão considerados de acordo com o estabelecido nos “Critérios Gerais de Selecção dos Projectos” (Cfr. Capítulo VI);
- Sem prejuízo dos critérios de selecção gerais previamente definidos, constituem aspectos institucionais e normativos desta Medida, designadamente, em matéria de valorização e selecção de projectos, aqueles que: (i) demonstrem uma ligação clara entre a natureza da entidade em causa e os produtos e serviços turísticos que pretende organizar, gerir e

desenvolver; (ii) apresentem o grau de articulação (identificando os agentes a envolver no projecto) e o controlo dos produtos/ serviços turísticos que o projecto comporta (explicitando as acções a realizar); (iii) a mais valia económica do projecto para o turismo regional; e (iv) o nível de preparação do projecto em termos de viabilidade e sustentação económico-financeira.

- Dever-se-á privilegiar a constituição de um Gabinete do Produto Turístico do Vale do Douro, a constituir numa parceria público-privada, que promova a organização e montagem de produtos turísticos comerciais, por integração da oferta existente, e directo interesse dos operadores ou outros agentes;
- Reforçar as acções de cooperação entre a Região do Norte e a Junta de Castela e Leão, nos termos dos acordos e iniciativas de colaboração existentes no seio da comunidade de trabalho Região Norte/ Castela e Leão.

#### **Indicadores de acompanhamento**

**Tabela n.º 46 - Indicadores de acompanhamento (Medida V.1 - Organização e desenvolvimento de produtos turísticos e cooperação)**

Medida	Designação do Indicador	Quantificação			
		2004	2005	2006	2007
Medida V.1 - Organização e desenvolvimento de produtos turísticos e cooperação	N.º de projectos de cooperação com outras Regiões europeias	2	-	-	-

#### **Programação**

**Tabela n.º 47 - Outros Projectos do PDTVD (Medida V.1 - Organização e desenvolvimento de produtos turísticos e cooperação)**

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério responsável
Territórios Ibéricos	Delegação Regional da Cultura do Norte	Ministério da Cultura
Villes du Vin - Espaço Atlântico	Diversos	MCOTA



## Medida V.2 – Dinamização e acompanhamento da execução do PDTVD

### *Objectivos operacionais*

- (i) criar as condições que permitam a **dinamização e acompanhamento** da execução do PDTVD;
- (ii) criar instrumentos e mecanismos conducentes à dinamização turística do Vale do Douro;
- (iii) reforçar a eficácia e celeridade do processo de **gestão territorial** para efeitos do desenvolvimento turístico.

### *Tipologia de projectos prioritários*

- (i) criação, instalação e funcionamento da Estrutura de Missão;
- (ii) preparação e operacionalização de instrumentos de dinamização e controlo;
- (iii) criação de um quadro de procedimentos especiais de gestão do território.

### *Aspectos institucionais e normativos para o desenvolvimento da Medida*

- Uma **Norma de Procedimentos de Observação do Turismo no Vale do Douro** (Observatório Turístico do Douro), para recolha, análise, produção e difusão de informações que permitam, com base nos dados disponíveis e a recolher, a aferição periódica dos fluxos e da qualidade geral da prestação turística, bem como mecanismos de avaliação de fluxos nas zonas com capacidade de carga turística limitada;
- uma **Bolsa para o relançamento e concessão de Patrimónios e Estruturas Públicas desactivadas de interesse turístico**, onde se inscrevam, por livre iniciativa dos proprietários, edifícios e propriedades públicas cujo detentor esteja disponível para ceder para aproveitamento turístico (edifícios e patrimónios municipais, estações, apeadeiros e linhas desactivadas, quintas e edifícios particulares ajustados a projectos estruturantes, etc.) com o objectivo de facilitar o encontro de opções pelos investidores turísticos;
- a promoção de **Contratos de Concessão / Investimento / Exploração** entre os detentores de patrimónios, recursos ou serviços com potencial turístico, e empresas interessadas na sua exploração, designadamente para os casos de instalação e exploração de Equipamentos Turístico-Culturais, de relançamento de patrimónios públicos desactivados de exploração de serviços de interesse turístico;
- um **Contrato-Programa para a Dinamização Turística do Douro**, que deverá ser

proposto no primeiro ano de missão pelo Encarregado de Missão, com vista a apoiar um conjunto de iniciativas e projectos relevantes, cujo enquadramento nos diversos programas e apoios nacionais e do QCA não seja adequado, mas que importe assegurar.

***Indicadores de acompanhamento***

**Tabela n.º 48 - Indicadores de acompanhamento (Medida V.2 – Dinamização e acompanhamento da execução do PDTVD)**

Medida	Designação do Indicador	Quantificação			
		2004	2005	2006	2007
Medida V.2 – Dinamização e acompanhamento da execução do PDTVD	N.º de relatórios de execução e acompanhamento do PDTVD elaborados	1	2	2	2
	N.º de apresentações e sessões de divulgação do Plano efectuadas	4	2		



## **VII. Estrutura de Dinamização e Acompanhamento do PDTVD**



## VII. ESTRUTURA DE DINAMIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PDTVD

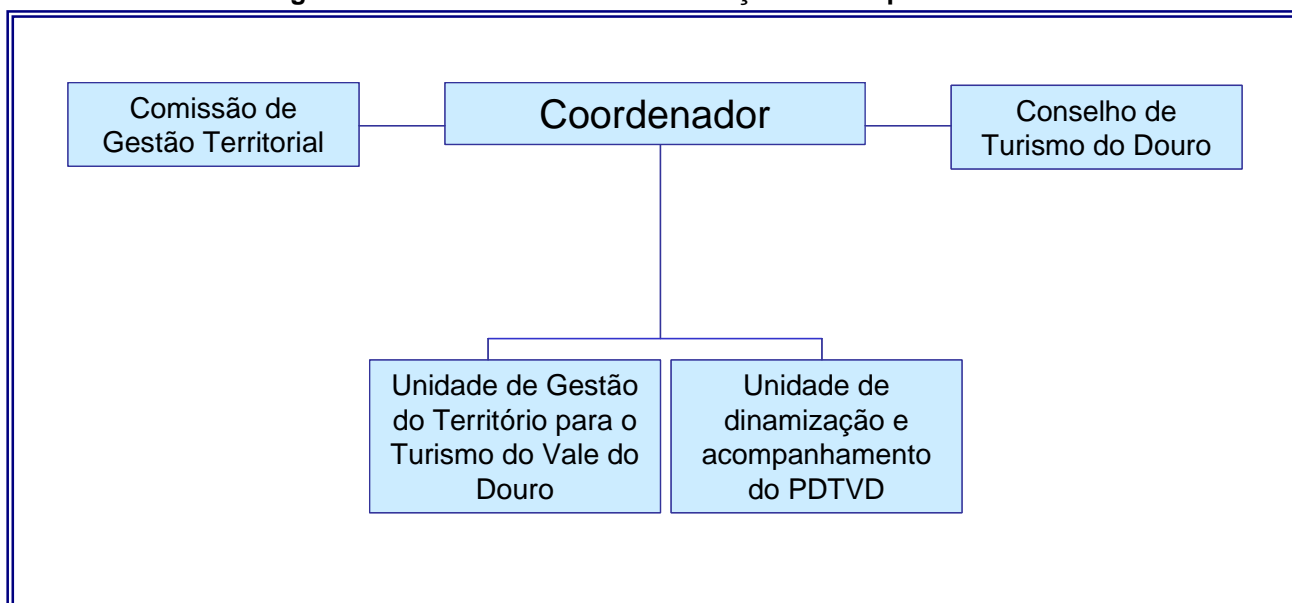
Conforme referido no ponto “Factores críticos do processo de execução do PDTVD”, a capacidade de dinamização e acompanhamento da execução do Plano, dependerá, de forma especial, da criação de uma Estrutura para esse efeito.

Importa, pois, analisar, ainda de que forma sintética, o modelo dessa Estrutura.

Esquemáticamente ela deverá ser constituída por:

- um **Coordenador** apoiado por uma **Equipa de Projecto**
- uma **Comissão de Gestão Territorial**
- um **Conselho de Turismo do Douro**

Figura n.º 26 – Estrutura de Dinamização e Acompanhamento



Atendendo à forte componente de Ordenamento e Ambiente nos processos de licenciamento, e ao carácter inter-sectorial da programação dos investimentos públicos previstos, parece ser, de todo conveniente, que a Estrutura de Dinamização e Acompanhamento funcione, no âmbito da CCDRN.

Relativamente a cada um dos elementos desta Estrutura, refere-se de forma sumária que:

**A - O Coordenador**, nomeado pelo Governo, que deverá ter poder de intervenção institucional para intervir junto das entidades públicas e privadas promotoras de projectos e iniciativas e gestores dos meios financeiros que lhes dão apoio, devendo caber-lhe:

- a coordenação e dinamização das intervenções, no âmbito do PDTVD, de forma a assegurar a sua execução no calendário previsto;
- colaborar activamente com as entidades responsáveis pela promoção e atracção do investimento turístico no Vale do Douro;
- promover acções de mobilização dos decisores, agentes e populações locais para a dinamização regional do turismo.

**B - A Equipa do Projecto**, que apoiará o Coordenador, será estruturada em duas unidades, que assegurarão capacidade técnica e operacional para:

- **o acompanhamento e dinamização da execução do PDTVD** – obtendo informações periódicas sobre o andamento das medidas e projectos do Plano, apreciando sugestões relativas à qualificação da actividade turística, organizando acções e campanhas de interesse turístico e colaborando com as entidades responsáveis nas acções de cativação de investidores;
- **o apoio à gestão territorial** – dinamizando a apreciação dos projectos e planos pelos organismos competentes e procedendo, através de um núcleo permanente de técnicos destacados dos vários organismos intervenientes, à sua análise e tratamento, bem como, à interlocução com as autarquias locais, com os promotores de investimentos turísticos e seus projectistas no Vale do Douro.

**C - A Comissão de Gestão Territorial**, sediada na CCDR-N, reunirá periodicamente, assegurando a apreciação integrada dos projectos de investimentos turísticos e dos planos de pormenor de que estes careçam e integrará os representantes das entidades com atribuições na gestão do território (CCDRN, CM's, GTI, DGT, IPPAR, IEP e outras), os quais deverão ter competência delegada para apreciação e aprovação conjunta e mandato para emitir parecer integrado e final sobre esses planos e projectos.

Para além dos planos de pormenor, no âmbito desta Comissão **serão objecto de análise, apreciação e parecer** os projectos turísticos estruturantes, os projectos de alojamento,

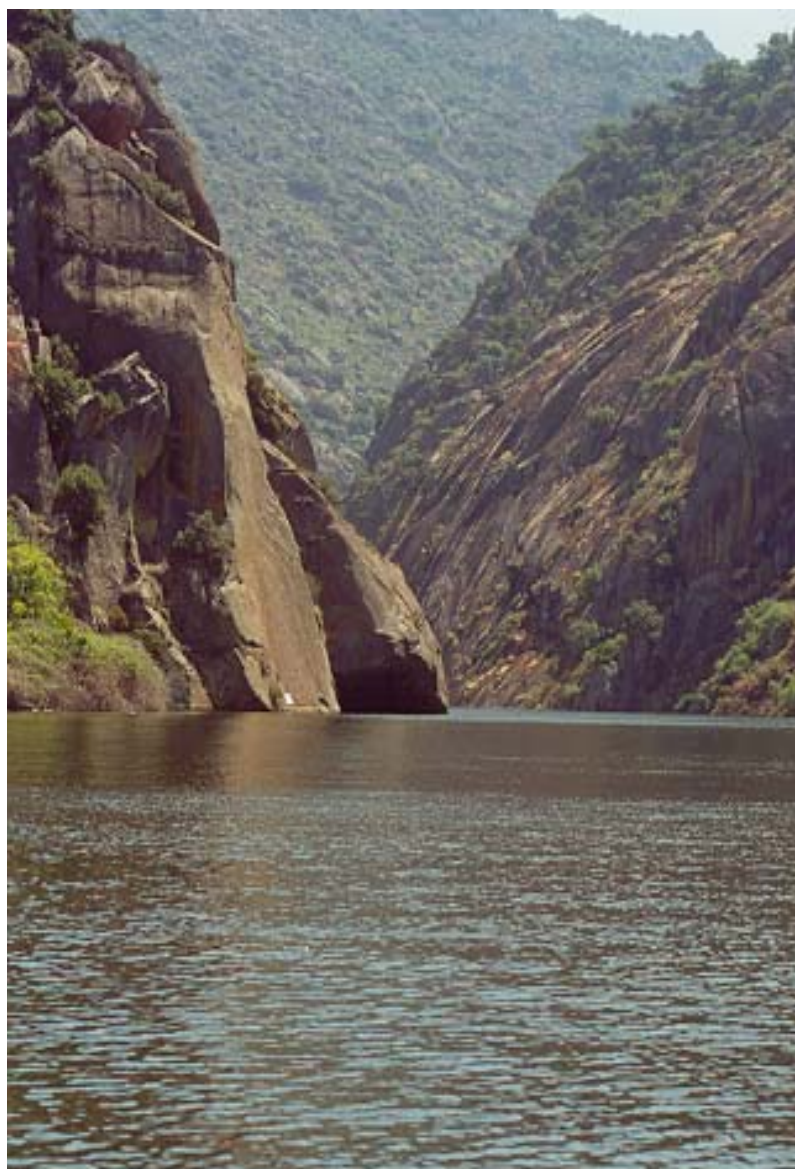
restauração e animação fora dos perímetros urbanos, e sempre que o licenciamento implique a necessidade de coordenação de entidades da Administração Central (Regional), **em condições a definir no quadro a criar de procedimentos específicos de gestão do território para o desenvolvimento turístico do Vale do Douro.**

**D - O Conselho Turístico do Douro**, órgão de consulta do Coordenador, para além de funcionar como Comissão de Acompanhamento do Plano, será o fórum onde, periodicamente, os responsáveis públicos, associações empresariais e agentes privados representativos e mais relevantes, procederão à apreciação do desenvolvimento turístico do Vale do Douro e à articulação de interesses e iniciativas em curso ou preparação.

**A Estrutura de Dinamização e Acompanhamento do PDTVD deverá ser criada por resolução do Governo, em simultâneo com a aprovação do Plano**, devendo nessa mesma resolução ser também determinada a **criação de um quadro de Procedimentos Específicos de Gestão do Território** para o desenvolvimento do turismo no Vale do Douro, no âmbito do respectivo Plano de Ordenamento Sectorial do Turismo.







**VIII. Projectos  
Fundamentais e  
Iniciativas Públicas para  
o Desenvolvimento  
Turístico do Vale do  
Douro, para o Período  
2004-2007**

## VIII. PROJECTOS FUNDAMENTAIS E INICIATIVAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO VALE DO DOURO (2004-2007)

Em cada uma das Medidas deste Plano foram identificados os Objectivos operacionais, a Tipologia de projectos prioritários, os Aspectos institucionais e normativos, os Indicadores de acompanhamento e a Programação de projectos relevantes para o desenvolvimento turístico do Vale do Douro. Neste capítulo, tratam-se os pontos “Programação” e “Aspectos institucionais e normativos”, com vista à identificação de um conjunto de “Projectos Fundamentais” e “Iniciativas Públicas” para o desenvolvimento turístico desta Região.

### VIII.1 PROJECTOS FUNDAMENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO VALE DO DOURO, PARA O PERÍODO 2004-2007

No ponto “Programação” de cada uma das Medidas foram incluídos projectos, distinguido-se duas situações, conforme os critérios indicados no ponto V.6:

- Projectos programados para o período 2004-2007;
- Outros projectos relevantes para o PDTVD

Desses dois conjuntos foram seleccionados os **projectos cuja execução ou início de execução, no período 2004-2007, se considera essencial**. O principal critério dessa selecção foi o da especial relevância dessa concretização, face aos objectivos da respectiva Medida, podendo dizer-se que todos eles são projectos “estruturantes”, designadamente, ao nível:

- do território - matriz e suporte do desenvolvimento turístico;
- da sustentabilidade ambiental, rural e cultural - condição *sine qua non* desse desenvolvimento;
- da qualificação e da competitividade da oferta turística - determinante para que o Vale do Douro se venha a “Tornar um Destino Turístico de Referência”.

Este conjunto de **projectos fundamentais**, que constituirá a **alavanca imprescindível para o desenvolvimento turístico** do Vale do Douro, apresenta-se, por grandes temas, nos quadros seguintes:

## PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO VALE DO DOURO

### Acessibilidades Rodoviárias

Projectos (Designação)	Entidade Promotora/ Ministério (s) envolvido (s)	Ponto de situação	Execução de obra	
			Início	Fim
IP 2 – Vale Benfeito – Ponte do Sabor	IEP/ MOPTH	Projecto a lançar (2004-2005)	2006	2008
IP 2 – Ponte do Sabor - Pocinho – Trancoso	IEP/ MOPTH	Estudo a lançar (2004-2005)	2007 (obra a lançar)	
IP 2 – Trancoso – Celorico	IEP/ MOPTH	Projecto em curso	2005	2007
IP3 – Nó do IP5 – Castro Daire Sul	IEP/ MOPTH	Obra em curso	2003	2005
IP3 – Régua – Vila Real (IP4)	IEP/ MOPTH	Obra em curso	-	2004
IP 3 –Vila Real – Fortunho (IP4)	IEP/ MOPTH	Obra em curso	-	2004-
IP 3 – Fortunho – V. P. de Aguiar – Chaves (fronteira)	IEP/ MOPTH	Projecto em curso	2005	2007
IP 4 – Ponte internacional de Quintanilha e acessos	IEP/ MOPTH	Obra a lançar	2004	2006
IP 4 - Amarante - Vila Real	IEP/ MOPTH	Estudo em curso (2004-2005)	2005 (concessão a lançar)	
IC 5 – V. P. de Aguiar – IP4 – (Alijó)	IEP/ MOPTH	Estudo a lançar (2004-2007)	Obra a lançar em 2007	
IC 5 – IP 4 (Alijó) – IP 2 (Nozelos)	IEP/ MOPTH	Projecto a lançar (2004-2005)	Obra a lançar em 2007	
IC 26 – Lamego (IP3) – Trancoso (IP2) – (estudo, projecto e obra)	IEP/ MOPTH	Elab. Estudo e Projecto (2004-2005)	2006	-
IC 35 – Penafiel – Entre-os-Rios	IEP/ MOPTH	Projecto concursado	2006	2008
Variante à E.N. 220 – ligação de Torre de Moncorvo ao IP2	IEP/ MOPTH	Obra em curso	2003	2005
E.N. 222 – Castelo de Paiva – limite do concelho (Variante à E.N. 109)	IEP/ MOPTH	Em curso	2002	2004
Variante à E.N. 222 – Beneficiação Arnelas (Km 1.700) – Barragem de Crestuma/ Lever (Km 11.750)	IEP/ MOPTH	Obra concursada	2004	2005
E.N. 222 – Variante Ponte do Arda – EM 504	IEP/ MOPTH	Obra concursada	2004	2006
E.N. 222 – Beneficiação Cinfães - Resende	IEP/ MOPTH	Obra em curso	2003	2004
E.N. 222, 332 – Beneficiação V.N. Foz Côa – Figueira de Castelo Rodrigo	IEP/ MOPTH	Obra a lançar	2004	2005
E.N. 321 – 2 -Baião – Ponte de Ermida	IEP/ MOPTH	Elaboração Projecto	-	-
Ponte do Pinhão	IEP/ MOPTH	Obra de beneficiação em curso	-	-

## PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO VALE DO DOURO

### Acessibilidades e projectos ferroviários

Projectos (Designação)	Entidade Promotora/ Ministério (s) envolvido (s)	Ponto de situação	Execução de obra	
			Início	Fim
Intervenção na linha do Douro – Caíde – Marco	REFER/ MOPHT	Em preparação de concurso	2004	2006
Intervenção na linha do Douro – Marco - Régua	REFER/ MOPHT	-	-	-
Requalificação urbana da área da Ponte D. Maria Pia	REFER/ CM's Porto e Gaia	Elaboração Estudos	-	-
Operacionalização dos Comboios turísticos de carácter temático “ e dos Comboios Históricos do Douro	CP	-	-	-
Projecto de aproveitamento turístico da linha Pocinho-Barca d'Alva	REFER/ CP	-	-	-

### Navegação fluvial

Construção do Pólo Fluvial do Freixo	IPTM/ MOPHT	Em curso	-	2004
Cais e Marina de Caldas de Aregos	IPTM/ MOPHT	Em curso	2004	2004
Requalificação e ampliação do Cais da Rede	IPTM/ MOPHT	Em projecto	2006	2007
Aprofundamento do canal de navegação junto à foz dos rios Tua e Sabor	IPTM/ MOPHT	-	-	-
Rede de comunicações e de segurança em VHF ao longo da via navegável	IPTM/ MOPHT	Em curso	-	2004
Geodouro/teledouro/SGI (Sistema de localização, vigilância e gestão da navegação ao longo da via navegável)	IPTM/ MOPHT	Em curso	-	2005
Cais fluvial Foz-Tua	IPTM/ MOPHT	-	-	-
Pista de Remo da Régua/ Bagauste	IPTM/ MOPHT	-	-	-

### Infra-estruturas aeroportuárias

Estudo da Rede de Aeródromos secundários do Vale do Douro	-	-	-	-
Requalificação do Aeródromo de Vila Real (projecto e obra)	C.M. Vila Real	Em curso	2004	2007
Requalificação do aeródromo de Bragança (projecto)	C. M. de Bragança	Adjudicado	2004	2005

## PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO VALE DO DOURO

### Saúde e Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

Projectos (Designação)	Entidade Promotora/ Ministério (s) envolvido (s)	Ponto de situação	Execução de obra	
			Início	Fim
Serviços de transporte de emergência médica no Douro	DG Hospitais/ M. Saúde	-	-	-
Reforço dos Equipamentos e serviços dos Hospitais de Vila Real, Lamego e Bragança	M. Saúde	-	-	-
Portal turístico do Vale do Douro	MCES/ MCOTA	-	-	-

### Património Natural e Ambiental

Eliminação das dissonâncias ambientais do Douro (projectos e acordos de intervenção) – AIBT Douro	CCDRN/ CM's/ /MCOTA	Estudo concluídos	2004	2007
Sistemas de Abastecimento de Água em alta (NUT Douro)	Águas de TMAD/ MCOTA	Em curso	2004	2007
Sistemas de Tratamento de Águas Residuais (NUT Douro)	Águas de TMAD/ MCOTA	Em curso	2004	2007

### Património Histórico-Cultural

Museu do Douro – Aquisição da Casa da Companhia; Instalação do núcleo central; Rede polinuclear e Programa de Acção;	Museu do Douro/ M. Cultura	Em curso a aquisição da Casa da Companhia	-	-
Auditório do Museu do Douro (recuperação do Teatrinho italiano da Régua)	IVP/ Museu do Douro/ MADRP/ M. Cultura	-	-	-
Museu do Côa (elaboração de estudos e projectos, construção e instalação)	Parque Arqueológico do Côa/ M. Cultura	Elaboração de estudos e projectos	-	-
Parque Arqueológico do Côa - Programa de Animação Côa (Passeio fluviais, Percursos de Observação da Natureza/ requalificação do núcleo de Cidadelhe)	Parque Arqueológico do Côa/ M. Cultura/ MCOTA	-	-	-
Mosteiro de S. João de Tarouca	IPPAR/ M. Cultura	-	2004	-

## PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO VALE DO DOURO

Mosteiro de Salzedas	IPPAR/ M. Cultura	-	2004	-
Igreja de Ferreirim	IPPAR/ M. Cultura	-	2004	-

### Ruralidade e Desenvolvimento Local

Projectos (Designação)	Entidade Promotora/ Ministério (s) envolvido (s)	Ponto de situação	Execução	
			Início	Fim
Plano Zonal do Alto Douro Vinhateiro	DRATM/ MADRP	Em proposta	2005	2009
Aldeias Vinhateiras do Douro (Ucanha, Salzedas, Provesende, Favaio, Barcos)	Diversos/ MCOTA	Em curso	2003	2007

### Alojamento turístico tradicional e termalismo

Programa Especial de Requalificação e Reabilitação da oferta de alojamento, restauração e animação	DGT/ IFT/ M. Economia	-	-	-
--	--------------------------	---	---	---

### Formação em Turismo

Construção da nova Escola de Hotelaria e Turismo do Porto (projecto e obra)	INFTUR/ M. Economia	Elaboração Projecto	2005	2006
Construção do novo Núcleo Escolar de Lamego	INFTUR/ M. Economia	Em adjudicação	2004	2005
Criação e instalação do Centro de Formação e aperfeiçoamento para quadros superiores na área do Turismo em Lamego	INFTUR/ M. Economia	-	-	2004
Abertura do núcleo escolar de Trás-os-Montes (incluindo um centro de reconhecimento, validação e certificação de competências escolares e profissionais)	INFTUR/ M. Economia	Em adjudicação	2004	2004
Realojamento do núcleo existente de Formação em Hotelaria e Turismo de Santa Maria da Feira	INFTUR/ M. Economia	Carece de fonte de financiamento	-	-
Programa Especial de Requalificação de Activos	INFTUR/ M. Economia	Em elaboração	2004	2008
Projecto de Qualificação Inicial	INFTUR/ M. Economia	Em curso	2004	2008

## PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO VALE DO DOURO

### Marketing, Promoção e Animação

Projectos (Designação)	Entidade Promotora/ Ministério (s) envolvido (s)	Ponto de situação	Execução	
			Início	Fim
Criação e implementação do Programa Especial de Dinamização e Promoção do Destino Turístico Douro	ITP/ ADETURN/ M. Economia	Em elaboração	2004	2006
Campanha promocional da imagem corporativa do Vale do Douro	M. Economia/ MCOTA	-	-	-
Prémios de Excelência turística	M. Economia	-	-	-
Festa das Vindimas com evento internacional (anual)	IVP/ MCOTA	-	-	-
Programa de Animação turístico-fluvial	IPTM/ Clubes Fluviais/ MOPHT	-	-	-

### Itinerários turístico culturais e informação e sinalização turística

Programa Especial de Informação e Sinalização Turística do Vale do Douro	DGT/ M. Economia	Em elaboração	2004	-
Rota do Românico do Vale do Sousa	AMVS/ CCDRN/ MOPHT/ MCOTA/ M.Economia/ M. Cultura	Em curso		2005
Rota de Cister	M.Economia/ MCOTA	-	-	-




## VIII.2 INICIATIVAS PÚBLICAS RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO VALE DO DOURO

Nos “Aspectos institucionais e Normativos” de cada Medida foram identificadas algumas “Iniciativas Públicas”, cuja concretização é relevante para atingir os respectivos “Objectivos Operacionais”. A sua natureza varia desde a simples recomendação até à disposição legal. De entre o conjunto dessas “Iniciativas” **identificaram-se aquelas cuja concretização se considera imprescindível** para o desenvolvimento turístico do Vale do Douro e cuja apresentação é feita no quadro seguinte.

<i>Iniciativas (designação)</i>	<i>Ministério (s) envolvido (s)</i>
<b>Aprovação do PDTVD</b> e criação da <b>Estrutura de Dinamização e Acompanhamento</b> para a implementação do Plano	Conselho de Ministros
Definição da forma de integração dos objectivos estratégicos do PDTVD no Plano Regional de Ordenamento do Território para Trás-os-Montes e Alto Douro (PROT-TMAD)	MCOTA
Estabelecimento de um <b>Quadro de procedimentos específicos de Gestão do Território</b> para o desenvolvimento do turismo no Vale do Douro, com condições de reconhecimento de interesse público para os projectos turísticos estruturantes	MCOTA
<b>Atribuição prévia de utilidade turística e de declaração de interesse para o turismo</b> aos empreendimentos estruturantes integráveis no PDTVD	Ministério da Economia
Constituição da <b>Agência dos Comboios Históricos do Douro</b> com a contratualização, numa lógica de serviço público de: concessão da operação ferroviária de serviço de comboios históricos na linha do Douro (acima da Régua) e seus ramais para fins turísticos (CP/ REFER/ Emp. Man. de Equip. Ferrov. SA/ IPTM/ CCDRN/ Municípios/ Reg. Turismo)	MOPHT/ MCOTA Ministério da Economia
Constituição da <b>Fundação do Museu do Douro</b>	Ministério da Cultura
Definição do <b>quadro jurídico do Parque Arqueológico do Côa</b>	Ministério da Cultura
Criação de uma <b>Bolsa para o relançamento e concessão de patrimónios e estruturas públicas desactivadas</b> (ferroviárias, fluviais, edifícios, parques, etc.) de interesse turístico	MOPHT/ MCOTA/ M. ECONOMIA
<b>Contrato-Programa para a Dinamização Turística do Douro</b> com definição e operacionalização de incentivos complementares para os projectos do PDTVD	M. Economia/ M. Finanças/ M. Segurança Social e do Trabalho
<b>Adaptação da regulamentação das actividades fluviais no Douro</b> e nas águas interiores às activ. turísticas e à navegação nocturna (extensível as barragens do Douro Internacional)	MOPHT
<b>Reconhecimento</b> pelo CEPT (Conselho Estratégico de Promoção Turística) da <b>sub-marca Douro/ Vale do Douro</b> para efeitos de promoção turística internacional	Ministério da Economia
<b>Orientação política</b> para opção de aproveit. turístico da linha do <b>Pocinho – Barca d’ Alva</b>	MOPHT
Alteração da <b>legislação</b> enquadradora da actividade dos <b>Guias Turísticos Regionais</b>	Ministério da Economia
<b>Acordo de cooperação turística Douro-Duero</b> , no domínio da promoção turística e das acessibilidades rodoviárias e ferroviárias	MCOTA/ Cooperação transfronteiriça
Criação de <b>regulamentação para a sinalização turístico-fluvial</b>	MOPHT
Elaboração de <b>regulamentação para navegação nas albufeiras do Douro Internacional</b> , incluindo, a definição da <b>entidade gestora, em articulação com as autoridades espanholas</b> .	MCOTA/ MOPHT
Orientação política no sentido de definição, enquadramento e programação dos sistemas integrados de abastecimento de água e saneamento básico da NUT Tâmega e Entre Douro e Vouga	MCOTA



## DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DO PDTVD

-  BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTOS (2003) Turismo no Vale do Douro, Agência Portuguesa de Investimentos, Porto;
-  DELOITTE CONSULTING/ NEOTURIS (2003) Turismo no Vale do Douro, Agência Portuguesa de Investimentos, Porto;
-  SPIDOURO (2003) Turismo no Vale do Douro, Agência Portuguesa de Investimentos, Porto.

## BIBLIOGRAFIA

- 📖 AT KEARNEY (1999) Assistir a ADETURN na definição de uma estratégia de Marketing para o Turismo no Norte de Portugal, relatório de progresso, Adeturn, Lisboa;
- 📖 BAPTISTA, Mário (1997) Turismo - Competitividade Sustentável, Editorial Verbo, Lisboa;
- 📖 BRIASSOULIS, H. e Straaten J. (1992) Tourism and the Environment – Regional, Economic and Policy Issues, vol. 2, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht;
- 📖 CEDRU/ GLOBAL PRAXIS (s/d) Plano de Desenvolvimento Turístico do Alentejo, Região de Turismo de Évora, s.n.t.;
- 📖 COCOSSIS, Harry e Nijkamp, Peter (1995) Sustainable Tourism Development, Avebury - Ashgate Publishing Limited, Hants;
- 📖 COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE (1997) PRODOURO - Programa de Desenvolvimento do Douro, CCRN, Porto;
- 📖 COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE (1998) Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social – Diagnóstico Prospectivo da Região Norte 2000-2006, CCRN, Porto;
- 📖 COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE (2000) Programa Operacional da Região do Norte 2000-2006 - Acção Integrada de Base Territorial do Douro - Programa Global de Intervenção, versão provisória, CCRN, Porto;
- 📖 COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE (2000) Programa Operacional da Região do Norte 2000-2006, CCRN, Porto
- 📖 COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE (2000) Programa Operacional da Região do Norte 2000-2006 - Complemento de Programação, CCRN, Porto;
- 📖 COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE (1990) PROZED - Plano Regional de Ordenamento da zona envolvente do Douro, CCRN, Porto;
- 📖 COMISSÃO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO DO NORTE (1979) Contribuição para o inventário das potencialidades turísticas da área do Douro, vol. 1, CPRN, Porto;
- 📖 COMISSÃO EUROPEIA (s/d) Novo período de programação 2000-2006: documentos de trabalho metodológicos: indicadores de acompanhamento e avaliação – uma metodologia indicativa, doc. de trabalho n.º 3, CE, s.n.t.;

- 📖 COOPER, C., FLETCHER, J., GILBERT, D. and WANHILL, S. (1993) Tourism: principles and practice, Pitman Publishing, London;
- 📖 DELOITTE & TOUCHE (2003) Estudo - Caminhos Durienses, CCRN, Porto;
- 📖 DELOITTE & TOUCHE (2003) Estudo - Rede de Miradouros, CCRN, Porto;
- 📖 DIRECÇÃO GERAL DE TURISMO (1994) O impacte socio-economico e ambiental das actividades turísticas – contributos para uma avaliação integrada, DGT, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente, Lisboa;
- 📖 DIRECÇÃO GERAL DO AMBIENTE (2000) Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, Direcção Geral do Ambiente, Amadora;
- 📖 DHV TECNOPOR (2003) Estudo – Dissonâncias Ambientais, CCRN, Porto;
- 📖 GODET, Michel (1993) Manual de Prospectiva Estratégica - da antecipação à acção, Publicações Dom Quixote, Lisboa;
- 📖 GUNN, Clare A. (1994) Tourism Planning - Basics, Concepts, Cases, 3ª edição, Taylor & Francis, Washington;
- 📖 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2003) Anuário estatístico da Região Norte, INE, Lisboa;
- 📖 INSKEEP, E. (1992) Tourism Planning. An integrated and sustainable development approach, Van Nostrand Reinhold, New York;
- 📖 INXL, CEDRU (2001) Potencialidades do Douro Sul, OEFP, Lisboa;
- 📖 LIMNOS (2000) Atlas Ecológico do Rio Douro-Duero, CCRN e Junta de Castela e Leão, apoio UE – Programa Terra, Porto;
- 📖 MATHIESON, Alister et al (1982) Tourism: Economic, Physical and Social Impacts, Longman Publishing Group, Essex;
- 📖 MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO - SEDR (1998) Portugal: Uma visão estratégica para vencer o século XXI - Plano de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006, MEPAT, Lisboa;
- 📖 MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO - SEDR (1999) Plano de Desenvolvimento Regional 2000-2006, MEPAT, Lisboa;
- 📖 MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO (2000) Quadro Comunitário de Apoio III – Portugal 2000-2006, Direcção Geral de Desenvolvimento Regional, Lisboa;

- 📖 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (1993) Sustainable Tourism Development, OMT, Madrid;
- 📖 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (1998) Guide for local authorities on developing sustainable tourism, OMT, Madrid;
- 📖 REGIÃO DE TURISMO DO ALGARVE (2001) Plano Regional de Turismo do Algarve, RTA, Faro;
- 📖 SPIDOURO, QUATERNAIRE PORTUGAL (1999) Viabilidade da candidatura do Vale do Douro a Património Mundial, relatório final, s.n.t.;
- 📖 SPIDOURO (1999a) Plano geral de caracterização da rede de cais turístico-fluviais do rio Douro, IND, Vila Real;
- 📖 SPIDOURO (1999b) Douro – o Rio, a Vinha e o Vinho – Candidatura PITER do Douro, Spidouro, Vila Real;
- 📖 SPIDOURO (2000a) Relançamento dos patrimónios ferroviários desactivados do Douro e Trás-os-Montes, Spidouro, Vila Real;
- 📖 SPIDOURO (2000b) Lançamento dos Comboios Históricos e Turísticos do Douro, CP, Vila Real;
- 📖 SPIDOURO (2003) Agência dos Comboios Históricos do Douro: Centro Ferroviário do Douro, Doc. de trabalho, Spidouro, Vila Real;
- 📖 UNIVERSIDADE DE AVEIRO (2001) Avaliação do II Quadro Comunitário de Apoio - Componente do Turismo - Síntese e Recomendações, IFT, Lisboa;
- 📖 UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO (s/d) Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro, UTAD, Vila Real;

## LEGISLAÇÃO BASE

- 📖 PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2003) Resolução de Conselho de Ministros n.º 97/2003, Diário da República – I série B, n.º 176 – 1 de Agosto de 2003, pp.4540-4550; [Plano de Desenvolvimento do Turismo]
- 📖 PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2003) Resolução de Conselho de Ministros n.º 98/2003, Diário da República – I série B, n.º 176 – 1 de Agosto de 2003, pp.4551-4552; [CALPTE]
- 📖 PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2003) Resolução de Conselho de Ministros n.º 139/2003, Diário da República - I série B, n. 179 - 29 de Agosto de 2003, pp. 5740-5742 [PDTVD]
- 📖 PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2003) Resolução de Conselho de Ministros n.º 5/2003, Diário da República - II série, n. 12 - 15 de Janeiro de 2003, pp. 643-644 [PDTVD]

## ANEXO I - QUADRO DE REFERÊNCIA DE GESTÃO TERRITORIAL

O presente documento, anexo do Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, que dele faz parte integrante, enquadra os efeitos de planeamento e gestão do território decorrentes dos processos de edificação de vocação turística que o PDTVD pretende dinamizar, propondo, no quadro da legislação vigente, um processo organizativo mais integrado e ágil, para assegurar a apreciação pública dos projectos e planos de interesse turístico na Vale do Douro.

O documento estrutura-se nos seguintes pontos:

### 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

### 2 - A UNIDADE DE GESTÃO TERRITORIAL

### 3 - LICENCIAMENTO DE PROJECTOS TURÍSTICOS

### 4 - FERRAMENTAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

### 5 - PRINCÍPIOS PARA A ELABORAÇÃO DE PLANOS E PROJECTOS

### 6 - PROCEDIMENTOS ACTUAIS DE AUTORIZAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJECTOS

### 7 - PROPOSTA DE NOVOS PROCEDIMENTOS DE AUTORIZAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJECTOS

### 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

Para além dos benefícios que se poderão atribuir ao sector do turismo, quer ao nível da dinamização e diversificação da economia local, quer como actividade capaz de atenuar desequilíbrios regionais, o incremento do desenvolvimento turístico no vale do Douro obrigará e justificará o lançamento e a concretização de infra-estruturas e de equipamentos básicos, e arrastará o investimento noutras áreas ligadas ao desenvolvimento social e cultural.

Por estas vias, o turismo contribuirá, de forma inequívoca, para a melhoria do bem-estar das populações locais, transformando-se num factor de coesão social.

Estamos pois perante uma **oportunidade única para o vale do Douro**, cujo sucesso depende, em larga medida, da forma como se integrem as propostas de projectos de investimento privado e público, com as áreas do ordenamento do território, dos recursos naturais e do

desenvolvimento regional, em obediência aos objectivos prioritários definidos para a política do turismo preconizados na RCM nº97/2003, de 1 de Agosto.

Tal necessidade de integração e articulação resulta, da dependência que a vocação turística do vale do Douro detém, relativamente base territorial que a sustenta.

As determinantes que a seguir apresentamos são exemplo disso.

### **Vale do Douro - Bem público/colectivo**

O turismo emerge, no Vale do Douro e em muitas outras regiões, como a actividade que melhor pode aproveitar e “endogenizar” os recursos locais, característica que lhe é conferida pelo carácter de intransferibilidade e de inamovibilidade desses recursos, sejam eles naturais, humanos, históricos ou culturais.

Saliente-se a este propósito, **que o turismo é uma actividade que não paga matéria-prima, utilizando bens do domínio público/colectivo.** Do domínio público colectivo porque passíveis de usufruto por todos.

Deste modo, a oferta turística transcende largamente a produção turística porque comporta a utilização dos recursos do território únicos, sejam eles naturais, paisagísticos, culturais, e ligados a uma localização muito precisa, **detendo normalmente a natureza jurídica de bens públicos**, como são os casos dos parques e áreas de paisagem protegida que cobrem parte significativa do Vale do Douro.

### **Turismo/Transformação do espaço**

O **turismo** é um “produtor”, um organizador e um consumidor de espaços e, portanto, **induz, sempre, modificações nesses mesmos espaços.** Essas modificações operam em diferentes dimensões e graus de intensidade, sendo certo que, no **Vale do Douro, o limiar da intensidade máxima deve encontrar-se na capacidade de acolhimento de cada trecho de território**, dada a especificidade de cada unidade de paisagem.

Essa capacidade é **função directa da qualidade intrínseca de cada estrutura, e da sua ajustada localização, implantação e integração no território.**

O estabelecimento do limite pretendido/aceitável da "mudança" aconselhará a definição de critérios e metodologias de prevenção, minimização, acompanhamento e monitorização das acções a desenvolver no Vale do Douro.

O potencial natural e a qualidade estética e a grandeza cénica são indiscutíveis, ao ponto de grande parte do Vale do Douro ter sido incluído na Lista do Património Mundial da UNESCO. Porém, a sua identificação como recurso patrimonial e turístico, não é suficiente para assegurar a sua preservação.

**A manutenção das condições de excelência do território e do ambiente, bem como a sua valorização activa, são essenciais para que o turismo no Vale do Douro se desenvolva de forma harmoniosa, coerente e duradoura, isto é sustentável.**

Assim, à Administração Pública são cometidas importantes funções de acompanhamento dos processos de transformação do território, sob pena da perda significativa dos seus valores e até do seu comprometimento a prazo, induzindo a diminuição da atractividade.

### **Atractividade do Vale do Douro**

A situação actual, no Vale do Douro, revela que essa atractividade geral é baixa, determinada pelo médio volume de turistas, com alta sazonalidade, podendo ser média/alta em alguns pólos, como seja na cidade do Porto e nos percursos fluviais com reflexos em alguns pontos na envolvente directa do Rio Douro. Nestes termos, o aumento da competitividade passa também pelo reforço da atractividade, ou dito de outro modo, pela **melhoria dos atractivos do vale do Douro como destino turístico**. Isso pressupõe **uma estruturação e valorização dos recursos de base territorial**, que facilite a operacionalização e favoreça a capacidade diferenciadora dos produtos turísticos, especialmente aqueles que se encontram associados às **características ambientais, culturais e paisagísticas**.

Dito pela negativa, teme-se, recorrentemente, que uma expansão desordenada das actividades turísticas, entre outras, gere desequilíbrios ambientais e intrusões visuais que comprometam a



sustentabilidade da exploração desses mesmos recursos e, em última instância, a sustentabilidade da própria actividade.

### **A resolução dos “pontos críticos”**

Pelo que ficou exposto, fácil se torna reconhecer o papel que o PDTVD também deve desempenhar, enquanto **garante do melhor equilíbrio entre o desenvolvimento do turismo e a salvaguarda dos recursos**, não devendo deixar de eleger as diferentes dimensões do ordenamento do território, como uma componente estratégica de inegável relevância.

De facto, **a prossecução do desenvolvimento turístico** numa região com fortes vulnerabilidades sócio-económicas mas, simultaneamente, detentora de singulares valores naturais e culturais e elevada susceptibilidade paisagística, como a do vale do Douro, **será tanto melhor sucedida, quanto melhor conseguir articular-se com os domínios da conservação da natureza, da valorização de recursos endógenos, do ordenamento do território, da preservação e produção de bens culturais e do desenvolvimento regional.**

Ao mesmo tempo, ao procurar integrar estas componentes, contribuir-se-á, de forma substantiva, para a **resolução dos “pontos críticos”** que se colocam no processo de aprovação e licenciamento dos projectos turísticos que se pretendem atrair para a região.

De entre os referidos pontos críticos merecem referência:

- A frequente **debilidade da qualidade técnica dos projectos**, nomeadamente nos domínios conceptual e estético, associada à, também corrente inexistência de uma adequada perspectiva de integração paisagística;
- A eventual **incompatibilidade com os instrumentos de gestão do território**, dado que a quase totalidade dos planos directores municipais (PDM) se encontra a perfazer os dez anos de vigência, não incorporando a especial vocação turística (agora determinada pelo Governo para o Vale do Douro), nem a classificação de espaços destinados ao acolhimento das actividades turística e recreativa, na sua concepção de ordenamento. Ao mesmo tempo que o seu processo de revisão se prolongará no tempo, em prazo incomportável para os desejados investimentos turísticos;
- Os **procedimentos de autorização e licenciamento que se encontram fragmentados**, nos diversos casos em que, por vezes, são obrigados, quer nos processos de **Avaliação de Impacte Ambiental** (AIA), em função da dimensão dos empreendimentos, ou de

**Reconhecimento de Interesse Público (RIP)**, se se verificar ocupação de áreas classificadas como REN, quer nos caos de **desafecção da Reserva Agrícola Nacional** ou que envolvam normas de protecção de **Patrimónios Classificados**;

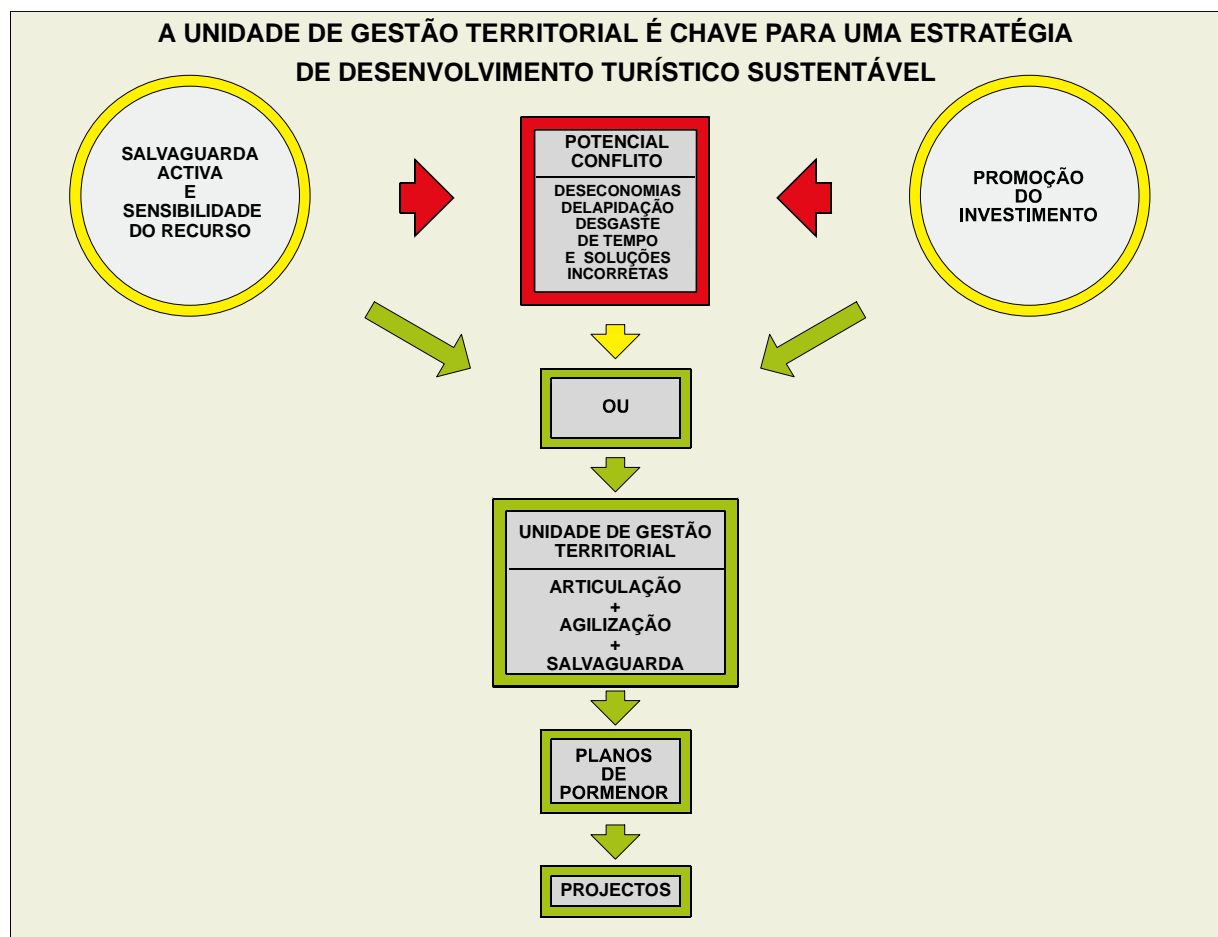
- A dispersão e consequente **morosidade dos processos de autorização e licenciamento**. Neste contexto, a prossecução dos objectivos do plano impõe que se definam os princípios, as directrizes e a metodologia subjacentes à localização, instalação e desenvolvimento de espaços turísticos, compatibilizando a estabilidade das áreas urbanas e a qualidade do meio rural com a promoção dos investimentos estruturantes, mas também com os investimentos na reabilitação, extensão e melhoria de qualidade de empreendimentos existentes e em actividades complementares de animação turística que potenciem novas vocações regionais.

## 2 - A UNIDADE DE GESTÃO TERRITORIAL

Importa reconhecer o papel que este Plano também deve desempenhar, enquanto **garante do melhor equilíbrio entre desenvolvimento do turismo e salvaguarda dos recursos**, não devendo deixar de eleger as diferentes dimensões do ordenamento do território, como uma componente estratégica.

Nestes termos, **é uma opção estratégica a constituição de uma Comissão de Gestão do Território**, representativa das entidades públicas intervenientes e apoiada por uma Unidade operativa permanente, integrada na Estrutura de Dinamização do PDTVD, que promova e suporte uma **diferente metodologia** de relacionamento, quer entre os vários sectores da Administração, quer entre esta e os particulares interessados.

<b>Para uma intervenção especial</b>	—————▶	<b>um procedimento especial</b>
<b>Uma mesma Comissão</b>	—————▶	<b>um único parecer integrado</b>



Só através de uma **gestão territorial integrada** das várias entidades públicas com directas competências sobre os planos e projectos que a realização dos empreendimentos turísticos implica, será viável a articulação e agilização dos projectos de investimento turístico.

Garantindo o cumprimento da lei e a obtenção das diversas perspectivas sectoriais sobre os empreendimentos, há que assegurar que essas várias perspectivas do interesse colectivo são explicitadas em tempo oportuno, por um lado, e, por outro, que são produzidas de uma forma integrada, concertada, de molde a não se perder a visão global do que está em causa.

Acresce que a tarefa a desempenhar pela formula organizativa proposta, a **Comissão de Gestão do Território / Unidade Operativa** -- precisamente por ter como pano de fundo da sua actuação uma estratégia de desenvolvimento sustentado -- não se limitará a apreciar planos e

projectos numa mera óptica do quadro legal estabelecido, devendo também exercer uma função pedagógica no sentido de **assegurar a excelência dos projectos**, de molde a que estes sempre se traduzam numa mais-valia para o recurso Douro.

Como princípio metodológico e sempre que se trate de empreendimentos de maior dimensão, importa **inserir os projectos estruturantes em Planos de Pormenor** que assegurem a necessária compatibilização e articulação com os instrumentos de gestão do território em vigor, permitindo enquadrar as transformações de uso do solo em operações que, no seu impacto sobre a paisagem existente, possam ser consideradas como novos valores acrescentados.

A figura do Plano de Pormenor será, de facto, a mais ajustada, em termos de dimensão, de escala e do tempo necessário à sua elaboração, quer se trate de acções em perímetros urbanos ou em espaços a urbanizar, quer quando as actividades turísticas assumem a característica de novos acontecimentos na paisagem, com impacte visual que importa controlar.

Trata-se portanto, de **ajustar a metodologia e o processo** de elaboração e aprovação destes Planos de Pormenor à dinâmica que se pretende induzir no Vale do Douro.

### 3 - LICENCIAMENTO DE PROJECTOS TURÍSTICOS

Procura-se neste plano o **equilíbrio**, sempre dinâmico, e por isso, instável, **entre o desenvolvimento e a preservação do património natural e cultural**.

Para apoiar esse desejado desenvolvimento com o aproveitamento turístico dos recursos patrimoniais disponíveis, é, assim, necessário **articular a pressão** da carga turística **com a capacidade de sustentação** do meio, em termos de recursos e de património.

Sendo o Douro uma região que se distingue pela elevada qualidade da paisagem natural humanizada, como reconheceu a UNESCO, e sendo desejável o desenvolvimento de produtos turísticos capazes de captar públicos de padrão elevado de exigência, nomeadamente turistas de alto poder de aquisição e o chamado turismo cultural, é determinante para o futuro deste sector na região que se eleve o nível de exigência quanto à qualidade intrínseca dos planos e projectos de novos empreendimentos, bem como quanto à sua envolvente e inserção na paisagem.

Não bastará por isso que a administração, central e local, se reduza a uma apreciação dos projectos sob o ponto de vista da sua conformidade legal com os planos em vigor. Importa, também, assegurar a qualidade das intervenções arquitectónicas, no que concerne à respectiva integração paisagística.

Isto passará pelo enraizamento de **uma nova atitude na administração**, dos promotores e dos seus técnicos de modo a que, na generalidade da oferta, se consiga provocar visíveis melhorias qualitativas no resultado.

Ganham com isso os promotores, na medida em que passam a lidar com uma Administração que se organiza e coordena para ter “uma só face”, e que lhes responderá de uma forma mais célere e concertada; ganha o interesse público, na medida em que as competências da administração passam a ser exercidas através de uma intervenção única, articulada e integrada, inserida numa estratégia de desenvolvimento sustentado para o turismo.

Esta Comissão de Gestão do Território, não pode deixar de estar integrada na CCDD-N, como também é aconselhável que o esteja a própria estrutura de dinamização do PDTVD.

Com este processo de coordenação, com a participação do elenco de representantes de diversos Serviços da Administração Central, com a participação activa dos municípios gerar-se-á uma **nova experiência de planeamento no domínio dos projectos turísticos**, alicerçada na prática, informada sobre as mais variadas vertentes do território, do desenvolvimento e do património, orientada para o desenvolvimento turístico sustentável.

A eficácia pretendida para a **Comissão de Gestão do Território** implica, desde logo, que cada um dos membros que a compõem disponha de mandato e competência para, efectivamente, representar a entidade pública que o nomeou. Mas esse mandato há-de prever também que o parecer final a emitir por esta Comissão, permita ao representante de cada entidade ajustar a perspectiva sectorial que lhe cabe defender à gestão territorial integrada que importa assegurar.

Implica também que se estabeleçam e divulguem os princípios orientadores da apreciação que a “Comissão de Gestão Territorial do PDTVD” deverá defender, bem como os critérios de

análise, a elaborar no âmbito do seu funcionamento, garantindo-se, assim, uma actuação transparente e com equidade, quer, ainda, a definição explícita das condicionantes que impendem sobre cada projecto cuja concretização seja viável do ponto de vista da gestão territorial, de modo a promover a seu pronto e mais eficaz ajustamento ao cumprimento dessas condicionantes.

A "Comissão de Gestão Territorial do PDTVD" será constituída, como se referiu, pelos representantes das entidades com directas competências sobre os planos ou projectos que a realização dos empreendimentos turísticos pressupõe. Nesta conformidade, integrá-la-ão representantes nominais de cada uma das seguintes entidades:

- **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;**
- **Município/s territorialmente competente/s;**
- **Agência Portuguesa de Investimento;**
- **Gabinete Técnico Intermunicipal do Plano Intermunicipal do Alto Douro Vinhateiro.**
- **Direcção-Geral do Turismo;**
- **IPPAR;**
- **Coordenador do PDTVD, que presidirá**

Quando o projecto ou plano em apreciação o justificar deverão ser também chamados a participar nas reuniões da Comissão de Gestão Territorial outros organismos como:

- **Direcção Regional de Economia do Norte;**
- **Direcção Regional de Agricultura territorialmente competente;**
- **Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos;**
- **Instituto de Conservação da Natureza;**
- **Instituto de Estradas de Portugal;**
- **Instituto da Água**
- **Instituto do Ambiente...**

Uma última nota relativa à composição proposta para a “unidade de gestão” prende-se com a circunstância da representação dos municípios, por vezes, aconselhar o envolvimento não apenas do município onde se localize a pretensão sob análise, podendo justificar-se, também, a inclusão daquele ou daqueles que sejam directa e imediatamente afectados pela sua execução. Estamos a pensar, sobretudo, no caso de empreendimentos ou planos de pormenor que envolvam zonas confinantes de municípios vizinhos ou onde a bacia visual em questão claramente aconselhe o envolvimento de município confinante.

#### 4 - FERRAMENTAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

Bem entendido que para suportar a gestão eficaz do Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, é necessário dotar a Administração de **ferramentas de planeamento adequadas, no tempo e no espaço**.

Concretamente, para empreendimentos que venham a surgir no âmbito dos perímetros urbanos não será necessário encarar especiais mecanismos de agilização, porquanto o planeamento municipal dispõe de instrumentos para responder, em tempo oportuno, às pretensões dos promotores de novos estabelecimentos.

Diferente terá de ser o procedimento quando as intervenções tenham incidência fora dos perímetros urbanos definidos nos Planos Directores Municipais (PDM) em vigor.

Sem esperar pela actualização dos actuais PDM's, há que **agilizar os procedimentos** de autorização e licenciamento e ponderar sobre as soluções.

Na situação actual, será mesmo frequente, que sobre os terrenos onde pretendam instalar-se novas actividades, nomeadamente turísticas ou recreativas incidam diversas figuras de protecção como a RAN, a REN, zonas reservadas de albufeiras, áreas de valor patrimonial classificadas, áreas da Rede Natura, parques ou reservas naturais e áreas do Património Mundial do Alto Douro Vinhateiro e do Parque Arqueológico do Côa, por vezes com determinações não compatibilizadas.

Todas essas figuras de protecção têm a sua **razão de ser e estatuto próprio** e não podem, por isso, ser **desvalorizadas ou ultrapassadas** para aprovar qualquer tipo de empreendimento. Há, portanto, que encontrar a **sede concertada** para apreciação dessas pretensões.

Nesse sentido se justifica a proposta da criação da “**Comissão de Gestão do Território**”.

Do mesmo modo resultará simplificada a apreciação de qualquer acção com incidência em área classificada como REN – Reserva Ecológica Nacional, que pela sua dimensão não careça de enquadramento em Plano de Pormenor, e consequente procedimento de instrução do Reconhecimento de Interesse Público, ao abrigo do regime estabelecido para a referida reserva.

E da mesma forma se propõe que esta Comissão integre os elementos que compõem a Comissão Regional da Reserva Agrícola, no sentido de conciliar procedimentos e apreciações quando estejam em causa espaços classificados neste âmbito.

Para acompanhamento da elaboração de Planos de Pormenor, **a unidade de gestão coincidirá com a respectiva comissão mista de coordenação**, evitando-se a duplicação de estruturas e as perdas de tempo e de coerência daí resultantes. Igualmente para a instrução do Reconhecimento de Interesse Público, quando este tiver lugar, a consulta às diversas entidades será realizada no âmbito da mesma unidade de gestão.

## **5 - PRINCÍPIOS PARA A ELABORAÇÃO DE PLANOS E PROJECTOS**

Dada a sensibilidade paisagística e ambiental deste território, e a sua classificação como Património Mundial e área envolvente deste, as ferramentas de gestão mais ajustadas não poderão limitar-se à consideração de indicadores quantitativos, como os índices de ocupação do solo ou volumetrias, mas, sobretudo, com soluções onde os parâmetros qualitativos prevalecem.

Assim relevam-se as seguintes quatro orientações:



**A - Qualificação do território**

**B – Enquadramento arquitectónico**

**C - Difusão da qualidade**

**D – Promoção integrada no planeamento**

**A - Qualificação do território**

Importa neste ponto sublinhar que a paisagem, a qualidade do território, o equilíbrio ecológico e a preservação dos recursos naturais, para além da salvaguarda dos valores patrimoniais, são indispensáveis à **Identidade** do vale do Douro, **e também vectores essenciais do seu valor como área de atracção turística.**

Se o desenvolvimento turístico viesse a contribuir para a degradação desses valores, estaria a pôr em causa a sua própria razão de existir, e, assim, a comprometer a sua sustentabilidade.

A **preservação da qualidade da paisagem**, por isso, **além de ser imperativo cultural é também imperativo económico**, porquanto será esse o principal valor a jogar no plano da promoção e da satisfação turística.

Mas a paisagem não é só constituída pelas grandes panorâmicas que nos revelam vales e encostas cobertos de vinhas com bordaduras de oliveiras, até porque o Vale do Douro não é só o Alto Douro Vinhateiro. Também a pequena panorâmica e até o pormenor de cada recanto vai preencher a atenção do turista e despertar agrado ou desagrado de maior ou menor intensidade conforme a qualidade estética presente.

**B – Enquadramento arquitectónico**

Os planos de pormenor, a elaborar nestas circunstâncias, deverão enquadrar os projectos, determinando: a configuração geral do edificado a promover ou adaptar; as **áreas** de implantação dos edifícios; as **cérceas** máximas para cada fachada ou para cada conjunto edificado situado numa mesma cota; a forma do **terraceamento** dos terrenos; a forma das **coberturas** das construções; e a linguagem e tipologia arquitectónica dominantes para a **composição de vãos.**

O Plano de Pormenor deve ainda definir, de forma justificada, quais os **materiais e as cores dominantes** a privilegiar e características do tratamento que deve ser dado aos espaços exteriores.

De facto, factores topográficos, climáticos, históricos e culturais construíram uma gramática própria da arquitectura regional de diversos espaços nacionais. No Douro, em diferentes altitudes, em diferentes longitudes, e em diferentes tempos, alguns espaços foram consolidando processos construtivos e arquitectónicos que importa hoje incorporar na linguagem arquitectónica contemporânea, sem perda das suas raízes sub-regionais ou locais.

Cabe a **cada Plano de Pormenor** identificar e internalizar as características próprias da arquitectura tradicional de cada lugar para definir de forma concreta as soluções formais a adoptar.

### **C- Difusão da qualidade**

O turismo sustentável no Douro obriga ao mais elevado respeito ambiental e estético nos detalhes que o turista descobre quando o tempo das visitas se prolonga, quando os percursos se multiplicam e quando a qualidade e grau de exigência do turista se elevam.

Importa, pois, que os projectos turísticos, assegurando uma coerente inserção na paisagem, contribuam para a valorização do património, correspondendo a essa exigência de qualidade do turista, que aliás é um dos elementos mais positivos em termos de gestão do território da aposta no turismo mais qualificado.

No caso de bens classificados como Património Mundial - Alto Douro Vinhateiro, Parque Arqueológico do Côa - ou do Parque Natural do Douro Internacional e suas áreas envolventes, o requisito da qualidade terá de ser generalizado aos projectos, aos aglomerados urbanos e aos espaços públicos.

Sendo exigido aos promotores e à administração (local e central) rigor quanto à qualidade dos projectos arquitectónicos, estes devem por isso ser, a montante, enquadrados pelos Planos de Pormenor.

#### **D – Promoção integrada no planeamento**

Além de ser o melhor **instrumento de avaliação** o Plano de Pormenor será também o melhor **instrumento de promoção**, pois poderá fornecer aos promotores indicação precisa, actual e validada sobre as melhores localizações para investir em equipamentos turísticos.

Acresce que, para além do crescimento dos empreendimentos hoteleiros, o desenvolvimento turístico irá reforçar no Vale do Douro a procura de alojamento complementar e de segunda residência, que é imperioso impedir que se disperse pelas encostas, degradando a paisagem, induzindo antes a sua estruturação de forma articulada com os aglomerados existentes, conduzindo e condicionando essa nova procura num sentido valorizador do património duriense.

E neste domínio a posterior definição no Vale do Douro de uma ou várias Zonas de Protecção Turística, nos termos do definido no Plano de Desenvolvimento do Sector do Turismo, permitirá reforçar o contributo ordenador que o PDTVD pode trazer á região, evitando a gestão territorial casuística que se vem praticando, e condiciona já os troços mais próximos do litoral do vale do rio e seus afluentes.

### **6 - PROCEDIMENTOS ACTUAIS DE AUTORIZAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJECTOS**

Expostos os principais aspectos ou pontos críticos que importa resolver, podemos passar à formulação de uma proposta de procedimentos de gestão do território, mais ajustada a uma análise integrada e a uma maior celeridade processual no caso das autorizações e aprovações / reprovações dos projectos turísticos no Vale do Douro.

Para tal será porventura interessante, no quadro de referência e de apoio à orientação do investimento turístico que o PDTVD constitui, relembrar, de forma sucinta, o processo seguido, actualmente, na autorização e aprovação de projectos de interesse turístico:

1. **A autorização e licenciamento de empreendimentos turísticos decorre através da Câmara Municipal** da área de implantação e segue o regime jurídico de obras particulares, que se processa mediante as seguintes fases:

- a. **Pedido de Informação Prévia** (autorização de localização), tendo em conta a sua localização e tipologia;
- b. **Aprovação do Projecto de Arquitectura**, com base no projecto de arquitectura, que deverá ser formulado de acordo com o determinado nos instrumentos de ordenamento territorial com incidência na área de implantação, bem como na regulamentação estabelecida para a tipologia de unidade turística em questão;

*Nota: a emissão do licenciamento obriga a parecer vinculativo da CCDR-N que aprecia a localização do empreendimento;*

- c. **Licença de Construção**, após aprovação dos projectos de especialidades;
- d. **Licença de Utilização Turística**, concluída a obra e quando o empreendimento se encontra equipado para iniciar a sua actividade.
- e. **Vistoria** e aprovação definitiva de **classificação**, após o alvará de licença de utilização, para aprovação da classificação definitiva
- f. Nota: os conjuntos turísticos carecem ainda de duas fases suplementares (quando prevejam a afectação de parte da sua edificação fora do âmbito da exploração turística, permitindo a alienação parcial da propriedade a terceiros), que são as seguintes:
  - i. **Licenciamento de Loteamento**, logo após o Pedido de Informação Prévia e quando for o caso, (como acontece nos Conjuntos Turísticos – *Open Resorts*, por exemplo)
  - ii. **Atribuição da Qualificação como Conjuntos Turísticos**, pela DGT, o que pode ser efectuado a partir da fase do licenciamento do loteamento, ou da instalação e funcionamento.

2. Sabe-se que a generalidade dos actuais Planos Directores Municipais do Vale do Douro não consideraram o turismo com a relevância que agora o Governo lhe pretende atribuir, nem integraram na sua concepção a configuração de espaços com expressa vocação turística, como se revela pertinente. Será, provável e desejável que, em muitos casos, designadamente no caso de Empreendimentos Turísticos Estruturantes, venha a ser necessária a elaboração de um Plano de Pormenor, o qual se desenvolve pelas seguintes fases:

- a. **Elaboração e Acompanhamento do Plano**, que parte sempre de proposta municipal

- b. **Concertação** para apreciação das entidades públicas e representativas
  - c. **Participação**, com processo de discussão pública
  - d. **Aprovação**, pela Assembleia Municipal
  - e. **Ratificação** pelo Conselho de Ministros, quando alterar o PDM
  - f. **Registo e Publicação**
3. Qualquer destes processos é pesado e exigente técnica e administrativamente, envolvendo o parecer de numerosas entidades, o que obriga a um percurso extenso, de largos meses, em muitos casos mesmo, vários anos, não sendo raros os casos em que todo este ciclo de licenciamento e classificação não chega a ser concluído.

## 7 - PROPOSTA DE NOVOS PROCEDIMENTOS DE AUTORIZAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJECTOS

O processo que se propõe adoptar para o turismo no Vale do Douro pretende cumprir os objectivos gerais de gestão do território previsto na lei, mas tornar mais célere o processo, ao mesmo tempo que assegura um acompanhamento directo da análise interna pela Administração Pública de todo o processo, permitindo-lhe ganhar maior coerência.

Propõe-se assim, que por Resolução de Conselho de Ministros ou por outro diploma legal ajustado, **seja fixada uma Norma de Procedimentos de Gestão do Território para o Turismo no Vale do Douro**, adoptando a seguinte a sequência de procedimentos para a apreciação e parecer necessários à autorização e aprovação dos projectos turísticos no Vale do Douro:

1. **Projectos Turísticos no âmbito da decisão municipal** – nos casos dos projectos turísticos que, nos termos da legislação e planos em vigor, podem ser decididos pelo Município deve manter-se o actual processo de apreciação e aprovação. O Município deverá apenas comunicar a entrada dos projectos relativos à actividade turística e a decisão que sobre eles recaia ao Coordenador do PDTVD, nos quinze dias subsequentes. A estrutura de missão, através dos técnicos que integram a sua unidade operacional de apoio à Gestão do Território, desenvolverá uma acção continua de apoio à aplicação de novas práticas de planeamento ajustadas à estratégia de desenvolvimento turístico estabelecida pelo PDTVD aprovado.

2. **Planos e Projectos Turísticos que extravasam o âmbito de decisão municipal** - nos casos dos projectos turísticos localizados fora dos perímetros urbanos, relativamente aos quais, a CM carece de pareceres, vinculativos ou não, de serviços da Administração Central, para decisão de autorização e de aprovação de projecto ou do plano de pormenor, quer pelas condicionantes do PDM, de Plano Especial ou PIOT-ADV, quer porque nos termos do Decreto-Lei nº 55/2002 a sua tipologia e dimensão assim o exige, o processo a adoptar será o seguinte:
- a. **Recepção de Pedido de Informação Prévia**, apresentado pelo promotor como processo (prévio à elaboração do projecto);
  - b. **Envio pela CM para parecer às entidades** competentes, nos quinze dias subsequentes, nos termos já regulados, enviando agora também ao Coordenador do PDTVD.
  - c. Coordenador do PDTVD, **designa um Gestor de Projecto**, de entre os elementos que integram a Unidade operacional de Gestão do Território da estrutura de Dinamização do PDTVD, composta por técnicos destacado dos serviços regionais, o qual procede ao acompanhamento da sua análise pelas várias entidades;
  - d. **Reunião da Comissão de Gestão de Território do PDTVD**, convocada e presidida pelo Coordenador do PDTVD, para apreciação conjunta pela várias entidades competentes, conferindo nesta reunião os pareceres de das diversas entidades e elaborando uma acta com **parecer conjunto e final sobre o processo**, expressando as devidas condicionantes de autorização ou aprovação quando for o caso;
  - e. Desta Comissão farão parte a generalidade dos membros que integram a Comissão Regional da Reserva Agrícola, de modo a assegurar a simultaneidade e coerência do parecer emitido, que deve corresponder ao **parecer que cabe à Comissão da RAN**;
  - f. **Envio de Parecer final** à CM e demais entidades, pelo Coordenador do PVTVD
  - g. **Acompanhamento do processo e da sua posterior concretização** - o Gestor do Projecto, acompanhará o desenvolvimento do processo junto dos serviços municipais e outras entidades, até à sua entrada em funcionamento e classificação.
3. **Aprovação de Projectos de Arquitectura e Especialidades** – autorizada a localização e tipologia do empreendimento, o processo carece também da apreciação e aprovação do

projecto de arquitectura e da apreciação dos projectos de especialidade pelas diversas entidades competentes (Direcção Geral do Turismo, Bombeiros, EDP, etc.). Nestes casos o processo a seguir coincide com o acima expresso, embora aquela Comissão de Gestão do Território possa funcionar por sessões, com um Secção de Localização (correspondente ao exposto no número anterior) e uma Secção Aprovação de Projectos (restrita às entidades competentes neste domínio – DGT, Bombeiros, etc.).

4. **Planos de Pormenor ou alteração/suspensão dos PDM** – Quando o enquadramento de um empreendimento turístico, favoravelmente acolhido pelo Município e que seja viabilizável em termos de gestão do território, exigir a elaboração de um Plano de Pormenor (pela sua relevância ou, pela necessidade de introduzir alterações aos PDM aprovados), o processo a seguir manteria a tramitação legal em vigor, com as seguintes especificidades:
  - a. **O Município, decidindo a elaboração do Plano de Pormenor**, justificado pela necessidade de enquadramento de um empreendimento turístico ou do desenvolvimento turístico de determinada zona, **comunica ao Coordenador do PDTVD o início do processo**;
  - b. **A Comissão de Mista de Coordenação do Plano de Pormenor coincide**, por princípio e inerência, **com a Comissão de Gestão do Território do PDTVD**, nos termos em que ficar especificado no diploma que instituir esta Norma especial do PDTVD;
  - c. **Em casos especiais, que não prejudicam a imediata vigência e operacionalidade da referida Comissão** prevista na lei para o acompanhamento do Plano Pormenor, **o Ministro das Cidades, do Ordenamento do Território e Ambiente ajustará por portaria, quando conveniente, a sua composição e funcionamento**, de forma particular para esse Plano de Pormenor em concreto;
  - d. **O parecer das entidades públicas** que se devem pronunciar sobre o Plano de Pormenor ou alteração ao PDM, **é emitido conjuntamente pela Comissão de Gestão do Território do PDTVD**, (nos termos do processo referido alínea d) do número 2 supra);
5. No caso de **projectos turísticos estruturantes com reconhecido interesse turístico**, a emissão de uma Declaração de Impacto Ambiental favorável ou condicionalmente favorável, desde que verificada a conformidade com os instrumentos de gestão do território

em vigor e cumpridos os procedimentos de AIA quando obrigatórios, é condição suficiente para:

- a. O **reconhecimento de interesse público** por parte do MCOTA no quadro do regime jurídico da REN;
- b. A **aprovação por parte da CCDR-N**, nos casos em que esta é obrigatória por não ter sido ainda efectuada a delimitação da REN;

Estes procedimentos, tal como referido atrás, carecem de ser aperfeiçoados em diálogo estreito com os diversos sectores da Administração Pública envolvidos, de forma a que possam vir a ganhar corpo num diploma regulamentar adequado.



## **ANEXO II - QUADROS SÍNTESE DOS PROJECTOS INCLUÍDOS NO PDTVD**

### **II.1 - PROJECTOS PROGRAMADOS PARA O PERÍODO 2004-2007**



**PDTVD**  
**Projectos programados para o período 2004-2007**

**Acessibilidades rodoviárias**

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)	Estimativa do investimento (milhares euros)	Ponto de situação	Execução de obra	
					Início	Fim
IP 2 – Vale Benfeito – Ponte do Sabor	IEP	MOPTH	1320 (Projecto)	Projecto a lançar (2004-2005)	2006	2008
IP 2 – Ponte do Sabor – Pocinho - Trancoso	IEP	MOPTH	750 (Estudo)	Estudos a lançar (2004-2005)	2007 (obra a lançar)	
IP 2 – Trancoso – Celorico	IEP	MOPTH	35.000 (Obra)	Projecto em curso	2005	2007
IP3 – Nó do IP5 – Castro Daire Sul	IEP	MOPTH	-	Obra em curso	2003	2005
IP3 – Régua – Vila Real (IP4)	IEP	MOPTH	-	Obra em curso	-	2004
IP 3 – Vila Real – (IP4) Fortunho	IEP	MOPTH	-	Projecto em curso	2004	2005
IP 3 – Fortunho – Vila Pouca de Aguiar – Pedras Salgadas – Chaves (fronteira)	IEP	MOPTH	-	Projecto em curso	2005	2007
IP 4 – Ponte internacional de Quintanilha e acessos	IEP	MOPTH	16.600 (Obra)	Obra a lançar	2004	2006
IP4 - Amarante – Vila Real (IP3)	IEP	MOPTH	260 (Estudo)	Estudos em curso (2004-2005)	2005 (concessão a lançar)	
IC 5 – Vila Pouca de Aguiar – IP4 – Alijó	IEP	MOPTH	625 (Estudo)	Estudo a lançar (2004-2007)	Obra a lançar após 2007	
IC 5 –IP 4 (Alijó) – IP 2 Nozelos	IEP	MOPTH	1.700 (Projecto)	Projecto a lançar (2004-2005)	Obra a lançar em 2007	
IC 5 –IP2 – Nozelos – Miranda do Douro (estudos e projectos)	IEP	MOPTH	580 (Estudo)	Elab. Estudos e projectos (2004-2006)	-	-
IC 26 – Lamego (IP3) – Trancoso (IP2) – (estudo, projecto e obra)	IEP	MOPTH	596 (estudos)	Elab. estudo e projecto (2004-2005)	2006	-
IC 35 – Penafiel (IP4) – Entre-os-Rios	IEP	MOPTH	198 (projecto)	Projecto concursado	2006	2008
Variante à E.N. 220 – ligação de Torre de Moncorvo ao IP2	IEP	MOPTH	11.165 (obra)	Obra em curso	2003	2005
Variante à E.N. 222 – Beneficiação – Arnelas (Km1,700) – Barragem de Crestuma/ Lever (Km 11.750)	IEP	MOPTH	2.670 (Obra)	Obra concursada	2004	2005
E.N. 222 – Ponte do Arda – EM 504	IEP	MOPTH	-	Obra concursada	2004	2006
E.N. 222 – Benef. Cinfães - Resende	IEP	MOPTH	-		2003	2004
E.N. 222 – Castelo de Paiva – limite do concelho (Variante à E.N. 108)	IEP	MOPTH	25.500 (Obra)	Em curso	2002	2004
E.N. 222, 332 – Beneficiação, Vila Nova de Foz Côa – Figueira de Castelo Rodrigo (obra)	IEP	MOPTH	7.126 (Obra)	Obra a lançar	2004	2005
E.N. 321 – 2 – Baião – Ponte da Ermida (projecto)	IEP	MOPTH	-	Elab. Projecto	-	-
E.N. 321 –1- Soalhães - Baião	IEP	MOPTH	9.500 (Obra)	Obra concursada	2004	2006
E.N. 322 – variante entre o IP 3 e São Martinho de Anta (projecto)	IEP	MOPTH	116	Elab. Projecto (2004)	-	-
Ponte do Pinhão (obra de beneficiação)	IEP	MOPTH		Em curso	-	-

**PDTVD**  
**Projectos programados para o período 2004-2007**

**Acessibilidades e projectos ferroviários**

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)	Estimativa do investimento (milhares de euros)	Ponto de situação	Execução da obra	
					Início	Fim
Intervenção na linha do Douro – Caíde – Marco	REFER	MOPTH	61.388	Em curso	2004	2006
Reabilitação do troço Régua – Pocinho	REFER	MOPTH	6.900 (PIDDAC 2004)	-	2004	-
Reabilitação da linha do Tua – Mirandela	REFER	MOPTH	1000 (PIDDAC 2004)	-	2004	-
Reabilitação da linha do Corgo	REFER	MOPTH	60	-	2004	2005
Requalificação urbana da área da Ponte D. Maria Pia	REFER/ CM's Porto e Gaia	MOPTH	256	em estudo	-	-
Programa “Estações com Vida” – Reestruturação da Estação da Régua e envolvente	Invesfer/ REFER	MOPTH	-	-	2004	2004
Estação e Cais de Gatão	C.M. de Amarante	MOPTH	250	Em curso	-	-
Recuperação da “Estação do Arco de Baúlhe”	C.M. de Cabeceiras de Basto	MOPTH	137	Em curso	-	-
Recuperação/ 8 carruagens	CP	MOPTH	720	Em curso	2004	

**Navegação fluvial**

Expansão e beneficiação dos Portos de Fluviais de Sardoura e Lamego	IPTM	MOPTH	3.000	Em curso	2004	2004
Construção do Pólo Fluvial do Freixo	IPTM	MOPTH	1.690	Em curso	-	2004
Cais e Marina de Caldas de Aregos	IPTM	MOPTH	1.450	Em curso	2004	2004
Constr. do Cais fluvial da Folgosa - Armamar	IPTM	MOPTH	1.000	Em concurso	2005	2005
Construção do Cais Fluvial de Porto Carvoeiro	IPTM	MOPTH	1.000	-	2005	2006
Construção do cais fluvial de Entre-os-Rios e reabilitação marginal	IPTM	MOPTH	2.000	-	2005	2006
Cais fluvial de Bernardo - Resende	IPTM	MOPTH	750	Em projecto	-	-
Requalificação e ampliação do Cais da Rede	IPTM	MOPTH	1.500	Em projecto	2006	2007
Constr. do Cais fluvial da Foz do Torto	IPTM	MOPTH	500	Em projecto	2005	2005
Cais fluvial de Bagauste/ Pista de Remo - Lamego	IPTM	MOPTH	750	Em projecto	-	-
Constr. do Cais fluvial na Foz do Côa	IPTM	MOPTH	2.150	-	2005	2007
Constr. do Cais do Pocinho (2ªfase)	IPTM	MOPTH	1.000	-	2005	2006
Requalificação do Cais do Castelo	IPTM	MOPTH	750	-	2005	2006
Ampl. do Cais fluvial de Barca d’ Alva	IPTM	MOPTH	250	-	2005	2005
Estruturas flutuantes em Ribeira de Murça – V. N. Foz Côa	IPTM	MOPTH	50	Adjudicação	-	-
Cais de Freixo de Numão	IPTM	MOPTH	150	Em Projecto	-	-
Constr. do cais fluvial/ fluvina da Foz do Távora	IPTM	MOPTH	690	Projecto/ obra	-	-
Barra do Douro (melhoria das acess. das cond. de seg. da barra do Douro)	IPTM	MOPTH	26.000	Em curso	2004	2006
Aprofundamento do canal de navegação junto à foz dos rios Tua e Sabor	IPTM	MOPTH	20.000	Elaboração de estudos	2006	2008
Rede de comunicações e de segurança em VHF ao longo da via navegável	IPTM	MOPTH	1.380	Em conclusão	-	2004

PDTV  
Projectos programados para o período 2004-2007

Geodouro/teledouro/SGI (Sistema de localização, vigilância e gestão da navegação ao longo da via navegável)	IPTM	MOPTH	500	Em curso	-	-
<b>Infra-estruturas aeroportuárias</b>						
Requalificação do Aeródromo de Vila Real (projecto e obra)	C.M. Vila Real	MOPTH	3.750	Em curso	2004	2007
Requalificação do aeródromo de Bragança (projecto)	C. M. de Bragança	MOPTH	-	-	-	-
Aeródromo da Chã (Alijó) 1ª fase	C.M. Alijó	MOPTH	-	Em curso	2004	-
Conclusão do Aeródromo de Mogadouro	C.M. Mogadouro	MOPTH	-	Em curso	2004	-

**Património Natural e Ambiental**

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)	Estimativa do investimento (milhares de euros)	Ponto de situação	Execução	
					Início	Fim
Eliminação das dissonâncias ambientais do Douro (projectos e acordos de intervenção)	CCDRN/ CM's	MCOTA	1.500	Estudos concluídos	2004	2007
Sistemas de Abastecimento de Água em alta (NUT Douro)	Águas de TMAD	MCOTA	125.000	em execução	2004	2007
Sistemas de Tratamento de Águas Residuais (NUT Douro)	Águas de TMAD	MCOTA	72.000	em execução	2004	2007

**Património Histórico-Cultural**

Museu do Douro – Aquisição da Casa da Companhia	-	Ministério da Cultura	1.500	Em curso	2004	2004-
Museu do Douro (instalação do núcleo central)	-	Ministério da Cultura	7.500	-	-	-
Museu do Côa (elaboração de estudos e projectos)	-	Ministério Cultura	-	Estudos e projectos	-	-
Estudo de levantamento/ inventário do edificado português do Vale do Douro	Dir. Reg. Economia Norte	Ministério Economia	207	-	2004	2004
Recuperação do Castro do Monte Mózinho – 3ª fase	C.M. Penafiel	Ministério da Cultura	2.000	2ª e 3ª fase	2004	2005
Mosteiro de S. João de Tarouca	IPPAR	Ministério da Cultura	-		2004	-
Mosteiro de Salzedas	IPPAR	Ministério da Cultura	-	-	2004	-
Igreja de Ferreirim	IPPAR	Ministério da Cultura	-	-	2004	-
Castelo de Mogadouro	IPPAR	Ministério da Cultura	-	-	2004	-
Estação arqueológica (castelo) de Freixo de Numão	IPPAR	Ministério da Cultura	-	-	2004	-
Requalif. de zonas ribeirinhas de Entre os Rios e respectivo casco histórico	C.M. Penafiel/	MCOTA	4.000	-	-	2006

**Ruralidade e Desenvolvimento Local**

Plano Zonal do Alto Douro Vinhateiro	DRATM	Ministério Agricultura	83.340	Proposta	2005	2009
Planos de intervenção de Fonte de Arcada, N.R. Raia, Valtorno, Vale da Teja, Serra Preta, O Paiva mais vivo, Bruçó, Linhares, Seixo de Manhoses/ Nabo.	Diversos	Ministério Agricultura/ DRATM	6.109	Em execução	2004	2005
Planos de intervenção da Serra da Aboboreira, Planalto da Lameira, Terras de Xisto, Aldeia de Travassos, Quintandona.	Diversos	Ministério Agricultura/ MCOTA/ DRAEDM	3.616	-	2004	2006
Aldeias Vinhateiras do Douro (Ucanha, Salzedas, Provesende, Favaios, Barcos)	Diversos	MCOTA	12.500	Em curso	2003	2007

**Alojamento turístico tradicional e termalismo**

Programa Especial de Requalificação e Reabilitação da oferta de alojamento, restauração e animação	DGT/ IFT	Ministério Economia	-	-	-	-
--	----------	---------------------	---	---	---	---

PDTVD

Projectos programados para o período 2004-2007

Formação em Turismo

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)	Estimativa do investimento (milhares de euros)	Ponto de situação	Execução da obra	
					Início	Fim
Construção da nova Escola de Hotelaria e Turismo do Porto (projecto e obra)	INFTUR	M.Economia/ MCOTA	5.000	Elaboração projecto	2005	2006
Construção do novo Núcleo Escolar de Lamego	INFTUR	M.Economia/ MCOTA	5.721	Em adjudicação	2004	2005
Criação e instalação do Centro de Formação e aperfeiçoamento para quadros superiores na área do Turismo em Lamego	INFTUR	M.Economia/ MCOTA	-	-	-	2004
Abertura do núcleo escolar de Trás-os-Montes (incluindo um centro de reconhecimento, validação e certificação de competências escolares e profissionais)	INFTUR	M.Economia/ MCOTA	275	Em adjudicação	2004	2004
Programa Especial de Requalificação de Activos	INFTUR	M.Economia/ MCOTA	2550	Em elaboração	2004	2008
Programa de Formação dos funcionários das autarquias do Vale do Douro	INFTUR	M.Economia/ MCOTA	774	Em elaboração	2005	2008
Projecto de Qualificação Inicial	INFTUR	M.Economia	18.510	-	2004	2008
Projecto de Certificação Profissional para o sector do Turismo	INFTUR	M.Economia	98	-	2004	2008
Formação Profissional em Enoturismo	Associação dos Aderentes da RVP	MCOTA	140	-	2004	2004

Marketing, Promoção e Animação

Criação do Programa Especial de Dinamização e Promoção do Destino Turístico Douro	ITP/ ADETURN	Ministério Economia	-	Em elaboração	2004	2006
Contratação de uma Agência de Relações Públicas e criação de um “Clube de Amigos do Douro”	ITP/ ADETURN	Ministério Economia	600	Em elaboração	2004	2006
Acções de mediatização	ITP/ ADETURN	Ministério Economia	220	Em elaboração	2004	2006
Campanha de comunicação e produção de materiais	ITP/ ADETURN	Ministério Economia	2.400	Em elaboração	2004	2006
Lançamento de produtos	ITP/ ADETURN	Ministério Economia	50	Em elaboração	2004	2006
Eventos (animação turística)	ITP/ ADETURN/ outros	Ministério Economia/ Cultura e outros	230	Em elaboração	2004	2006
Imagem corporativa e de sensibilização da Região do Douro (criação, divulgação e prémios)	-	MCOTA	100	Em elaboração	2004	-
Encontros de música da Casa de Mateus	Fundação da Casa de Mateus	Ministério da Cultura	-	Em curso	-	-

**PDTVD**  
**Projectos programados para o período 2004-2007**

**Itinerários turístico culturais e informação e sinalização turística**

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)	Estimativa do investimento (milhares de euros)	Ponto de situação	Execução da obra	
Programa Especial de Informação e Sinalização Turística do Vale do Douro	Direcção Geral do Turismo	Ministério Economia	-	Em elaboração	2004	-
Rota do Românico do Vale do Sousa – Conservação, Salvaguarda e Valorização	Comunidade urbana do Vale do Sousa	MOPTH/ MCOTA/ M.Economia/ Ministério da Cultura	2.245	Em curso	-	2005
Estudo para a dinamização turística e cultural da Rota do Românico do Vale do Sousa	Ccdrn	MCOTA/ M. da Cultura	20	2ª fase	2004	2004
Implementação do estudo para a dinamização turística e cultural da Rota do Românico do Vale do Sousa	AMVS	MCOTA/ M.Cultura e Economia	249	A aguardar resultados do estudo	2004	-
Execução dos Caminhos Durienses	Autarquias	MCOTA	320	Estudos concluídos	2004	2006
Execução da Rede de Miradouros	Autarquias	MCOTA	3.600	Estudos concluídos	2004	2006
“Viajar com” – Caminhos da literatura	Del. Reg. Cultura Norte	Ministério da Cultura	190	Em conclusão	2002	2004
Show-Room da Rota do Vinho do Porto	Associação dos Aderentes de RVP	Ministério Economia	262	-	2004	2004





## II.2 - OUTROS PROJECTOS RELEVANTES PARA O PDTVD

### Acessibilidades rodoviárias

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)
IP2 – Portelo – Bragança (estudos, projecto, obra)	IEP	MOPTH
IC 26 – Amarante - Régua	IEP	MOPTH
IC 5 – IP2 – Nozelos – Miranda (obra)	IEP	MOPTH
IC 34 – Vila Nova Foz Côa – Barca d' Alva (Revisão do traçado e avanço da obra)	IEP	MOPTH
E.N. 211 – Beneficiação Marco de Canaveses – Mosteiró (L.D. Viseu)	IEP	MOPTH
E.N. 221 – Figueira de Castelo Rodrigo – Barca d' Alva – Freixo de Espada à Cinta	IEP	MOPTH
E.N. 222 – Crestuma – Lever - Castelo de Paiva (projecto e obra)	IEP	MOPTH
E.N. 222 – Ponte das Bateiras – V.N. Foz Côa (beneficiação)	IEP	MOPTH
E.N. 222 – Régua – Pinhão (Resolução dos pontos de derrocada – projecto e obra)	IEP	MOPTH
E.N. 222 – Variante entre Covide e Canede	IEP	MOPTH
E.N. 222 – 2 – Resende - Bigorne	IEP	MOPTH
Ligação de A4/ IP4 à Régua através do IC 26	IEP	MOPTH
E.N. 212 – Barragem da Valeira - Parambos	IEP	MOPTH
E.N. 212 – Tua – Valeira – S. João da Pesqueira (beneficiação)	IEP	MOPTH
Prolongamento da EN 226 - 2 (entre o IP 3 e S. João da Pesqueira)	IEP	MOPTH
E.N. 321 – Baião – Ponte da Ermida (obra)	IEP	MOPTH
E.N. 322 – IP 3 (Vila Real) – S. Martinho de Anta (obra)	IEP	MOPTH
E. N. 322 – 2 – Resende – Montemuro (projecto e obra)	IEP	MOPTH
E.N. 108 – Beneficiação – E.N. 211 – L.D. Porto/ Vila Real	IEP	MOPTH
E.N. 108 – Ponte de Ermida – Mesão Frio – Régua (projecto e obra)	IEP	MOPTH
Variante à E.N. 211 – Quintã - Mosteiró	IEP	MOPTH
E.R. 226-2 – Armamar - Tabuaço	IEP	MOPTH
E.N. 212 – Carrazeda de Ansiães – S. João da Pesqueira	IEP	MOPTH

## PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO VALE DO DOURO

### Acessibilidades e projectos ferroviários

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)
Construção e instalação do núcleo Museológico Ferroviário do Douro (integrado no futuro Museu Ferroviário Nacional)	-	-
Intervenção na linha do Douro – Marco - Régua	REFER	MOPTH
Construção de uma Ecopista entre Moncorvo e Carviçais	Aut./ REFER	MOPTH
Recuperação da Ponte Metálica do Peso da Régua	-	MOPTH
Projecto de aproveitamento turístico da linha Pocinho-Barca d'Alva	REFER/ CO	MOPTH
Operacionalização dos Comboios turísticos de carácter temático “ e dos Comboios Históricos do Douro	CP	MOPTH

### Navegação fluvial

Pista de Foz Sabor	IPTM	MOPTH
--------------------	------	-------

### Infra-estruturas aeroportuárias

Estudo da Rede de Aeródromos secundários do Vale do Douro	-	MOPTH
Melhoramento no Aeródromo de Chaves	C.M. Chaves	MOPTH
Melhoramento no Aeródromo de Mirandela	C.M. de Mirandela	MOPTH

### Saúde e Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

Serviços de transporte de emergência médica no Douro	Direcção Geral dos Hospitais	Ministério da Saúde
Reforço dos Equipamentos e serviços dos Hospitais de Vila Real, Lamego, Macedo e Bragança	-	Ministério da Saúde
Portal turístico do Vale do Douro	-	MCES/ MCOTA

### Património Natural e Ambiental

Centro de interpretação e animação das Arribas do Douro	PNDI	MCOTA
Centro de interpretação e animação do Parque do Alvão	P.N. Alvão	MCOTA

## PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO VALE DO DOURO

### Património Histórico-Cultural

Projectos (Designação)	Entidade Promotora	Ministério (s) envolvido (s)
Programa de Acção do Museu do Douro	Museu do Douro	Ministério da Cultura
Rede polinuclear do Museu do Douro	Museu do Douro	Ministério da Cultura
Auditório do Museu do Douro (recuperação do Teatrinho italiano da Régua)	IVP/ Museu do Douro	MADRP/ Ministério da Cultura
Museu do Côa (construção e instalação)	Parque Arqueológico do Côa	Ministério da Cultura
Parque Arqueológico do Côa - Programa de Animação Côa (Passeio fluviais, Percursos de Observação da Natureza/ requalificação do núcleo de Cidadelhe)	Parque Arqueológico do Côa	Ministério da Cultura/ MCOTA
Centro de Recepção Vínica de Solar do Vinho do Porto – 2ª fase	IVP	MADRP/ MCOTA
Escavação e musealização da Villa Romana da Fonte do milho	-	Ministério da Cultura/ MCOTA
Recuperação do Teatro Ribeiro da Conceição em Lamego	C.M. Lamego	Ministério da Cultura
Museu da Moto Histórica do Douro	Fundação Museu da Moto histórica do Douro	Ministério da Cultura
Centro de Artes Graça Morais	C.M. de Vila Flor	Ministério da Cultura
Recuperação da 2ª e 3ª alas do Mosteiro de santo André - Ancede	C.M. de Baião	Ministério da Cultura
Museu de Amarante	C.M. de Amarante	Ministério da Cultura
Requalificação da zona ribeirinha do Rio Pinhão	C.M. Alijó	MCOTA
Inventário do Património Natural, Vernacular e Construído do Alto Douro Vinhateiro	GTI	MCOTA

## PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO VALE DO DOURO

### Ruralidade e Desenvolvimento Local

<b>Projectos (Designação)</b>	<b>Entidade Promotora</b>	<b>Ministério (s) envolvido (s)</b>
Projecto Estratégico da Serra da Cabreira	C.M. de V. Minho/ C.M. de Cab. Basto/ DRAEDM e outros	Ministério Agricultura/ MCOTA
Valorização do potencial endógeno da sub-Região do Paiva (vinho, gastronomia e artesanato)	Adega Coop. de C. Paiva/ DRAEDM e outros	Ministério Agricultura/ MCOTA

### Alojamento turístico tradicional e termalismo

Recuperação e revitalização das Termas de S. Lourenço	C.M. Carrazeda de Ansiães	Ministério da Saúde/ MCOTA/ M. Economia
Recuperação das Termas de S. Vicente	C.M. Penafiel	M. Saúde/ MCOTA/ M. Economia

### Formação em Turismo

Realojamento do núcleo existente de Formação em Hotelaria e Turismo de Santa Maria da Feira	INFTUR	M. Economia
Escola Superior de Hotelaria, Restauração e Turismo do Porto	Instituto Polit. Porto	MCES

### Marketing, Promoção e Animação

Promoção de compra de casa de férias (imobiliária turística – 1 ou 2 vip's por mercado)	-	-
Filme (longa metragem) com actores conhecidos	-	-
Promoção dos Vinhos e do Enoturismo na Bacia do Douro	Ass. dos Ad. da RVP	MCOTA
Programação cultural do Solar do Vinho do Porto	IVP/ Museu do Douro	MCOTA
Festa das Vindimas com evento internacional	IVP	MCOTA
Programa de Animação turístico-fluvial	-	-
Prémios de Excelência turística	-	Ministério Economia

## PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO VALE DO DOURO

### Itinerários turístico culturais e informação e sinalização turística

<b>Projectos (Designação)</b>	<b>Entidade Promotora</b>	<b>Ministério (s) envolvido (s)</b>
Sinalização rodoviária do Alto Douro Vinhateiro – Património Mundial	GTI	M. Economia/ MOPTH
Estruturação e sinalização do Parque do Douro Internacional (construção de uma rede de miradouros, percursos pedestres e sinalização)	PNDI	MCOTA
Sinalização turístico-fluvial	IPTM	MOPTH
Rota de Cister	-	-
Rota do Românico no Douro Património Mundial	C.M's / Região de Turismo Douro Sul	-

### Cooperação

Territórios Ibéricos	D. Cult. Norte	M. Cultura
Villes du Vin - - Espaço Atlântico	Diversos	MCOTA

## ANEXO III – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

### III.1 - COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Entidade	Representante
ACP – Associação Comercial do Porto	Engº Cristiano Vanzeller
ADETURN – Agência p/ o Desenvolvimento do Turismo da Região Norte	Dr. António Condé Pinto
ADR – Agência de Desenvolvimento Regional de Trás-os-Montes e Douro	Engº Alexandre Abreu Lima
ADREV – Agência de Desenvolvimento do Entre Douro e Vouga	Dr. Carlos Oliveira Jorge
AEHTD – Associação dos Empresários de Hotelaria e Turismo do Douro	Sr. José António do Carmo Fernandes
AEL - Associação Empresarial de Lamego	Dr. Jorge Custódio Santos
AEP - Associação Empresarial de Portugal	Dr. José Maria de Sá Correia
AETUR – Assoc. Empres. Hotelaria e Turismo do Douro e Trás-os-Montes	Sr. Manuel Alberto Tapada da Costa
Agrupamento de Concelhos da Terra Quente Transmontana	Sr. Eugénio Rodrigo Cardoso de Castro
Agrupamento de Concelhos do Baixo Tâmega	Sr. Jorge da Moita Monteiro
Agrupamento de Concelhos do Vale do Douro Norte	Dr. Marco António P. Teixeira da Silva
Agrupamento de Concelhos do Vale do Douro Sul	Dr. José Agostinho Gomes Correia
Agrupamento de Concelhos do Vale do Douro Superior	Engº Sotero Francisco Mariano Ribeiro
Agrupamento de Concelhos do Vale do Sousa	Dr. Alberto Fernandes da Silva Santos
APAVT - Associação Portuguesa de Agências de Viagens e Turismo	Dr. António Laranjeira
API - Agência Portuguesa de Investimento	Dr. Fernando Costa Lima
ARS - Administração Regional de Saúde do Norte	Dr. Miguel Galagar
Associação dos Aderentes da Rota do Vinho do Porto	Sr. Paulo Outeiro
C. M. de Figueira Castelo Rodrigo	Engº Armando Pinto Lopes
C. M. de Meda	Dr. João Germano Mourato Leal Pinto
C. M. de Santa Maria da Feira	Sr. Alfredo Oliveira Henriques
C. M. Miranda do Douro	Engº Manuel Rodrigo Martins
CP - Caminhos de Ferro Portugueses	Drª Otília Queiróz e Sousa
CTP - Confederação do Turismo Português	Dr. António Condé Pinto
Delegação Regional do Norte do Ministério da Cultura	Drª Florinda Gomes
Direcção Geral de Turismo	Arqtº José Azevedo e Silva
DRAEDM – Direcção Reg. Agric. Entre Douro e Minho	Engº Carlos Manuel Duarte de Oliveira
DRATM - Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes	Engº Fernando Manuel C. F. Martins
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela	Prof. Doutor Victor Simões
Gabinete Técnico Intermunicipal Alto Douro Vinhateiro	Engª Isabel Rodrigues de Freitas
GAT da Terra Quente Transmontana - MIRANDELA	Engº Manuel António Alves Miranda
GAT do Baixo Tâmega	Sr. José Manuel Freire dos Santos
GAT do Vale do Douro Norte - VILA REAL	Engº Carlos Adolfo Rua Pinto
GAT do Vale do Douro Sul - LAMEGO	Engº Artur António Gomes da Silva
GAT do Vale do Douro Superior - TORRE DE MONCORVO	Engº António Eduardo Jorge Morgado

## PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO VALE DO DOURO

Entidade	Representante
GAT do Vale do Sousa - PENAFIEL	Engº Joaquim Fernando Moreira
ICEP – Investimentos, Comercio e Turismo de Portugal	Drª Rosário Torres Costa
ICN - Institº de Conservação da Natureza - Parque Natural do Douro Internacional	Engº Domingos Alfredo F. Amaro
IEFP - Delegação de Vila Real	Dr. José Manuel da Costa Pereira
IEP - Instituto Estradas de Portugal	Engº José Monteiro Meliço
IFT – Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo	Dr. Alberto Marques
INAC - Instituto Nacional da Aviação Civil	Sr. Rui Sérgio Bingre do Amaral
INFTUR – Instituto de Apoio ao Turismo	Drª Olinda Pinto
IPTM - Instituto Portuário e Transportes Marítimos	Engº Francisco Lopes
IVDP - Instituto dos Vinhos do Douro e Porto	Engº Jorge Dias
Junta Metropolitana do Porto	Major Valentim dos Santos Loureiro
DRE-N - Direcção Regional do Norte do Ministério Economia	Drª Maria Cândida de Guedes Oliveira
NERBA - Núcleo Empresarial da Região de Bragança	Sr. Jorge Manuel Nogueira Gomes
NERVIR - Associação empresarial da Região de Vila Real	Engº Manuel Coutinho
REFER – Rede Ferroviária Nacional	Engº Armando Duarte Pereira
Região de Turismo da Serra do Marão	Dr. José Manuel A. Correia de Barros
Região de Turismo do Douro Sul	Sr. Jorge Osório
Região de Turismo do Nordeste Transmontano	Dr. António Santos Pires Afonso
Secretaria de Estado da Juventude e Desporto - Delegação Distrital do Porto	Drª Rosa Manuela Araújo
UNIHSNOR - União dos Industriais de Hotelaria e Similares do Norte	Dr. Alberto Carvalho
UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	Prof. Doutor Luís Manuel Leite Ramos

### III.2 - CRONOGRAMA DE TRABALHOS DO PDTVD

	<b>Janeiro</b>		<b>Fevereiro</b>		<b>Março</b>		<b>Abril</b>	
	15 Jan. 2004	2ª quinzena	1ª quinzena	2ª quinzena	1ª quinzena	2ª quinzena	1ª quinzena	30 Abr. 2004
<b>Esquema metodológico</b>		Vila Real	1ª CA					
<b>1. Enquadramento</b>								
<b>2. O Quadro do DTVD</b>								
<b>3. O Turismo no Vale do Douro</b>								
<b>4. Análise SWOT</b>								
<b>5. Estratégia de Desenvolvimento</b>				Peso da Régua		2ª CA		
<b>6. Programas de Acção e Medidas</b>						Lamego	3ª CA	
<b>7. Estrutura de Dinamização e Acompto.</b>						Carrazeda de Ansiães		
<b>Versão final</b>								4ª CA



### III.3 – REUNIÕES E CONTACTOS DIRECTOS DE TRABALHO ENTRE A EQUIPA EXECUTIVA E MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

- ARS – Administração Regional de Saúde do Norte (Dr. Miguel Galagar)
- ADETURN (Dr. António Condé Pinto)
- CP – Caminhos de Portugal AS (Dra. Otília Sousa)
- DMC - Delegação do Ministério da Cultura da Região do Norte (Dr. Costa Leite)
- DGT - Direcção Geral do Turismo (Arq. José Azevedo e Silva)
- DRAEDM – Direcção Regional de Agricultura Entre Douro e Minho (Eng. Carlos Duarte)
- DRAT – Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes (Eng<sup>a</sup> Rosa Amador)
- GAT's - Gabinetes de Apoio Técnico (Eng. Artur Gomes Silva, Eng. Carlos Adolfo Rua Pinto, Eng. José Freire)
- GTI – Gabinete Técnico Intermunicipal do Alto Douro Vinhateiro (Eng. <sup>a</sup> Isabel Freitas)
- ICEP – Investimentos, Comércio e Turismo (Dra. Rosário Torres Costa)
- IEP – Instituto de Estradas de Portugal (Eng. José Meliço, Eng. Pedro Moniz)
- INAC – Instituto Nacional de Aviação Civil (Sr. Bingre do Amaral)
- IFT – Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo (Dr. Alberto Marques)
- INFTUR – Instituto Nacional de Formação Turística (Dr. Francisco Vieira, Dra. Olinda Pinto)
- IPTM – Instituto Português de Transportes Marítimos (Dr. Francisco Lopes)
- IVDP – Instituto de Vinhos do Douro e Porto (Eng. Jorge Dias)
- REFER – Rede Ferroviária Nacional (Dr. Luís Silvestre, Eng. Mário Campos Olivença, Eng. Carlos Reis)
- RTDS - Região de Turismo Douro Sul (Sr. Jorge Osório)
- RTSM – Região de Turismo da Serra do Marão (Dr. José M. Correia de Barros)
- RTNT – Região de Turismo do Nordeste Transmontano (Dr. António Afonso)

### III.4 – FICHAS TÉCNICAS PREENCHIDAS PELOS MEMBROS DA CA

Ficha técnica 1 para indicação de Medidas e Projectos considerados relevantes, no âmbito das competências de cada entidade da CA para o DTVD  
(5 medidas e/ ou projectos prioritários)

NOME DA ENTIDADE:

#### **1º PROJECTO ou MEDIDA**

DENOMINAÇÃO:

BREVE DESCRIÇÃO:

MONTANTE DE INVESTIMENTO (ESTIMATIVA):

PRAZO DE CONCRETIZAÇÃO:

PROGRAMADA:

PREVISÍVEL:

CONDICIONANTES À CONCRETIZAÇÃO:

OBSERVAÇÕES:

#### **2º/3º/4º/5º PROJECTO ou MEDIDA...**

Ficha técnica 2 para ponto de situação de Medidas e Projectos previstos na RCM 139/  
2003, de 29 de Agosto

**I. INSTITUIÇÃO / ENTIDADE**

1. Nome:

2. Dirigente máximo (nome / cargo):

3. Responsável a contactar para o PDTVD (nome/ cargo/ telefone/ fax/ email):

**II. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA/ MEDIDA/ PROJECTO**

1. Designação:

2. Localização:

3. Entidade Promotora:

**III. OBJECTIVOS** (assinale com uma cruz):

- |   |                          |
|---|--------------------------|
| - Melhoria das acessibilidades rodoviárias  | <input type="checkbox"/> |
| - Melhorias das acessibilidades e projectos ferroviários                                  | <input type="checkbox"/> |
| - Melhoria das condições de navegação fluvial e marítima                                  | <input type="checkbox"/> |
| - Informação e sinalização turística  | <input type="checkbox"/> |
| - Dinamização de Rotas e itinerários turístico culturais                                  | <input type="checkbox"/> |
| - Recuperação e valorização de património   | <input type="checkbox"/> |
| - Requalificação ambiental  | <input type="checkbox"/> |
| - Apoio ao desenvolvimento rural  | <input type="checkbox"/> |
| - Infra-estruturação básica de áreas de localização de projectos turísticos estruturantes | <input type="checkbox"/> |
| - Qualificação e formação de recursos humanos   | <input type="checkbox"/> |
| - Promoção e animação turística   | <input type="checkbox"/> |
| - Reforço da capacidade institucional   | <input type="checkbox"/> |
| - Saúde   | <input type="checkbox"/> |
| - Outros _____  | <input type="checkbox"/> |
| _____   | <input type="checkbox"/> |
| _____   | <input type="checkbox"/> |

## ÁREA DE INFLUÊNCIA

Regional (NUT II)	<input type="checkbox"/>
Sub-regional (NUT III)	<input type="checkbox"/>
Supra-municipal	<input type="checkbox"/>
Municipal/ local	<input type="checkbox"/>

#### IV. CARACTERIZAÇÃO

1. **Descrição** (localização e área abrangida e caracterização sucinta indicando as diversas fases/ componentes e respectivos indicadores)
2. **Ponto de situação** (fase em que se encontra, por exemplo, proposta, estudo, avaliação, adjudicação, execução - neste caso indicar % de execução física)

### 3. Calendarização/ Programação

### Infra-estruturais

### Fases/ componentes

*Início (trimestre/ ano)*

*Conclusão (trimestre/ ano)*

- a. Elaboração de estudos prévios
- b. Elaboração do projecto
- c. Aquisição/ expropriação de terrenos
- d. Lançamento de concurso
- e. Adjudicação/ consignação
- f. Execução da Obra

## Imateriais

*Fases/ componentes*

*Início (trimestre/ ano)*

*Conclusão (trimestre/ ano)*

- 
- 
- 

#### 4. Observações/ Notas complementares

**V. RESPONSABILIDADE**

1. **Pela execução/ instalação:**
2. **Pela gestão/ manutenção** (entidade gestora):

**VI. CUSTO E FINANCIAMENTO**

1. **Custo total:**                milhares de euros

2. **Ponto de situação:**

*a. Já candidatado e aprovado por fundos estruturais (comunitários)*

sim ☐    não ☐

se sim, qual foi a fonte de financiamento? (indicar programa e medida)

*b. Apenas financiado por recursos financeiros nacionais*

sim ☐    não ☐

*c. Intenção de candidatura a fundos estruturais (comunitários)*

sim ☐    não ☐

se sim, qual a fonte de financiamento prevista? (indicar programa e medida)

*d. Cabimentação em PIDDAC*

sim ☐    não ☐

se não, indicar em que ano se prevê cabimentação:

3. **Distribuição do investimento por fontes de financiamento:**

Fontes	Valor (milhares de euros)	%
Fundos estruturais		
Despesa Nacional		
TOTAL		

**VII. ARTICULAÇÃO**

1. *Articulação com outros programas/ medidas/ projectos*

sim ☐                não ☐

Se sim, qual (quais)?





Plano de Desenvolvimento Turístico do  
**Vale do Douro**



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO  
DO TERRITÓRIO E AMBIENTE



MINISTÉRIO DA ECONOMIA



Portugal em Ação